UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

INÊS EL-JAICK ANDRADE

**Dimensão Ambiental do patrimônio verde público urbano:
o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse
histórico**

SÃO PAULO
2009

INÊS EL-JAICK ANDRADE

**Dimensão Ambiental do patrimônio verde público urbano:
o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse
histórico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: História e Fundamentos da
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Murillo Marx

**SÃO PAULO
2009**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Andrade, Inês El-Jaick.

Dimensão Ambiental da paisagem cultural: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico/ Inês El-Jaick Andrade; orientador Murillo Marx.

-- São Paulo, 2009

284f. : fig.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Jardins Históricos. 2. Entorno de bens culturais.
3. Patrimônio Verde Público Urbano. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Inês El-Jaick Andrade

Dimensão Ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo - USP, para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Aprovada em:

**SÃO PAULO
2009**

DEDICATÓRIA

A toda minha querida família, especialmente aos meus pais João e Ceres, pelo amor, dedicação, respeito e incentivo em todos os momentos da minha vida.

A todas as gerações de leigos e eruditos que buscaram, através de estudos, de debates e de ações, preservar os jardins de interesse histórico.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Murillo Marx, pela orientação, confiança e disponibilidade.

Aos professores Carlos Faggin e Euler Sanderville, pelos valiosos comentários e acertadas análises que contribuíram para clarear pontos da tese.

À arqueóloga Rosana Najjar e a todos os companheiros do grupo de pesquisa Nós da Arqueologia, por compartilharem o conhecimento da Arqueologia Histórica.

Aos técnicos do IPHAN, em especial a Jurema Kopke Eis Arnaut e Isolda Honnen, pela generosa contribuição à minha pesquisa.

Aos professores do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, pelas suas contribuições através das aulas ministradas durante o curso.

Ao Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz, pelo apoio e estímulo para o término deste trabalho.

Aos funcionários da FAU/USP e dos arquivos das instituições pesquisadas, pela gentileza no atendimento às minhas solicitações.

Às minhas queridas irmãs Débora e Joana, pela amizade e pelo incentivo.

Ao querido Gustavo Motta Rubini, por se dispor a me acompanhar pelas aléias desses jardins.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução deste trabalho.

*“As árvores que plantamos são uma promessa do futuro
e o futuro sempre é o resultado do que fazemos, mas
também do que não realizamos”*

Carta de la Plata (Segundo Seminário de Paisagismo Sul-
americano, 10 de abril de 2006)

RESUMO

ANDRADE, I.E.J. **Dimensão Ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico.** 2009. 284 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

Este trabalho foi desenvolvido com a expectativa de contribuir com o debate sobre a interferência da área envoltória - ou entorno - na preservação da ambiência e legibilidade do patrimônio verde público urbano, especificamente nos jardins de interesse histórico. O estudo identificou diretrizes que contribuem para compor instrumentos de gestão para a preservação dos jardins de interesse histórico e que apontam para a responsabilidade das intervenções paisagísticas enquanto meios eficazes para viabilizar a regeneração em áreas degradadas pela urbanização. Assim, considerando a importância da reflexão crítica dos impactos do ambiente construído sobre os jardins de interesse histórico, discute-se a proteção da dimensão ambiental dos bens patrimoniais.

Palavras-chave:

1. Jardins Históricos. 2. Entorno de bens culturais. 3. Patrimônio Verde Público Urbano.

**SÃO PAULO
2009**

ABSTRACT

ANDRADE, I.E.J. **Environmental Dimension of the Urban Public Green Heritage:** the impact of the surroundings on urban gardens of historical interest. 2009. 284 p. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

This work intends to contribute to the debate on the interference of the surroundings - the setting - in the environment of the urban public green heritage and in their legibility preservation policy, focusing on the urban gardens of historical interest. Guidelines were established to the formulation of legal instruments and to the management of this cultural heritage, and was also clarified the relevance of the landscape architecture interventions as effective solutions to regenerate areas degraded by the urban development. Therefore, taking in account the relevance of a critical thinking on the impact of the urban environment on the gardens of historical interest, it was discussed the protection of the environmental dimension of the cultural heritage.

Keywords:

1. Historical gardens. 2. Urban setting. 3. Urban public green heritage.

**SÃO PAULO
2009**

Lista de Ilustrações

	página
Figura 01 Até o século XVIII a ação de conservar o passado restringia-se aos antiquários, através de registro em forma de livro ilustrado e sem a preocupação com a historiografia da arte. Fonte: Giovanni Battista, <i>Antiquus bivii viarum appiae at andeatinae</i> . In: LE GOFF, 2003.	14
Figura 02 As viagens de ilustração são uma busca pelo pitoresco. Fonte: Asher Brown Durand, <i>Almas gêmeas</i> , 1849. In: SCHAMA, 1996:206.	23
Figura 03 Sistema de Parques de Olmsted. Fonte: LEJEUNE, 1994:186.	49
Figura 04 Capa do livro de Forestier “ <i>Grandes Villes et systèmes de parcs</i> ”. Fonte: COHEN, 1994:161.	49
Figura 05 Perfis de vias arborizadas, parkways, para Fez. Fonte: LEJEUNE, 1994:205.	49
Figura 06 Exemplo das correntes modernas para as áreas verdes. Detalhe do Plano da Cidade Verde de Guínzburg, 1930. Fonte: FARIELLO, 2000:329.	52
Figura 07 Exemplo das correntes modernas para as áreas verdes. Projeto do Bosque de Amsterdã de Cornelis Van Eesteren, 1934. Fonte: FARIELLO, 2000:300.	52
Figura 08 Exemplo das correntes modernas para as áreas verdes. Proposta para o Rio de Janeiro de Le Corbusier, 1930. Fonte: FARIELLO, 2000:330.	52
Figura 09 O Patrimônio Verde Público Urbano na atualidade. Espaços verdes do centro da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: ANDRADE, 2008, adaptado de PMCRJ, 2006.	73
Figura 10 Perspectiva do Projeto do Museu do COB no Jardim de Alah, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Discurso oficial da requalificação urbana. Fonte: Jornal do Brasil, Cidade, 10/07/2000.	83
Figura 11 Fotomontagem do Projeto de Pirâmide na Praça Paris, no centro do Rio de Janeiro. Discurso oficial da requalificação urbana. Fonte: O Globo, Rio, 18/05/2006.	83
Figura 12 Cidade de Viena antes do projeto de extensão do “coração”, isto é, do velho centro histórico. Fonte: BENEVOLO, 2005:606.	90
Figura 13 Cidade de Viena depois do projeto de extensão do “coração”, isto é, do velho centro histórico. Fonte: BENEVOLO, 2005:607.	90
Figura 14 Exemplo de ideais da Beaux-Arts aplicados em projeto para a colônia francesa de Fez. Fonte: LEJEUNE, 1994:203.	90
Figura 15 Exemplo de ideais da Beaux-Arts aplicados em projeto para a colônia inglesa de Nova Delhi. Fonte: BENEVOLO, 2005:609.	90
Figura 16 A liberação e regularização do entorno de monumentos arquitetônicos, como a Catedral de Notre-Dame, tinham a pretensão de “valorizar” através de perspectivas grandiosas. Situação do entorno da Catedral antes e depois das obras de embelezamento urbano. Fonte: BENEVOLO, 2005.	96
Figura 17 Projeto para Casablanca. Fonte: BENEVOLO, 2005:609	96
Figura 18 Projeto para Rabat. Fonte: BENEVOLO, 2005:609	96
Figura 19 A prática da liberação indiscriminada. Exemplo utilizado por Giovannoni, do entorno imediato da Torre dell’Aquila (Trento). Confronto da proposta de isolamento do monumento com seu estado atual demonstrando a importância de conservar o ambiente do monumento. Fonte: CESCHI, 1972:112.	100
Figura 20 A valorização da visada de monumentos. Exemplo utilizado por Giovannoni, da <i>Rue des pierres</i> (Bruxelas), para demonstrar a importância da valorização de visadas dos monumentos. Fonte: CESCHI, 1972:113	100
Figura 21 Categorias de “buffer zones” descritas por Micoulina (1971). Fonte: ANDRADE, 2008.	163
Figura 22 A abertura do parque do Campo de Santana, gravura, século XIX. Fonte: FERREZ, 1965:221.	168
Figura 23 O antigo jardim particular do Campo de Santana. A configuração paisagística adotada seguia o modelo clássico (eixos e simetria). Guache, 268x405 mm, Biblioteca da <i>Hispanic Society of America</i> , USA. Fonte: FERREZ, 1965:73.	168
Figura 24 Campo de Santana antes da intervenção. Fonte: AGCRJ, ca. 1941.	172

Figura 25	Campo de Santana após o corte. Fonte: AGCRJ, ca.1944.	172
Figura 26	Planta do Campo de Santana nos dois momentos. Fonte: ANDRADE, 2008.	172
Figura 27	Vista no interior do Parque do Campo de Santana. Obstrução visual do entorno. Fonte: ANDRADE, 2008.	176
Figura 28	Foto aérea das áreas 03 e 04 do Corredor Cultural. Fonte: RIOARTE, 1995:21.	176
Figura 29	Proposta volumétrica da quadra, segundo estudo da 6ª Diretoria Regional. Fonte: IPHAN, 2007:46.	179
Figura 30	Proposta volumétrica da quadra, segundo estudo da Coordenadoria de Proteção. Fonte: IPHAN, 2007:46.	179
Figura 31	Inauguração do Parque do Flamengo em 1964. Fonte: FERREZ, 1965: 256-257.	188
Figura 32	Parque do Flamengo atualmente. Fonte: Nelson Kon, 2007	188
Figura 33	A <i>parkway</i> do Parque do Flamengo. Fonte: Croqui Fernando Tábora. Escritório Roberto Burle Marx, s/data.	188
Figura 34	Poligonal de tombamento do Parque do Flamengo. Fonte: OLIVEIRA, 2006.	195
Figura 35	Visão da Marina do Parque do Flamengo em três momentos: em sua implantação, atualmente e com a proposta para os jogos do Pan-americano de 2007. Fonte: OLIVEIRA; BARROSO, 2006.	195
Figura 36	Vista das obras de “adequação” da Marina da Glória, integrante do Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. Projeto não foi aprovado pelo IPHAN e teve suas obras interrompidas. Fonte: OLIVEIRA; BARROSO, 2006.	195
Figura 37	A incompatibilidade de percepções. Por um lado é conferida importância à visão do Pão de Açúcar a partir do Parque do Flamengo, estampada em moedas comemorativas do Pan americano, e por outro lado são realizadas obras de obstrução na Marina da Glória. Fonte: Carta Capital, 2007.	198
Figura 38	A incompatibilidade de percepções. Por um lado é conferida importância à visão do Pão de Açúcar a partir do Parque do Flamengo, estampada em moedas comemorativas do Pan americano, e por outro lado são realizadas obras de obstrução na Marina da Glória. Fonte: OLIVEIRA; BARROSO, 2006.	198
Figura 39	Área destinada ao novo estacionamento, retirada das pedras portuguesas. Fonte: Jornal do Brasil, Cidade, 28 de outubro de 1999.	198
Figura 40	Aparência do sítio antes da demolição da encosta para a introdução do Jardim do Outeiro da Glória. Fonte: AGCRJ, ca. 1904.	204
Figura 41	Aparência do sítio antes da demolição da encosta para a introdução do Jardim do Outeiro da Glória, ca.1940. Fonte: SUZUKI, 2007.	204
Figura 42	Desenhos de Lúcio Costa com simulação da urbanização da encosta obstruindo a Igreja, 1943. Fonte: PESSOA, 1999:48-49.	208
Figura 43	Jardins do Outeiro da Glória após inauguração. Fonte: IPHAN, 2007.	208
Figura 44	Parque da Quinta da Boa Vista em São Cristóvão. A foto montagem não corresponde à visada real do empreendimento (afastamento maior), mas indica o apelo à “qualidade de vida” e à significação cultural regional que o parque possui, além de estampar a falta de discernimento que os empreendedores imobiliários possuem dos seus limites na convivência com as pré-existências históricas. Fonte: Propaganda de Empreendimento retirada do Jornal do Brasil.	234

	página
INTRODUÇÃO	01
1. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO VERDE PÚBLICO URBANO	12
1.1 Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico	12
1.2 Iniciativas pioneiras de preservação de jardins de interesse histórico	20
1.3 Categorização da Paisagem e do Patrimônio Verde Público Urbano	31
1.4 Crise ambiental e Política da Paisagem	38
1.4.1 Qualidade de vida	39
1.4.2 Qualidade do ambiente	42
1.4.3 Enfoque do Planejamento Ecológico da Paisagem: consequência da urbanização sobre o território	60
1.4.4 Responsabilidade social da Política da Paisagem	66
1.5 Patrimônio Verde Público Urbano Carioca: implicações da proteção dos jardins de interesse histórico na contemporaneidade	71
1.5.1 Construção do ambiente urbano	72
1.5.2 Medidas de preservação em jardins de interesse histórico	74
1.5.3 Intervenções incompatíveis em jardins de interesse histórico	80
2. PRESERVAÇÃO DO CONTEXTO URBANO: AMBIENTE E MONUMENTO	84
2.1 Efervescência cultural frente ao caos urbano industrial	84
2.2 Estética da justaposição: experimentações culturalistas e progressistas	91
2.3 Concepção vigente de entorno	97
2.3.1 Contribuição de Gustavo Giovannoni	97
2.3.2 Consolidação da figura historial da cidade antiga: da Carta de Atenas (1931) a Carta de Veneza (1964)	101
2.3.3 Contribuições de outros documentos normativos	113
2.3.4 Novas abordagens: <i>Memorandum</i> de Vienna (2005) e Declaração de Xi-an (2005)	121
2.4 Instrumentos legislativos brasileiros para o tratamento do entorno do bem protegido	126
2.4.1 Tratamento do entorno dos bens de interesse cultural na legislação cultural brasileira	127
2.4.2 Tratamento do entorno dos bens de interesse cultural na legislação ambiental brasileira	135
2.4.3 Outros instrumentos complementares na abordagem do entorno	136
2.5 Revisão crítica de metodologias de identificação do entorno	139
2.5.1 Metodologia recolhida em pareceres do IPHAN	140
2.5.2 Metodologia sugerida pelo Plano de Preservação dos Sítios Históricos do IPHAN (PPSH)	147
2.5.3 Metodologia elaborada pelo Roteiro de Unidades de Conservação do IBAMA	152
2.5.4 Metodologia desenvolvida por José Castillo Ruiz (Espanha)	155
2.5.5 Metodologia desenvolvida para a inscrição de bem na lista do Patrimônio Mundial a partir das normas da <i>Operational Guidelines</i> da UNESCO	159
2.5.6 Metodologia sugerida em estudos do Comitê de Paisagens Culturais do IFLA/ICOMOS	160

3. METODOLOGIA PARA A ANÁLISE E ATUAÇÃO NO ENTORNO DE JARDINS DE INTERESSE HISTÓRICO	164
3.1 Jardins de Interesse Histórico: os casos escolhidos	164
3.2 Praça da República	167
3.2.1 Implantação do jardim e contexto sociocultural	167
3.2.2 Reconhecimento	170
3.2.3 Substância e uso	174
3.2.4 Estudos e delimitação do entorno	175
3.2.5 Impactos observados	180
3.2.6 Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico	182
3.3 Parque Brigadeiro Eduardo Gomes	185
3.3.1 Implantação do jardim e contexto sociocultural	185
3.3.2 Reconhecimento	189
3.3.3 Substância e uso	189
3.3.4 Estudos e delimitação do entorno	192
3.3.5 Impactos observados	199
3.3.6 Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico	200
3.4 Praça Nossa Senhora da Glória	203
3.4.1 Implantação do jardim e contexto sociocultural	203
3.4.2 Reconhecimento	209
3.4.3 Substância e uso	209
3.4.4 Estudos e delimitação do entorno	209
3.4.5 Impactos observados	203
3.4.6 Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico	211
3.5 Metodologia desenvolvida para a atuação no entorno de jardins de interesse histórico	214
3.5.1 Proposta metodológica: identificação, delimitação e diretrizes de intervenção	215
3.5.2 Considerações gerais sobre o entorno	216
3.5.3 Considerações específicas sobre jardins de interesse histórico e a sua relação com o entorno	218
3.5.4 Definição de legibilidade e de ambiência	220
3.5.5 Critérios básicos para delimitar o entorno do jardim de interesse histórico: indicadores de impacto	222
3.5.6 Instrumentos para a minoração do impacto: intervenções e monitoramento	228
CONCLUSÃO	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240
ANEXO	252
Anexo 01 - Documento Final: Seminário sobre Entorno de Monumentos (IPHAN)	
Anexo 02 - Formulários de entrevistas do Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados (IPHAN)	

INTRODUÇÃO

A paisagem é culturalmente construída, espacial e conceitualmente (BERQUE, 1994). Quando a paisagem encontra-se valorizada por si mesma, tomando uma dimensão memorial e fundando a identidade de um grupo, esta assume uma nova atribuição, a de “exprimir sonhos” (CLAVAL, 2001:295). A melhor expressão dessa categoria de paisagem é o “jardim histórico” (Carta de Florença, 1981), ou jardim de interesse histórico.

A preservação do jardim de interesse histórico justifica-se de acordo com preceitos baseados em sua importância histórica e artística, ou seja, em sua significação cultural, que contribui para o fortalecimento da memória e da identidade de uma sociedade, bem como na leitura e na qualificação da cidade. Para ser considerado como herança cultural ele deve seguir a regra gramatical da arte, mesmo sendo projetado por leigos ou por profissionais.

"Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento" (Carta de Florença, Art. 1, 1981 apud CURY, 2000:253).

Embora encarado como artefato humano destinado ao prazer e à contemplação, o jardim público desempenha também a função de testemunho dos códigos de conduta de uma determinada época. O conhecimento da forma como uma sociedade foi se apropriando do espaço urbano e o ocupando revela aspectos de sua história – seus valores e costumes, sua forma de habitar, seus instrumentos de poder e política, enfim, sua percepção da própria cidade. Assim, o jardim de interesse histórico é aquele que pertence ao passado, seja este recente ou não.

The material form of cultural heritage sites include the site itself and its environment, while the spiritual form refers to the intangible cultural heritage elements, such as the related society, culture,

O jardim de interesse histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio ambiental urbano, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. Assim, a degradação dos espaços verdes urbanos representa não só perdas à qualidade ambiental da malha urbana (microclima), mas também lacunas em nosso passado histórico e o comprometimento de nossa herança patrimonial.

Dentro da história da ideologia da preservação, a definição de diretrizes distintas para a conservação e restauração de jardins data do final da década de 1970. Muitos exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, seja por interesses políticos e especulativos ou por desconhecimento de seus administradores e do próprio público. A depredação não se resumiu à perda de área ou da substância do bem, mas também à sua descontextualização - uma vez que a sua relação com o entorno era ignorada -, repercutindo diretamente nas qualidades de **legibilidade**² e da **ambiência**³ do monumento.

No ambiente urbano, o entorno imediato construído influencia sensivelmente tanto no desempenho climático como no desenvolvimento da flora e fauna do recinto urbano. Uma vez que seu substrato é moldado e composto essencialmente por material vivo (flora, fauna, solo, águas moventes e dormentes no subsolo), é claramente sensível às ações desfiguradoras e destruidoras. A identificação e a delimitação de zonas de amortecimento (o “entorno”), ao seu redor, essencial como forma de absorver e amenizar o impacto da apropriação, ocorrem ao acaso, sendo que esta ferramenta de preservação ainda não faz parte das medidas de

¹ “A substância material do patrimônio cultural inclui o próprio bem e seu ambiente, enquanto a substância imaterial refere-se a elementos patrimoniais intangíveis, tais como a sociedade, cultura, prática, modo de vida, código cultural, técnicas culturais, bem como a linguagem” (XIEJUN, 2006:2).

² A *legibilidade* (“*legibility*”) é um conceito desenvolvido por Kevin Lynch (1999) que significa clareza. É um atributo visual calcado na visibilidade num sentido mais profundo. Quando aplicado a um único objeto físico, que apresenta uma aparência claramente compreensível (clareza e harmonia formal), pode também ser chamada de *imaginabilidade*. Nesta tese, sua aplicação é proposta em substituição a “visibilidade”.

³ A *ambiência* se refere ao espaço preparado para criar um meio físico, estético ou psicológico próprio para o exercício de atividades humanas, isto é o ambiente. É um conceito utilizado pela disciplina da preservação de bens culturais para indicar a integridade do ambiente em que o(s) monumento(s) está inserido.

preservação preventiva dos planejadores e especialistas do patrimônio. Diante disso, ainda hoje os jardins de interesse histórico têm sido desrespeitados nas suas atribuições originais, sendo tratados, por seus administradores, como quaisquer áreas verdes.

Diante dos crescentes problemas ambientais torna-se importante debater e buscar novas perspectivas para o planejamento da vegetação urbana nas cidades - o patrimônio verde público urbano - para assegurar a **preservação do patrimônio** e a **melhoria da qualidade de vida**. Assim, é fundamental que os jardins de valor patrimonial sejam objeto de uma investigação que fomente estudos e avalie a sua interface paisagística - **dimensão ambiental**⁴. Desta maneira, equaciona-se a concepção vigente de entorno com a determinação dos impactos causados pela urbanização nesse “ecossistema urbano” que interferem na salvaguarda deste monumento vivo de valor patrimonial.

A postura atual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seguida pela maior parte das secretarias estaduais e municipais de cultura, é não definir o entorno *a priori* para não auto limitar sua atuação em termos legais. É recomendada a utilização de Portarias para a delimitação das poligonais de entorno que, a princípio e caso necessário, seriam facilmente complementadas por novas.

No entanto, na prática, a busca pela flexibilidade de sua atuação acarreta na falta de qualquer delimitação. Sem uma política institucional de novos estudos e avaliações do bem já tombado, a tarefa de análise da influência do entorno na preservação é deixada de lado nas ações do instituto. Em julho de 2008 foi formado um grupo de trabalho no IPHAN para sistematizar um critério único de atuação no entorno de bens tombados em área urbana para as suas superintendências regionais.

⁴ O conceito de dimensão ambiental é utilizado por Rosa Kliass (1995) para justificar a importância de contemplar no planejamento urbano os estudos das variantes urbanas, sociais e bio-geoclimáticas que interferem com a qualidade do ambiente. Neste sentido, o conceito está baseado no reconhecimento do caráter ecológico do ambiente urbano (ecossistema). O termo “dimensão” também é utilizado por José Castillo Ruiz (1997) para se referir à influência do entorno - isto é, sua abrangência, sob o bem protegido. Nesta tese, sua aplicação concentra-se nos reflexos dessas variantes do ambiente urbano do entorno sobre o substrato físico dos bens patrimoniais, especificamente os jardins de interesse histórico.

A hipótese levantada por esta tese é que as intervenções no entorno dos jardins e parques podem causar impacto negativo no meio físico, no meio estético, no meio psicológico e no meio climático prejudicando e comprometendo a preservação do valor patrimonial, sendo necessário o estabelecimento de diretrizes claras nos instrumentos de gestão do entorno a serem aplicados no cotidiano pelos órgãos competentes do patrimônio histórico.

Nessa linha, os **objetivos específicos** deste trabalho são:

1. Identificar se o processo de urbanização tem resultado negativamente na dimensão ambiental do bem protegido, seja na perda da autenticidade, na redução da legibilidade e na degradação no meio físico, no meio estético, no meio psicológico e no meio climático dos jardins de interesse histórico.
2. Analisar a dimensão ambiental do bem patrimonial através da identificação dos atributos que compõem o entorno, isto é, a ambiência e a legibilidade.
3. Delimitar a abrangência do entorno em face de outros estudos e metodologias, em especial, a metodologia desenvolvida por José Castillo Ruiz (1997), a metodologia recolhida em pareceres do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a metodologia empregada em Unidades de Conservação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).
4. Avaliar se é possível utilizar instrumentos paisagísticos aliados aos instrumentos urbanísticos e aos indicadores ambientais para minimizar os fatores que comprometem a dimensão ambiental do bem protegido, sem que sua adoção comprometa a segurança, a acessibilidade e o uso destes espaços destinados ao lazer.
5. Alargar a discussão em torno da temática, tornando-a acessível, a fim de facilitar a sua implementação pelos órgãos de preservação municipais, estadual e federal.

Como objeto de estudo elegeu-se três jardins⁵ de interesse histórico localizados na cidade do Rio de Janeiro: Parque Brigadeiro Eduardo Gomes ou Parque do Aterro do Flamengo (1962), a Praça da República ou Campo de Santana (1880) e a Praça Nossa Senhora da Glória ou Jardins do Outeiro da Glória (1965). Tais jardins destacam-se por representar exemplos de composições paisagísticas,

⁵ O estudo desses jardins foi iniciado em nossa dissertação de mestrado "Jardins Históricos Cariocas: significação cultural e preservação" (PROARQ-FAU-UFRJ, 2004)

munidas de significação cultural, mas que apesar de tombados, apresentam reconhecimentos distintos pela esfera federal de proteção cultural. Enquanto o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes é tombado pelas esferas municipal e federal, a Praça da República foi destombada pela esfera federal e a Praça Nossa Senhora da Glória é classificada como integrante do conjunto urbano paisagístico do Outeiro da Glória pela esfera federal. A partir desses exemplares, busca-se abordar e discutir uma metodologia de identificação e delimitação do entorno, bem como de diretrizes para o planejamento de estratégias para amenizar o impacto e a interferência do ambiente urbano em espaços verdes urbanos de significação cultural.

Para o desenvolvimento da tese foram consultados livros, dissertações e pastas de inventário referentes ao assunto, bem como material iconográfico (mapas, estampas e fotos) em bibliotecas de instituições como o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Central do IPHAN (Ministério da Educação e Cultura) no Rio de Janeiro, a Biblioteca Noronha Santos (MEC) no Rio de Janeiro, o Arquivo do Instituto Estadual de Patrimônio Artístico Cultural (INEPAC) no Rio de Janeiro, o Arquivo da Divisão de Monumentos e Chafarizes (Fundação Parques e Jardins) no Rio de Janeiro, a Biblioteca Paulo Santos (Paço Imperial) no Rio de Janeiro, a Biblioteca da Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP e a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP de São Paulo.

A bibliografia a respeito da preservação de paisagens culturais, incluídos os jardins, é relativamente recente. Embora seja possível encontrar trabalhos internacionais importantes datados do final do século XIX sobre o histórico de jardins e alguns manuais de jardinagem, especialmente franceses e ingleses, a preocupação por parte do meio científico em discutir e publicar documentos em encontros e congressos sobre as iniciativas de preservação e restauração de jardins só surge a partir da segunda metade do século XX, principalmente com as publicações do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e encontros científicos (seminários e congressos) de paisagismo.

O principal aporte teórico–conceitual da tese é o conjunto de documentos normativos de cunho internacional: a Carta de Florença (ICOMOS/IFLA, 1981), a Carta de la Plata (Segundo Seminário de Paisajismo Sudamericano, 2006), a

Declaração de Xi-an (ICOMOS, 2005) e o Memorandum de Viena (UNESCO, 2005). A partir destes documentos pretende-se explorar os conceitos do patrimônio verde público urbano e as implicações e impactos da área envoltória (entorno). As análises calcadas nesses documentos são desenvolvidas ao longo de toda a tese, discutindo conceitos (1º capítulo), traçando a evolução histórica dos termos (2º capítulo) e propondo uma metodologia (3º capítulo).

Já o aporte metodológico selecionado é espelhado na obra de José Castillo Ruiz, *"El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural"* (1997), na qual trabalha com a evolução histórica do conceito e da legislação de entorno na Europa. Esse trabalho não está concentrado no nosso objeto – o patrimônio verde público urbano, mas desenvolve metodologias para uma definição de sua delimitação a partir de aplicações práticas, entre as quais no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Alhambra. Sendo assim, é significativo para a nossa pesquisa por apresentar uma compilação de metodologias aplicáveis à delimitação de entornos desenvolvidas na Espanha. É uma abordagem metodológica compatível como o objetivo de nosso trabalho (2º capítulo), orientando-nos na compilação das experiências metodológicas brasileiras (1981-2008), a fim de analisá-las.

Deve-se assinalar que o interesse pela temática da definição de entorno de bens culturais surgiu a partir da leitura do texto de Haroldo Gallo, *"Contribuição para a compreensão da preservação pontual do bem cultural e sua área envoltória no Brasil"* (1999), o qual contribuiu para a compreensão das relações entre o bem cultural preservado e seu entorno, explorando a questão da ambiência enquanto estrutura não apenas física, mas munida de conteúdo social.

Esse autor questiona o dispositivo do Decreto 13.426/79 (Art.137) do Governo do Estado de São Paulo que determina que, as intervenções urbanas a raio de 300 metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, seja alvo de apreciação e aprovação pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Argumenta que este dispositivo mostrou-se controvertido, uma vez que se baseava em decisões pessoais que não seguiam parâmetros, sendo ineficaz para proteger a visibilidade ou assegurar o destaque ao bem cultural.

A bibliografia complementar da tese caracteriza-se por abordagens teóricas baseadas na historiografia da arquitetura, na história nova, na geografia cultural e na arqueologia histórica, no que diz respeito à estruturação dos lugares e à compreensão da dialética no processo de manifestação da arte nas variantes da arquitetura de paisagem (ou paisagística).

Observa-se que no meio acadêmico o assunto da preservação de jardins históricos é tratado por vezes como revisões bibliográficas de "botânicos-paisagistas" ou, em outros casos, como recomendações de uso para espaços verdes específicos. Nestes destaca-se o arquiteto Silvio Macedo (1992;1996) cuja produção concentra-se na qualificação e na conceituação de espaços livres de edificação genéricos. Outros autores dedicam-se ao estudo do desenvolvimento histórico e da relevância para a cidade contemporânea da implantação dos espaços verdes, destacando-se as produções de Rosa Kliass (1995) e Fernando Chacel (2001). Contudo, independente da abordagem ou da profundidade com que tratam o tema, sempre se ratifica a importância da preservação de jardins de interesse histórico como meio de preservação da memória cultural e histórica nacional.

Dentro do campo da preservação de paisagens culturais, a produção da *Garden History Society* da Inglaterra é significativa por seu pioneirismo (1970), em especial os artigos de John Sales (1993; 1995). Também foi analisada a produção do antigo Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios (IFLA/ICOMOS) - atual Comitê da Paisagem Cultural (IFLA/ICOMOS), anteriores à publicação da Carta de Florença de 1981 e sob a coordenação do arquiteto belga René Pechère. Neste contexto, destaca-se a produção científica da arquiteta russa Elena Micoulina (1971), que estuda os impactos da urbanização sobre jardins históricos soviéticos, e de Carmen Feliú Ñon (1994; 2002), que estuda o manejo de paisagens culturais na atualidade sob o prisma da conservação.

Outros documentos internacionais protecionistas também foram analisados devido à contribuição que dão à temática da visibilidade e da ambiência, como a Carta de Atenas de 1931, as Recomendações da XII Convenção Geral da Unesco de 1962, as Normas de Quito de 1967, a Declaração de Estocolmo da UNEP de

1972, o Manifesto de Amsterdã de 1975, as Recomendações da XIX Convenção Geral da UNESCO de 1976, a Carta de Burra de 1980 e as Recomendações de Hiroshima de 2006.

Considerando que um dos atributos da cidade é ser um meio de comunicação entre os habitantes, a atribuição da qualidade de hiperdocumentos conferida aos espaços verdes (paisagens culturais) é respaldada utilizando a obra do historiador Jacques Le Goff (2002), além das bibliografias referenciais de Françoise Choay (1990; 2001), de Giulio Argan (1998), Aldo Rossi (2001) e Leonardo Benevolo (2001; 2005), as quais discutem a importância da identificação destes "fatos urbanos" da cidade. A aplicação do método histórico de leitura das "permanências" dos fatos urbanos foi utilizada no segundo capítulo da tese. Neste, as experimentações de espaços verdes na cidade são construções que ocorreram no tempo e estão indissociáveis de seu contexto histórico e econômico.

Destaca-se, também, a contribuição dos trabalhos dos cientistas sociais Manuel Castells (1999), Edgar Morin (1991; 2003), David Harvey (2004; 2005) e Henri-Pierre Jeudy (1990; 2005), pois defendem que a arquitetura deve favorecer a sociedade, de maneira a assumir sua responsabilidade social. O nosso objetivo foi adaptar a argumentação desses autores a uma referência mais direta à consciência preservacionista do patrimônio verde público urbano.

Para as relações entre história do poder e história da modelagem da paisagem urbana foram utilizadas as obras dos geógrafos culturais Yi-Fu Tuan (1980), Paul Claval (2001) e Augustin Berque (1994; 1995).

É importante mencionar que, enquanto os trabalhos estrangeiros sobre o tema são numerosos e diversificados, poucos são os estudos nacionais que tratam desta questão. No Brasil, contudo, a despeito da escassez da produção escrita referente a critérios de preservação de jardins, a partir da década de 1980 ocorrem encontros científicos e exposições sobre o tema. Destaca-se o trabalho de Vera Milet (1988) que aborda as questões da apropriação do solo urbano pelo capital e a construção do patrimônio ambiental do Brasil.

Apenas no final do século XX, através da elaboração do Manual dos Jardins Históricos (IPHAN, 2000) e do Projeto de Pesquisa e Restauração do Passeio Público do Rio de Janeiro (2002-2004), o primeiro jardim público do Brasil, é que os jardins de interesse histórico voltam a ser foco das discussões de metodologias de preservação. Contudo, tais iniciativas pioneiras são consequência de um progresso lento, construído a partir de iniciativas práticas como o Plano de Ação para a área do Jardim Botânico (1983), desenvolvido por um grupo de trabalho de arquitetos, botânicos e outros especialistas com a finalidade de definir e apoiar ações de cuidados e atenções com jardins históricos.

Além das fontes diretamente relacionadas à preservação da substância e da mensagem cultural do bem histórico e cultural, foram consideradas nesse trabalho outras fontes, tais como as recomendações específicas das Unidades de Conservação Ambiental⁶ (UCA's), consideradas de valiosa contribuição ao estudo – embora não estejam calcadas nas qualidades de cunho histórico ou artístico, mas sim no potencial ambiental do jardim histórico. Nestas recomendações, muita atenção é dada à identificação das fontes causadoras de danos na paisagem, através de estudos dos impactos ambientais e turísticos, da disciplina do uso e da ocupação.

A tese encontra-se estruturada em três capítulos que abordam os enfoques teórico, jurídico, metodológico e propositivo da temática, além desta seção introdutória e da conclusão, ao final.

O capítulo 1 discute conceitos teóricos básicos de paisagem cultural, jardim histórico e de patrimônio verde público urbano. São analisadas algumas intervenções paisagísticas, realizadas ou em projeto, baseadas em pressupostos teóricos atuais que se calcam na revitalização e reutilização do patrimônio verde urbano público carioca. O objetivo fundamental é conhecer a realidade que determina o ordenamento e a regulação do entorno dos bens de interesse cultural

⁶ As chamadas UCA's são áreas levantadas e catalogadas pelas Secretarias de Meio Ambiente, a fim de se criar mecanismos para a promoção e proteção da flora, da fauna e da beleza cênica das paisagens. As unidades selecionadas recebem um estatuto especial para o seu uso e ocupação do solo, bem como para o manejo de seus ecossistemas naturais, o qual definirá a sua categoria dentro das UCA's.

através da confrontação da demanda por novos espaços verdes com as implicações com os pressupostos teóricos e jurídicos que regulam a salvaguarda deste patrimônio.

O capítulo 2 trata do desenvolvimento do conceito de entorno. Discorre sobre o tema através da identificação e discussão dos documentos normativos nacionais e internacionais de preservação, bem como a partir do conteúdo presente na legislação cultural e ambiental. Outros instrumentos disciplinadores do planejamento urbano são abordados, tais como o Estatuto da Cidade. Também é objeto deste capítulo a análise de metodologias de definição de entorno. O estudo identifica diferentes modelos de metodologias, com abordagens distintas – culturais ou ambientais e nacionais ou internacionais – que atuam na regulação das áreas circundantes de bens de excepcional valor. Apesar das diferenças entre os métodos, o estudo busca extrair aspectos que permitam desenvolver um novo método de análise para a categoria de jardins de interesse histórico, respondendo, assim, ao caráter propositivo deste trabalho de investigação.

O capítulo 3 apresenta a metodologia proposta à atuação no entorno de bens tombados, especialmente para jardins de interesse histórico. Também são apresentados os estudos de caso no que tange ao seu histórico, às suas características gerais, à sua significação cultural e à sua proteção. A partir da compreensão de seu contexto e da identificação das deficiências no monitoramento de impactos no bem cultural, o jardim, são construídas ponderações sobre os problemas na prática enfrentados na delimitação e na gestão do entorno desses espaços verdes. Por fim, a proposta metodológica incorpora a análise de elementos urbanos e ambientais essenciais para a identificação dos impactos na dimensão ambiental dos bens protegidos, não se atendo apenas aos itens mínimos expostos em legislação ou nas metodologias analisadas.

Na última seção são apresentadas as conclusões sobre a temática abordada. Também constitui parte deste trabalho uma coletânea de documentos relevantes organizados na seção de Anexos.

Assim, esta tese aspira contribuir e fornecer subsídios para estudos futuros, que ampliem a reflexão sobre instrumentos normativos mais eficazes de definição da abrangência física e simbólica do entorno de bens protegidos, especialmente de jardins de interesse histórico implantados no ambiente urbano.

1.1 Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico

A importância e a representação da Carta de Florença de 1981 (ICOMOS/IFLA) não estão apenas na materialização de anos de trabalho do comitê internacional e na tentativa de, com suas experiências regionais, estabelecer normas e procedimentos padronizados, mas também na criação de um novo termo técnico introduzido à família dos bens culturais: jardim histórico. Este é definido por seu caráter de interesse histórico e não por suas particularidades estilísticas ou por dimensões: *"A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos"* (Carta de Florença, Art. 6, 1981 apud CURY, 2000:254).

Passadas mais de duas décadas desde a divulgação do documento pelos países-membros, o termo é empregado usualmente em publicações científicas, mas seu efeito prático, em termos de proteção, ainda está longe do ideal. Parte dessa dificuldade pode estar na interpretação inadequada do termo "histórico". A "história" pode ser encarada como um conjunto de eventos do passado, de maneira que tudo que pertence ao tempo histórico faz parte desta. Assim, a tarefa de selecionar o que é histórico, por si mesma é impensável, já que "tudo" construído o foi ou é.

Todo o ambiente é historicamente produzido, sob condições historicamente determinadas. Para Alois Riegl (1999), é denominado "histórico" tudo que existiu em algum momento e não existe mais. Portanto, vincula-se à idéia positivista do historicismo, já que o que alguma vez existiu não pode voltar a existir, e que tudo que existiu constitui um elo imprescindível e indispensável de uma cadeia evolutiva.

Dessa maneira, considera-se imprescindíveis todos os acontecimentos históricos. Contudo, dirige-se a atenção àqueles testemunhos que parecem representar etapas destacadas no curso evolutivo de um determinado ramo da atividade humana. Um outro termo é aplicado para designar a idéia do ciclo natural de nascimento e morte, isto é, o valor do tempo transcorrido: o valor de antigüidade.

Contribui para esta percepção da história o alemão Johann Joachim Winckelmann (1717-1768). É atribuído a Winckelmann (ARGAN; FAGIOLO, 1994) a criação de um novo campo de conhecimento: a história da arte. Até o século XVIII o domínio das coisas da “antiguidade” era dos antiquários. A ação de conservação dos monumentos limitava-se ao estudo e registro em forma de livro ilustrado com gravuras. Embora o consenso dos eruditos (Igreja e aristocracia) fosse de lamento pela degradação, o estado de abandono ou ruína, apenas uma pequena minoria preocupava-se com a proteção “*in situ*”.

Na Inglaterra, as associações de antiquários levantam-se como guardiãs dessa herança, criando uma estrutura de proteção privada e cívica. No entanto, não existia nessa atitude, de acumulação das “coisas antigas”, uma postura de reflexão crítica e uma contextualização do momento de sua criação. A tradição de acumular objetos acaba por reduzi-los e esvaziá-los de seu verdadeiro valor – histórico e artístico (**Figura 01**). O olhar do historiador da arte vai ampliar o círculo de colecionadores e apreciadores.

Já para Walter Benjamim (1994), filósofo do materialismo histórico, a concepção de que o histórico é somente o tempo decorrido não faz sentido. O passado não é acabado, pois repercute no presente de maneira que permite reativar um aspecto perdido desse tempo passado. Essa conservação e reapropriação do fragmento de história - memórias coletivas - reivindica do historiador um papel de sujeito ativo, em contraposição ao historiador historicista que estuda “amontoados e ruínas”.

Essa mentalidade dialética do processo histórico colabora para a percepção de que a história está presente em todos os aspectos e recortes cronológicos da vida, embora se distinguisse por não ser encarada como vida-morte. Permite-se traçar um paralelo entre o materialismo histórico aplicado em documentos históricos tradicionais e a permanência de outros documentos, como os monumentos construídos da cultura material, inclusive as paisagens culturais. Essa atitude frente ao monumento de “sentido inacabado” deve acompanhar todos os que pretendem dedicar-se à preservação de bens patrimoniais.

Figura 01 – Até o século XVIII a ação de conservar o passado restringia-se aos antiquários, através de registro em forma de livro ilustrado e sem a preocupação com a historiografia da arte. Fonte: Giovanni Battista, *Antiquus bivii viarum appiae at andeatinae*. In: LE GOFF, 2003.

*'Historic' is a relative term and clearly everything that is not contemporary must be historic to some degree. Historic value [historical] is another matter, and this is frequently determined partly by age and rarity and partly by the perceived artistic quality and significance of contemporary things and this is a problem for gardens because, unless consistently cherished, they could disappear before they become recognized as important*⁷ (SALES, 1995:1).

Logo, o que define se uma paisagem cultural, no caso jardins e parques, deva ser considerada histórico-cultural (*historical*) transcende o valor de antiguidade e o termo usual “histórico”. O reconhecimento do bem patrimonial ocorre por suas qualidades especiais. Cabe esclarecer que ambos os termos em inglês “jardim de interesse histórico” (*gardens of historical interest*) e em francês “jardim histórico” (*jardins historiques*) estão presentes nos primeiros relatórios de reuniões de especialistas do comitê internacional (ICOMOS, 1971). É a partir da publicação da Carta de Florença (1981) que a aplicação do termo fica *standartizada*.

Essa discussão do recorte cronológico é importante, pois o jardim de interesse histórico é aquele que pertence ao passado, seja este recente ou não: “*Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da **história ou da arte**, apresenta um interesse público. Como tal é considerado 'monumento'*” (Carta de Florença, Art. 1, 1981 apud CURY, 2000:253, grifo nosso). Assim, a mudança do termo é defendida e aplicada no decorrer deste trabalho para consolidar que os bens culturais selecionados para a preservação foram produto de uma escolha consciente, isto é, por suas atribuições culturais.

*A imagem demonstra, o simbolismo afirma. O fenômeno ingenuamente contemplado não é, como o símbolo, carregado de história. O símbolo é uma conjunção de tradições de múltiplas origens. Todas essas origens não são reanimadas na contemplação. **O presente é mais forte do que o passado da cultura*** (BACHELARD, 1989:35, grifo nosso).

⁷ “‘Histórico’ é um termo relativo e claramente tudo o que não é o contemporâneo deve ser, até certo ponto, histórico. Valor histórico [de interesse histórico] é uma outra questão, e isto é em parte freqüentemente determinado por idade e raridade e em parte pela qualidade artística percebida e significação de coisas contemporâneas e isto é um problema para jardins porque, a menos que constantemente apreciados, eles poderiam desaparecer antes que eles fossem reconhecidos como importantes” (SALES, 1995:1).

O processo de criação de cultura material é inerente a toda cultura humana, mas sempre caberá às sociedades do presente atribuir um significado (ou simbolismo) aos artefatos produzidos, o que na verdade é uma emissão de um juízo consciente. A emissão de juízo tem a pretensão de analisar e contextualizar os produtos e a expressão artística tendo como referência a sua temporalidade. Juntamente a essa, tem-se a pretensão de fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado submerso, de maneira a apreender e transformar o futuro através do presente (BENJAMIM, 1994). Por sua natureza subjetiva, o juízo deve ser sustentado por bases teóricas (interpretação do autor), estéticas (percepção através da experiência sensorial) e históricas (percepção da interação da obra com a sociedade e o contexto urbano).

Para Josep M. Montaner (1999) a falta de certezas absolutas da pós-modernidade dificulta a emissão de juízos, isto porque a crítica, ao contrário da teoria, ocorre a partir da dúvida e da indagação da certeza dominante e evolui para uma emissão de juízo de visões contrárias ("crises"). No entanto, o crítico deve reconhecer seu caráter dialético e limitado, visto que toda a obra é uma criação viva e vívida, uma peça que cada geração verá e interpretará de maneira distinta. Assim, expressamos nossa época e "nosso estilo" na relação que temos com nosso passado.

O pensamento crítico está presente em diversas áreas do conhecimento das ciências humanas, inclusive na arquitetura. A teoria da arquitetura em suas múltiplas vertentes - urbanismo, paisagismo e preservação do patrimônio – reivindicam e materializam a todo o momento a construção de juízos. Desta forma, destaca-se a disciplina do patrimônio como aquela onde a aplicação do juízo de valor é mais evidente. Na história moderna da preservação, a atribuição de valor dos monumentos históricos está diretamente ligada à característica de excepcionalidade do exemplar, isto é, à representatividade ou ao caráter de exemplaridade do bem patrimonial, transcendendo o valor de antigüidade.

O cerne da questão que envolve a disciplina da preservação atualmente está no fato de que o patrimônio histórico faz hoje o papel de um "vasto espelho" no qual

a nossa sociedade ocidental, do fim do século XX e início do século XXI, contempla a nossa “própria imagem” (CHOAY, 2001:240). No entanto, essa ação assume um caráter conformista e defensivo, de maneira a garantir a recuperação de uma identidade muitas vezes genérica. Na prática, não há espaço para a crítica na mentalidade preservacionista, já que o discurso é apropriado por burocratas que enxergam nesta as oportunidades para o desenvolvimento econômico local ou por outras vezes o discurso é o único meio (ou tentativa) para frear as iniciativas progressistas incentivadas por esses mesmos burocratas.

A problematização da questão do patrimônio na atualidade enquanto uma memória construída é discutida por Henri-Pierre Jeudy (1990; 2005) sobre o prisma de que a conservação de bens culturais causam a petrificação da própria cidade. Em suas críticas, defende que existe uma artificialidade e muita presunção na intenção de perpetuar um tempo através do monumento: “*A restauração inverte o sentido do movimento intrínseco do destino de qualquer monumento que sobrevive a partir de sua própria transformação ao longo do tempo*” (JEUDY, 2005:87). Contudo, a teoria da preservação avançou muito nessa questão. Especialmente devido ao intercâmbio de experiências entre profissionais ocidentais e orientais (Conferência de Nara, 1994), no qual ocorreu a emissão de juízo do status da integridade do patrimônio cultural sob os diferentes contextos culturais.

A intenção não é de perpetuar o monumento para a eternidade, mas a de conservar por mais tempo sua materialidade, que é o suporte para a rememoração, assegurando o prolongamento de sua existência social até o limite que tenha a capacidade de suportar. A intenção da disciplina de conservação não é criar falsidades, pois são levadas em conta as instâncias históricas e estéticas aliadas à sensibilidade dos profissionais para saber quando parar.

Um outro ponto, que merece destaque, na argumentação de Jeudy (2005) é que a preservação via conservação patrimonial retira a “liberdade de esquecer”. Esse direito é essencial para a condição humana, e também já foi tratado por outros autores como Paula Janovitch (2007), que chama de “memórias difíceis” ou “dolorosas” (“*hurtful memory*”). Tal termo é aplicado na preservação de sítios históricos e espaços físicos que concentram memórias significativas de guerra,

confrontos, tortura e opressão. Estes *locus* de memórias sociais coletivas, configurando-se enquanto cenários ou testemunho do evento negativo significativo, logo tornam-se parte deste acontecimento aos olhos da geração que o presenciou – vítimas e algozes.

É evidente que os monumentos são receptáculos de memórias, ou lugares de lembrança (CLAVAL, 2001), mas a finalidade do patrimônio é recordar tempos felizes e tristes. Dentro dessa perspectiva, Jeudy (2005) equivoca-se, pois a memória a ser celebrada tem que estar de acordo com as memórias associadas ao artefato a ser preservado, não apenas no seu valor arquitetônico ou paisagístico. O principal para a preservação dos espaços de “memórias difíceis” é a forma de abordá-los. A mensagem a ser transmitida não está livre de ser ambígua, pois depende de quem interage com o ambiente. Revisitar tais lugares de memórias dolorosas pode ser algo saudável, pois diante deles “[...] *liberta-se de um passado que vive a imbricar-se no presente e nas expectativas de futuro*” (JANOVITCH, 2007:3). O esquecimento só deve ser permitido após a superação, caso contrário permanece enquanto cicatriz, seja este ferimento material (permanência do monumento) ou imaterial.

*[...] se lhe reconhecemos **um valor** [positivo ou negativo], devemos inseri-lo e justificá-lo em nosso sistema de valores; caso contrário, devemos nos livrar dele fingindo que não o vemos, removê-lo ou, mesmo (como muitas vezes acontece), destruí-lo (ARGAN, 1998:25, grifo nosso).*

Para Jacques Le Goff (1992:536), tanto a concretização quanto a permanência de um monumento tem como característica a de “*ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)*”. Neste sentido o monumento enquanto testemunho de uma cultura não deixa de ser um registro do *imprinting cultural* (MORIN, 1991), isto é, o selo da cultura de uma dada civilização, de uma época, pois não é “*qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que ai detinham o poder*” (LE GOFF, 1992:545). Para a utilização deste monumento como fonte histórica é necessário reconhecer as forças de poder que agiram sobre sua concepção, execução e perpetuação.

Os símbolos da cultura material arquitetônicos estabelecem uma relação ora consciente outras vezes inconsciente com o passado (AMENDOLA, 2000). Esta concepção está ligada aos conceitos de memória e patrimônio arquitetônico, nos quais edificações representativas da história local das cidades compõem e definem a paisagem urbana que os habitantes percebem no seu cotidiano.

A permanência destes símbolos que são testemunho histórico-cultural escolhidos de maneira consciente, seguindo um juízo cultural, na paisagem dá sentido à memória construída em nosso presente. Dessa maneira, esse juízo não é e não deve ser atemporal. A expressão artística dominante é uma imagem ideal, isto é, é a oficialização de uma determinada idéia de criação e de originalidade que foi normatizada. Esta oficialização implica que outras vanguardas foram desconsideradas no processo, mas que nem por isso deixam de existir, e que por alguma razão esta imagem ideal foi patrocinada por uma elite dominante, e inevitavelmente perde a sua qualidade inicial de efervescência cultural. Assim, os artistas e arquitetos interiorizam certos traços e rejeitam outros da expressão artística anterior.

A lembrança ativada por meio de objetos arquitetônicos de “memórias difíceis” deve ser considerada e ponderada para a opção de preservar ou não esses lugares testemunhos de determinado evento ainda recente. No entanto, se o objeto vai ou não ser preservado, não exclui a necessidade que temos de estudá-lo e registrá-lo, mesmo sendo memórias negativas, pois fazem parte da história da sociedade. A arquitetura modernista ainda preserva muitas tipologias com essa dupla significação - hospitais, sanatórios e prisões – que precisam ser identificadas e discutidas.

Essa imaterialidade e certeza efêmera é um elemento típico da pós-modernidade. Embora a confirmação da natureza subjetiva do pensamento pós-moderno seja controvertida, é um elemento libertador, pois tira parte do peso da responsabilidade de catalogar, rotular e organizar tudo - base do pensamento da intervenção em bens culturais. Ainda que a função da preservação do monumento seja a de lembrar e comunicar, é evidente que alguns monumentos não precisam ser conservados, pois podem ser registrados de outras maneiras. Esse é o caso das

paisagens culturais, categoria de bem cultural que não é claramente delimitado ou tangível.

A seleção do representativo não pode ser aplicável a tudo, e quando escolhido não pode se restringir aos limites físicos, pois outros fatores interferem em seu “sistema” (ou “ecossistema”). Deve-se prestar mais atenção naquilo que elegemos como bem preservado, de maneira a privilegiar mais seu caráter social e cultural. Neste sentido, o objeto, isto é, a “memória a ser celebrada” tem de estar de acordo com as memórias associadas a ele. Caso contrário, estar-se-á fabricando memórias para justificar a permanência de determinado artefato. A arquitetura presta um serviço social, acima da técnica e da arte, logo a fabricação de memórias esvazia o valor cultural do objeto arquitetônico.

Para Choay (2001), a função do patrimônio é ser construtiva, já que a identidade cultural é fundada de forma dinâmica. Por conseguinte, a disciplina deve existir não só para perpetuar os testemunhos do passado, mas para dialogar com esse passado através da sua apropriação e releitura. Essas ações não implicam na conservação da substância original do objeto arquitetônico, mas são tomadas conscientes das condicionantes qualitativas da arte de edificar. O objeto final da disciplina e das ações da preservação não é a perpetuação da cultura material, mas sim a fruição desta para uma comunidade. Portanto, desempenha um papel social, no qual a apropriação social é do monumento.

1.2 Iniciativas pioneiras de preservação de jardins de interesse histórico

Durante a Exposição Internacional de Bruxelas em 1934 e na Exposição de Paris em 1937, muitos profissionais ligados a associações regionais de arquitetura de paisagem discutiram sobre a necessidade de formar uma associação internacional própria.

No fim da Segunda Guerra Mundial, com as cidades da Europa destruídas e necessitando ser reconstruídas e planejadas, a arquitetura de paisagem começa a

ser encarada como uma atividade importante na reconquista urbana. A Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) foi fundada em setembro de 1948, na Universidade de Cambridge (Inglaterra), em uma reunião presidida pelo respeitado arquiteto Geoffrey Jellicoe⁸. A necessidade de criar uma federação internacional para os projetistas da paisagem partiu do grande benefício que seria o intercâmbio entre profissionais de diversos países.

"O objetivo da federação deve ser a promoção e incentivo da arte da paisagem em todas as partes do mundo" (Constituição da IFLA, Art. 2, 1948)⁹.

A IFLA foi fundada em uma época em que nem a ecologia ou o meio ambiente eram encarados pelo público com a mesma relevância de hoje. Desde seus primórdios teve importantes membros, profissionais da área da arquitetura de paisagem reconhecidos, tais como René Pechère¹⁰, Sylvia Crowe, Brenda Colvin, Walter Leder e Pietro Porciani.

As transformações culturais da paisagem ocorrem no âmbito tanto da teoria como da prática. Não existe, assim, uma única maneira de enxergar a natureza, pois o vínculo e a visão do homem diante da natureza são distintos. Como afirma Schama (1996:25), *"nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor, e as que as abraçam conhecem fases de maior ou menor entusiasmo"*. Dessa forma, a chamada "idade do ambientalismo" (*age of environmentalism*) iniciada a partir de 1970 na Europa e nos Estados Unidos, somente repercute em outros países e em outros campos de interesse, como do patrimônio histórico, na última década do século XX.

A consciência ecológica de nossa dependência ecossistêmica (MORIN, 2003), isto é, o ecossistema social repercutindo no ecossistema natural e na mudança de

⁸ Geoffrey Alan Jellicoe (1900-1996), arquiteto inglês que se dedicou ao projeto de jardins e paisagens. Seus principais projetos foram: o Water Garden, em Hemel Hempsted, o Kennedy Memorial, em Runnymede, e o Sutton Place, em Surrey.

⁹ Apud IFLA World Level Executive Committee. The story until now. Disponível em: <<http://www.net.ifla.org>> Acesso: 08/01/2003

¹⁰ René Pechère (1908-2002), arquiteto belga e membro da Associação Belga de Arquitetos de Jardins e Paisagistas (ABAJP). Foi o primeiro presidente do comitê conjunto de Jardins e Sítios Históricos do IFLA-ICOMOS, cargo que esteve à frente por vários anos. Em sua atividade profissional, não limitada à Bélgica, projetou mais de 900 jardins públicos e privados. Entre suas obras de restauração de jardins históricos destaca-se o Royal Gardens King Leopold III, na Bélgica.

mentalidade do consumismo, só seria esboçada com o agravamento no meio urbano da intensificação dos impactos da industrialização na vida humana: “*Aparecem a princípio como acontecimentos, um como imprevisto alerta à destruição da Natureza (alerta ecológico), e o outro como imprevisto abalo que põe em causa as normas e os princípios da vida social: o abalo contracultural*” (MORIN, 2003:183).

A princípio essa contra tendência foi denominada de ‘neo-arcaica’ (“neo-rousseauismo” ou “neo-ruralismo”). Essa mentalidade tem sua origem no pensamento romântico¹¹, defendido por filósofos e poetas como Jean-Jacques Rousseau, e é a busca de um ideal de purismo clássico, a fonte regeneradora do homem (RIBON, 1991). Nesta são enaltecidos os valores da “selva rústica”, onde o espírito da *Arcádia*¹² parecia ressurgir (SCHAMA, 1996; FARIELLO, 2000). A motivação não era a reinterpretação (característica da arquitetura neoclássica) de conceitos arquitetônicos, mas a busca das origens remotas e puras da arquitetura – uma materialização e uma restauração de um mundo ideal. A harmonia da paisagem significaria a harmonia social idealizada. Com o fim da monarquia absolutista na França, os homens da Revolução Francesa sentiam-se homens livres de uma Atenas ressurgida (SCHAMA, 1996).

A “invenção” do parque nacional ocorre em 1872 com a criação do parque Yellowstone, nos Estados Unidos. O contexto de sua criação está relacionado à criação de diversos parques públicos nos Estados Unidos, seguindo uma política europeia de inserção de parques iniciada no início do século XIX, bem como as “viagens de ilustração” de deslocamento da burguesia para regiões pitorescas (**Figura 02**). Assim, a criação do parque nacional de Yellowstone estava vinculada à necessidade de criação de um “lugar aprazível para o benefício e lazer do povo”, ao ideal de preservação de suas condições naturais: “*preservação do prejuízo ou da espoliação de toda madeira, dos depósitos minerais, das curiosidades naturais, ou das maravilhas, dentro do dito parque*” (“*Yellowstone Act*”, 1872 apud. SERRANO, 2003:104).

¹¹ Mantém uma ligação com o panteísmo (princípio iluminista de retorno à natureza).

¹² As paisagens bucólicas e nostálgicas das obras de pintores serão a materialização da idealização da *Arcádia*. A admiração e identificação pelos artistas românticos das obras dos pintores Nicolas Poussin e Claude Lorrain, com suas cenas de paisagens isoladas e melancólicas do passado clássico, serviriam de modelo para as paisagens criadas (tanto verdadeiras como idealizadas).

Figura 02 – As viagens de ilustração são uma busca pelo pitoresco. Fonte: Asher Brown Durand, *Almas gêmeas*, 1849. In: SCHAMA, 1996:206.

A ampliação do conhecimento sobre os mecanismos de regulação das várias formas de vida e de suas relações com o meio físico natural, contribui para o crescimento da preocupação da preservação da natureza, frente a sua destruição ou perigo eminente. Assim, novas categorias de ecossistemas, as “Unidades de Conservação”, a serem preservadas são discutidas em reuniões científicas desde fins do século XIX.

Atualmente, são contemplados nas Unidades de Conservação (UCA) ecossistemas não exclusivamente voltados para a proteção da natureza, mas por seus atributos de biodiversidade (inclusive com presença humana como as reservas indígenas) indicando um deslocamento dos conceitos preservacionistas que estiveram na origem dos parques norte-americanos, como o Yellowstone (SANDERVILLE, 2002).

No Brasil, existiram dispositivos legais protegendo recursos naturais (madeira e água) desde o período colonial e imperial¹³, mas somente a partir de instrumentos normativos de 1934 e 1937 é que essa proteção começou a ser mais efetiva (SANDERVILLE, 2002). Durante o Segundo Reinado, coube ao Imperador D. Pedro II contribuir para uma iniciativa pioneira, o replantio total da Floresta da Tijuca. Sua área primitiva havia sido devastada, em mais de 70%, por plantações de café¹⁴. O processo de replantio iniciou-se em 1862 e se estendeu até 1888, um ano antes da Proclamação da República. O replantio ficou a cargo de dois administradores, que eram funcionários da Inspetoria Geral das Obras Públicas da Corte. O primeiro foi Manuel Gomes Archer (1862-1874), ou Major Archer, e o segundo foi o barão Gastão de Escagnole (1874-1889). Ambos, com a ajuda de escravos de ganho, recebiam cerca de 1.700 réis por dia para a realização do trabalho.

O Major Archer tinha um plano ambicioso que apresentou ao governo: criar, a partir da Floresta da Tijuca, um celeiro de madeiras tropicais preciosas e renováveis.

¹³ Em 1844, uma grande seca levou o Ministro Almeida Torres a propor desapropriações, para salvar os recursos hídricos.

¹⁴ No século XVII chegaram os primeiros pés de café no Rio, e com eles mais desmatamento. Com a chegada da Corte, um grupo de chineses vem cultivar chá no Jardim Botânico, e escolhem o Maciço da Tijuca para viver (futura Vista Chinesa). O caminho aberto pelos lavradores asiáticos, a "Estrada dos Chinos" levava a esse ponto, onde no século XX Pereira Passos construiria o Mirante da Vista Chinesa.

Sua idéia era armar um esquema de plantio, venda e exportação, e replantio. O projeto deste pioneiro ambientalista, no entanto, foi recusado pela Corte. Sob a administração do Major Archer, cerca de 61.852 mudas de árvores foram plantadas, e na administração de seu sucessor foram plantadas 23.044. As espécies nativas eram todas vindas de Guaratiba, mas o Jardim Botânico foi responsável por fornecer mudas de espécies exóticas. No entanto, no início as mudas não vingavam; foi então desenvolvida uma técnica própria, que consistia em plantar as mudas ainda no cesto de taquara (confeccionado no local). O plantio de mudas foi realizado de maneira que a futura floresta não assumisse um aspecto monótono. Algumas mudas cultivadas na sementeira (1868) da floresta foram plantadas em jardins e praças da cidade, como o Campo de Santana (Praça da República). Em 1874, o Major Archer demitiu-se em razão das limitações das condições de trabalho.

O Barão de Eschagnolle foi incumbido de transformá-la em parque público. Nesta ocasião o botânico paisagista Auguste François Marie Glazou¹⁵ (1869-1876) foi contratado para traçar os caminhos e demarcar os recantos do parque. O objetivo do embelezamento era fazer uma área de recreação e lazer para a população.

Somente com a criação do Código Florestal, em 1934, é que os “parques naturais” passam a ser definidos como “monumentos públicos naturais”, ressaltando antes de tudo as intenções preservacionistas. A Constituição de 1937 reafirma essa característica e os inclui ao lado dos monumentos históricos e artísticos.

A partir de então, passam a ser levantadas e catalogadas áreas de interesse de conservação ambiental pelas secretarias de meio ambiente, a fim de se criar mecanismos para a promoção e proteção da flora, da fauna e da beleza cênica das paisagens. A primeira UCA do país data de 1937 - o Parque Nacional de Itatiaia. A iniciativa tinha a preocupação de se delimitar uma área natural protegida, a fim de preservar o patrimônio natural do Brasil. Assim, novas áreas são incluídas, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, devido ao rápido processo de desmatamento das florestas e das áreas verdes urbanas. Os crescentes e atuantes movimentos ambientalistas, os quais despontam na Europa na década de 1970, são

¹⁵ Chegou ao Brasil, no século XIX, a convite de D. Pedro II para ocupar inicialmente o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins e aqui permaneceu por 39 anos.

os promotores da divulgação da necessidade e das reivindicações de políticas públicas para a proteção das áreas naturais.

Essa contra-tendência agregada inicialmente em termos de *insalubridade*, ampliou-se a nível de manifesto na década de 1960 devido ao desenvolvimento técnico-econômico, à medida que se multiplicava a poluição no meio urbano. Todavia, seria somente com o Congresso de Amsterdã (1960), sobre o tema "Spaces for living" (Espaços de viver), que a IFLA ganha prestígio e o interesse de outros profissionais de campos associados ao tratar, sobre o ponto de vista da paisagem, das contribuições para o desenvolvimento sustentável e a qualidade ambiental das cidades. As soluções tradicionais das políticas públicas de higiene e de profilaxia social não eram suficientes, era necessário buscar novos caminhos.

Assim, a linha de ação da IFLA deixa de se limitar exclusivamente às conferências bienais. São implementadas, no final da década de 1960, parcerias e grupos de trabalho sob a forma de seções (e posteriormente comitês) para serem discutidas as diferentes frentes de atuação, a fim de garantir a abrangência necessária aos temas dentro da arquitetura de paisagem. Concursos internacionais também foram promovidos em conjunto com diversas instituições e a federação. Muitos dos trabalhos dos comitês, entre 1960 e 1970, foram relacionados com comissões específicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e com outras ações para promoção do verde nas cidades.

Em 1967, reunida na Sardenha (Espanha), durante a sua Assembléia Geral, a IFLA criou uma seção específica e pioneira, sob a coordenação de René Pechère, para discutir a metodologia para tratar os jardins de interesse histórico. Inicialmente foram catalogados os principais jardins, considerados históricos, existentes em diversos países do mundo. O resultado do grupo de pesquisa foi considerado decepcionante, pois foram identificados apenas 2000 jardins, um número pequeno comparado ao número de bens culturais mundiais (ICOMOS, 1971). O objetivo da seção era o de montar inventários de jardins existentes no mundo, pesquisar os meios de proteção, conservação, restauração e manutenção desses espaços, analisar e registrar as regras de composição da arquitetura e dos elementos

vegetais, bem como o entorno imediato dos jardins de interesse histórico e impedir a destruição desses espaços considerados valiosos.

Formalizado e iniciado o trabalho do grupo de estudos, René Pechère apresentou em diversas reuniões científicas, promovidas pelo Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), argumentações sólidas para a inclusão dos jardins de interesse histórico nas recomendações e debates no âmbito internacional. Porém os jardins eram relegados ao segundo plano, pois eram considerados uma arte menos complexa. A temática da preservação de sítios históricos segue em discussão através da carta patrimonial de Veneza em 1964, porém o assunto é tratado de forma muito superficial.

Apenas em 1970 é fundado o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios, como uma subdivisão do ICOMOS e do IFLA. Seus objetivos principais eram promover a defesa, a reabilitação, o conhecimento e a difusão desse patrimônio cultural ameaçado, através de conferências, simpósios e publicações.

Em 1971, na cidade de Fontainebleau (França), acontece o primeiro simpósio internacional de proteção e restauração de jardins históricos, organizado pelo comitê conjunto do IFLA/ICOMOS. Foram discutidos as experiências e os problemas enfrentados por diferentes países sobre questões pertinentes à preservação dos jardins de interesse histórico. As discussões concentraram-se nas definições e problemas envolvendo os inventários, os perigos e causas das destruições de jardins, os problemas da preservação dos grandes jardins privados, as leis de proteção e as recomendações de como proceder na conservação dos jardins.

Ao final do encontro, foram apresentadas recomendações para a salvaguarda dos jardins e a definição de jardim de interesse histórico: "*Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e horticultral de interesse para o público do ponto de vista histórico e artístico*" (ICOMOS, 1971:233). O empenho e a produção científica do comitê do IFLA/ICOMOS foram marcantes. No âmbito científico internacional, acabam por gerar da década de 1960 à de 1980 numerosos estudos publicados sobre um tema, até então, não discutido: a restauração em jardins de interesse histórico. A geração de René Pechère foi pioneira e a principal responsável pela

formalização da preservação de jardins de interesse histórico, concretizada anos mais tarde com a publicação da Carta de Florença.

Com o objetivo de aprofundar o tema de preservação de jardins e sítios históricos contido na Carta de Veneza de 1964, o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios reunido em maio de 1981 na cidade de Florença (Itália) elabora, com base nas discussões e experiências de mais de dez anos de estudo, a Carta de Florença. Esta era exclusivamente destinada à proteção dos jardins de interesse histórico e foi endossada na Assembléia Geral de Roma em 15 de dezembro de 1982.

Foi somente a partir de sua adoção oficial pelo ICOMOS que a maioria dos países incluiu os jardins de interesse histórico nas suas legislações de proteção. Entretanto, não foram imediatamente adotadas medidas concretas ou estudos de preservação e conservação específicos sobre o tema¹⁶. Muitos exemplares de jardins desapareceram ou foram deturpados em nome do “desenvolvimento urbano”, por interesses políticos ou por mudança de valores e gostos estéticos.

Desde 1971 o comitê científico já alertava para os perigos enfrentados pelos jardins de interesse histórico europeus com o “progresso” da civilização, o avanço dos centros históricos¹⁷ às periferias. A integridade dos jardins estaria comprometida, tanto daqueles situados em zonas de concentração urbana, como daqueles na periferia de grandes e médias concentrações. Estes últimos, por localizarem-se em zonas inicialmente isoladas, a absorção por parte da malha urbana comprometeria sua ambiência e acarretaria a perda das qualidades de sua situação original (BAGATTI-VALSECCHI, 1971).

Contribuindo para a descaracterização desses ambientes, somam-se as razões de ordem econômica e jurídicas (ou fiscais) provenientes da modernidade¹⁸. Os

¹⁶ Informação adquirida no INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Historic parks and cultural landscape at risk**. Paris, France, jan. 2003. At Risk. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/risk>> Acesso: Janeiro de 2003.

¹⁷ O termo centro histórico é proveniente da Europa. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro não é correto usá-lo, deve ser substituído por centralidade urbana.

¹⁸ Na qual as zonas verdes eram mais apreciadas enquanto entorno para os conjuntos residenciais.

antigos proprietários de grandes parques privados residenciais, pelo alto custo de manutenção de suas terras, optam por vendê-las para empreendimentos do tipo loteamento ou então para um novo uso o qual necessite de acréscimos de anexos que acabem por comprometer a originalidade do jardim (BAGATTI-VALSECCHI, 1971).

A partir de 2005, o ICOMOS reformula seus comitês científicos. Entre as mudanças, o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios é renomeado passando a ser denominado de Comitê Científico de Paisagens Culturais¹⁹ (2006). Embora o comitê continue sendo uma associação entre o ICOMOS e o IFLA (Federação Internacional de Arquitetos de Paisagem), sua linha de ação não se restringe mais aos jardins de interesse histórico, pois tem o intuito de abarcar todas as paisagens culturais.

Embora o termo paisagem cultural abranja uma série de outras categorias de bens patrimoniais (sítios históricos), observa-se que o comitê restringe-se a “paisagens” de sítios de composição paisagística em que seja conferida importância à substância vegetal, incluindo, por exemplo, paisagens rurais cultivadas, paisagens urbanizadas ou industrializadas, paisagens ornamentais projetadas como parques e jardins e os sítios de edifícios, estruturas e monumentos.

No Brasil, nos primeiros anos do SPHAN, na chamada fase heróica (1938-1960), tornava-se necessário correr contra o tempo para salvar o que ainda podia ser salvo da ação do tempo, do desconhecimento e de interesses especulativos. Dentro desse contexto, os principais jardins e parques da cidade do Rio de Janeiro foram listados para o tombamento²⁰. Esses espaços, além de exclusivamente públicos²¹ e de grandes dimensões, eram representantes típicos da mentalidade patrimonial da época (ver tabela 01). São desta época o tombamento do Campo de Santana (30/06/1938), do Passeio Público (30/06/1938), do Jardim do Valongo (30/06/1938), do Jardim Botânico (30/05/38), do Parque da Quinta da Boa Vista (30/06/1938) e o do Parque do Palácio do Catete (06/04/1938). A escolha desses

¹⁹ O presidente atual do comitê é Luigi Zangheri (Itália).

²⁰ Decreto-lei nº25, Capítulo 2, Artigo 4º, 30 de novembro de 1937.

²¹ Sendo administrados pelo poder público.

tombamentos não deixa de ter caráter educacional, por rememorar um passado considerado digno, de "[...] *origem da personalidade do país e momento de grande esplendor monumental*" (BRUAND, 2002:25).

Enquanto as paisagens com funções preponderantemente ecológicas (Parques Nacionais) são protegidas pela legislação de conservação da natureza, sob a atribuição de órgãos ambientais²², as paisagens de predominante valor histórico e cultural (jardins e parques), quando reconhecidas por seu valor patrimonial, seguem a legislação utilizada na proteção de outros bens imóveis patrimoniais, inclusive no que tange às recomendações do seu entorno. Essa diferenciação do patrimônio paisagístico gera distorções, em especial em termos de gestão.

As instituições patrimoniais, em um primeiro momento, aplicavam como critério base a monumentalidade de um determinado bem, sem considerar a ambientação que o contextualizava. A partir de 1965, por influência da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Paris, 1972), a conceituação de monumentos é ampliada, sendo incluídas paisagens representantes de um significativo estágio da história humana e cultural, especialmente quando estas se tornaram vulneráveis pelo impacto de seu entorno: Patrimônio Ambiental Urbano.

As unidades selecionadas recebem um estatuto especial para o seu uso e ocupação do solo, bem como para o manejo²³ de seus ecossistemas naturais, o qual definirá a sua categoria dentro das UCA's. Cada categoria de UCA cumpre um papel distinto, porém também complementar, que vai desde a preservação restrita até a utilização controlada dos seus recursos.

Até abril de 1981 as UCA's existentes no Brasil pertenciam apenas a duas categorias: Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Novas categorias são criadas com a decretação da lei Federal nº 6.902 de 27/04/81 e da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31/08/81), tais como: Estações Ecológicas, Áreas de

²² No Brasil o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

²³ O qual envolve uma extensa pesquisa das características da fauna e flora locais e de estratégias para a sua conservação e pesquisa - é o chamado "plano de manejo".

Proteção Ambiental, Reservas Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Reserva Particular do Patrimônio Público.

Em 1987, a Resolução CONAMA 011/87 declara nove categorias de UCA's, sendo substituídas da anterior as categorias de Áreas de Relevante Interesse Ecológico e de Reserva Particular do Patrimônio Público por seis novas categorias de Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, de Reservas Biológicas, de Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, de Monumentos Naturais, de Jardins Botânicos e de Jardins Zoológico e Hortos Florestais.

Atualmente, o plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (Lei Complementar 16/92) define oito categorias de UCA's, as quais utiliza como base de seus trabalhos: as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Reservas Biológicas, as Estações Ecológicas, os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e as Áreas de Preservação Permanente (APP).

1.3 Categorização da Paisagem e de Patrimônio Verde Público Urbano

A palavra paisagem²⁴ esconde a verdadeira complexidade de seu conceito. Em sua forma literal o termo refere-se a um plano distante do observador, ao fundo de uma vista ou panorama (SANDEVILLE, 2005). Esta interpretação faz parte do campo da percepção da paisagem no qual esta é uma representação que não substitui o objeto real, com seus distintos aspectos. Logo sua apreensão é parcial, uma vez que são selecionadas apenas algumas visadas (CARNEIRO, 2002). É possível perceber nas artes a sua consagração com as pinturas de paisagem de Claude Lorrain (1600-82). No entanto, essa percepção enquanto “panorama”, é uma limitação à aplicação do termo. Pois a paisagem é um processo interativo no qual atuam todos os sentidos e o observador também é participante (CARNEIRO, 2002).

²⁴ “Paisagem é a configuração espacial formada por objetos e atributos físicos, naturais e artificiais, e resultante do processo histórico da relação do homem com a natureza, onde atuam outros componentes de ordem social, econômica, psicológica e cultural, sujeitos a mudanças “ (Universidade de Manchester, 1976. apud. CARNEIRO, 2002:143).

No século XIX e até meados do século XX, a paisagem era usualmente separada enquanto “natural” e “construída”. Por trás dessa caracterização, de base subjetiva, estava uma percepção exclusivamente visual do rústico, isto é, do que era ou não “selvagem”. Esse conceito do “selvagem” ou “intocado”, avesso ao conceito de “civilização” ou “cultura”, foi sendo ultrapassado.

A partir de 1972 é criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) um instrumento internacional de monitoramento e de cooperação e assistência frente à necessidade da salvaguarda do patrimônio mundial (cultural e natural). Era destinado a auxiliar os Estados-membros da convenção nos esforços de desenvolver a preservação e a identificação do patrimônio. Neste há diferenciação entre o patrimônio cultural (monumentos isolados, conjuntos edificados e sítios urbanos) e patrimônio natural (monumentos de formação física ou biológica, geológica e sítios naturais).

*[...] o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de **destruição**, não somente pelas **causas tradicionais de degradação**, mas também pelas **mudanças da vida social e econômica**, que as molestam com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis* (Conferência da Unesco - Paris, 1972 apud. CURY, 1995:177, grifo nosso).

Atualmente compreende-se que as ações humanas no meio ambiente natural apresentam diferentes gradações de interferência ou modificação, de maneira que se pode distinguir entre os meios ambientes totalmente modificados e aqueles onde a presença humana manifesta-se em menor grau, seja direta ou indiretamente (Carta de La Plata, 2006). A disciplina da geografia foi fundamental para o questionamento de até que ponto a ação de interpretar a paisagem é crucial para apropriá-la, já que é uma ação de agenciamento da indústria humana.

Para o geógrafo cultural²⁵ Augustin Berque (1994; 1995), a concepção da paisagem reflete-se no estudo dos aspectos materiais da cultura. Ele considera que o vínculo entre o homem e a natureza não é uma característica universal ou

²⁵ Na geografia cultural entende-se que a paisagem não reflete todos os aspectos de uma cultura, somente aos materiais, uma vez que são realizados por atores variados e cujas ações só seriam coordenadas excepcionalmente (CLAVAL, 2001).

imediate, de maneira que existem povos que não possuem paisagem²⁶. A paisagem é, dentro desta visão, concebida como conceito histórico e cultural. Logo, há uma dialética entre a organização do meio ambiente (a prática) com a interpretação cultural (teoria) do espaço apropriado.

*Les sociétés interprètent leur environnement en fonction de l'aménagement qu'elles en font, et, réciproquement, elles l'aménagent en fonction de l'interprétation qu'elles en font*²⁷
(BERQUE, 1994:17).

Assim a paisagem pode ser definida enquanto “*parte de um território, tal como é **apreendida** pelas populações, cujo **caráter** resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos*” (Convenção Europeia da Paisagem, Art.1, 2000, grifo nosso). Observa-se que a sua apreensão não se restringe à assimilação visual espacial, embora esta seja uma percepção comum, mas também à assimilação de outros contextos: materiais, climáticos, econômicos, sociais e culturais.

Quando partes específicas desta paisagem apresentam interesse social por expressar uma relação longa e íntima entre a sociedade e o ambiente natural, quer por remanescentes físicos que refletem os usos da terra do passado, por sua riqueza em biodiversidade, ou por sua vinculação com fatos históricos memoráveis estas são denominadas de “paisagens culturais”. As paisagens culturais fazem parte do patrimônio cultural, já que podem ser clarificadas como sítios derivados de “*obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza*” (Conferência Geral da UNESCO, Art. 1, 1972 apud CURY, 2000:179).

Quando as paisagens culturais, em suas escalas distintas, são identificadas por seu valor de excepcionalidade, estas são denominadas de patrimônio-paisagístico²⁸. Tal patrimônio reconhecido é protegido por instrumentos normativos. Essa atribuição é sempre consequência de uma mentalidade de poder, por essa razão esse patrimônio aparenta ser artificialmente recortado na paisagem.

²⁶ As culturas que “não teriam paisagem” seriam aquelas em que a separação dos ambientes (cultural e natural) não estaria definida ou distinguida pelo grupo humano de maneira consciente.

²⁷ “As sociedades interpretam o seu meio ambiente em função da disposição que elas lhe dão, e reciprocamente, elas o dispõem em função das interpretações que elas lhe dão” (BERQUE, 1994: 17).

²⁸ Para Sanderville (2004) a aplicação do termo “patrimônio-paisagístico” indica uma valoração da paisagem que auxilia em sua contextualização, sendo melhor aplicada do que simplesmente “paisagem”.

Em 1992, a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO aprovou a inscrição de “paisagens culturais” à lista de Patrimônio de Valor Universal, tornando-se o primeiro instrumento legal internacional para reconhecer e proteger paisagens culturais. O termo “paisagem cultural” foi incluído na categoria de bens da lista da herança mundial depois de umas séries longas e intensivas de reuniões de estudiosos internacionais.

Entre as tipologias de paisagens culturais aceitas pela UNESCO, expostas em sua *Operational Guidelines*²⁹, destaca-se a paisagem claramente definida projetada e criada intencionalmente pelo ser humano. Isto abarca os jardins e os parques implantados por razões estéticas, sociais e recreativas, que são freqüentemente associados a conjuntos edificados monumentais.

A segunda tipologia distingue-se em paisagens “organicamente evoluídas”. Tais paisagens refletem aquele processo de evolução na forma e nas características de seus componentes. Eles entram em duas sub-tipologias: o de relíquia (ou fóssil) e o de paisagem contínua. Na primeira, o processo evolutivo foi finalizado em algum momento no passado, porém suas características distintivas significantes ainda são visíveis em forma material. Já na segunda, a paisagem retém um papel social ativo na sociedade contemporânea associando-se ao modo tradicional de vida, no qual apresenta evidência de sua evolução histórica.

A última tipologia de paisagem cultural é a associativa, na qual a paisagem tem associações culturais definíveis, mas o elemento natural sobressai à evidência cultural material que pode ser insignificante ou até mesmo ausente.

Observa-se que na Europa os jardins de interesse histórico, entre as poucas paisagens culturais inscritas, são predominantes na Lista de Herança Mundial: Schönbrunn na Áustria, Versalhes e Fontainebleau na França, Würzburg, Potsdam e Wörlitz na Alemanha, Jardim Botânico Padova, Vila Adriana, Vila d'Este, Caserta na Itália, Alhambra e Aranjuez na Espanha, Drottningholm na Suécia, Blenheim e Kew Gardens no Reino Unido. Porém, na Ásia, África, América e Austrália os

²⁹ É um documento revisado periodicamente que reflete as decisões do comitê da UNESCO e que auxilia na normatização do Patrimônio Mundial.

“monumentos naturais” excedem em número as paisagens culturais: o Parque nacional de *Wood Buffalo* e Parque nacional de *Rock Mountains* no Canadá, o Parque nacional de *Hawaii Volcanoes* e Parque nacional do *Grand Canyon* nos Estados Unidos, o Parque nacional da Serra da Capivara no Brasil, o Parque nacional de *Manú* no Peru, as Ilhas de Galapagos no Equador, a Grande Barreira de Coral, a região de *Willandra Lakes* e o *Tasmania Wildernes* na Austrália.

Atualmente o número de exemplares de paisagens culturais concentra-se na Europa e na América do Norte e ainda representam uma pequena porcentagem das inscrições aceitas. Para Sirisak e Akagawa (2007), a ausência de mais exemplares deve-se à dificuldade na identificação do que seja paisagem cultural e à influência direta das condicionantes políticas e econômicas (guerras, políticas de estado e desastres naturais) na política cultural dos países membros da UNESCO. No Brasil, somente está inscrita na "Lista do Patrimônio Mundial" a Floresta da Tijuca. No entanto, em 2007, estudos promovidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) foram realizados para embasar propostas de inclusão de paisagens culturais da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo na lista do patrimônio.

Os recentes documentos normativos nacionais, Carta de Bagé de 2007, e regionais, Carta de La Plata de 2006, são uma tentativa de romper com a visão eurocêntrica e ampliar o universo de estudo das paisagens culturais na América Latina. O termo paisagem cultural é definido como:

[...] “é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, possíveis de leituras espaciais e temporais (Carta de Bagé, Art.2, 2007).

Os documentos defendem a importância da paisagem cultural, uma vez reconhecido seu valor enquanto patrimônio coletivo, e fazem considerações de como salvaguardá-lo. No documento nacional, a paisagem cultural traz o enfoque de bem cultural, sendo recomendada a implantação de um sistema de avaliação da qualidade da paisagem para fins de seu monitoramento. Já o documento regional considera que o direito à paisagem justifica a elaboração de uma “política da paisagem” (Convenção Européia da Paisagem, 2000). Nesta política deveria fazer

parte a elaboração de Planos Diretores e outros instrumentos legais integrais e permanentes de planejamento da vegetação urbana (o “patrimônio verde público urbano”) para as cidades com mais de 20.000 habitantes, um programa de educação ambiental para a conscientização da importância da arborização urbana e do ecoturismo, o controle e monitoramento da contaminação dos recursos naturais, e contar com a colaboração dos diferentes órgãos que atuam neste campo.

Nesta perspectiva da conservação integrada ao planejamento urbano, novos instrumentos aplicados a outros bens patrimoniais poderiam contribuir no monitoramento das alterações na paisagem cultural do patrimônio paisagístico. A “avaliação de impacto culturais ou visuais” (Memorando de Vienna, Art.29, 2005) é recomendada para acompanhar propostas de intervenções contemporâneas em “paisagens urbanas históricas”³⁰, isto é, cidades históricas já inscritas na Lista do Patrimônio da Humanidade (Conferência UNESCO, 1972).

A aplicação do termo “patrimônio verde público urbano”³¹ foi primeiro usado na Carta de La Plata (2006). Seu significado estende-se somente ao território ocupado por vegetação que tenha valor social no espaço citadino. Este valor é atribuído ao seu utilitarismo na preservação do conjunto do ecossistema, bem como ao seu valor estético cultural e ao seu potencial de recreação (lazer ativo ou passivo).

As configurações morfológicas, bem como as nomenclaturas destinadas aos chamados espaços livres de urbanização “[...] *alteram-se com o tempo conforme novas atribuições e funções dos espaços exteriores são percebidas*” (ROMERO, 2001: 29). A nomenclatura utilizada pelo Ministério de Obras Públicas da Espanha (MOPU) para designar espaços livres assemelha-se à noção de espaços arquitetônicos, uma vez que introduz os elementos de composição como definidores de espaço (materiais construtivos, linhas, planos e texturas), porém os diferencia por aquele “*criar uma experiência de espaço envolvente, articulado entre si e apto para*

³⁰ O termo “paisagem urbana histórica” (Memorando de Vienna, 2005) abraça uma diversidade de manifestações nas cidades históricas, entre os quais os planos de piso, planos de cobertura, eixos visuais principais, plantas de edificações e tipologias são partes integrantes de sua identidade. Dentro dessa paisagem urbana histórica também podemos identificar, como fazendo parte desse conjunto, o “patrimônio verde público urbano” (Carta de La Plata, 2006).

³¹ Pode ser interpretado como o patrimônio-paisagístico constituído dos espaços verdes urbanos e da arborização urbana (Carta de La Plata, 2006).

o uso comum a que se destina" (ROMERO, 2001:30). Dentro desse contexto, divide os espaços livres públicos em quatro grupos, sendo estes: sistemas gerais de espaços livres (parques urbanos), os sistemas viários gerais (rodovias, ruas de trânsito e passeios), os sistemas locais de espaços livres (praças, pracinhas e parques de esportes) e os sistemas locais de vias (ruas de acesso e estacionamentos).

A vegetação, enquanto elemento morfológico, nem sempre estrutura espaços, pois "[...] *dentro do contexto urbano somente alguns espaços, como grandes parques, são estruturados por vegetação*" (MACEDO, 1996:13). Na maioria das praças o que se observa é que todas são definidas primeiramente pelo contexto construído (elementos edificados) do entorno e que a princípio independem da vegetação como elemento estruturador. Os espaços subsistem morfológicamente independente da existência ou não da vegetação. O mesmo pode ser observado nas vias de circulação - ruas, vilas e avenidas - que independem de arvoredo para ter uma identidade morfológica própria.

Observa-se que embora os documentos normativos nacionais e internacionais existam e apresentem contribuições significativas para a gestão e para a política da paisagem, ainda não foi sentida qualquer aplicação expressiva, acima de tudo, no campo da proteção de jardins de interesse histórico. A lacuna entre teoria e prática, entre a elaboração de conceitos legislativos ("gestão e política da paisagem") e a proteção efetiva do território, é muito grande. A crítica que persiste ainda hoje é que o patrimônio verde urbano público é considerado de importância secundária em comparação com outros bens culturais materiais, e raramente são vistos como partes integrantes de um contexto.

A colaboração dos órgãos de preservação com os planejadores urbanos ainda é pouco colocada em prática. Sua atuação restringe-se na formulação de diretrizes de educação patrimonial, mas não atua diretamente nas diretrizes de uso do solo. Mesmo entre os órgãos de preservação – histórica e artística e ambiental, a colaboração está longe de ser uma tarefa simples.

Esta dificuldade no diálogo entre os órgãos pode ser explicada pelos enfoques, inicialmente, distintos. Os instrumentos reguladores da “paisagem natural” – as unidades de conservação ambiental – são baseados em preceitos de escolha e monitoramento basicamente “estéticos”, isto é, a aparência de “natural”, seguindo o exemplo dos parques norte-americanos. Esta mentalidade de natureza intocada acarretou uma postura distinta para proteção de paisagens “naturais” e “culturais”. Por essa razão, ainda se mantém instrumentos normativos e diretrizes distintas que contribuem para um enfraquecimento da ação dos órgãos de salvaguarda.

Uma vez verificado que o patrimônio verde público urbano - como o jardim de interesse histórico - possua uma grande extensão de terra abrigando uma diversificada coleção de fauna e flora, a sua inclusão como Unidade de Conservação Ambiental (UCA) é lógica, mas não é uma alternativa ao tombamento, e sim complementar. No julgamento das qualidades e impactos sobre um determinado objeto gerido em conjunto não deve ser observado apenas o cunho histórico ou artístico, mas sim o potencial ambiental do jardim. A capacidade de autorizar ou impedir intervenções na área envoltória do bem extrapola os dispositivos do estatuto do tombamento. A aplicação de dispositivos legais para o controle e a conservação de cunho ambientalista (Relatórios de Impacto ambiental e Relatórios de Impacto de Vizinhança) poderia contribuir positivamente para a preservação deste patrimônio cultural.

1.4 Crise ambiental e Política da Paisagem

O modelo atual de ocupação urbana disperso (processo de *urban sprawl*³²), conseqüência de uma reestruturação na lógica de ocupação e consumo do espaço citadino (VILHAÇA, 1998), tem gerado profundos impactos ambientais. Esses impactos repercutem em um maior consumo de recursos naturais, no aumento da poluição atmosférica, no agravamento dos conflitos sociais pela segregação sócio-

³² O termo “*urban sprawl*” surge em meados da década de 1960 na literatura norte-americana, associado a um fenômeno de crescimento desordenado das aglomerações urbanas (OJIMA, 2006).

espacial, no crescimento da demanda de transporte automotivo individual impulsionado pelo consumo ou pela ampliação das distâncias para cobertura dos serviços públicos e na maior incidência de problemas de saúde (respiratórios, obesidade, etc.).

Desde meados da década de 1970, diversos grupos de entidades civis, movimentos sociais e políticos atuam buscando incluir, na agenda da política da paisagem dos Estados, alternativas para o crescimento urbano: o movimento de crescimento consciente (*smart growth*). Este movimento não apresenta modelos de desenho urbano pré-definidos, mas se apóia nos princípios do consumo consciente, da saúde coletiva, da qualidade de vida e da “sustentabilidade ambiental” (OJIMA, 2006). Assim, o desafio do desenho ambiental nas cidades, na atualidade, é proporcionar o desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo em que proporciona a qualidade de vida e a qualidade ambiental para seus atuais e futuros habitantes.

Mas a qualidade é um atributo subjetivo, pois é um conceito cultural. Quando associado com métodos científicos (procedimentos e medições) e indicadores pré-determinados, este conceito assume parâmetros objetivos que podem ser objeto de regulação. Tanto a qualidade de vida como a qualidade ambiental estão interligadas e a conscientização de sua dualidade e relevância são cruciais para a melhoria das condições do ambiente urbano.

1.4.1 Qualidade de vida

*Persuadidos de que a paisagem constitui um elemento chave do **bem-estar individual e social** e que a sua **proteção, gestão e ordenamento** implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão* (Convenção Européia da Paisagem, 2000: 1, grifo nosso).

O conceito de qualidade de vida, isto é, o bem-estar humano, esteve por muito tempo atrelado às concepções de necessidades básicas de salubridade e higiene pública. Atualmente esse conceito expandiu-se para o conforto e para o bem-estar mental – relacionado a atividades de lazer – e para o comprometimento da herança de um espaço citadino sadio para as futuras gerações, e a isso também é incluída a disciplina de preservação do patrimônio. Assim, considerando os espaços verdes

livres no ambiente urbano, entre os aspectos sócio-culturais que definem a qualidade de vida na atualidade, tem destaque o lazer.

Segundo Dumazedier (1980) a palavra lazer só pode ser aplicada nas sociedades industriais. Para justificar tal análise, refere que no passado a comunidade seguia obrigações rituais (festas religiosas) impostas pela comunidade. Para o autor, o lazer depende da: "[...] *livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais influam evidentemente sobre esta livre escolha*" (DUMAZEDIER, 1980:50). Sem dúvida, o lazer aristocrático não pode ser encarado como lazer moderno, voltado à cultura de massas. No entanto, os mesmos mecanismos rituais podem ser contemporaneamente percebidos na sociedade do capitalismo tardio, seja no entretenimento nos *shopping centers* ("templos do consumo"), seja em boates e shows musicais onde seus freqüentadores são induzidos a se sociabilizarem. O ato de ir ao jardim ou parque é uma tradição, portanto uma necessidade inventada culturalmente, mas nem por isso perde o seu valor.

O que contribui para o esvaziamento do valor é a redução do bem cultural a um bem de consumo. Ao vender uma identidade consumível, a indústria cultural cria um mundo fictício, pois o real é transfigurado para seduzir e fascinar. Para ser facilmente consumida, a imagem do marketing público se aproxima de um estereótipo, é simplificada e representa um fragmento do valor real do objeto. Corre-se o risco de criar tradições inventadas, criando simulacros distantes do real e expor o patrimônio à banalização e à depredação (BO, 2003).

- E o pior é que parece que ninguém vê nada. Estão cada dia mais cegos, entendes? Vão e vêm, mas não enxergam. Não prestam atenção. Não amam o jardim. E por isso que o estragam. Nem sei o que vêm fazer aqui. Já não falo dos que passam por ele, a correr, porque têm hora marcada e isto é apenas um caminho. Falo dos que vêm para se sentar. Pensas que estão reparando nos verdes e nos encarnados... que miram alguma borboleta ou algum passarinho? Que ficam por ali, como se estivessem pensando, e de repente, que fazem? (O Jardim, de Cecília Meireles, 1947).

O conceito de cultura de massas (MORIN, 2002) é considerado a homogeneização da produção, não levando em consideração as distinções de

classe, idade ou sexo: "[...] *a modernidade definiu-se por seu caráter de massa: é uma cultura da vida cotidiana e uma cultura de massas*" (LE GOFF, 2003:200). As necessidades populares, produtos materiais e imateriais, muitas vezes apresentam-se na verdade enquanto "desigualdades populares", uma vez que o termo necessidades estaria ligado a um conceito falso de homogeneização. Na atualidade, a percepção do que é essencial ou necessário está vinculada ao consumo de uma cultura industrial e de massas. No entanto, as peculiaridades e subjetividade dos indivíduos que formam essa massa não são levados em consideração neste termo. Seria o lazer uma necessidade ou um direito? Na sociedade liberal o conceito de lazer foi construído através da união de ambos.

O lazer é a forma mais elevada da atividade humana, pois: "[...] *a pausa do lazer é a interrupção do ritmo normal que se volta apenas para si mesma como modo de atividade superior, portanto não é pausa*" (TEXEIRA, 2000:143). No entanto, o lazer não é mais sinônimo de ócio, tornou-se uma imposição da sociedade industrial, do "tempo-livre" fora do trabalho. Para Adorno (2002) o tempo livre é acorrentado ao seu oposto: o trabalho. Assim, o tempo livre acaba apresentando-se como um apêndice do trabalho, no qual tem como função primordial restaurar a força de trabalho através de atividades que mantenham o indivíduo controlado.

Na modernidade progressista, a postura de funcionalidade consolida-se como princípio fundamental do desenho da composição, gerando espaços funcionais setorizados, com estares e recantos. Dessa maneira, os projetos tinham que comportar espacialmente todos os equipamentos que o programa exigia, fossem a contemplação, a recreação cultural e a recreação infantil. O espaço que deveria ser socializado multifuncionalmente acaba por ser a extensão de uma sociedade progressista, cujo freqüentador torna-se mais uma peça de montagem e o espaço urbano um *locus* produtivo. O ócio³³ é subjugado em favorecimento a uma

³³ O valor social conferido ao lazer não é o mesmo do ócio. Ao ócio é atribuída uma carga negativa, um desvalor que o aproxima da preguiça, da inaptidão, vício ou da ausência de uma "vocação" para o trabalho. Já o lazer é uma virtude compatível com a esfera do trabalho, ao ponto da existência de uma "indústria do lazer".

produtividade, extensão de uma sociedade capitalista industrial que domina a produção dos espaços.

O trabalho submetido à racionalidade instrumental da economia de mercado adquire uma natureza compulsória, que exige um sacrifício físico ou mental, com a qual o indivíduo não se identifica e que só realiza sob a estrita coerção da necessidade. O tempo fora do trabalho (tempo-livre) é organizado segundo a lógica econômica de uma indústria do lazer que transforma em consumo os espaços, paisagens e os meios necessários para a fruição do tempo livre (ANTUNES, 2001).

A instauração da jornada de oito horas de trabalho suscitou a esperança e também a inquietude dos reformadores sociais: o tempo liberado seria utilizado para desabrochar ou para degradar a personalidade?[...] A verdade é que na sociedade pós-industrial, apesar das possibilidades acrescidas de tempo livre, jamais será para todos, uma sociedade marcada pelo tempo livre (DUMAZEDIER, 1980:62).

Nas sociedades contemporâneas, a esfera do trabalho surge não como o *locus* próprio de manifestação da atividade criativa do homem em sua prática cotidiana, mas como a esfera de reprodução de uma atividade com a qual o trabalhador se defronta como algo exterior a ele. O lazer, por sua vez, é o tempo destinado à “revitalização” física e psicológica do indivíduo, necessária à reprodução e à manutenção desta mesma esfera do trabalho. Por essa razão, da lógica do mercado, o estudo do espaço urbano deve ser evidenciado como munido de simbologia e significado cultural.

1.4.2 Qualidade do ambiente

A qualidade ambiental está quase sempre relacionada à permanência dos atributos do ecossistema natural no sítio. No entanto, observa-se que o ambiente não se restringe ao natural, mas também ao ambiente construído. O ambiente urbano é produto das relações estabelecidas pelo homem, e evidentemente quando os atributos da forma urbana estão sendo modificados, isso acarreta alterações no comportamento térmico dos espaços microclimáticos que interferem na qualidade de

vida. Assim, a arquitetura tem efeitos sobre o que fazemos e como interagimos com o espaço.

Quando a sociedade reprime mais ou menos o ecossistema natural, ela instala, com a civilização urbana, um “novo meio”, isto é, um novo ecossistema, ou antes, um ecossistema (sócio-urbano) no ecossistema (natural). Vê-se muito bem que a idéia de eco-sistema social pode confundir-se fácil e utilmente com a de meio urbano, se esta for entendida em seu sentido rico. [...] Ora, quanto mais evoluída a sociedade, isto é, quanto maiores o número, o lugar, o papel dos artefatos, objetos produzidos por e para a atividade industrial (industrial), maior é o caráter “técnico” do ecossistema social (MORIN, 2003:186).

Nesse contexto, o emprego da terminologia “ecossistema” (MORIN, 2003; ODUM, 1988) conduz a uma noção mais ampla do que outros termos conhecidos, como meio, ambiente ou natureza, que não são suficientemente claros. Um ecossistema é consequência das interações de um conjunto de fenômenos em um determinado nicho ecológico³⁴. Embora ainda esteja muito relacionado ao meio natural, este também ocorre no meio social das cidades. O “ecossistema sócio-urbano” (MORIN, 2003:187) compreende não só os fenômenos especificamente urbanos e sociais, mas também os fenômenos bio-geoclimáticos - elementos e sistemas vivos constitutivos do meio natural, como clima, atmosfera, subsolo, microrganismos, vegetais, animais. Essas variantes, nem sempre corretamente contempladas no planejamento urbano, fazem parte de uma “dimensão ambiental” (KLIASS, 1995). A aplicação dessa terminologia confirma o caráter ecológico do ambiente urbano, sua dependência inelutável com relação à natureza, e aumentam sua complexidade sistêmica.

*A **dimensão ambiental** deverá permear todos os setores da administração municipal e outros níveis de decisão, do poder público e da iniciativa privada, e ser fator significativo nas decisões referentes a todas as intervenções urbanas e em todas as escalas. (KLIASS, 1995, grifo nosso).*

A chamada “qualidade ambiental urbana” (KLIASS, 1995) também é um conceito mutável ao longo do tempo, mas é uma atribuição de juízo que define aspectos que garantem a vida dos cidadãos dentro de padrões de qualidade no

³⁴ A ciência que cuida do projeto de ecossistemas e organizações humanas, para benefício de ambos (desenvolvimento sustentável), é a Engenharia Ecológica.

ecossistema sócio-urbano, tanto nos aspectos biológicos (saneamento urbano, qualidade do ar, conforto ambiental, condições habitacionais, condições de trabalho, sistemas de transporte, alimentação, etc), quanto nos aspectos sócio-culturais (percepção ambiental, preservação do patrimônio cultural e natural e lazer).

Para avaliar o status da questão da qualidade ambiental no ambiente urbano é preciso analisar o cerne da civilização industrial. O processo de urbanização das cidades foi intensificado a partir do século XIX, tanto na Europa quanto na América do Norte, a partir de operações de remodelação dos centros urbanos. Sobre o mote da higienização, o saneamento, a garantia de ar e sol às habitações e a melhoria da acessibilidade aos diversos setores da cidade (porto), as cidades foram “qualificadas”. Grande parte desses projetos espelharam-se nas soluções e na imagem da cidade-luz adotadas em Paris, pelo Barão Haussman. O ambiente urbano construía a imagem de *locus* privilegiado, isto é, variedade e intensidade de fenômenos de concentração de populações, de atividades, de trabalhos, de divertimentos e de bem-estar, opondo-se fortemente à imagem do atraso rural; “*local deserdado da vida repetitiva e monótona, do desconforto e do baixo nível de vida, das atividades rituais e das proibições, da solidão e do tédio*” (MORIN, 2003:176). A cidade industrial se define, a partir de então, não mais como a sede da civilização urbana, mas como o local da vida urbana (MORIN, 2003).

No entanto, a vida urbana passou a exigir uma participação maior dos cidadãos, pois o crescimento das cidades resultou, ao nível popular, em terríveis anomalias, pressões, profundas repressões, incertezas de vida e de “sobrevida” (desemprego), aglomerações e desregramentos múltiplos (delinquência, alcoolismo). Deste modo, acompanhando a necessidade de ordenação da cidade constituem-se aparelhos e dispositivos de planificação e distribuição dos fluxos internos intensificados pelo tráfego (congestionamento e atropelamentos), tornou-se necessário garantir qualidade para as famílias burguesas poderem habitar nas cidades. Para Rosa Kliass (1995), é nesse momento que foi introduzida claramente a qualidade ambiental, tal como concebemos hoje, na concepção dos espaços nas cidades.

Nessa qualificação, a implantação de vias largas arborizadas, a criação de parques de bairro (*squares*) tiveram um papel muito importante na Inglaterra e França. Os modelos francês e inglês se propagaram por toda Europa e América, e um exemplo significativo foi a remodelação de Viena no fim do século XIX, com a monumental *RingStrasse*.

No paisagismo, ao contrário da arquitetura, as primeiras manifestações do período moderno não se configuraram como uma ruptura com os procedimentos e características do período eclético (*Beaux-Arts*) que o precedeu. O modelo de jardim e parque inglês vigorou até o início do século XX, inspirando praticamente todos os parques da época, não só no Brasil, mas na América do Sul e inclusive na América do Norte.

O movimento de valorização e inserção de parques na estrutura urbana desenvolvido nos Estados Unidos (*Park Movement*) teve como sua principal figura Frederick Law Olmsted (1822-1903). Dentro da luta pela valorização do potencial paisagístico dos parques públicos, projetou diversos parques nos Estados Unidos durante o período de 1851 a 1895. São significativas as experiências de desenho urbano preconizadas pelo arquiteto paisagista americano Frederick Law Olmsted, com a implantação de um sistema de áreas verdes permeando a cidade, nas cidades norte-americanas - como Chicago, Boston e Philadelphia – gerando condições de qualidade ambientais excepcionais (KLIASS, 1995).

Olmsted foi influenciado pelos parques ingleses, porém, começou a desenvolver o seu próprio pensamento a respeito da função social dos espaços verdes no planejamento urbano, como instrumento de reforma social. A criação de parques públicos estava inserida no movimento que sintonizava a nova cultura opondo-se radicalmente à prática corrupta e cruel do liberalismo do *laissez-faire*, e contrariando as iniciativas de privatização do espaço urbano. Enquanto na Inglaterra o parque se manifesta como um dos componentes da cidade em expansão, nos Estados Unidos se converteu em um instrumento específico de planejamento urbano. Na sua concepção, o parque deveria entrar na cidade como elemento orgânico e de organização, portanto interligado, que deve preceder e orientar as iniciativas especulativas da iniciativa privada. Outra grande contribuição ao

ordenamento urbano caracteriza-se pelo sistema de parques (*Park Systems*), o qual reúne os cinturões verdes de bosques ligados através de avenidas ou cursos fluviais (*greeways*). Dessa maneira os parques e jardins ficam voltados para as cidades, em contraponto ao parque tradicional inglês, massa verde encravada na cidade (**Figura 03**).

A atuação de Olmsted no combate à desagregação da comunidade e à miséria, revelava que ele comungava dos ideais progressistas, estendendo-se às reformas higienistas e ambientalistas, que entendia esses interesses como uma adequada aplicação da ciência e da técnica aliada à natureza. Cabe lembrar que este Movimento dos parques americanos - o *Park Movement* - iniciado nos Estados Unidos estava diretamente ligado ao *Conservation Movement*, (criação de Parques e Reservas Nacionais) que através de políticas, apoiadas pelo estado americano, investem na proteção aos recursos naturais.

Seu trabalho mais reverenciado, até hoje, é o *Central Park* em Nova York. Em 1858, os paisagistas Olmsted e Calvert Vaux venceram a concorrência para conceber um jardim nas terras do centro de Nova York parcialmente alagadas e onde se encontravam uma pedreira, fazendas de porcos e barracos de posseiros da antiga Manhattan. O paisagista norte americano Andrew Jackson Downing, após uma visita em 1851 ao Palácio de Cristal na Inglaterra, idealizou um parque urbano no centro de Manhattan que deveria ser concebido tal quais as grandes arcádias³⁵ imperiais em ascensão na Europa (grandes estufas climatizadas), ou seja, como um local onde a população poderia "[...] *regalar-se nos bosques de palmeiras e árvores de especiarias provenientes dos trópicos, ao mesmo tempo que velozmente e sem ruído grupos deslizavam de trenó pela neve que cobriria as avenidas do parque no inverno*" (SCHAMA, 1996).

Na concepção de Downing e dos seus contemporâneos simpatizantes da arcádia inglesa típica, o parque deveria não só ser projetado para oferecer uma paisagem agradável aos seus freqüentadores, mas como uma terapia para a

³⁵As concepções da arcádia são influência da escola paisagística inglesa - presença de amplos gramados, arvoredos e pavilhões de variados temas (zoológicos e estufas) - correspondente a um momento tardio dos jardins ecléticos.

doença, o caos, a sujeira e a violência da metrópole moderna. Partindo do conceito de uma arcádia metropolitana inovadora, com espaços de entretenimento modernos (diversão) e sentimentalismo bucólico (solidão), Olmsted concebeu o parque mais irregular e natural. Com o objetivo de evitar que o parque pudesse representar um obstáculo para a comunicação entre ambos os lados da cidade, o paisagista criou quatro artérias de trânsito que o atravessavam por calçadas independentes dos passeios interiores, permitindo um acesso de veículos e pedestres. O trânsito, porém, não comprometia a soberania dos caminhos de pedestres. Foram descartados os baixos prados, pois o seu entorno já era composto por edifícios altos que já rodeavam o parque e interromperia brutalmente o campo de visão (SCHAMA, 1996). O *Central Park* não só constituía o reencontro coletivo na utilização do tempo livre em atividades modernas (lazer ativo e passivo), mas também como impulsionador econômico de requalificação urbana, ao promover a supervalorização dos terrenos em seu entorno.

No entanto, seria o Projeto de Riverside em Illinois (1869) que influenciaria os arquitetos modernos, como Le Corbusier, por sua premissa de fluidez dos espaços verdes envolvendo as unidades de habitações (JOHNSON, 1997). A concepção formal inovadora garantia uma intervenção urbana de complexos residenciais imersos em plena natureza, tal qual campos ingleses, que eram atendidos por uma infra-estrutura eficiente proporcionando às classes dirigentes uma fácil comunicação com a cidade. Olmsted foi um profissional notável, que além de inovar no programa do parque (funcionalidade), tinha preocupações de regeneração ambiental através da introdução de espécies nativas, e foi responsável pelo emprego de uma metodologia de projeto paisagístico, extremamente moderna, na qual constam: fases de inventários, análises, diagnóstico e intervenção (CHACEL, 2002 apud. SANTOS, 2004:13).

A experiência do *Park Movement* norte americano, em especial o sistema de áreas verdes permeando a cidade, vai influenciar projetistas europeus (LEJEUNE, 1994). Destaca-se na França a figura do urbanista e paisagista Jean Claude Nicolas Forestier (1861-1930), o qual publica em 1906 um texto fundamental para a arquitetura da paisagem, "*Grandes Villes et systèmes de parcs*" (**Figuras 04 e 05**). Neste, preocupa-se na proporção, distribuição dos espaços públicos, das vias

arborizadas, dos parques e jardins (LEJEUNE, 1994), pois considerava que a “ciência dos jardins” deveria estar a serviço da arte urbana. Sua produção concentra-se na França, em Marrocos, juntamente a Henri Prost, na Argentina e em Cuba. Vinculado à corrente da *Beaux-arts*, possuía vários admiradores, incluídos arquitetos modernos como Le Corbusier.

As transformações mais efetivas na concepção dos parques urbanos começam a despontar logo após a Primeira Guerra Mundial. Nesta época ocorre na Europa, principalmente na Alemanha, Áustria e Holanda, um surto de modelos de urbanização baseados em ideologia socializante em que os parques ganham grande importância e uma nova linguagem que corresponde à tendência das artes em geral³⁶. Com base nas necessidades de demandas sociais e de produção caracterizada pela simplificação dos volumes, o pensamento condutor desse processo torna-se a concretização de uma cultura de massas, pela predominância do típico sobre o individual.

Os arquitetos que trabalharam na Alemanha, principalmente durante a República de *Weimar* (1918), foram responsáveis pela elaboração de diversos parques populares (os *Volkspark*) que enfatizavam o uso coletivo dos espaços, juntamente a premissas modernas de função. Outros espaços de lazer inovadores integravam este "sistema de parques": os *play-grounds* com áreas de esporte e jardins comunitários (os *allotment gardens*). Apesar das áreas serem destinadas a novas modalidades e apresentar uma setorização funcional do espaço, a configuração dos parques revelavam traçados convencionais, o mesmo ocorrendo na concepção das praças e dos jardins contíguos às edificações, que não acompanhavam o arrojo de algumas obras arquitetônicas.

³⁶ Os dogmas clássicos são banidos pelos princípios elementares de composição e de montagem.

Contribuiu para esse modelo funcional, a grande crise econômica e social em que a Alemanha encontrava-se após a guerra, bem como as teorias de Leberecht Migge (*Die Gartenkultur* des 20, 1913). Migge defendia uma renovação das cidades com a difusão de jardins domésticos (os horto-domésticos) para a sustentabilidade e parques públicos para a unificação do campo e da cidade. Ainda durante a guerra (1916), propõe juntamente a Martin Wagner um parque específico para a recuperação física e espiritual dos soldados que voltavam das frentes de batalha. Trabalhou com diversos arquitetos, inclusive com Ernst May na implantação dos Parques Praunheim e Romerstadt em Frankfurt. Em vários de seus trabalhos e projetos a preocupação na montagem de programas onde imperassem a funcionalidade - integração de habitações, equipamentos comunitários e jardins produtivos - superaram o conceito inicial de parque popular. Outro paisagista alemão de importância foi Erwin Barth, diretor dos jardins de Berlim no período de 1910-1912, projetou diversos parques populares, inclusive o Parque Rehberge (1929) aplicando princípios semelhantes a da ecogênese³⁷.

Na Rússia soviética, a concepção de parques populares também foi explorada, em que os usos culturais, políticos e militares entrelaçavam-se. Com o fim das cidades capitalistas, voltadas à mentalidade do acúmulo de riqueza, um novo modelo urbano-industrial deveria expressar a identidade legitimadora (CASTELS, 1999) através de uma identidade de projeto urbanístico soviético. Os desurbanistas soviéticos assumem o papel de transformadores do novo modelo que exigia uma reconfiguração urbana. Assim, surgem propostas da introdução do verde urbano e territorial fluido, isto é, a cidade imersa à superfície verde (**Figura 06**).

Esta concepção deve-se a Moiséi Guínzburg, em associação com M. Bartch, em seu projeto de "desurbanização" da Cidade Verde (1930). A premissa deste projeto era tornar com o tempo a cidade de Moscou um "parque-semi-rústico" (FRAMPTON, 2000:212). Previa a ampliação da cidade calcada em uma repartição de funções urbanas, apoiada em uma estrutura do tipo espinha contendo em suas extremidades habitações contínuas e imersas em espaços coletivos. No núcleo original, através de um sistema articulado de artérias previa-se a retirada progressiva

³⁷ Isto é, a regeneração ambiental conduzida através do emprego da flora nativa em associações naturais (CHACEL, 2001).

da população residente e a degradação natural dos prédios fantasmas. A intenção de Guíinzburg era demolir as edificações abandonadas, liberando a superfície para a implantação de parques e deixando apenas os monumentos mais significativos.

Segundo Fariello (2002), foi na cidade de Amsterdã, na Holanda, que se deu a experiência mais importante da aplicação dos princípios modernistas, devido ao seu apurado nível técnico e artístico: o Bosque de Amsterdã. O parque implantado em um *polder* existente, foi projetado em 1928 por Cornelis Van Eesteren, sendo iniciado em 1934 e tendo suas obras prolongadas por vinte anos. A comunicação dos seus diversos equipamentos de lazer, localizados racionalmente de acordo com sua utilização (lazer esportivo, lazer passivo e etc.) e imersos em massas verdes, é realizada por meio das tramas dos canais fluviais e caminhos secundários de pedestres (**Figura 07**).

Essas experimentações e teorias eram foco de debate promovidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's) na Europa. O termo "moderno", a partir do final do século XIX, passa a definir os ideários de um certo progresso de evolução positiva e linear. No século XX, no período entre guerras, consolida-se uma expressão artística, que se convencionou chamar de Movimento Moderno, cuja arquitetura e urbanismo racionalistas propunham um postulado positivista da "Era do maquinismo". O Movimento Moderno é influenciado por essas contribuições dos CIAM's e oferecerá programas de espaços de entretenimento no ambiente urbano fundamentados nas exigências coletivas da sociedade industrial e capitalista.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as cidades industriais assistiram a um novo capítulo da sua evolução: a reconstrução através da *tábula rasa* (**Figura 08**). Entre os fatos que mais marcaram estas intervenções, destacam-se a ênfase nos sistemas viários, a despersonalização dos espaços, a massificação dos sistemas habitacionais e o desrespeito ao patrimônio cultural e natural das cidades e do seu entorno (KLIASS, 1995).

Figura 06 – Exemplo das correntes modernas para as áreas verdes. Detalhe do Plano da Cidade Verde de Guinzburg, 1930. Fonte: FARIELLO, 2000:329.

Figura 07 – Exemplo das correntes modernas para as áreas verdes. Projeto do Bosque de Amsterdã de Cornelis Van Eesteren, 1934Fonte: FARIELLO, 2000:300.

Figura 08 – Exemplo das correntes modernas para as áreas verdes. Proposta para o Rio de Janeiro de Le Corbusier, 1930. Fonte: FARIELLO, 2000:330.

Em 1941, com a publicação da Carta de Atenas³⁸, é inaugurado este postulado de uma "nova arquitetura", cujo expoente máximo deste movimento seria o arquiteto-urbanista Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier). Contribuiu para a incorporação desse postulado a profunda crise em que se encontravam os países europeus. Neste contexto, difundem-se as reivindicações por melhorias nas condições de vida da população em geral. O chamado "Estado do bem estar social" foi a resposta do sistema capitalista liberal para amenizar as pressões sociais; este pleiteava uma elevação do nível de vida das populações, sobretudo urbanas. Foi concebido, originalmente, com o papel de intervir na economia, nas relações entre capital e trabalho e na legislação. Assim, o Estado assume e garante o direito do cidadão à previdência, primordial em tempos difíceis do pós-guerra, por garantir segurança aos desempregados por invalidez e a sua inserção ou reabilitação na comunidade.

Os pecados pelos quais o estado de bem-estar original se destinava a pagar eram os da economia capitalista e da competição de mercado, do capital que não podia manter-se solvente sem enormes custos sociais em existências despedaçadas e vidas arruinadas [...] (ZYGMUNT, 1998:52).

Com as cidades da Europa destruídas e necessitando ser reconstruídas e planejadas, a arquitetura de paisagem começa a ser encarada como uma atividade importante na reconquista urbana. É neste contexto que a Carta de Atenas de 1933 é divulgada, seguindo uma premissa racionalista de que urbanismo e arquitetura juntos são capazes de evitar a revolução. Le Corbusier busca criar uma cidade segura para conter e controlar as aglomerações, e para isto nega a cidade tradicional européia, por considerar um modelo superado, pois não apresenta a funcionalidade pretendida para o progresso. A beleza das cidades antigas enfatizada por "contemporâneos" como Camillo Sitte, na virada do século XIX, é desconsiderada, pois o belo é o produto da racionalidade.

O emprego da máquina alterou as condições de trabalho. [...] As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados: doença, decadência, revolta. O mal é universal, expresso nas cidades por um congestionamento

³⁸ A primeira versão oficial da Carta de Atenas data de novembro de 1933, publicada nos "Anais Técnicos". Em 1941, Le Corbusier publicou, anonimamente, um documento com mesmo nome, no qual constava a sua interpretação das conclusões discutidas.

que as encurrala na desordem, e no campo, pelo abandono de numerosas terras (Carta de Atenas, Artigo 8, 1933. Apud. CURY, 2000:26).

Assim, consolida-se uma visão de desenho urbano e tratamento das áreas verdes baseada na Carta de Atenas: de arranha-céus ou conjuntos habitacionais de altas densidades populacionais inseridos em um espaço coletivo paradisíaco de natureza recriada. As novas propostas diferenciavam-se das propostas higienistas que vigoraram até meados do século XIX, pois estas não se restringiam à salubridade garantida pela aeração urbana, mas ampliavam o repertório de ação através da necessidade da criação de um estatuto para toda a cidade. Era encarado como primordial criar premissas para a cidade funcional, em que através do controle do solo (estatuto da terra) seria distribuído entre a coletividade o bem estar decorrente do avanço técnico. No entanto, longe de representar uma ruptura no sistema capitalista, proclamava uma nova etapa do capitalismo que acentua o caráter de intervenção do Estado (contexto de crise econômica mundial³⁹) e, portanto, a arte passa a ser regulada e, por fim, a ser legitimadora da ideologia do seu principal patrocinador.

A premissa, no caso da arquitetura modernista européia, era que somente através do progresso técnico os cidadãos teriam conquistas sociais (amenização dos conflitos sociais). E este progresso estava ligado a uma homogeneização e *standartização* das necessidades humanas, através da concretização de um estilo internacional, que não levasse em consideração os aspectos culturais ou que não recorresse às formas do passado (tipificação dos seus elementos regionais). No caso brasileiro, o Movimento Modernista estava afinado com as propostas da Carta de Atenas, calcada no mito do "espírito dos tempos" (*Zeitgeist*) e de ruptura com uma tradição estética acadêmica, porém, juntamente a um comprometimento social e intelectual, também sintetizava a busca por uma identidade nacional.

Os novos cânones estabelecidos pela Carta de Atenas, considerada o "livro sagrado da arquitetura moderna brasileira" (BRUAND, 2002) foram fundamentados

³⁹ Na Europa, durante o primeiro pós-guerra, o Estado passa a ser o grande cliente dos arquitetos, devido ao déficit habitacional acumulado e os trabalhos de reconstrução.

na crença de que a produção em massa estaria a serviço dos ideais democráticos, portanto um sentimento "moderno" compatível com a nova nação que se formava. No entanto, o que ocorre é que a denominada "arquitetura nova" é imposta de forma muito rápida e superficial, com investimentos maciços para a realização de uma arquitetura monumental, apoiada por um estado ditatorial.

Na Carta de Atenas, a habitação, o trabalho, a circulação e o lazer são considerados os quatro pontos-chaves da nova arquitetura. A temática do lazer está relacionada diretamente com as demais, no entanto se percebe uma maior preponderância nas teorizações da habitação. As áreas destinadas aos espaços coletivos parecem ser uma simples consequência das definições expressas das necessidades da habitação moderna. Segundo Fariello (2000), Le Corbusier manifesta uma visão bastante simplista da natureza, onde a vegetação é aplicada para ressaltar a pureza geométrica da arquitetura, valendo-se de bosques bucólicos.

Desde o nascimento da sociedade industrial, os pensadores sociais do século XIX previram a importância do lazer, ou melhor, do tempo liberado pela redução do trabalho industrial (DUMAZEDIER, 1980:62).

Na Carta de Atenas, o lazer assume três papéis básicos: o do cotidiano, o do semanal e o do anual. Para cada uma dessas modalidades, são manifestadas no documento, preocupações em diferenciar as distâncias do deslocamento percorridas pela população, inclusive no que diz respeito à acessibilidade fácil, por meio de oferta de vias de circulação. No entanto, premissas mais específicas tratando de dimensionamento e programa não são avaliadas.

O documento considera ainda que o sol, o espaço e a vegetação são elementos indispensáveis para os seres vivos e constituem a matéria-prima para o urbanismo. Afirma que o afastamento do cidadão de sua origem natural, isto é, o seu contato com o campo, produz um sentimento de nostalgia em relação à vegetação, que afeta diretamente a saúde humana e portanto sua qualidade de vida: "O indivíduo que perde contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade, corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade" (Carta da Atenas, artigo 11, 1933

apud. CURY, 2000:28). Neste ponto, a crítica progressista moderna assemelha-se muito à posição culturalista de Camillo Sitte. Para Sitte (1992:181), o verde na metrópole pode ser classificado em duas formas de emprego: o "verde sanitário", onde é disposto em recintos protegidos (aspectos bioclimáticos) como parques e jardins, e o "verde decorativo", cujos efeitos são ilusórios e a única função é de ser visto pelo maior número de pessoas, localizando-se nos principais eixos de circulação.

Assim como Camillo Sitte (1992), o documento do CIAM critica a solução corrente nas intervenções urbanas (*Beaux Arts*) de implantar a arborização em fileiras contínuas de árvores ao longo dos dois lados de avenidas, por considerar que o número excessivo de árvores utilizadas - as quais poderiam ser melhor empregadas em bosques e parques para a população (SITTE, 1992) - por estarem localizadas em vias de alto fluxo e na sombra de edifícios, acabam por não apresentar melhorias funcionais e geram um custo muito alto da manutenção destas alamedas.

Ao abordar a questão da destruição dos bosques e das reservas naturais que cercavam outrora as cidades tradicionais, o documento modernista salienta o problema das altas densidades nas cidades tradicionais; no entanto, este postulado é revisto ao longo do documento para justificar a disposição das novas habitações sociais:

*Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade. **Nessas condições**, as altas densidades significam o mal-estar e a doença em estado permanente (Carta de Atenas, artigo 9, 1933 apud. CURY, 2000:27, grifo nosso).*

Apresenta uma postura social-liberal ao considerar necessário tornar acessível "uma certa" quantidade de bem estar, independentemente da questão do dinheiro, a todos indivíduos integrados na sociedade. No entanto, não fica claro que "certa" qualidade seria esta, e nem tão pouco a preocupação com os indivíduos que não se encontram inseridos nesta sociedade de produção. Por defender que os modernos recursos técnicos disponíveis poderiam contribuir para as exigências de uma vista mais agradável e o maior aproveitamento da superfície urbana para equipamentos coletivos, conclui que é providencial que tais habitações alcancem alturas superiores

aos usuais seis pisos: "*É levando em consideração a altura que o urbanismo recuperará os terrenos livres necessários às comunicações e os espaços úteis ao lazer*" (Carta de Atenas, Artigo 82 apud. CURY, 2000:60).

*É preciso ainda que elas estejam situadas a distâncias bem grandes umas das outras, caso contrário sua altura, longe de constituir um melhoramento, só agravaria o mal existente [...] a densidade de sua população deve ser elevada o bastante para validar a organização das instalações coletivas que serão os **prolongamentos** da moradia* (Carta de Atenas, artigo 29. Apud CURY, 2000:37, grifo nosso).

Assim, tais espaços públicos seriam os prolongamentos diretos e indiretos das moradias, a fim de acolher atividades coletivas⁴⁰ de lazer ativo ou passivo, a ser realizado somente nas horas de tempo livre, bem como a uma função secundária de embelezamento. Este é um aspecto importante da abordagem, pois o tempo gasto em atividades de lazer devem estar relacionados com o tempo dispensado ao trabalho: "*[...] prever as instalações necessárias à boa utilização das horas livres, tornando-as benéficas e fecundas*" (Carta de Atenas, Artigo 77. Apud CURY, 1933: 57).

Os planejadores urbanos modernistas fragmentaram a cidade nas funções de lazer, de morar, de trabalho e de circulação, de maneira a atribuir uma missão separada e específica das zonas urbanas. Mas a qualidade de espaços verdes coletivos (espaços livres), idealizados como espaços abertos e acessíveis a todos pela concepção socializante moderna, perdem seu papel social de espaços de lazer dos moradores do bairro, tal qual a rua tradicional.

Na cidade da eficácia moderna, não há lugar para o coletivo ou para o pertencimento, apenas para a "urbanidade", multidões de anônimos. Faltava à cidade modernista qualidades urbanas ligadas ao encontro, à reunião e à vida coletiva. Isto contribuirá para a indefinição social das áreas verdes em torno destas habitações e o incentivo à rarefação das relações sociais. Diminuiu-se, assim, a "*[...] quantidade de contatos e misturas de usos que caracterizavam a cidade multifuncional e mais pública*" (ROLNIK, 2000:182).

⁴⁰ Tais como creches, organizações pré ou pós-escolares, círculos juvenis, centros de entretenimento intelectual ou de cultura física, salas de leitura ou jogos, pistas de corrida ou piscinas ao ar livre.

Enfim, a crise dá-se por planejadores urbanos modernos julgarem-se detentores da capacidade de determinar as necessidades do homem e de recriar a cultura urbana através da materialidade da cidade, através da construção de cidade que privilegiava a eficácia. Esta questão guiou as discussões no congresso do CIAM 8 em 1952, que se concentrou na recuperação do modo de vida nas cidades. Induzir à espontaneidade foi a maneira discutida de dar às cidades modernas os mesmos valores que às antigas, não visando apenas aglomerados de indivíduos.

Convivemos com os velhos e novos problemas da cidade industrial capitalista em nosso cotidiano: desigualdades sociais, poluição ambiental, trânsito confuso de automóveis, verticalização, aumento de população, habitações precárias para os mais pobres e conflitos urbanos. A dualidade entre o modelo progressista e o modelo culturalistas, ainda são hoje alvo de críticas e modelos que buscam novos protótipos ou caminhos. A diferença da tecnotopia para a antrópolis está no foco da leitura da cidade, enquanto a tecnotopia preocupa-se com o espaço físico, na antrópolis o importante é perceber como a morfologia urbana reflete nos diferentes atores sociais.

O urbanismo visionário da tecnotopia está baseado na busca do progresso humano através do progresso tecnológico. O urbanismo progressista, modelo oficial, implantado em diversas cidades não resolveu todos os problemas que se prestava e contribuiu para acirrar outros. Uma das críticas do novo progressismo "visionário" é a falta de um aproveitamento técnico para os quais os progressistas propunham-se e que realizaram. Nesse contexto, consideram que para um resultado satisfatório é preciso lançar mão de tecnologias de ponta e grandes concentrações urbanas para adaptar às necessidades da vida atual e de um futuro próximo. Para isso novas variáveis, como o condicionamento ambiental, devem ser exploradas nas pesquisas.

O urbanismo humanista da antrópolis desenvolve-se nas ciências sociais, mas tem repercussão nas críticas do grupo de arquitetos Team X (em 1958). A partir de 1950 surgem novos estudos com uma abordagem humanista, em contraposição aos princípios progressistas e se aproximando por vezes do culturalismo. A chamada escola da neoecologia tem sua origem na escola ecológica ou de Chicago, surgida nos Estados Unidos em 1916. Sugeriu interpretações sociológicas da cidade, com

base em teorias evolucionistas das culturas. Seus princípios foram transpostos da ecologia para explicar as organizações sociais urbanas, e teve como objeto de estudo as relações entre o meio e a sociedade.

Mas a década 1960-1970 devia revelar que estas soluções eram insuficientes, que o desenvolvimento não estava dominado, que a racionalidade técnica esquecera a complexidade biológica e a hipercomplexidade psico-afetiva, que os novos subúrbios formavam novos bolsões de anomalia, que as alternâncias de fim-de-semana ou de férias não resolviam as inquietudes urbanas (MORIN, 2003:177).

As cidades modernas deixam de ser o espaço para a civilização e se tornam aglomerações. Sobre essa temática, autores de vanguarda na psicologia urbana, Kevin Lynch (*"The Image of the City"*, 1959), Gordon Cullen (*"Townscape"*, 1964), Christian Norberg-Schulz (*"Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture"*, 1965), Jane Jacobs (*"The Death and Life of Great American Cities"*, 1961), detêm-se nas décadas seguintes. Seus manuscritos tornam-se manifestos sobre a omissão da qualidade formal, da qualidade simbólica e da qualidade de vida no universo artificial e amorfo das cidades modernistas. A partir de 1950 surgem novos estudos com uma abordagem humanista⁴¹, em contraposição aos princípios progressistas e se aproximando por vezes do culturalismo. Em tais estudos havia a presença da reflexão e de atitudes analíticas para com o espaço urbano, tendo diversos enfoques disciplinares (psicologia, antropologia e ecologia). Consideravam o espaço em função de sua relação com os indivíduos, portanto sem modelos predefinidos, uma vez que seria caracterizado pela *"[...] participação dos usuários na análise e na configuração dos espaços onde vivem"* (KOHLSDORF, 1985:42).

No final da década de 1960 surge uma nova tendência desse pensamento, de espaço urbano como meio de relações humanas, ganham destaque a "análise visual" e a "percepção do meio ambiente" (DEL RIO, 2003). Nestas são abordados os aspectos psicológicos das relações entre os indivíduos e o espaço urbano. O meio ambiente é definido como meio ambiente psíquico, ou seja, como meio

⁴¹ A chamada escola neo-ecológica, tem sua origem na escola ecológica ou de Chicago surgida nos Estados Unidos em 1916. Sugeriu interpretações sociológicas da cidade, com base em teorias evolucionistas das culturas. Seus princípios "foram transpostos da ecologia para explicar as organizações sociais urbanas, e teve como objeto de estudo as relações entre o meio (e não o espaço) e a sociedade" (KOHLSDORF, 1985:35).

ambiente percebido e decodificado pelos indivíduos. Assim, a atribuição de valor afetivo ao ambiente (sentido de lugar), contribui para a garantia da qualidade de vida nas cidades.

1.4.3 Enfoque do Planejamento Ecológico da Paisagem: consequência da urbanização sobre o território

O Planejamento Ecológico da Paisagem tem seu quadro conceitual iniciado no século XIX – nos movimentos de preservação e conservação de remanescentes de ecossistemas naturais – e organizado a partir do final da década de 1960. Contribuiu para a definição do seu corpo teórico e metodológico a obra de Ian McHarg intitulada “*Design with Nature*” (1969). Outros trabalhos se seguiram tratando da problemática ambiental urbana sob o prisma da urbanização e da transformação do território, tendo grande repercussão as obras de Michael Houg (“*Natureza e cidade*” de 1995) e de Anne Whiston Spirn (“*Jardim de Granito*” de 1995). Atualmente, o Planejamento Ecológico da Paisagem incorpora a premissa da sustentabilidade do meio pelo uso equilibrado dos recursos naturais, da convivência das áreas naturais remanescentes com o ambiente urbano, da redução dos conflitos ambientais e o controle dos impactos negativos que causam a sua degradação.

A legislação brasileira, seguindo a pauta das Conferências Internacionais (1960-1990), passa a elaborar, a partir da Constituição Federal de 1988, normas e diretrizes para mitigar os impactos ambientais e atribui à coletividade o direito ao meio ambiente equilibrado, isto é, o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável pressupõe uma operacionalidade para contribuir para o sucesso econômico da cidade e para a vitalidade sociocultural. Assim, deve ser estabelecida uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais do respectivo território.

Em áreas densamente construídas e com alta concentração populacional, como nas capitais brasileiras, os efeitos negativos da urbanização para o conforto térmico e a salubridade da população tem sido facilmente percebidos, ao contrário de outras variantes físicas, como o impacto ambiental causado pelo ruído urbano ou a sombra projetada. As variantes físicas que ocorrem na camada de cobertura

urbana têm conseqüências diretas no consumo de energia elétrica, pois são determinantes na sensação de conforto ou desconforto no interior das edificações, contribuindo para a necessidade de condicionamento artificial que altera o microclima das edificações históricas. Já no recinto urbano, os efeitos da apropriação de recursos ambientais do entorno, juntamente ao desenvolvimento urbano desequilibrado, são as causas da poluição visual (obstruções na paisagem), da poluição sonora e principalmente da poluição ambiental, seja na atmosfera, no terreno ou do lençol freático dos espaços verdes, inclusive nos jardins de interesse histórico.

A produção de poluentes originada pelo tráfego e pelas indústrias são responsáveis por modificações nas condições climáticas dos ambientes urbanos, acarretando prejuízos para a qualidade de vida e o meio ambiente. O efeito dessa mudança climática em escala local é o aumento da temperatura nos centros urbanos mais densos, configurando o fenômeno da “ilha de calor”. Entre as causas que influenciam a formação da ilha de calor, podem ser destacadas: o aumento da área da superfície construída exposta, o aumento da poluição do ar, a redução do fator de visão do céu, as perdas de calor dos edifícios, o aumento do tráfego urbano, o aumento da inércia térmica na escolha dos materiais, o aumento da impermeabilidade e a redução da incidência dos ventos. Ressalta-se que as taxas de ocupação muito altas, o excesso de pavimentação nas áreas de circulação ou mesmo a concentração de construções, tornam a superfície muito reflexiva (aumento térmico do ambiente) e facilitam a ocorrência de inundações, na ocasião de chuvas intensas.

Quanto mais alto o grau de urbanização, maior é a quantidade de radiação armazenada pela excessiva cobertura pavimentada do solo e pelos materiais dos edifícios (“porosidade”). Embora a produção de calor seja grande, devido aos níveis altos de contaminantes atmosféricos, ocorre uma redução da difusão do calor, aliada a uma evaporação reduzida. Esses condicionantes atrapalham, por serem obstáculos, atrapalham a penetração dos ventos, já que a umidade do ar é reduzida.

Entre as outras variantes físicas, ressalta-se a ventilação, uma vez que é indispensável para a renovação de ar e tem importância estratégica para amenizar o

conforto térmico em regiões de clima quente e úmido, caso do Rio de Janeiro. O aproveitamento do movimento do ar é importante para a salubridade das populações, sendo que um mínimo de ventilação permanente é indispensável para evitar a transmissão de doenças e, em climas tropicais, contribuir para acelerar a perda da umidade dos corpos e aumentar assim a sensação de conforto térmico.

A velocidade de deslocamento das massas de ar é menor em regiões com maior rugosidade, isto é, densamente construídas, já que perde energia com o atrito. Esta grande turbulência do fluxo do ar causa baixa velocidade do ar ao nível do piso e alta nas maiores alturas, já que na altitude o vento desloca-se livremente. A porosidade dos materiais também influencia o fluxo de ar. Os sítios compactos, ou “sítio opaco” (SOUZA; ROMERO, 2005), acumulam mais calor devido à propriedade térmica dos materiais e se torna fundamental uma maior ventilação para realizar as trocas térmicas. Já um sítio mais poroso, com maior número de espaços verdes dispostos na malha urbana e com variações de gabaritos, são mais fáceis a renovação de ar e a ventilação cruzada. Assim, quanto mais reduzida a velocidade dos ventos, mais tempo será necessário para o deslocamento dos poluentes da atmosfera urbana, inclusive a poluição causada pelo trânsito de veículos.

O impacto do ruído no meio urbano também influencia a permanência dos indivíduos nos espaços, na saúde e na qualidade de vida. Estudos de variação de ruído (BERRETTINI; SILVA; SILVEIRA, 1998) dentro do ambiente urbano indicam que os meios de transporte são os principais emissores de ruído, já que apresentam uma constância⁴² em sua produção, com destaque para os emitidos pelos veículos urbanos. Já não é mais percebido o efeito da “declividade do ruído” dos veículos em vias principais de cidades de médio e grande porte, uma vez que o fluxo é intenso em vários sentidos. Os espaços verdes, com topografias moduladas e grandes maciços de indivíduos vegetais, podem amenizar o impacto acústico de grandes eixos de circulação nas proximidades. As vibrações - causadas também por outros meios de transporte, como aeronaves e trens e metrô - podem interferir

⁴² Por representarem emissões temporárias são descartadas dos estudos e dos levantamentos de nível de ruído as fontes originadas por obras civis, shows e eventos artísticos (BERRETTINI; SILVA; SILVEIRA, 1998).

negativamente no sítio do espaço verde, por ser prejudicial à permanência humana e da fauna do local.

As vibrações no subsolo são graves, pois podem gerar recalques⁴³ que comprometem a estrutura de conjuntos edificados de valor histórico e da flora local do jardim de interesse histórico. Podem ser produzidas pela ação de cargas verticais das edificações e pelo movimento de terra durante os trabalhos de fundações de novos empreendimentos imobiliários no entorno. Em terrenos originados de aterros ou com lençol freático muito próximo, a execução de fundações profundas pode afetar as águas dormentes dos jardins de interesse histórico, provocando um desequilíbrio que atinge o desenvolvimento da flora local.

A sombra projetada de edificações está sempre presente nos recintos urbanos. Esta característica é um fator importante para a debilitação dos espaços verdes. O crescimento urbano e a especulação imobiliária tendem a verticalizar as construções, especialmente ao redor de áreas valorizadas, gerando obstáculos à entrada de iluminação natural e à ventilação, prejudicando a condição dos jardins históricos ali situados.

Outro fator característico do crescimento urbano são as obras de infraestrutura (principalmente com o objetivo de ampliar o sistema de transportes), as quais tendem a sacrificar partes ou mesmo espaços verdes inteiros. Essas iniciativas podem, inclusive, deturpar os jardins de interesse histórico, uma vez que comprometem a integridade da composição paisagística de valor patrimonial e possíveis vestígios arqueológicos de um sítio histórico. Acaba-se por perder parte importante da cobertura vegetal do recinto urbano.

O desmatamento da cobertura vegetal⁴⁴ contribui para a ocorrência de deslizamento de terras, assoreamento e contaminação do ciclo hídrico na cidade. Por sua vez, a descarga de resíduos sólidos e líquidos e de efluentes industriais e

⁴³ O terreno natural pode não resistir à descarga das fundações e causar deformações diferenciais significativas na área envoltória.

⁴⁴ Compreendida enquanto espaços arborizados livres de edificação, públicos ou privados, tais como: unidades de conservação, parques, jardins botânicos, arborização de vias, praças, margens de cursos de água, quintais e jardins residenciais.

residenciais contribui para a contaminação das nascentes dos rios. Tal contaminação impede uma captação da água sem que se introduza um sistema de tratamento para o consumo humano. Esse tratamento tem que ser químico e, caso não controlado, pode acarretar danos ou prejudicar a saúde dos animais domésticos e do ser humano. Muitos resíduos são altamente poluentes e podem contaminar os solos, os lençóis freáticos, os rios e as nascentes, e em especial, quando estão nas vizinhanças de lixões ou de aterros sanitários.

O ciclo hídrico na cidade também sofre impacto com a impermeabilidade do solo urbano. As águas pluviais deveriam, pela permeabilidade do solo, ser drenadas naturalmente, mas o excesso de superfícies impermeáveis acarreta enchentes e, novamente, deslizamentos de terra. As bacias hidrográficas que abastecem os lençóis freáticos podem estar contaminados por resíduos sólidos prejudicando o desenvolvimento e germinação nos espaços verdes, assim, acelerando a degradação da flora e perda da fauna local.

As variantes físicas contribuem na ambiência de um sítio de valor patrimonial, como os jardins de interesse histórico, de maneira que seus impactos podem aumentar a rapidez e intensidade do processo de deterioração e descaracterização do patrimônio. O estabelecimento de indicadores⁴⁵ físicos, ambientais, sociais e econômicos para a sustentabilidade e qualidade do ambiente urbano são propostos na década de 1980. Contribuem para o debate e o incentivo a estudos sobre os indicadores de impactos produzidos por atividades antrópicas ao meio ambiente e a qualidade de vida no espaço urbano os seguintes documentos internacionais: a Declaração de Estocolmo (Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ UNEP, 1972), a Carta do Rio (Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ UNEP, 1992) e mais recentemente a Convenção Européia da Paisagem (Comitê de Ministros do Conselho da Europa, 2000).

⁴⁵ Indicadores são estatísticas que fornecem informações sobre as tendências e comportamentos de determinados fenômenos. São medidas ao longo do tempo e mensuradas em um determinado espaço. As qualidades dos indicadores são de sintetizar e refletir da forma mais próxima à realidade, permitir coerência estatística e lógica, comunicar eficientemente o estado do fenômeno observado, ser válido, e atender as necessidades dos seus usuários (ROMERO, 2005).

Entre os modelos de indicadores, o modelo dividido em “Pressão, Estado e Resposta” desenvolvido pela *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) é muito utilizado pelos pesquisadores do campo (ROMERO, 2005). Os indicadores de pressão ambiental estabelecem as pressões antrópicas exercidas sobre o meio ambiente que causam mudanças qualitativas e quantitativas nos recursos naturais. Já os indicadores de estado (ou condições ambientais) estabelecem o “estado” do meio ambiente e seu desenvolvimento ao longo do tempo. E os indicadores de resposta correspondem às políticas para mitigar ou prevenir impactos negativos induzidos pelas atividades humanas.

No Brasil, ainda não se tem indicadores que meçam os impactos da urbanização no que tange a sua relação com as pré-existências de interesse patrimonial. Por isso, é crucial que o monitoramento e controle da qualidade ambiental utilize métodos de identificação de impactos. Tais métodos podem ser de vários tipos, sendo os mais usuais, as *checklists*, as matrizes, os métodos quantitativos, as redes e os mapas sobrepostos. A busca é pelo agente causador, de maneira a contribuir para uma estratégia de gestão da conservação patrimonial que a longo prazo poderá criar indicadores de sustentabilidade intra-urbana. O estudo, de escopo interdisciplinar, desse sistema de indicadores pode gerar índices de qualidade e de vulnerabilidade do ambiente urbano, aplicados à preservação do patrimônio cultural.

Os indicadores de ventilação, ruído e sombra projetada irão contribuir com parâmetros para a realização de diagnósticos, de monitoramentos e para a definição de prioridades de programas e projetos de política da paisagem, incluída nestas a ação de preservação do patrimônio verde público urbano. Esses impactos de variantes físicas podem e devem ser minimizados através de uma política de paisagem que promova a implantação e o manejo de espaços verdes nos sítios urbanos, controlando a densidade de ocupação, permeabilidade do solo, índices de elevação e fluxos viários. A degradação dos espaços verdes urbanos representa não só perdas à qualidade ambiental da malha urbana (microclima), mas também lacunas em nosso passado histórico e o comprometimento de nossa herança patrimonial.

1.4.4 Responsabilidade social da Política da Paisagem

Os bens que constituem os patrimônios culturais propõem-se como marcas do tempo e do espaço. Da mesma maneira que outros bens culturais, o patrimônio verde urbano público é um patrimônio coletivo, mas a cidadania na sociedade contemporânea ainda não é um bem coletivo. Sua compreensão e fruição são restritas a algumas camadas sociais, enquanto as demais ficam à margem do processo. A atuação do estado justifica-se por garantir as condições para que o direito à cultura possa ser exercido por todos os cidadãos.

É através da política urbana, que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (Estatuto da Cidade, Lei nº10.257/2001), que a política da paisagem deve estar inserida. A “política da paisagem” refere-se ao estabelecimento por profissionais da paisagem de diretrizes (princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras) voltadas para garantir as condições de desenvolvimento harmonioso entre valor cultural e valor econômico, e de assegurar o direito à paisagem para os cidadãos.

Esse instrumento faz parte da política de preservação pós-moderna posta em prática a partir de 1970. O objetivo é demonstrar que os interesses da preservação e o desenvolvimento não são conflitantes, mas compatíveis (FONSECA, 2005). Essa política de preservação é produto da ampliação do universo de objetos selecionados para a proteção, consequência do fortalecimento do direito das identidades coletivas (particulares) sobrepondo-se à identidade nacional, mas também da necessidade de uma mudança do rumo do desenvolvimento capitalista devido à crise ecológica.

O problema ecológico da cidade do século XXI é herança do advento industrial. Ameaças como resíduos industriais, o escapamento de motores, a agricultura química, crescente adensamento de assentamentos urbanos (criando os sub-empregos e as sub-habitações), a poluição como resultado da industrialização e do uso de energias poluentes, a saúde coletiva (saneamento básico), a ênfase no transporte individual, põem em risco, portanto, não apenas o meio urbano, mas todo o ecossistema terrestre global (KLIASS, 1995; MORIN, 2003).

A questão da crise ambiental faz parte de qualquer reflexão sobre a sociedade mundial contemporânea. Suas dimensões extrapolaram fronteiras e pode ser compreendida enquanto uma crise política da razão frente à dificuldade de explicar a natureza social do mundo. O pensamento contemporâneo da psicologia ambiental considera que é através do conhecimento e pela ação que se poderá enfrentar a crise ambiental, pois a paisagem é um substrato psicossocial da relação cultura-técnica-ambiente (TASSARA; RABINOVICH ; GUEDES, 2004).

Na realidade, a consciência ecológica apresenta-se como uma maneira historicamente nova de apresentar os problemas de qualidade de vida. Essa reflexão do ambiente que vivemos tornou-se um projeto político global que põe em causa a permanência e a organização da sociedade no ecossistema urbano e global, e o qual implica em uma reestruturação geral do sistema não apenas urbano mas também civilizacional. É a oportunidade de analisar criticamente princípios de crescimento e de desenvolvimento que impulsionam a civilização tecnocrática (MORIN, 2003): a insalubridade, a nocividade e a poluição. O desenvolvimento técnico-econômico não conduz ao caminho da prosperidade e do bem-estar, mas a um ecossistema que “[...] *tende a poluir as fontes primeiras da vida e a desagradar a própria vida*” (MORIN, 2003:184).

É digna de nota a recente discussão apocalíptica do futuro do planeta frente à ação humana. Para Harvey (2004), essa abordagem tem aspectos que precisam ser esclarecidos, caso contrário é apenas uma retórica alarmista. Sua argumentação desenvolve-se sobre as variantes que fazem com que metas políticas e sociais sejam disfarçadas e justificadas por meio de uma retórica ambientalista. Esclarece que a retórica com frequência desencadeia discussões elitistas e autoritárias no meio científico e na sociedade. A percepção de Harvey (2004) é extremamente perspicaz. A partir de 2006 foi iniciada uma ampla discussão nas sociedades ocidentais que foi associada ao lançamento do documentário “*The awful truth*”, produzido e narrado por Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos. Neste filme é vinculada e sustentada a tese principal de que sofreremos de escassez de recursos naturais. As explicações seguem uma série de dados alarmistas, calcados em fatos concretos, mas apresentados fora de contexto.

O apelo ao bem estar ambiental legítimo foi discutido a âmbito nacional e internacional pela sociedade civil, sendo alvo de debate as mudanças climáticas do planeta (o aquecimento global, mudança de correntes marítimas, furacões, *tsunamis*), a perda de habitat e biodiversidade e o limite do Planeta Terra em suportar o aumento da população humana. Em nenhum momento foi discutida, com a mesma abrangência, a questão do desperdício desses recursos naturais ou alternativas ao consumismo da sociedade ocidental. Neste ponto, entre as novas disciplinas que podem contribuir com estudos, destaca-se a Engenharia ecológica⁴⁶. Através da análise dos fluxos de energia e dos materiais nos ecossistemas dominados pelo ser humano e a sua dependência dos sistemas produtivos humanos, a disciplina pretende prever o comportamento energético do ecossistema no decorrer do tempo (ODUM, 1988). Assim, a questão ambiental continua sendo tratada de maneira superficial e acomodada, pois se culpa os países do terceiro mundo, assolados por miséria, por décadas de exploração imperialista e guerras, por uma suposta explosão da voraz biomassa humana.

A superficialidade da questão ambiental, no que tange à percepção limitada de ambiente enquanto ambiente natural, também é percebida em ações triviais cotidianas como a prática do turismo cultural. O desenvolvimento do turismo cultural em áreas protegidas - defendido em instrumentos normativos (Carta de Quito, 1967), propaganda da indústria cultural e presente em políticas de Estado - está calcada no fato de gerar benefícios econômicos, em nível regional e nacional, além de integrar a comunidade com o bem e permitir uma divulgação do saber. Para Sanderville (2002), a prática do turismo cultural esconde na prática a artificialidade e a ausência de uma verdadeira política da paisagem. As práticas culturais de passeios turísticos são incentivadas, como um pilar do desenvolvimento cultural e sustentável, no entanto ainda se torna uma experiência distanciada:

Pode-se estar no meio de uma floresta, do mesmo modo que em um bar, sem apreender efetivamente sua selvageria, sem se deixar impregnar por seus sons, cheiros e luzes altamente dinâmicos, e acabar por vivenciar o espaço como uma realidade virtual, como uma exaltação de emoções que se esvai rapidamente (SANDERVILLE, 2002).

⁴⁶ A metodologia desta disciplina foi desenvolvida por Howard T. Odum e permite, através de índices matemáticos (energia solar incorporada em cada fluxo), medir o impacto ambiental e a capacidade de carga do ecossistema.

O conceito de capacidade de suporte do ecossistema natural é aplicada nas estratégias para minimizar os impactos negativos, e entre elas está o estudo de “capacidade de carga turística”⁴⁷ (OLIVEIRA, 2003), destacando-se a metodologia do “cálculo da capacidade da paisagem”⁴⁸ (BOULLÓN, 2002). Estes estudos permitem estipular o nível de visitação que um sítio pode suportar, permitindo a fruição dos visitantes, mas sem causar deterioração aos recursos e ao ambiente social do lugar (SERRANO, 2003).

No entanto, Serrano (2003) alerta para o fato deste estudo estar sujeito às interferências política, econômica e social. Da mesma maneira, o cuidado com a qualificação desses ambientes através do monitoramento e da avaliação dos impactos, que estão sujeitos, é deixado para segundo plano.

A orientação dos documentos normativos recentes é para que ocorra a inclusão das questões do patrimônio na legislação e nos instrumentos de planejamento urbano. No caso do patrimônio verde urbano público, que essas medidas sejam através de estudos de impacto (ambiental, de vizinhança, de visuais ou culturais, de capacidade de carga), na identificação e monitoramento das suas alterações (sistema de avaliação da qualidade), ou em propostas de ordenação (sistema verde integrado) de maneira a contribuir para o controle do desenvolvimento urbano de forma mais abrangente e premeditada, ao invés de pontual e remediada.

⁴⁷ O conceito de “capacidade ambiental” (*environmental capacity*) tem sua origem no início do século XX, com os estudos sobre o funcionamento dos ecossistemas, isto é, a ecologia. A premissa defendida era que, o meio ambiente somente pode prover recursos para suportar um determinado tamanho de população. A avaliação de capacidade ambiental foi uma ferramenta usada pela primeira vez para auxiliar o planejamento urbano de cidades históricas em 1994 no Reino Unido por Ove Arup, e sua equipe de consultores (OLIVEIRA, 2003). A difusão deste conceito para o planejamento e uso do solo é uma contribuição dos debates sobre desenvolvimento sustentável da década de 1990, em especial a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (a “Eco 92”). Já a “capacidade de carga”, embora similar não é sinônimo de capacidade ambiental. A capacidade de carga é usada para o planejamento sustentável do turismo para avaliar quando um determinado aspecto causa impacto em um meio ambiente específico – sendo somente considerado um aspecto do meio ambiente ou atividade (BOULLÓN, 2002).

⁴⁸ A metodologia do “cálculo da capacidade da paisagem” (BOULLÓN, 2002) determina os limites de tolerância do uso de capacidade de carga do atrativo turístico combinando-se o resultado do cálculo de outros três tipos de capacidade, são elas: a capacidade material (características geográficas, geológicas, topográficas, da vegetação e das condições de segurança adequadas para os visitantes), a capacidade ecológica (relação entre a quantidade de dias por ano, o número de visitantes e a rotatividade diária que um atrativo pode receber sem que seu equilíbrio ecológico seja alterado) e a capacidade psicológica (distância pessoal necessária para a fruição).

A decomposição do ambiente aparentemente torna a tarefa de agenciar o “jogo do meio-ambiente” mais fácil do que lutar por um princípio geral (CULLEN, 1983). A perda desta compreensão de um princípio geral aplicado ao ambiente construído é que divide ao invés de complementar as disciplinas de preservação cultural e de preservação natural. Esse princípio geral condutor da “categorização” do ambiente nas suas partes constituintes contribui para o esvaziamento da dependência ecossistêmica dos campos do conhecimento e, portanto, da importância da preservação do patrimônio urbano e das qualidades do ambiente construído. Desta forma, como os que alertam da relevância da ecologia em nossa qualidade de vida, os “excêntricos” do patrimônio ainda são questionados da importância da preservação, frente aos problemas “verdadeiros” da vida contemporânea.

*[...] se as formas de comportamento territorial nos seres humanos fossem inalteradas, elas seriam inerradicáveis. Se são **aprendidas**, poderão ser mudadas nesta geração ou na próxima, mediante a adoção da filosofia de que o homem é um agente ativo e autônomo, capaz de modelar o seu próprio futuro (LEE, 1976:49, grifo nosso).*

A compreensão de sua responsabilidade social, por parte dos agentes e atores da arquitetura é fundamental, pois é contrária à idéia corrente do determinismo arquitetônico ou espacial⁴⁹. Esse determinismo é manifestado desde a posição ideológica do próprio papel social do arquiteto até a metodologia da disciplina, a defesa na existência de relações absolutas de causa-efeito (forma resultando em efeitos funcionais e sociais ao espaço).

Assim, considerando que o ambiente é também social, a política da paisagem não trata apenas de identificar e analisar as relações entre os artefatos ambientais naturais – áreas verdes, rios, ar, solo – mesclados no patrimônio ambiental urbano, mas de como alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades econômicas e o ambiente.

⁴⁹ A abordagem é decorrente do pensamento cartesiano-newtoniano ocidental que destaca os aspectos materiais (corpo, razão, ciência, sociedade e edifício) tornando secundário o sentido afetivo.

1.5 Patrimônio Verde Público Urbano Carioca: implicações da proteção dos jardins de interesse histórico na contemporaneidade

Todo jardim de interesse histórico é um bem material cultural, que apresenta valores estéticos, históricos, científicos, mas também é um bem imaterial, pois apresenta valores sociais, que ao longo de diferentes fases de evolução foram sofrendo transformações e adquirindo novos e dinâmicos significados para cada sociedade. Tanto na construção de elemento edificado, quanto no ato de inserção de espaços livres de edificação estão embutidos sentidos e valores - opressão, conforto, solidão ou entretenimento - normatizados de uma determinada época.

As tensões e pressões nem sempre são claras na implantação do espaço livre, mas estão presentes, inclusive no espaço público. Sob a ótica social, a força geradora por trás das grandes transformações do ambiente construído, independente de tempo e espaço, tem sempre o propósito de denotar um poder, seja do homem sobre a natureza, de um grupo sobre os demais, de uma corrente artística sobre outras, etc.

*Gardens, with their air of innocent pleasure, aesthetic excellence, and religious import, have successfully hidden their roots in the exercises of power. What are these exercises? First are the acts of demolition. Before anything can be made, something must first be destroyed*⁵⁰ (TUAN, 1984:19).

Por essa razão os jardins, como todos os bens culturais, sofrem mudanças. As mudanças podem ocorrer tanto por transformações relacionadas a fatores físicos, como deteriorações por desgaste natural. Mas também existem mudanças que se refletem na utilização de determinado espaço arquitetônico e estão relacionadas à valorização cultural, isto é, mudanças relacionadas a condicionantes de identidade, de técnica, de arte, de originalidade, de contexto histórico e econômico.

⁵⁰ “Jardins, com seu lazer inocente, beleza estética, e importância religiosa, têm sucessivamente escondido suas raízes de exercício de poder. Quais são esses exercícios? Primeiro são atos de demolição. Antes que qualquer coisa seja construída, algo teve que ser destruído” (TUAN, 1984:19).

1.5.1 Construção do ambiente urbano

No Rio de Janeiro, até meados do século XX, o espaço público era organizado e mapeado, conforme padrões europeus "civilizados" e aristocráticos, recriando no Novo Mundo hierarquia semelhante à existente na Europa. Os hortos, jardins e parques públicos participavam ativamente da vida social do cidadão (comemorações, festejos, etc). Para Murillo Marx (2003) a utilização do ambiente urbano como espaço laico foi uma consequência de um uso candente e progressivo ocasionado pela relativa pobreza de usos cotidianos nos logradouros públicos (espaços como ruas, praças e jardins): *“Poder-se-ia dizer que a laicização, constante e demorada, significou o recuo da festa diante do negócio, a diminuição dos feriados diante do crescimento dos dias agora chamados úteis”* (MARX, 2003:59).

*Pretende-se considerar esse aspecto primacial, o uso do programa **nem sempre declarado**, a razão de ser dos espaços públicos, apenas como fator para mais bem compreender suas transformações físicas. Não que se diminua o significado social do uso; valoriza-se seu cunho motivador para o objeto em questão; a evolução de nossas ruas, praças e jardins públicos, essencial para a história da conformação de nossos núcleos urbanos* (MARX, 2003: 60, grifo nosso).

O reflexo da revolução industrial no país, que ocorreu na segunda metade do século XIX, ocasionou uma crescente imigração da população aos centros urbanos, e proporcionou diversas alterações nas centralidades, inclusive na cidade do Rio de Janeiro. Essas centralidades tiveram que se adaptar para atender as novas demandas sociais e econômicas, intensificadas pelo crescimento populacional e pelo incentivo à produção industrial automobilística da década de 1950. Aliado a isso, na virada do século XIX, o ideal da prática do exercício físico como benefícios à saúde firmou-se como um parâmetro moderno no programa paisagístico de espaços públicos. As novas exigências modernas de utilização das praças e parques alteraram também o projeto, provocando uma ruptura formal entre os projetos ecléticos e o projeto modernista (**Figura 09**).

Figura 09 – O Patrimônio Verde Publico Urbano na atualidade. Espaços verdes do centro da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: ANDRADE, 2008, adaptado de PMCRJ, 2006.

1.5.2 Medidas de preservação em jardins de interesse histórico

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1980 define o Patrimônio Cultural Brasileiro enquanto formado por bens de natureza material e imaterial, incluídos os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Assim, essa categoria de bem cultural também é objeto das operações de intervenção e preservação, tais como identificação, proteção, inventário, registro, documentação, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação e monitoramento (Carta de Bagé, 2007).

As medidas de preservação dos bens patrimoniais, tombado individualmente ou integrante de um conjunto urbanístico, devem englobar toda e qualquer ação que vise a salvaguarda e a valorização do bem e a sua perpetuação para gerações futuras. Por essa razão as ações devem ser específicas para cada situação e condição do bem. Entre as medidas adequadas, destacam-se a *conservação*, que implica em medidas de segurança e manutenção do edifício, e a *restauração*, que devem ter caráter excepcional.

Nas intervenções no patrimônio edificado são recomendadas a manutenção do partido arquitetônico (linguagem característica da tendência estilística e da articulação dos volumes da edificação), manutenção dos elementos decorativos relevantes originais, manutenção dos materiais originais do revestimento, da cobertura e das esquadrias, manutenção das dimensões dos vãos de iluminação e ventilação, e a adoção de suas proporções quando da criação de novos vãos. A função utilitária do objeto arquitetônico muitas vezes é alterada e, com isso, é inevitável que os vestígios da tipologia edilícia original sejam perdidos. Quando a edificação é parte integrante de um conjunto arquitetônico de interesse cultural, as intervenções devem respeitar o seu aspecto externo, suas fachadas (portas, janelas, esquadrias, revestimento, beirais, ornatos, etc.), sua volumetria e sua cobertura. No entanto, a utilização de espaços internos é sempre flexibilizada, desde que se integrem aos elementos arquitetônicos originais da fachada.

Já para as intervenções de salvaguarda em jardins de interesse histórico, como parques e jardins, as adaptações têm uma maior complexidade, pois os espaços

interno e externo possuem uma evidente interatividade. Aliado a isso, ainda existe muita dificuldade por parte dos profissionais técnicos, inclusive dos órgãos do patrimônio, de como conciliar a “imaterialidade” da substância vegetal e suas inevitáveis substituições com os preceitos da disciplina da preservação.

Isso pode ser exemplificado pela Ata da 23ª reunião do Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, em 10/08/2000, sob a presidência de Carlos Henrique Heck (IPHAN). Entre os assuntos tratados nesta reunião destacam-se o parecer sobre a proposta de tombamento do Conjunto Histórico no Bairro da Luz⁵¹ (SP) e da rerratificação da delimitação da poligonal de tombamento do Sítio Roberto Burle Marx e tombamento das suas coleções museológica e bibliográfica (RJ). Diante do questionamento do Conselheiro Nestor Goulart sobre a validade técnica do tombamento de um jardim, o Conselheiro Ítalo Campofiorito apresenta as seguintes ponderações:

O jardim não permanecerá imutável, porque é impossível, são coisas vivas. Mas da forma como um jardinista pode esperar que um jardim se preserve, ele será preservado. Eventualmente uma planta será substituída por uma jovem, que nasce ao lado, como se faz em nosso Jardim Botânico [...] Toda a coleção, o grande viveiro, tudo é conhecido, está relacionado e especificado, com indicação da quantidade e da qualidade. Já não é o mesmo, com certeza, de quinze anos atrás, alguma planta desapareceu e outra surgiu. Mas a conservação se fará mantendo o desenho original. [...] Se no futuro irão respeitá-lo ou não, é o mesmo problema para qualquer outra obra de arte. No caso dos jardins em geral, a pergunta cabe e é complexa.
[...]

*Então quando tombamos um jardim deveríamos ter igual **documentação** e deveríamos pautar uma política de preservação mantendo **o projeto original**. As plantas perecem e devem ser renovadas, as mesmas espécies com os mesmos desenhos, de modo que considero a preocupação pertinente, seria importante fazer um levantamento não apenas das espécies, mas da disposição das espécies, do projeto e da concepção paisagística das espécies (Ítalo Campofiorito, 2000.apud. DIAS, 2008, grifo nosso).*

A documentação é uma função indispensável não só para democratizar o acesso à experiência humana, mas também para estabelecer as linhas de inteligibilidade da trajetória humana (MENEZES, 1992). A conservação e a restauração de bens patrimoniais têm assumido a postura de conferir ao objeto

⁵¹ A proposta do tombamento do Conjunto Histórico no Bairro da Luz incluiu o Jardim da Luz, criado em 1798 e construído em 1828, que passou por diversas reformas e reconstruções. Sua configuração atual é consequência da reforma de 1910.

protegido um valor documental, acima do seu valor de uso. Neste contexto, a conversão do uso das edificações e espaços construídos é um dos pontos cruciais na atualidade. A partir da década de 1980, com a introdução do termo “destinação compatível”, um novo foco de discussão é introduzido.

As destinações compatíveis são as que implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível (Carta de Burra, 1980, Art. 7 apud. CURY, 1995:249).

Os documentos normativos de preservação consideram que a “destinação compatível” é a utilização que implica em impacto mínimo de agenciamento do bem. Desta maneira, a configuração dos espaços internos é preservada, embora assumindo um novo uso. Já a “adaptação” configura um agenciamento mais abrangente, de maneira a readequar os espaços para uma nova destinação, mas sem destruir sua significação cultural.

Esta adaptação requer que a nova destinação não prejudique ou destrua a sua significação cultural. A possibilidade de diversidade de usos para englobar as tipologias de lazer - ativo, passivo, contemplativo e alternativo - qualifica em termos de obsolescência, durabilidade e estabilidade um espaço livre da edificação ou de urbanização, portanto também os espaços verdes. A longevidade do patrimônio verde público urbano está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este possui à chamada "qualificação". Ou seja, *"quanto mais e melhor possa ser apropriado (o espaço), desde que convenientemente mantido, maior vai ser sua **aceitação social** e por mais tempo será mantida sua **identidade morfológica**"* (MACEDO, 1996:11, grifo nosso).

Na contemporaneidade, os projetos arquitetônicos e urbanísticos que utilizam técnicas operativas de requalificação desses artefatos arquitetônicos de um “tempo social” anterior podem ser classificados enquanto conservação, restauração, reciclagem (*retrofit*) e reforma. Embora sejam técnicas que abordam o objeto de intervenção de maneiras distintas, apresentam uma mesma característica: trabalham a partir de uma matéria prima existente. Tanto a reciclagem, como a reforma, trabalham com o objeto arquitetônico independente do seu estado de preservação

ou conservação. Contudo, a reciclagem, empregando o termo *retrofit*⁵², está associada a tudo que envolve a reutilização, em especial aquela voltada para garantir um aprimoramento de economia e sustentabilidade energética. Embora esse termo seja mais aplicado para edificações, o discurso de “eficiência” é aplicado para intervenções urbanas, inclusive em espaços livres, já que o termo “reforma” é munido de carga negativa, ao contrário de décadas atrás, sendo evitado no discurso oficial⁵³.

A princípio é uma questão de coerência com o contexto de poucos recursos (financeiros e ambientais) pensarmos em manter ao invés de sempre criar. A possibilidade de obtenção de valores aceitáveis para o investimento, como a redução do prazo de execução e a adequação geográfica do imóvel, estimula cada vez mais a adoção desta prática. Esta deve requerer uma análise da viabilidade econômica posto que a mera análise por parâmetros convencionais pode conduzir a equívocos na conclusão. Mas é fundamental, ao se trabalhar com bens culturais, que sejam promovidos estudos sérios que identifiquem a capacidade de carga que o objeto de intervenção (edificação ou um meio urbano) pode suportar.

A cultura é integrada às dimensões fundamentais do cotidiano e do trabalho da vida humana. Essa “qualificação cultural” das atividades humanas deve ser suficiente e estar presente na escolha dos programas compatíveis com os diversos bens arquitetônicos preservados. Não devem objetivar torná-los peças de museus, pois esta concepção poderia levar-nos a conferir ao monumento uma propriedade de vida e morte. Pois, uma vez considerando que o monumento teve sua época de

⁵² O termo em inglês, traduzido como “colocar o antigo em boa forma”, tem sido muito utilizado nos últimos tempos na construção civil. Esta palavra pode ser definida como reformas que buscam customizar, adaptar e melhorar os equipamentos, conforto e possibilidades de uso de um antigo edifício.

⁵³ Surgida na Europa, a prática do *retrofit* teve como principal meio de promoção as experimentações nos Estados Unidos. Nestes países, a rígida legislação não permitiu que o rico acervo arquitetônico fosse substituído, abrindo espaço para o surgimento desta solução, que preserva o patrimônio histórico ao mesmo tempo em que permite a utilização adequada do imóvel. No Brasil, com a ampliação da preocupação com a defesa de áreas tombadas, aliada ao desenvolvimento das cidades, cria-se uma demanda para este tipo de solução. O *retrofit* é uma opção a ser considerada em duas situações: quando a recuperação reduz custo em comparação com uma construção nova, ou, no caso de uma edificação histórica, quando gera condições para novas funções e “facilita” seu uso.

apogeu, o que hoje se conserva seria apenas o resquício ou casca da sombra do que foi um dia (momento de declínio).

Como revitalizar o centro histórico? Transformando botequim em centro cultural? O botequim era um centro cultural. [...] A cidade é o lugar da reprodução do conhecimento na fala diária dos homens que precisam conviver. Se você faz o panegírico do edifício especificamente cultural, primeiro você nega que, antes, ali havia cultura (ROCHA, 2007:66).

Assim, revitalizar os bens preservados através do uso compatível e original é reintegrá-los à comunidade e perpetuá-los às gerações futuras acrescidos com novas cargas de memória. No entanto, tais cargas devem ser compatíveis com os seus valores específicos, ou seja, com os quais foram originalmente atribuídos como significação cultural destinado para a preservação. Deve-se ter em mente que cada situação representará desafios mais ou menos complexos devido às características morfológicas próprias e por refletirem formas de viver distintas de um passado recente ou não. Assim, deve ser ponderada a possibilidade de adequação aos padrões de morar, trabalhar, circular e de entretenimento contemporâneo.

É evidente que nem todos os bens culturais devem ou podem ser restaurados, mas a ação de selecionar esses monumentos deve ter claros os seus propósitos e motivações. O confronto dos novos usos desejados com as possibilidades de modernização de uma edificação, considerada obsoleta, deve ser sempre analisado à luz da teoria de preservação e da arquitetura. Logo, é uma opção consciente e responsável.

Sem reflexão, sem escolha, sem comparações, o artista é incapaz de dominar o conteúdo que pretende tratar, e um erro é pensar que o verdadeiro artista não sabe o que faz. Nunca ele poderá dispensar a concentração de alma (HEGEL, 1999:275, grifo nosso).

Tendo isso em vista, a ação e a percepção do artista criador não é imparcial. Além disso, as variantes que interferem entre o projeto e a concretização da obra são fundamentais para a percepção. A materialidade da obra de arte é fundamental, pois o objeto percebido não é o projetado, mas sim o construído.

Esta questão é polêmica, pois o autor da obra arquitetônica ainda é visto e se vê como agente principal de uma obra individual, e não de um produto social. São comuns exemplos de permissividade na intervenção em bens patrimoniais modernistas. Os entusiastas fundamentam seus pareceres favoráveis na existência de “projetos originais” ou na figura de ilustres arquitetos brasileiros em ativa, como Oscar Niemeyer⁵⁴. Outro fator que contribui negativamente para essas intervenções sem critério é o fato da produção modernista ainda ter o estigma de passado recente, distante do ideal preconcebido de antiguidade, logo não representativa para ser protegida. Soma-se a isso o fato de muitos exemplares encontrarem-se obsoletos e abandonados. São pertinentes as considerações de Carlos Fernando de Moura Delphim, Ana Rosa de Oliveira e Cláudia Girão, que discorrendo sobre a polêmica da proposta de intervenção da Marina da Glória (no Parque do Flamengo) para os Jogos Pan-americanos de 2007, apontam o limite das intervenções em bens tombados:

*Um bem inscrito nos Livros de Tombo que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro deve ser preservado dentro das **características tipológicas e programáticas** com que se manteve até a ação protetora do Poder Público. Prevalece sempre o padrão com que a História o legou e, embora não seja excluído um natural dinamismo, só podem ser aprovadas intervenções de manutenção, e conservação desses bens sendo toleradas apenas leves alterações que valorizem sem descaracterizá-lo. O valor e a individualidade de um bem tombado transpõe até a própria vontade do seu criador quando se trata de intervir posteriormente na obra. Compreende-se, portanto, que um bem tombado não pode ser modificado nem por seu criador, nem por quem herdou sua griffe (DELPHIM, OLIVEIRA, GIRÃO, 2006, grifo nosso).*

Os bens arquitetônicos e paisagísticos modernistas, cujo autor original do projeto permanece “completando” sua obra, são desvirtuados em sua essência. A obra não é a mesma da imaginada e não pertence a um único personagem (seu autor original). Uma vez realizada, qualquer nova intervenção tem que deixar clara sua natureza: de ser uma intervenção.

Em postura contrária, o restaurador percebe a obra de arte como a verdade e o testemunho de um tempo, o qual deve ser respeitado. Os fatores que interferem ou baseiam essa consciência ocorrem por estímulos racionais, através de

⁵⁴ Em diferentes escalas, os exemplos ilustres são os projetos de acréscimo para o Parque do Ibirapuera (São Paulo) e a expansão no Plano Piloto de Brasília.

comparações, reflexão, escolha, com o objetivo de dominar o conteúdo que pretende tratar. A relevância dessa consciência coletiva insere-se na natureza subjetiva da disciplina de conservação e de restauração. O monumento guarda testemunhos das diversas épocas pelas quais passou e a opção do que se deve conservar recai sobre o especialista de restauração. Mas sua tarefa não deve ser isolada, outros campos do conhecimento devem contribuir, bem como o entendimento das particularidades do ecossistema do bem construído deve ser considerado. Para isso, a aplicação da disciplina deve ser fundamentada e comprometida com valores reconhecidos pela comunidade científica, evitando o risco da perda dos valores patrimoniais para as gerações futuras.

1.5.3 Intervenções incompatíveis em jardins de interesse histórico

Na cidade do Rio de Janeiro, as diferentes gestões da Prefeitura ao longo dos anos recentes têm proposto projetos polêmicos para os espaços verdes, que encontram justificativas pelo prisma da “eficiência”. Neste processo, os órgãos de preservação são vistos como ameaças às medidas de “renovação urbana” e seus profissionais alvo de ofensas e desrespeito.

Desde 1999, projetos desenvolvidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro para o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes têm sido objeto de embargos e restrições pelo IPHAN. A partir de denúncias de irregularidade na Marina da Glória e no Restaurante Porcão Rio's, o IPHAN acionou judicialmente a prefeitura por ter permitido as obras. As obras faziam parte de um projeto de revitalização, cujo projeto elaborado desviava a Marina de suas funções náuticas. Caso permitido, essas mudanças desvirtuariam o parque público. O arquiteto e então prefeito Luiz Paulo Conde em entrevista acusou o superintendente regional (6ªSR) do IPHAN, o arquiteto José Pêsoa⁵⁵, de incompetência por criar obstáculos às mudanças promovidas pelo “Projeto de revitalização” do parque:

Lá [na 6ªSR do IPHAN] estão pessoas, com alguma exceções, que nunca fizeram nada. Esse José Pêsoa (superintendente do IPHAN) é um bobo, nunca desenhou nem um canil, é um incompetente que nunca escreveu ou desenhou uma linha que preste. Ele é um pau-mandado de político (Luiz Paulo Conde, Jornal do Brasil, Cidade, 29/10/1999).

⁵⁵ O arquiteto José Pêsoa foi premiado na Bienal de Quito 2008 pelo livro “*Atlas dos Centros Históricos Brasileiros*” (2007), organizado em conjunto com Giorgio Piccinato.

Em 2000, uma parte do terreno do Jardim de Alah (trecho da praça da Grécia), foi cedida para a criação do Espaço Olímpico Brasileiro, um centro cultural do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). O projeto previa espaço para museu, cafeteria, ponto comercial e local de espetáculos (**Figura 10**). Além da concessão por 10 anos, estaria ao encargo da instituição a adequação da Praça Grécia. A obra foi embargada por ação civil pública por desconfiância de irregularidades e baseada nos artigos 235 da Lei Orgânica do Município e 66 (inciso 1) do Código Civil, os quais afirmam que as praças e jardins são parte do patrimônio público inalienável, não podendo ser cedidas ou concedidas. Como o jardim não é protegido ou tutelado em nenhuma esfera, a Divisão do Patrimônio Cultural (DGPC), órgão da Prefeitura responsável pelo patrimônio cultural, não havia sido consultado sobre a obra.

A associação local de moradores (Ama-Já) acusava que o processo de licitação tinha caráter fraudulento e de interesse especulativo, uma vez que não teria sido realizado um relatório de impacto ambiental, tendo o empreendimento características de um mini-*shopping center*. Ainda segundo a associação, embora o terreno do centro cultural ficasse em uma área isolada, o terreno cedido ao COB avançava em uma área de interesse histórico. Enquanto a associação de moradores defendia a manutenção da vocação à contemplação da área, o Prefeito Luiz Paulo Conde e o arquiteto do projeto, Paulo Casé, mostravam insensibilidade quanto à proposta de preservar a contemplação e o entorno de um jardim de interesse histórico:

*As atividades hoje têm que ser ativas, e não passivas. O conceito da paisagem bucólica é **ultrapassado**; por isso é preciso que o equipamento se integre ao ambiente. O museu do COB vai dinamizar a região, vai enriquecer um lugar que está morto (CASÉ, 2000 apud Jornal do Brasil, 10/07/2000, grifo nosso).*

Já em 2006, foi divulgado um projeto elaborado pelos arquitetos Carlos Meliande e Vera Dodsworth, da Fundação Parques e Jardins da prefeitura da cidade, que previa a construção de uma pirâmide – “réplica” da pirâmide do Museu do Louvre (Paris) - no meio da Praça Paris (**Figura 11**). A iniciativa foi avaliada como “interessante” pelo Prefeito César Maia, já que poderia ser inaugurada junto aos Jogos Pan-americanos de 2007. O programa da edificação previa a construção, no subsolo, de auditório, café, livraria e lojas. Com três andares, acessíveis por meio de

escadas rolantes, rampas de acesso para deficientes e elevador, a estrutura seria vazada, pois o revestimento em vidro foi descartado devido ao custo elevado. A implantação desta intervenção repercutiria no deslocamento de uma fileira de seis amendoeiras, árvores tombadas pelo órgão estadual (INEPAC). Em nenhum momento foi avaliado o real impacto dessa construção monumental para o jardim, ou para o seu entorno, cercado por outros espaços verdes de interesse histórico (Passeio Público e Parque Brigadeiro Eduardo Gomes). O sítio do jardim localiza-se em uma área de aterro, cujo lençol freático é muito próximo da superfície e em suas imediações está implantada uma linha de metrô (linha 1). Inclusive, o jardim abriga os respiradouros do metrô. O projeto não foi levado à frente devido à falta de verbas, que deveriam provir da iniciativa privada.

Em 2004, a prefeitura inaugurou na Praça Luis de Camões⁵⁶ o Memorial Getúlio Vargas, centro cultural projetado por Henock de Almeida. Essa reforma alterou a composição paisagística simétrica da pitoresca praça e a ambiência do conjunto urbanístico formado por edificações ecléticas e pelo Hotel Glória. A escala monumental da edificação semi-enterrada é claramente inadequada e incoerente com o contexto do entorno consolidado. O projeto arquitetônico foi projetado antes da escolha de seu sítio e a implantação da edificação não contou com estudos específicos prévios de impactos de vizinhança.

Os poderes públicos não têm conseguido ordenar o crescimento e a renovação urbana harmonizando-os com o desenvolvimento sustentável⁵⁷ e as pré-existências no ambiente urbano. A razão é que quando o ambiente urbano é tratado como uma mercadoria, voltada para gerar atraentes vantagens e oportunidades econômicas, acaba por obedecer somente às leis do mercado e não à qualidade de vida. A preservação desse patrimônio esbarra, dessa maneira, com a gestão idealizada pelos administradores públicos. Munidos com o discurso do "*desenvolvimento*" da cidade através do retorno de capital, são capazes das maiores atrocidades e omissões.

⁵⁶ Praça fica nas imediações da Praça Nossa Senhora da Glória.

⁵⁷ Como esclarece Oliveira (2003:16), o desenvolvimento sustentável "[...] *significa que o desenvolvimento deve ser norteado a não exceder a capacidade do meio ambiente para não esgotá-lo ou destruí-lo*".

Figura 10 – Perspectiva do Projeto do Museu do COB no Jardim de Alah, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Discurso oficial da requalificação urbana. Fonte: Jornal do Brasil, Cidade, 10/07/2000.

Figura 11 – Fotomontagem do Projeto de Pirâmide na Praça Paris, no centro do Rio de Janeiro. Discurso oficial da requalificação urbana. Fonte: O Globo, Rio, 18/05/2006.

Capítulo 2 PRESERVAÇÃO DO CONTEXTO URBANO: AMBIENTE E MONUMENTO

2.1. Efervescência Cultural frente ao Caos Urbano Industrial

O cenário da arte urbana na atualidade é produto da era industrial e seu “mal estar” (BENEVOLO, 2001:53). Com efeito, ela se concretiza em meados do século XIX, sobre a denominação de “cidade pós-liberal”, modelo que prevalece na cidade contemporânea (BENEVOLO, 2001: 68).

É a partir do final do século XVIII que ganha força na Europa a tendência de se pensar a natureza em oposição ao homem, no sentido de cultura humana. Esta transformação é consequência do iluminismo e da industrialização das cidades européias. As cidades passam a ser o centro de produção prioritário (em oposição ao campo), pois as indústrias localizavam-se na cidade para aproveitar a proximidade da mão de obra e do mercado consumidor. A chamada "Idade da máquina" favoreceu o aparecimento do industrialismo e do capitalismo (liberalismo econômico baseado nas livres forças do mercado ou *laissez-faire*).

A arte urbana é produto de um código cultural e é cenário para as práticas culturais. Quando a ligação entre o cidadão e a sua cidade assume um caráter representativo, de lembranças culturais coletivas, o ambiente urbano recebe a conotação de *lugar* ou território. Entende-se por *lugar* um espaço físico que adquire conotações afetivas para a sua sociedade (marcos referenciais), através da interação do homem com o meio ambiente.

Françoise Choay (2001) desenvolve o argumento de que a noção de patrimônio urbano histórico⁵⁸ acompanhado por um projeto de conservação surge na metade do século XIX. Ela interpreta que o desenvolvimento da percepção do valor

⁵⁸ Para Menezes (1978; 1992) e Goulart Reis Filho (1994), o “patrimônio urbano histórico” é o patrimônio ambiental urbano. Este termo ou expressão surgiu nas últimas décadas do século XX. Esse patrimônio é formado por um conjunto de espaços abertos e de edifícios públicos e privados, com uma relativa coerência entre si, que constituem um marco nos espaços de vivência coletiva da população, em várias épocas. Devido às suas qualidades e reconhecimento público cabe preservá-lo e integrá-lo, sem descaracterização, no quadro dos novos espaços urbanos.

monumental das cidades antigas pode ser dividido por três fases sucessivas, também denominadas de "figuras" da cidade antiga: a **figura memorial**, a **figura histórica** (papel propedêutico e papel museal) e a **figura historial**.

[...] no passado o homem encontrava o cenário físico menos mudado que o seu coração, como sustento das suas lembranças e ponto de apoio para as experiências novas; presentemente, aquele ponto de apoio malogrou e as lembranças tornaram-se mais preciosas e mais pesadas (BAUDELAIRE, 1857, apud. BENEVOLO, 2001:51).

Até meados do século XVIII, a superposição de artefatos urbanos na cidade antiga organizava-se de maneira contínua e em uma linha cronológica legível. Para Benévolo (2001), o advento industrial é responsável por uma uniformidade e padronização de soluções que deturpa a beleza da cidade antiga. Os organismos distributivos tornam-se ilegíveis criando um mal-estar para a fruição do ambiente urbano construído. Essa é uma das condicionantes para a escolha de "obras de artes", pois a beleza é excluída do ambiente da vida cotidiana transformando-a em uma experiência excepcional.

A intervenção na cidade antiga para o embelezamento e a reconstrução do centro urbano, isto é, planos de regularização, são práticas comuns anteriores ao século XIX. As diferenças são que o objetivo destas reformas do século XIX tem o objetivo de resolver os problemas típicos das cidades industriais (número de habitantes, estradas, variedade de atividades, etc), e o objetivo de modernizar a cidade dentro do projeto político da elite. Exemplos dessas intervenções racionalistas são as obras de melhorias e embelezamento urbano de Paris (1853-70) e em Viena (Urbanização de *RingStrasse* - Áustria, 1857) (**Figuras 12 e 13**).

O projeto neoclássico de arte urbana trabalhava a cidade em uma escala mais abrangente, incluindo áreas nos arredores da malha urbana medieval, traçando um sistema de eixos viários que articulavam pontos estratégicos e reorganizavam os fluxos da metrópole, sobrepostas à malha antiga existente. Dessa maneira fazia desaparecer a imagem da cidade antiga e sua estrutura social pré-existente. Com a modernização do sistema de circulação e respiração, através de demolições, era assegurada a valorização dos monumentos antigos enquanto marcos arquitetônicos

e pontos focais de perspectivas grandiosas, através de seu isolamento e da implantação de uma arquitetura programada nos arredores.

A reformulação da forma urbana, da função e do significado para a vida moderna urbana, exerce uma influência no planejamento das correntes mais avançadas do capitalismo e da burguesia (HAROUEL, 1998; BARDET, 1990; SICA, 1981). Na Europa (Itália, Inglaterra e Bélgica) outras intervenções pautadas no saneamento, no embelezamento e na circulação são realizadas definindo cortes bruscos nas zonas centrais antigas habitadas pela população operária. A ideologia de intervenção urbana propagada pela escola francesa da *Beaux Arts* torna-se mais do que um modelo, pois forma a base de um novo movimento, o *City Beautiful* no final do século XIX. Este revolucionaria o desenho urbano de outras capitais, projetadas ou adaptadas pelo mundo, inclusive impondo-se nas colônias francesas (**Figuras 14 e 15**).

Nestes projetos pontuais o tecido urbano é modificado com a abertura de novas ruas cortando o espaço medieval. A consolidação deste movimento da "Arte Urbana", isto é, a crença que a beleza das edificações e cenários podem mudar a má situação das cidades, combatendo a feiúra e a desordem, repercute em outros projetos de remodelações de capitais e nas propostas monumentais do Movimento *City Beautiful* dos Estados Unidos até meados do século XX. Essas intervenções urbanas possuem características que eram alvo de preocupações tanto progressistas (princípio da busca por ordem e progresso, através do aprimoramento do sistema de circulação de produção industrial e pessoas e a melhoria sanitária) como culturalistas (urbanismo artístico de Sitte, valorização do verde e da arte urbana).

[...] é incompatível com o organismo da cidade anterior e na verdade leva à sua destruição, transformando as vias antigas na rue-corridor moderna e interpretando os edifícios antigos como unidades imobiliárias independentes e permutáveis; ao mesmo tempo, pede emprestado à cidade antiga o prestígio formal de que sente falta, razão por que não leva a fundo a sua destruição: seleciona alguns edifícios mais ilustres que devem ser conservados numa espécie de museu ao ar livre [...]

Os monumentos e os ambientes característicos devem coexistir com as estruturas e as instalações da cidade contemporânea, porque o interesse heterogêneos da cidade burguesa: os monumentos e as

obras de arte contem qualidades que faltam ao ambiente comum e permitem experimentar – À guisa de pausa e recreação irregular – a harmonia que se perdeu no resto da cidade e da vida cotidiana (BENEVOLO, 2001: 68).

Essa eleição de elementos isolados para sua conservação representa uma ideologia de projeto para a cidade, em interface com os interesses econômicos e políticos. No entanto, a partir de então, os interesses econômicos e produtivos tornaram-se equivocadamente separados dos interesses do testemunho histórico e da forma estética.

O trabalho ideológico de inventar a tradição assumiu grande importância no final do século XIX exatamente porque essa foi uma época em que as transformações das práticas espaciais e temporais implicavam uma perda da identidade com o lugar e repetidas rupturas radicais com todo sentido de continuidade histórica. A preservação histórica e a cultura do museu vivenciaram fortes impulsos da vida a partir do final do século passado, enquanto as exposições internacionais não só celebravam o mundo da mercadificação internacional como exibiam a geografia do mundo como uma série de artefatos que todos podiam ver (HARVEY:2005, 247).

O ambiente urbano dos países inseridos no desenvolvimento industrial, no final do século XIX e início do século XX, estava em constante transformação: econômica, social, técnica e estética. Para Harvey (2005), a fascinação pela ruína é explicada por esse clima, de maneira que esses fragmentos de memória de um passado transformado ajudavam a criar alicerces com um mundo em rápida transformação. Eram encarados como artefatos arqueológicos, cultura material, que criavam laços de rememoração para dar forma a uma identidade então abalada pelo ambiente industrial que destruía os antigos laços comunitários (capital, trabalho, solidariedade e tradição local).

O “estudo do espírito do passado” vai alertar dos danos da renovação urbana à cidade antiga, e, a partir da segunda metade do século XIX, vão redundar na percepção de sua figura memorial forjada pelo contraste formal e social entre a nova cidade industrial e a cidade pré-industrial. A **figura memorial** da cidade antiga surge na Inglaterra na metade do século XIX. O principal representante do pensamento desse movimento, denominado mais tarde de culturalista (HAROUËL, 1998) ou pré-culturalista (CHOAY, 1990), foi John Ruskin (1819-1900). Choay (2001) esclarece

que para este, a malha urbana formada pelas diversas construções ("arquitetura menor") era a textura essencial da cidade.

A tese divulgada por John Ruskin e William Morris defende a rejeição aos parâmetros estéticos resultantes do advento da máquina. A arte e a técnica da máquina são encaradas como separadas, pois a máquina seria essencialmente um agente desumanizador impossibilitada de produzir a beleza e o sublime. John Ruskin (*"The seven lamps of architecture"*, 1880) juntamente a William Morris (PEVSNER, 2002) foram os fundadores do movimento artístico *Arts and Crafts* (Artes e Ofícios), originado na Inglaterra. A principal crítica, de cunho estético e social desse movimento, concentrava-se na substituição no trabalho artístico artesanal pelo industrial. Devido ao predomínio da máquina e da produção fabril dominada exclusivamente por capitalistas, ocorria uma "desprofissionalização" dos artesãos (pequena burguesia). O progresso mecânico permitia aos fabricantes produzir milhares de artigos baratos no mesmo período de tempo e ao mesmo preço anteriormente necessários para um único objeto bem trabalhado pelo artesão. Críticos e artistas lamentavam o declínio geral do artesanato causado pela Revolução Industrial e repudiavam as versões massificadas de ornamentos produzidas por máquinas e que outrora tinham significado; pois, a máquina não tinha sentimentos, logo não era capaz de produzir beleza (PEVSNER, 2002).

Essa condenação dos produtos da civilização industrial nas belas-artes também foi defendida para a malha urbana. Ruskin e Morris fundaram em 1877 uma associação para a proteção das edificações antigas, a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB), a qual incluía em seu escopo a proteção da chamada "arquitetura menor" do tecido urbano. A cidade é assim identificada com o sentimento de pertencimento que ao longo dos séculos a ação humana construiu. A todo custo dever-se-ia preservar os conjuntos urbanos medievais – sua estética e modo de vida - mesmo que aparentemente fossem de importância menor ou que não fossem compatíveis com as melhorias industriais.

Para Ruskin (1992), crítico e doutrinador católico, a arquitetura medieval era o testemunho do engenho artístico, no qual os monumentos que o século XIX conservou - geralmente igrejas católicas ou de propriedade eclesiástica - não

poderiam ser encarados como fatos urbanos isolados: “*Nós nos tornaremos incapazes de julgar suas intenções se esquecemos que, quando essa obra foi empreendida, estava cercada de construções não menos fantasistas e não menos belas [...]*” (RUSKIN, 1992:67). Considera que os monumentos conservados, considerados por seus contemporâneos como belos deveriam ser compreendidos como produto do desenvolvimento da arquitetura utilizada em sua época para outras edificações, como para a construção de edificações:

O que vemos hoje com tanto espanto hesitante quanto prazer artístico era, então, a continuação natural de um estilo arquitetônico familiar aos olhos, que o encontravam em cada rua, em cada vereda [...] Destruímos a bela arquitetura de nossas cidades para substituí-la por uma outra, desprovida de beleza e de significação, e raciocinamos sobre o efeito estranho que produzem em nós os fragmentos conservados, por felicidade, em nossas igrejas (RUSKIN, 1992:67-69).

Os pré-urbanistas culturalistas guiam suas críticas com base na ideologia do romantismo, que contribuiu para a disciplina da História da Arte, da Arqueologia e para a valorização do passado nacional. A sua preocupação recai no "escândalo histórico", isto é, no desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegradora da indústria. A realidade do novo mundo industrial e de seus produtos culturais é negada e combatida.

A posição antimoderna desses eruditos era o desejo de preservar em níveis ideais e absolutos (MOREIRA, 2004) os valores do passado medieval glorioso, uma vez que atribuíam valor às heranças dos tempos passados e uma rejeição às transformações pré-industriais profundas do século XIX. Assim, dever-se-ia habitar nas cidades antigas como no passado, pois as "*cidades são a garantia de nossa identidade, pessoal, local, nacional e humana*" (CHOAY, 2001: 181). Para Choay (2001), essa atitude revela uma rigidez moral, já que existe uma diferença que não pode ser ignorada entre os que residem nessas cidades e os viajantes que somente passam por elas.

Figuras 12 e 13 – Cidade de Viena antes e depois do projeto de extensão do “coração”, isto é, do velho centro histórico. Fonte: BENEVOLO, 2005:606 e BENEVOLO, 2005:607.

Figuras 14 e 15 – Exemplo de ideais da Beaux-Arts aplicados em projeto para a colônia francesa de Fez e para a colônia inglesa de Nova Delhi. Fontes: LEJEUNE, 1994:203 e BENEVOLO, 2005:609.

2.2. Estética da justaposição: experimentações culturalistas e progressistas

As mudanças técnicas e sociais, marcadas pela industrialização do século XIX, repercutem no ambiente urbano da passagem para o século XX. O acelerado crescimento urbano, em contradição com a ineficiente estrutura urbana de circulação, moradia e produção, conduz à necessidade de um aprimoramento⁵⁹ do saneamento da cidade industrial.

A concepção moderna do tecido urbano, enquanto espaços de memória, tem seus fundamentos nas discussões das reformas de embelezamento urbano do século XIX e nas experimentações dos urbanistas culturalistas europeus que atuaram na política imperialista de colonização no século XX. Através da concepção e da apropriação do tecido urbano original, pode-se identificar as estratégias de dominação cultural da política imperialista das principais potências européias do início do século XX, bem como o desenvolvimento da política de preservação do patrimônio ambiental urbano.

A concepção moderna do tecido urbano enquanto espaços de memória teve contribuição das discussões e embates ideológicos das reformas de embelezamento urbano do século XIX. Na abordagem da cidade enquanto **figura histórica**, o debate do caráter propedêutico e do caráter museal apresentam-se como complementares, espelhando o valor histórico atribuído à cidade antiga. No entanto, para Choay (2001) são iniciativas distintas, que atuam na cidade antiga de maneira diferenciada. Os estudos que levantam o caráter propedêutico da cidade antiga fundamentam-se em um estudo histórico da forma urbana, sem necessariamente imitar o modelo anterior (medieval), de maneira a elaborar um novo sistema de arte a partir das condições históricas novas. Já os estudos de caráter museal fundamentam-se num respeito à autenticidade cultural e morfológica do sistema de arte urbana antiga, criando uma separação física e simbólica de suas extensões novas.

⁵⁹ Já no século XVII, a teoria do miasma torna-se popular nas cidades, constituindo o discurso científico da reforma urbana: reconstruir cidades higiênicas e saudáveis. No entender de médicos, os higienistas, doenças contagiosas seriam o fruto de exalação de vapores mefíticos e podres presentes em locais de aglomerado populacional (hospitais, cortiços, prisões, etc.).

Complementando essa visão, Harouel (1998) esclarece que, dentro do urbanismo culturalista, essas interpretações da cidade antiga enquanto monumento são manifestadas concretamente no final do século XIX. Contribuem para o amadurecimento e despolitização (comparada à figura memorial) do discurso desse modelo os tratados escritos por arquitetos como o vienense Camillo Sitte ("*Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*", 1889) e o alemão Joseph Stubbën ("*Der Städtebau, Handbuch der Architektur*", 1893).

Até o século XIX os estudiosos trabalhavam com a cidade de maneira fragmentada, tanto em sua configuração - destacando isoladamente os monumentos arquitetônicos - como pela temática tratada (política, religião, etc.). Para Choay (2001), é a partir do estudo urbano desenvolvido pelo arquiteto vienense Camillo Sitte (1843-1903) que a cidade antiga seria estudada enquanto espaço urbano, através da história da arquitetura urbana. Sitte considerava um erro nessas reformas - Reforma de Paris (França, 1853-70) e Urbanização de *RingStrasse* em Viena (Áustria, 1857) - o isolamento dos monumentos, pois preservação da continuidade do tecido urbano seria a fonte da manutenção do significado do monumento (HAROUEL, 1998; CHOAY, 1990) (**Figura 16**). Esses novos estudos morfológicos e históricos possibilitam o reconhecimento da cidade enquanto fonte documental e pedagógica.

Partindo de uma abordagem positivista do processo de crescimento urbano, a cidade pré-industrial aparece como pertencente ao passado, logo obsoleta. No entanto, isso não significa que nela não sejam reconhecidos valores históricos que são fonte de conhecimento, reflexão e crítica à atualidade. Para Sitte (1992), as qualidades pitorescas da paisagem urbana estavam nas irregularidades das estruturas urbanas antigas, isto é, no resultado do seu desenvolvimento gradual, fruto do contínuo processo de integração entre o indivíduo e a ambiência.

Para Choay (2001), a posição do arquiteto e historiador Sitte é antes a identificação da carência de qualidade estética da cidade contemporânea, do que uma condenação à cidade industrial. Para Sitte, o plano de uma cidade é uma obra de arte que deve ser consequência de um planejamento orgânico, através da experiência adquirida nos estudos dos modelos medievais. Sugere a construção de

maquetes, antes de qualquer intervenção, para que o público leigo pudesse manifestar sua opinião (ARAÚJO, 1998).

Desenvolvida no final do século XIX e início do século XX, a abordagem que tende ao caráter museal caracteriza a cidade antiga por sua fragilidade e preciosidade. A cidade antiga é considerada como um artefato museográfico, ameaçado de desaparecimento, como um "[...] *objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida*" (CHOAY, 2001:191). A crítica que Choay (2001) faz é que na ânsia por conservá-la, congelasse um tempo específico, assim, perdendo a sua contextualização e historicidade.

No início do século XX, a renovação do pensamento de como interferir na cidade, através da investigação histórica e análises urbanas, é incentivada devido ao caos gerado no espaço urbano pela intensificação da industrialização e a destruição causada pela Primeira Guerra Mundial. O debate de como organizar o espaço urbano é promovido por associações interdisciplinares – políticos, higienistas e arquitetos – em diversos centros europeus (Nice, Paris, Lyon, Marselha, Berlim e Londres). Destaca-se a formação de associações francesas como o *Musée Social* (1904), a *Société Française des Architectes Urbanistes* (1911), a *Société Française des Urbanistes* (1919) e a *École des Hautes Études Urbaines* (1919). Neste contexto, é elaborada na França a “primeira carta do urbanismo” (LAMAS, 2000): a Lei *Cornudet* (19 de março de 1919). Os primeiros traços dessa lei foram elaborados durante a convenção de 1912 do *Musée Social*.

Este documento, revisado em 1924, impõe a obrigação da planificação urbana - plano de regularização, embelezamento e extensão urbana - para as cidades com mais de 10.000 habitantes, incluindo as aglomerações de qualquer dimensão que apresentassem um caráter pitoresco, artístico ou histórico. Deve ser compreendida enquanto uma tentativa de organizar metodicamente as aglomerações francesas, através da promoção de estudos sobre questões de infra-estrutura urbana e equipamentos, mas também como um reconhecimento da importância da conservação desses núcleos históricos europeus.

O arquiteto Joseph Stubbën (1845-1936), chefe do Departamento de Planejamento em Aachen e Colônia, contribuiu para reforçar a museificação da cidade antiga desenvolvendo diversos projetos de extensão de cidades na Alemanha e no exterior. Para ele, o erro dos planejadores consistia em buscar soluções que sobrepujassem uma cidade moderna a uma malha antiga, pois o passado deveria ser respeitado. Em sua análise, os projetos deveriam buscar construir a cidade nova ao lado da antiga.

A tendência de respeito à cidade velha também pode ser observada na expansão de RingStrasse em Viena (1857). Embora a articulação do plano velho com o novo seguisse a rigidez formal da *Beaux Arts* e tenha sido objeto de críticas por Camillo Sitte, este projeto de embelezamento urbano promovido por técnicos da prefeitura da cidade é renovador porque justifica a conservação do núcleo medieval construído por reconhecê-lo enquanto "coração" da cidade. Convém destacar que as muralhas e áreas verdes foram destruídas para implantar o novo traçado.

No entanto, na mentalidade dos colonizadores europeus, os centros históricos de suas colônias não tinham o mesmo valor que os de suas metrópoles, apenas representavam o "exótico". O fenômeno da colonização imperialista nas primeiras décadas do século XX contribui para novas experiências de apropriação do tecido urbano original em colônias européias da Ásia e África (FREY, 2004; LECLERC, 1994).

A organização político-econômica e a estrutura social das culturas locais colonizadas, em grande parte "arcaicas" (SICA, 1981), são dissolvidas pelo choque brutal produzida pela política de dominação cultural imperialista – fundamentada na ideologia do darwinismo ético e doutrinas de cunho racista. Assim, concebe-se um espaço público totalmente segregado e controlável, com a definição de zonas especializadas, com passeios arborizados, com sistema de água, esgoto e iluminação pública e com ruas largas e retas que promovem a integração com os marcos significativos do poder da cidade colonial de maneira a unir as condições locais a um ambiente similar ao da metrópole (PINHEIRO, 2002). Os centros indígenas são deixados à margem ou destruídos para dar lugar à cidade francesa (colônias na Argélia, 1930 e cidade de Saigon na Indochina, 1897).

Destacam-se implantações de cidades coloniais - na Tunísia e em Marrocos (Casablanca, Fez, Meknès, Marrackech, Rabat) - que não provocaram a destruição de seus antigos assentamentos. Foi o urbanista Léon Henri Prost o inspirador das cidades novas que seguiam essa mentalidade de interferir o menos possível nas cidades “indígenas”. A implantação da nova cidade, seguindo o modelo da *City Beautiful*, era feita em seus arredores, nos espaços vazios. A justaposição à cidade antiga era defendida como a melhor maneira de permitir a convivência de ambas as culturas, além de manter os espaços tradicionais e buscar uma especialização funcional dos assentamentos (LECLERC, 1994) (**Figuras 17 e 18**).

O ambiente urbano criado aparenta um convívio harmonioso entre a paisagem dos bairros franceses e os guetos da população indígena. Na realidade, essa conservação dos núcleos históricos ocorre em casos em que a própria unidade (“células funcionais”) ou a compactação do tecido original torna difícil essa conversão estrutural programada (SICA, 1981). Assim, os tecidos originais convertem-se em guetos ou bairros indígenas afastados dos novos agrupamentos dos colonos europeus e da infra-estrutura especializada – área comercial, institucional, residencial e recreacional. Embora a fisionomia original dos centros seja conservada, estas configurações urbanas legitimam as diferenças de classe, etnia e refletem a dominação e controle imperialista nos territórios coloniais.

Figura 16 – A liberação e regularização do entorno de monumentos arquitetônicos, como a Catedral de Notre-Dame, tinham a pretensão de “valorizar” através de perspectivas grandiosas. Situação do entorno da Catedral antes e depois das obras de embelezamento urbano. Fonte: BENEVOLO, 2005.

Figuras 17 e 18 – Projetos para Casablanca e Rabat. Fonte: BENEVOLO, 2005:609

2.3 Concepção vigente de Entorno

Para Choay (2001) a **figura historial** da cidade antiga constitui o alicerce de toda indagação moderna atual. As reflexões de cidade anteriores contribuirão para a formação dessa nova mentalidade, seja pela retomada de conceitos - como a de “arquitetura menor” ou pela crítica a experimentações da conservação de tecidos antigos.

*Context refers to an object's immediate surroundings. [...] In some cases, the context may be an object, as is the case, for instance, of **minor architecture** in historic centers, when no individual building is a work of art but the whole becomes a monument in itself (e.g., the Campo dei Fiori in Rome). An object should never be deprived of its context, if the object is to avoid becoming isolated and “**museumized**”, that is, segregated from life⁶⁰ (PHILIPPOT, 1996:271-272, grifo nosso).*

Nessa abordagem a cidade histórica é encarada como um monumento histórico que possui um tecido vivo, portanto mutável. Assim, os conjuntos urbanos antigos devem ser preservados na dinâmica do desenvolvimento sustentável. O precursor dessa abordagem moderna é Gustavo Giovannoni (1873-1947).

2.3.1 Contribuição de Gustavo Giovannoni

A influência do arquiteto italiano para a moderna e científica disciplina de restauração foi marcante nos documentos normativos da Carta de Atenas de 1931 e da Carta de Restauro de 1932. Giovannoni (*"Vecchie città ed edilizia nuova, nuova antologia"*, 1931) lutou pela preservação de bens imóveis (restauro científico ou filológico) e do tecido urbano, contra a especulação e as reformas urbanas. Para Giovannoni (1931), a causa principal dos problemas dos centros históricos era a renovação e adaptação para as novas funções da vida moderna, uma vez que o organismo existente não foi concebido para aqueles outros fins. Considerava que a conservação passava pelo planejamento prévio do crescimento das novas cidades, aliado a projetos de conexão com a cidade antiga e das áreas circundantes.

⁶⁰ “O contexto refere-se ao entorno imediato de um objeto. [...] Em alguns casos, o contexto pode ser um objeto, como é o caso, por exemplo, de arquitetura menor em centros históricos, quando nenhum prédio individual destaca-se enquanto obra de arte, mas seu conjunto é um monumento (exemplo, o Campo dei Fiori em Roma). Um objeto nunca deveria ser privado de seu contexto, para evitar que o objeto fique isolado e museificado, quer dizer, segregado da vida” (PHILIPPOT, 1996:271-272, grifo nosso).

Considerava que a "arquitetura menor", apesar de sua aparência, podia ter maior valor do que os grandes monumentos. Atribuía à cidade antiga dois valores contrários, o valor de uso e o valor museal, e para buscar um equilíbrio entre os dois era preciso seguir três princípios: 1) todo fragmento urbano antigo deveria ser integrado num plano diretor local, regional e territorial que simboliza sua relação com a vida presente; 2) o conceito de monumento histórico deveria ser aplicado ao bem dentro de seu contexto, pois o valor do conjunto urbano resulta da dialética da "arquitetura menor" e de seu ambiente circundante (entorno)⁶¹; 3) os trabalhos de recomposição, reintegração e desobstrução devem respeitar o ambiente circundante e serem análogos aos procedimentos de preservação e restauração definidos no restauro científico, ou filológico, de Camilo Boito (1835-1914).

No livro "*Questioni di architettura nella storia e nella vita*" (1925) e na Carta de Restauro Italiana, Giovannoni irá combater a então prática da liberação indiscriminada do ambiente (*ambiente circostante*) dos monumentos. No postulado do restauro científico sistematizado por Giovannoni, entre os cinco tipos de intervenção⁶², destaca-se no estudo do entorno a "restauração de liberação" (**Figuras 19 e 20**). Nesta intervenção é recomendada a retirada de partes amorfas no interior ou exterior do monumento para retornar ao seu aspecto artístico. Já a destruição de edificações nos ambientes circundantes dos monumentos era um método da restauração estilística para conseguir a reintegração formal dos monumentos (RUIZ, 1997).

Em seus estudos, Giovannoni questiona que o isolamento da edificação, em relação a seu ambiente, compromete a proporção, escala e vida do monumento. Considerava que o conceito de ambiente (*ambientismo*), definido como "contorno físico no qual o monumento se situa", é parte integrante do monumento, seu valor gerado do volume e da recíproca interdependência e valorização da perspectiva.

⁶¹ Para Ruiz (1997), o conceito de ambiente até então se limitava à "arquitetura menor", mas com Giovannoni a conceituação e valorização do ambiente são ampliadas, contribuindo para o atual conceito de entorno.

⁶² As intervenções propostas pelo restauro científico são: a restauração de consolidação (a qual todos os meios e técnicas são chamados para contribuir para a solidez), a restauração de recomposição (no qual são retornadas as peças originais com acréscimo apenas das partes faltantes secundárias), a restauração de liberação (na qual são retiradas as partes amorfas no interior ou em seu exterior), a restauração de complemento (na qual os acréscimos necessários devem ser reintegrados) e a restauração de renovação (na qual os acréscimos são realizados com o emprego de materiais novos e identificáveis).

Assim, o ambiente (o entorno), é encarado como uma moldura do monumento que possui natureza própria e singular devendo ser objeto de preservação, por comprometer a harmonia e a integridade do monumento construído.

Entre os princípios defendidos para assegurar a proteção do ambiente está a impossibilidade de eleger um tipo de tratamento único. O arquiteto Giovannoni defende que o tratamento do ambiente está subordinado à natureza do monumento: “monumentos mortos” e “monumentos vivos”. As atuações no espaço urbano incluem a valorização e proteção de visadas, o estabelecimento de medidas reguladoras para a implantação de novas construções, a retirada da circulação maciça de veículos nas suas imediações e a inserção de elementos naturais para essas zonas de respeito (*zona di rispetto*). Entre os pressupostos básicos para a intervenção em monumentos vivos, estão as ações de conservação - no caso das condições naturais e arquitetônicas do ambiente ainda subsistirem, e de reintegração - no caso da necessidade de uma imitação das condicionantes do ambiente perdidas (GIOVANNONI, 1925). Já para os “monumentos mortos”, identificados como ruínas (vestígios arqueológicos), por constituírem zonas arqueológicas é recomendado a manutenção da situação existente e a proibição da implantação de novas construções.

Desta forma, a preocupação de Giovannoni na regulamentação e valorização do ambiente dos monumentos estão em sintonia com o produto dos debates da Conferência Internacional sobre Proteção do Patrimônio Histórico promovida pelo Comitê Internacional de Museus, a Carta de Atenas de 1931.

Figura 19– A prática da liberação indiscriminada. Exemplo utilizado por Giovannoni, do entorno imediato da Torre dell'Aquila (Trento).

Confronto da proposta de isolamento do monumento com seu estado atual demonstrando a importância de conservar o ambiente do monumento. Fonte: CESCHI, 1972:112.

Figura 20– A valorização da visada de monumentos. Exemplo utilizado por Giovannoni, da Rue des pierres (Bruxelas), para demonstrar a importância da valorização de visadas dos monumentos. Fonte: CESCHI, 1972:113.

2.3.2 Consolidação da figura historial da cidade antiga: da Carta de Atenas (Sociedade das Nações, 1931) à Carta de Veneza (ICOMOS, 1964)

O documento normativo – cartas, recomendações, resoluções ou declarações - é a publicação das decisões estabelecidas e elaboradas em encontro científico de especialistas sobre determinada temática. Esses encontros científicos proporcionam um fórum de discussões, regionais ou internacionais, visando ampliar a temática tratada em uma visão interdisciplinar. Nesse espaço são compartilhadas experimentações e pesquisas que unem a teoria à prática.

A redação final desses documentos normativos pode ser atribuída a um pequeno grupo de especialistas, no entanto, a autoria não é e não poderia ser de uma única pessoa. A função dos redatores desses documentos é buscar sintetizar, de maneira coerente, o debate científico apresentado no encontro. Estes documentos são regidos por determinados parâmetros culturais, consequência do fenômeno de permanente transformação de nossa sociedade. Logo, são representativos, pois são produtos culturais de uma consciência coletiva. Toda a tomada de consciência resulta de reflexão, de comparações e de escolha, com o objetivo de dominar o conteúdo que se pretende tratar. A importância fundamental dos documentos reside neste fato: o de serem o reflexo do processo racional do conhecimento, pois é consequência de um trabalho coletivo fruto de discussão.

A relevância dessa consciência coletiva insere-se na natureza subjetiva da disciplina da conservação e da restauração. O monumento guarda testemunhos das diversas épocas pelas quais passou e a opção do que se deve conservar recai sobre o especialista de restauração. Para isso, a aplicação da disciplina deve ser fundamentada e comprometida com valores reconhecidos pela comunidade científica, evitando o risco da perda dos valores patrimoniais para as gerações futuras.

O objetivo dos documentos normativos internacionais sobre patrimônio arquitetônico e arqueológico é o de estabelecer tratamento de excepcionalidade que os bens de valor cultural requerem, inclusive, no que diz respeito a sua gestão. Embora não tenham o mesmo caráter de obrigatoriedade e punições de legislações nacionais, são parâmetros para as políticas culturais nos países que as adotam.

Em geral pode-se dividir em tipologias (CORREIA, 2004) as normas de âmbito internacional sobre patrimônio arquitetônico e arqueológico, tais como: a) as convenções, os tratados ou os pactos aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos; b) as recomendações, que definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada Estado, mas sem caráter vinculativo; c) as Resoluções do Conselho da Europa, que são resultantes de conferências de ministros ou seus representantes e não tem caráter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adoção de recomendações e de convenções; d) as cartas, as orientações, os princípios, as conclusões de encontros, as declarações e as normas que definem os princípios e os conceitos sobre determinadas matéria, de forma a orientar a ação dos intervenientes, sem caráter vinculativo.

Os principais agentes formuladores das recomendações de patrimônio cultural são: a Unesco, o Conselho da Europa e o ICOMOS. O objetivo dos debates é a promoção do estudo, reflexão e divulgação de normas técnicas e jurídicas orientadoras do esforço dos estados na sua vasta responsabilidade de detecção e conservação dos testemunhos físicos do passado. A legislação e a prática diária dos profissionais de áreas afins do patrimônio são influenciadas pelas publicações dos encontros. No entanto, na avaliação de Miguel Brito Correia (2004), os princípios divulgados por estas organizações não têm encontrado sempre eco uniforme ou temporalmente coincidente junto aos responsáveis pelas políticas culturais. A verdade é que, além das diferenças culturais que podem ser barreiras, existe uma dissonância entre teorias e práticas no meio da gestão cultural que ocorrem em todos os países.

As primeiras convenções e tratados internacionais surgiram para regular a conduta dos Estados em assuntos como a paz, após conflitos armados, e o comércio. A mais antiga convenção que refere explicitamente à salvaguarda de monumentos foi Convenção de Bruxelas, de 27 de agosto de 1874. Elaborada para regular a conduta dos estados em caso de conflito armado, não chegou a entrar em vigor (CORREIA, 2004:16).

O primeiro documento normativo representativo do reconhecimento da importância da conservação dos núcleos históricos europeus foi elaborado durante a

Convenção do *Musée Social* (associação de urbanistas franceses) de 1912. No início do século XX, a renovação do pensamento de como interferir na cidade, através da investigação histórica e análises urbanas são incentivadas devido ao caos gerado no espaço urbano pela intensificação da industrialização e a destruição causada pela Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, deve-se à França a elaboração da “primeira carta do urbanismo” (LAMAS, 2000). Este documento foi posteriormente elevado à categoria de legislação: a Lei Cornudet de 19 de março de 1919. Este obriga a planificação urbana - plano de regularização, embelezamento e extensão urbana - para as cidades com mais de 10.000 habitantes, incluindo as aglomerações de qualquer dimensão que apresentassem um caráter pitoresco, artístico ou histórico.

Muitas vezes confundidas, a Carta de Atenas de 1931 e a publicada em 1933 são dois documentos opostos elaborados dentro de um contexto aparentemente similar. Suas diferenças começam pela complexidade do objeto e o tratamento proposto, mas a mais significativa consiste no fato de um ser produto de iniciativa coletiva e outro individual.

A Carta de Atenas de 1931 foi elaborada por ocasião do encontro organizado pelo Escritório Internacional de Museus (ICOM) da Sociedade das Nações, na cidade de Atenas. Seus principais redatores foram os arquitetos Camilo Boito e Gustavo Giovannoni. No início da década de 1930, confere-se grande importância aos valores históricos e documentais do monumento. A Carta de Atenas inaugura a “restauração científica”, encorajando uma visão de edifícios velhos enquanto documentos históricos. Inclusive, recomenda a preservação do entorno do monumento, para que alterações não comprometam a sua integridade. Assim, poderiam ser estudados e restaurados os bens edificados de valor histórico, mas nunca poderiam ser copiados modelos estilísticos (“restauração estilística”), evitando a falsificação histórica. Este conceito moderno seria incorporado a um outro documento que também foi influenciado por Giovannoni, a Carta de Restauro de 1932 do governo italiano.

A Carta de Atenas⁶³ dedicou um artigo a respeito do ambiente do monumento, ao caráter e fisionomia da cidade. Em seu terceiro artigo, intitulado “A valorização dos monumentos”, a conferência recomenda o respeito à vizinhança dos monumentos antigos através de cuidados especiais, tais como o estudo da implantação de composições vegetais pitorescas integradas aos monumentos, a preservação de algumas perspectivas e a retirada de toda poluição visual causada por publicidade e postes, bem como a retirada de produtores de poluição sonora. O questionamento do papel que deveria desempenhar os elementos naturais nos monumentos é o foco do debate sobre o papel do ambiente dos monumentos. Especialmente, a viabilidade de se rodear os monumentos arqueológicos com jardins de características pitorescas foi ponto de discussão da Conferência.

No estudo realizado por Ruiz (1997), das palestras que constam em ata da conferência, as teses dos arquitetos Victor Horta (“O entorno dos monumentos: princípios gerais”), G. Oikonomos (“A valorização dos monumentos”), Giorgio Nicodemi (“O ambiente dos monumentos”), Antonio Munõz (“Os monumentos antigos no ambiente da cidade antiga: o exemplo de Roma”) e A. Lensi (“O papel estético da vegetação”) apresentam muitos dos pontos que contribuíram para a elaboração do terceiro capítulo na Carta de Atenas.

Na fala de Giorgio Nicodemi é destacada uma posição controversa, uma vez que este propõe a reconstrução (“*refaire*”) do ambiente originário através de

⁶³ As palestras da conferência foram divididas em sete tópicos que contribuíram para a geração de artigos para a Carta de Atenas. O primeiro tópico foi denominado de “Doutrinas: princípios gerais”, neste foram apresentadas palestras de Paul Leon, de Gustavo Giovannoni, de Leopoldo Torres Balbas, de R.A. Powys, de A. Lauterbach, de Paul Saintenoy, de Luigi Serra, de J. Hendrickx e de J. Formigé. No segundo denominado de “Administração e legislação dos monumentos históricos” foram apresentadas palestras de Sir. Cecil Harcourt-Smith, de P. Pellati, de R. Micacchi, de Paul Verdier, de Paul Vitry, de M. Nyns e de J. Wojeiechowski. No terceiro denominado de “A valorização dos monumentos” foram apresentadas palestras de Victor Horta, de G. Oikonomos, de G. Nicodemi, de A. Munõz e de A. Lensi. No quarto denominado de “os materiais de restauração” foram apresentadas palestras de Gustavo Giovannoni, de López Otero e de Pierre Paquet. No quinto denominado de “A degradação dos monumentos: estudos científicos e métodos de tratamento” foram apresentadas palestras de Alois Kieslinger, J.F. Cellerier, de I. Ribas e Petra de Prada, de Justus Schmidt, de C. Brittner, de A. Philadelphus, de L. Marangoni e de Paul Virty. No sexto denominado de “As técnicas de conservação: exemplos característicos” foram apresentadas palestras de A. Maiuri, de J.P. lauer, de Liugi Pernier, de N. Bálanos, de A. Terenzio, de E. M.M. Pontremoli, de F.A.J. Moojen, de Carlo Anti, de F. Valenti, de A. Kok, de G. Chierici, de R. Filangieri di Canduda, de F. Valenti, de A. Lensi, de G. Chierici, de Van Averbeke, de D.F. Slothouwer, de G. Guidi, de Louis Poinssot e de G. Jacopi. E finalmente no sétimo denominado “A conservação de monumentos e a colaboração internacional” foram apresentadas palestras de Jean Capart, de A.D. Keramopoulos, de Henry Nocq e de Louis Hauteceur (RUIZ, 1997).

documentação histórica e manutenção dos valores e elementos existentes (RUIZ, 1997). Sua posição lembra à princípio a restauração estilística, mas, ao mesmo tempo em que defende a “reconstrução”, confere importância às visadas e à necessidade de leis adequadas para regulamentar as imediações dos monumentos. Por isso, sua percepção de entorno é semelhante à de Giovannoni (restauração científica).

A palestra proferida por Antonio Muñoz - Diretor de Antiguidades e Belas Artes de Roma - analisa o projeto de extensão e transformação urbana de Roma, incentivado por Benito Mussolini, buscando identificar uma maneira de harmonizar os edifícios e grupos de edifícios de interesse histórico e artístico com os novos ambientes modernos. As propostas de intervenção são muito distintas, variando de propostas de isolamento dos monumentos, com propostas de demolições e aumento das vias de trânsito nas imediações dos monumentos, e em outras a preservação total do entorno, através da proibição de modificações e afastamento da cidade nova (RUIZ, 1997).

Já as palestras de A. Lensi – Diretor do Escritório de Belas Artes de Florença – e de G. Oikonomos – Diretor do Museu Nacional de Arqueologia de Atenas – abordam essencialmente a mesma temática: a relação e utilização da vegetação na intervenção da cidade histórica. Ambas apontam para os benefícios da vegetação para o entorno de “monumentos mortos”, mas cada uma aprofunda-se em outras análises interessantes. Lensi argumenta que a implantação de vegetação nas imediações de “monumentos vivos” altera a “continuidade vital do monumento”⁶⁴, pois são estranhas à configuração arquitetônica do próprio edifício e do entorno, portanto aos valores que se busca proteger. No entanto, admite que quando a relação de “continuidade vital do monumento” está destruída pela especulação imobiliária, é possível criar uma nova relação através do elemento vegetal utilizado através de um estudo criterioso. Para Ruiz (1997), o argumento mais interessante de Lensi é que a implantação da vegetação é encarada como parte da intervenção de restauração do monumento, equiparável às adições e modificações do estado original dos monumentos, e não como componente do entorno. Já Oikonomos,

⁶⁴ A “continuidade vital do monumento” é a relação do monumento e de tudo que o rodeia que permite ter uma compreensão de tempo e de espaço (RUIZ, 1997).

defende a implantação do elemento verde nos entornos, justificando-o como produtor de relações harmoniosas e revitalizador dos monumentos clássicos. Na prática, o isolamento proposto aos monumentos equipara-se às atuais “zonas arqueológicas”. Segundo Ruiz (1997), Oikonomos apresenta em seu trabalho uma lista de indivíduos arbóreos selecionados como adequados para a implantação nas imediações dos vestígios antigos.

Entre as palestras, a mais interessante e que vai além do texto aprovado para compor o terceiro capítulo, é a apresentada por Victor Horta. Segundo Ruiz (1997), Victor Horta - membro da Real Academia da Bélgica e membro da Comissão de Monumentos e Sítios - destaca em suas considerações iniciais a justificativa da escolha pela temática de seu trabalho: pelo extremo interesse que o referido entorno (*entourage*) desperta em relação à conservação do patrimônio histórico. O entorno cumpre o papel de potencializar o valor do monumento, mas se este possui ou não valor histórico não é significativo (RUIZ, 1997). Seu valor, no entanto, existe, mas é o de ser um marco urbano e cumprir a função de demarcar e envolver o monumento.

Este identifica o entorno por seus componentes, para os quais propõe procedimentos distintos: os espaços livres, a composição edificada (utilitária ou decorativa) e a trama viária de seu contorno (RUIZ, 1997). Os espaços livres cumprem um papel principal na fruição dos monumentos. Horta defende que estes devem existir e ser planejados para cumprir funções estéticas e práticas, pois permitem a apreensão do monumento através de visadas. Inclusive Horta apresenta uma regra que auxiliaria a delimitar a abrangência do entorno através do estudo das visadas. Para se obter a distância do perímetro do entorno de um edifício deve-se traçar um ângulo de 45º entre a via que circunda e o monumento.

Segundo Ruiz (1997), ao longo de todo seu trabalho Horta aponta para as qualidades mutáveis e de permanência do entorno. Isto é, o desenvolvimento urbano é almejado, pois as exigências práticas e estéticas demandam a imposição de condições edificáveis no espaço histórico. No entanto, Horta assinala a importância de ordenar e harmonizar a nova arquitetura introduzida em espaços históricos, seja pela escolha dos materiais, a valorização das cores, o equilíbrio das linhas, das luzes e sombras, dos vazios, das alturas, do estilo em consonância com o

monumento e seu entorno. Essa é uma postura de vanguarda, pois somente anos mais tarde recomendações internacionais e legislações européias abordaram esses instrumentos de regulamentação.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o restauro científico tornou-se limitado para a magnitude da destruição das cidades da Europa. No âmbito da teoria de restauração, a excessiva preocupação de restauro científico com os aspectos históricos e o valor documental do monumento teve que ser revista. Em lugar de uma normatização das intervenções pré-definidas, como sugeridas no restauro científico, cada caso deveria ser analisado de forma crítica, não podendo ser encarado em modelos pré-estabelecidos baseados no valor histórico e artístico do monumento. Assim, passam a ser alvo de medidas de salvaguarda monumentos isolados. Somente a partir da década de 1960 os conjuntos históricos seriam alvo novamente de discussão. De fato, essa mentalidade de dupla identidade conflitante da cidade antiga é transmitida pelos documentos nacionais, regionais ou internacionais de preservação a partir de 1964 (Carta de Veneza, 1964), e permanece sendo alvo de discussão em documentos recentes, como na Declaração de Xi'an (2004).

Na atualidade, essa mentalidade da museificação da cidade antiga foi retomada por intervenções de caráter modernizador do espaço urbano a partir da década de 1990 (MENEZES, 1992; MILLET, 1988). A globalização econômica, a indústria do turismo e os interesses especulativos imobiliários forjaram identidades comuns aos núcleos históricos regionais, limitando-os muitas vezes a um falso tempo histórico e logo os descontextualizando. Contribui para a percepção de que a museificação da arte urbana é uma contradição para a essência da cidade a argumentação de Néstor Garcia Canclini (2003) de que os espaços coletivos são monumentos abertos à dinâmica urbana, os quais facilitam que a memória interaja com a mudança. Na última década do século XX surgiram muitos trabalhos alertando dos perigos da *gentrificação* dos núcleos históricos⁶⁵ e que defendem a preservação dos ambientes históricos (urbanos ou rurais) como “instrumento vivo

⁶⁵ Essa preocupação já era observada no postulado da “arquitetura menor” de Ruskin e Morris no século XIX e por teses fundamentadas na psicologia urbana na década de 1960.

que abrange são somente as edificações, mas também seus usuários” (MILLET, 1988:17).

Já a primeira versão oficial do documento modernista - a Carta de Atenas - data de novembro de 1933, e foi publicada nos "Anais Técnicos" do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. As reuniões técnicas dessa organização foram inicialmente propostas com o objetivo de intercâmbio de informações pragmáticas e práticas para um grupo seleto de arquitetos europeus que compartilhavam da abordagem progressista da arquitetura. Embora já existisse um outro congresso da federação de arquitetos, os arquitetos dessa organização consideravam utópica a abordagem tratada nessas reuniões.

Em 1941, Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier) publicou, anonimamente, um documento de mesmo nome, no qual constava a sua interpretação das conclusões discutidas. Essa segunda versão da Carta de Atenas (de 1941) seguia uma premissa de que somente através do progresso técnico os cidadãos teriam conquistas sociais (amenização dos conflitos sociais). E este progresso estava ligado a uma homogeneização e *standartização* das necessidades humanas, através da concretização de um estilo internacional, que não levasse em consideração os aspectos culturais ou que não recorresse às formas do passado (tipificação dos seus elementos regionais). Seu autor, buscava criar uma cidade segura para conter e controlar as aglomerações, e para isto nega a cidade tradicional européia, por considerar um modelo superado e não apresentar a funcionalidade pretendida para o progresso.

A autoproclamada “doutrina da Carta de Atenas”, considerada o "livro sagrado da arquitetura moderna brasileira" (BRUAND, 2002), justifica que a demolição de casas insalubres de cortiços ao redor de monumento com valor histórico, mesmo que destruindo a sua “ambiência secular” era inevitável e desejável para a implantação de áreas verdes em seu lugar. Estabelece que as zonas históricas deveriam mergulhar em uma ambiência nova, condenando, portanto, a “falsificação histórica” em seu entorno. O repúdio à falsificação histórica é compartilhado pela Carta de Atenas de 1931, pois a cópia indiscriminada de modelos estilísticos passados é considerada uma falsidade. Mas enquanto a solução proposta por Le Corbusier é a *tábula rasa*,

para os especialistas da Carta de Atenas de 1931 seria a salvaguarda da ambiência, enquanto documento. Essa atitude modernista assemelha-se, em seu radicalismo, à Ruskin sobre o papel das ruínas, na qual interpreta como vida e morte, na verdade assume a mesma visão positivista da história da arte e arquitetura.

O período do pós-guerra (1945-1955) foi caracterizado pela reconstrução e por amplas restaurações de cidades européias destruídas, como Varsóvia, Gdansk, Blois e Vicenza. A preocupação com os danos causados pela guerra incitou a Convenção de Haia, a Convenção para a Proteção de Propriedade Cultural no caso de Conflito Armado em 1954. Neste contexto foi sugerido atualizar a Carta de Atenas de 1931 dentro do contexto de uma nova reunião técnica do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

Na Europa a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial contribui para uma nova percepção entre os restauradores: a necessidade de salvar os monumentos não apenas por sua instância exclusivamente histórica, mas também seguindo instâncias estéticas. Essa nova percepção foi divulgada por teóricos, como Cesare Brandi e Giulio Argan, em textos científicos e experimentada em reconstruções urbanas e na preservação dos conjuntos históricos atingidos por bombardeios e ocupações. O debate da preservação urbana intensifica-se a partir da década de 1960 e de 1970 (MOREIRA, 2004) com a crítica da ineficácia do modelo urbanístico progressista e com a compreensão dos perigos do desenvolvimento da indústria de consumo, em especial o turismo monumental. Isso faz despontar uma nova percepção da condição urbana e das políticas culturais. Passam a ser estimuladas a pesquisa histórica e a busca de qualidades urbanas (MOREIRA, 2004).

Esta questão guiou as discussões no congresso do CIAM 8 em 1952, que se concentrou na recuperação do modo de vida nas cidades. Estimular e induzir à espontaneidade foram a maneira de dar às cidades modernas os mesmos valores que às antigas, não visando apenas aglomerados de indivíduos. Também contribuíram para essa releitura da historicidade da cidade os estudos históricos e morfológicos das cidades por arquitetos italianos da corrente Tendenza (Aldo Rossi e Vittorio Gregotti). Nestes, é defendida a permanência de elementos símbolos da

cidade antiga. Esses elementos de valor incluem os restos arquitetônicos, artísticos ou simplesmente materiais que nossos antecessores nos deram. Assim, a necessidade de uma regulação da preservação da ambiência urbana mais clara e a excessiva preocupação presente na Carta de Atenas de 1931 (restauro científico) com os aspectos históricos e o valor documental do monumento precisavam ser revistas através da elaboração de uma nova carta.

O Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos ocorreu em Paris em 1957. Teve como objetivo estimular a criação de instituições de preservação no âmbito nacional dos países europeus, promover a especialização dos profissionais e ampliar o escopo da disciplina através da cooperação com outras especialidades, como a arqueologia. Com o objetivo de dar continuidade ao fórum recentemente criado e de rever a Carta de Atenas de 1931 (ERDER, 1977), foi estabelecido que o arquiteto Piero Gazzola organizasse um segundo congresso em Veneza. Esse Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos deu origem à Carta de Veneza.

O Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos ocorreu em 1964, na cidade de Veneza. O congresso contou com delegados de diversos lugares - inclusive do Peru, México, Tunísia, França e Itália - mas a participação foi massivamente européia. A proposta final de criação da nova carta foi redigida por Roberto Pane e Pietro Gazzola. A Carta de Veneza surge no contexto da necessidade de novas discussões e após mais de quarenta anos ainda representa a moderna política de restauração seguida pelos países.

A Carta de Veneza revalida pontos da Carta de Atenas ("anastilose", técnicas de consolidação e a distinção das peças novas), mas amplia a discussão ao estipular a necessidade de um estudo aprofundado do bem patrimonial, a aplicação excepcional da restauração, a necessidade da "valorização" do patrimônio e a importância da compreensão da "ambiência" do monumento.

Of particular importance for the complete understanding of an historical monument is its relation to the urban situation. This is a factor which by now plays a crucial role in every activity pertaining to the protection of monuments. For this reason, no operation of

*restoration can avoid recognizing the necessity of having an exact understanding of the urban context.
This above all else, is the new note in our period of history⁶⁶.
(GAZZOLA, 1972)*

Destaca-se no documento o artigo 6º da Carta de Veneza. Este foi, por muito tempo, o artigo menos observado do documento, embora seja o ponto mais forte do fundamento da conservação urbana. Este artigo é reflexo da rejeição da proteção de monumentos isolados, pois a "valorização do patrimônio cultural" equivale a habitá-lo não apenas em suas condições objetivas, mas também ambientais, isto é, do contexto urbano (SILVA, 2006; MARCONI; D'AMATO, 2006). Esse reconhecimento do contexto urbano contribui para o desenvolvimento econômico local e o conhecimento e utilização da população (*mise en valeur*). A utilização do termo "ambiência em sua escala" pode ser compreendida como "área envoltória" do monumento.

Destacam-se as comunicações, apresentadas nos Anais do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ocorrido em 1964 e publicado em 1972), focadas na temática da ambiência de monumentos. Estas contribuições concentram-se, sobretudo, na primeira seção dos anais. Esses documentos foram objetos de análise do relatório geral da mesma seção de autoria de Raymond Lemaire (*"Rapport general"*, 1972). Este identifica que as comunicações apresentadas podem ser divididas em quatro focos distintos: definição do monumento e de seus valores; a situação do monumento na sociedade contemporânea; o monumento e seu entorno; e o espírito e o ensino da disciplina de restauração de monumentos. As considerações de Lemaire (1972) são importantes, pois identificam que o problema principal de sua contemporaneidade era a intervenção, conservação e valorização dos sítios monumentais dos conjuntos urbanos (monumentais ou modestos).

Os estudos que tratam do "monumento e seu entorno" são de autoria de especialistas de instituições culturais da Espanha, Bélgica, França e do Leste

⁶⁶ "A localização urbana tem especial importância para a compreensão de um monumento histórico. Esse é o fator que agora cumpre um papel crucial em toda a atividade que envolve a preservação dos monumentos. Por essa razão, nenhuma operação de restauração pode impedir o reconhecimento da necessidade de ter um exato entendimento do contexto urbano. Isso, acima de tudo, é a nova nota [contribuição] do nosso período histórico". (GAZZOLA, 1972).

Europeu. Os artigos apresentam discussões pioneiras que foram em parte contempladas no artigo 6º da Carta de Veneza (SILVA, 2006). No entanto, conceitos que extrapolaram o conceito tradicional da preservação dos aspectos visuais, como os valores sociais, que compõem a ambiência histórica, não são incluídos.

Destacam-se entre os trabalhos que têm influência direta no artigo 6º da carta, as comunicações de Jakub Pavel (*“Lê Monument et la société moderne”*, 1972) sobre os avanços da legislação tcheca na definição de monumentos e ambiência histórica, e de Victor Gaston Martiny (*“L’intégration de l’architecture contemporaine dans les cadres urbains anciens et mise en valeur des vestiges du passe dans l’aménagement des villes”*, 1972) sobre a intervenção guiada pelo “espírito da composição” e aspectos formais (jogo de volumes e tonalidade dos materiais e definição de raios de entorno protegido) em centros históricos. Apresentam inovações não incluídas na carta as comunicações de Hubert F. Joway (*“L’environnement urbain des ensembles anciens: leur valeur sociale”*, 1972) sobre a atribuição do valor social do ambiente urbano juntamente aos valores históricos e estéticos, de Francisco Iñiguez Almech (*“Mise en valeur des monuments et des ensembles monumentaux”*, 1972) sobre as características do ambiente urbano que interferem na percepção e contribuem para a atribuição de valor do monumento (topografia, iluminação e circulação) e de Heinz Wolff (*“The contribution of pavement to the historical scene and exigency of its protection”*, 1972) sobre a superfície pavimentada enquanto componente indispensável para a percepção da atmosfera histórica.

As comunicações utilizam uma série de termos abrangentes para designar a relação do monumento com seu sítio, tais como: ambiente imediato (*immediate environment*), ambiente urbano (*urban surroundings*), atmosfera histórica (*historic atmosphere*), ambiência histórica (*historic environment ou ambience historique*). O emprego desses termos, ainda sem consenso, não serão usados na Carta de Veneza, mas aparecerão contextualizados em outros documentos posteriores. Após o encontro em Veneza, uma série de outros encontros internacionais focados na salvaguarda da ambiência histórica ocorreu. Estes trouxeram um enriquecimento da avaliação dos conceitos de monumentos históricos e seu lugar na vida contemporânea.

2.3.3 Contribuições de outros documentos normativos para a definição de entorno

No fim do século XX, o ambiente histórico (*historic environment*) não era renegado a um papel de coadjuvante nas discussões científicas. Na realidade, cada vez mais assume destaque nos documentos normativos internacionais e regionais. As recomendações para o monumento não se limitam a sua substância, mas também é objeto de proteção sua relação com o espaço urbano que o circunda: o entorno (*entourage*). A temática da preservação de ambiente histórico continuou aparecendo em assembléias adicionais, especialmente nas seguintes resoluções e recomendações: as Normas de Quito (Organização de Estados Americanos/OAS, 1967), o Manifesto de Amsterdã (o Comitê de Ministros de Conselho de Europa, 1975), a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea (Nações Unidas Organização Educacional, Científica e Cultural / a UNESCO, 1976), a Carta de Burra (ICOMOS/Australia, 1980) e a Carta de Washington (ICOMOS, 1986). Embora esses encontros tenham contribuído para consolidar a substituição do conceito de espaço não mensurável de “ambiente” pelo conceito de “entorno”, em geral, concentram-se na necessidade de preservar o local visual apropriado, porém não enfatizando a substância do ambiente histórico corretamente.

As **Normas de Quito** (1967) detiveram-se no “turismo monumental” (o turismo cultural) e na “valorização” da herança nacional em núcleos históricos de “valor ambiental” (isto é, o patrimônio ambiental urbano). Destacaram que a proteção do Estado deveria se estender ao contexto urbano, isto é, para a atmosfera natural que molda o monumento e para os bens culturais que contém (os ambientes imediatos).

Embora o termo “valorização” apareça primeiro na Carta de Veneza (1964), só seria definido neste documento. A “valorização” implica na adoção prévia de diretrizes que ao mesmo tempo facilitam e estimulam iniciativas privadas e previnem a destruição do local. O documento alerta que isto só pode ser atingido provendo equipamentos e trabalhos estruturais ao “turismo monumental”, enquanto o caráter físico do lugar é assegurado. A defesa que o documento faz é que a “valorização” de um monumento através do “turismo monumental” é uma ação benéfica de revalorização na área imediata do perímetro urbano.

O **Manifesto de Amsterdã** (1975) identifica os parâmetros para a intervenção e para o planejamento urbano global dos ambientes imediatos de conjuntos históricos, especialmente na inserção da arquitetura contemporânea em centros históricos. O documento ratifica que o patrimônio não inclui só os edifícios isolados de valor excepcional, mas também os seus ambientes: conjuntos e os bairros de cidades e aldeias que têm significação histórica ou cultural. A inserção da arquitetura contemporânea nesses locais é interpretada como uma medida inevitável e necessária para o desenvolvimento econômico contemporâneo. Porém, é recomendado que esta inserção deva considerar o contexto urbano contemporâneo, assim respeitando suas proporções, formas, disposição de volumes e os materiais tradicionais. O termo "ambiente" é usado para identificar as qualidades dos ambientes, como proporção, formas, volume e materiais. Porém, as superfícies pavimentadas ainda não são incluídas dentro desta análise.

O Manifesto de Amsterdã foi o primeiro a usar o termo "conservação integrada"⁶⁷ para caracterizar a nova mentalidade de intervenção no patrimônio ambiental urbano. Este documento assemelha-se às Normas de Quito de 1967 quando confirma a necessidade do planejamento urbano para aplicá-lo como aliado à proteção do patrimônio. Porém, amplia a discussão do que é "ambiente" e não trata com o mesmo entusiasmo as transformações urbanas dirigidas para dar estrutura e acesso a monumentos isolados ("turismo monumental"), por considerar esta uma "valorização" equivocada.

A Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea (Nações Unidas Organização Educacional, Científica e Cultural / a UNESCO, 1976), também chamada de "Recomendações de Nairobi", focou sua discussão nos perigos e impactos da indústria do turismo e da especulação de bens imóveis em locais de interesse histórico. O documento reivindicou que a proteção dos conjuntos históricos e de sua "ambiência" deveria considerar as condições de urbanização moderna, as quais conduzem a uma

⁶⁷ Um outro encontro também foi importante para a consolidação da "conservação integrada". A Convenção de Granada (1985), organizada pelo Conselho Europeu, dispõe de forma direta sobre a questão da gestão urbana e da importância de integrar a preservação das pré-existências históricas aos planos de revitalizações urbanas. Para evitar danos ao patrimônio, é sinalizada a necessidade da supervisão da interferência do entorno, inclusive o que tange o monitoramento dessas estruturas não protegidas, pois sua conservação é útil para o sítio do bem protegido.

destruição direta da estrutura espacial do ambiente: “*Os arquitetos e urbanistas urbanos deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea*” (Art. 5). Assim, os conjuntos urbanísticos e monumentos deveriam ser protegidos ativamente contra qualquer deterioração visual - adições supérfluas e transformações abusivas, particularmente aquela resultante do uso impróprio que atenta contra a autenticidade e o caráter pitoresco do local.

O documento identifica que a autenticidade e o caráter pitoresco do ambiente urbano resultam da conexão e do contraste dos elementos diferentes, causados pela harmonia e emoção estética. O uso do termo “ambiência” ganha uma dimensão social, porque é usado para definir o fator que influencia na percepção estática e dinâmica dos conjuntos tradicionais e os ambientes imediatos. As Recomendações de Nairobi constituem o primeiro documento dedicado completamente ao ambiente histórico, sua definição e proteção.

A **Carta de Burra**, um documento nacional (ICOMOS Austrália) reeditado por diversas vezes, orienta a conservação e administração de lugares de significação cultural. A carta propõe que devam ser conservados estes lugares de significação cultural para o bem das gerações presentes e futuras e para isso sua conservação implica na “*manutenção de um entorno visual apropriado*” (Art.8). Assim, este documento não recorre à dimensão social do ambiente, somente aos atributos físicos do lugar, tais como forma, harmonia, cor, textura e materiais. Porém, esta carta permitiu contribuições adicionais, já que considera que a preservação deveria levar em conta outras relações que contribuem à significação cultural do lugar.

A **Carta de Washington** (1986) contribui com a definição dos princípios, dos objetivos, dos métodos e dos instrumentos de ação apropriados para a salvaguarda da qualidade das cidades históricas – por garantir a melhoria no habitat. Um dos valores eleitos para preservar é o “*caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem*” (Art. 2). A manutenção da qualidade de conjunto - seja pelo traçado, relação de espaços livres e edificados, tipologias arquitetônicas (estrutura, volume, estilo, escala, materiais,

cor e decoração), as relações da cidade com seu “entorno” natural ou criado pelo homem e as vocações da cidade ao longo do tempo – é defendida como diretamente relacionada à preservação de sua autenticidade. Alguns pontos são retomados, como a discussão do Plano Global de Proteção retratada no Manifesto de Amsterdã de 1975.

A versão publicada em 2005 da ***Operational Guidelines*** da UNESCO (Capítulo II) contribuiu para a introdução oficial do conceito de entorno ou “*buffer zones*”⁶⁸ aplicado às estratégias de proteção do patrimônio mundial. Embora desde 1999 o termo já fosse empregado em outras versões das *Operational Guidelines*, ainda não havia o reconhecimento de sua importância como um critério obrigatório a ser observado. Na versão de 2005 o entorno é objeto de estudo, embora sua inclusão não seja obrigatória, apenas em casos que se mostre necessário para a conservação do patrimônio mundial (Art. 103). Na prática, são poucos os exemplares de patrimônio mundial que incluem o entorno em suas inscrições (DRAYE, 2006; STANEVA, 2006).

*Although buffer zones are not normally part of the nominated property, any modifications to the buffer zone subsequent to inscription of a property on the World Heritage List should be approved by the World Heritage Committee*⁶⁹ (Operational Guidelines, Art.107, 2005).

O conteúdo tratado nos artigos de número 103 ao 107 deste documento são dedicados ao reconhecimento, delimitação, caracterização dos entornos dos patrimônios mundiais inscritos. É estipulado que a delimitação deve ser decidida a partir de estudo que antecede sua proposta de inscrição, sendo que sua dimensão, caracterização, usos autorizados e limites devem ser incluídos na inscrição do patrimônio na lista (Art.104). É conferida muita importância à documentação (Art.105) e justificativa da não inclusão da “*buffer zone*” (Art.106) no processo.

⁶⁸ No Brasil, a terminologia da zona de amortecimento (“*buffer zone*”) é mais utilizada para as UCA’s.

⁶⁹ “Embora as zonas de amortecimento não sejam normalmente parte do bem proposto para inscrição, qualquer modificação na zonas de amortecimento após a inscrição do bem na lista do Patrimônio Mundial deve ser aprovada pelo Comitê do Patrimônio Mundial” (Operational Guidelines, Art.107, 2005).

O documento também faz uma série de outras recomendações para a inscrição do bem protegido. Um aspecto diretamente relacionado ao entorno, que reforça seu conceito, é a importância conferida à delimitação dos limites ou “*boundaries for effective protection*” (isto é, às fronteiras efetivas da proteção do patrimônio): “*boundaries should be drawn to ensure the full expression of the outstanding universal value and the integrity and /or authenticity of the property*”⁷⁰ (Art.99). Ainda, o documento observa que a partir deste limite devem existir áreas adjacentes com o objetivo de amortecer a influência sobre o bem protegido (Art.101). A preocupação com esses limites e abrangência da “*buffer zone*” também são objeto do artigo 132 do mesmo documento, no qual a incorporação do bem proposta para a lista apenas será aceita como completa se aqueles pressupostos estiverem claramente identificados.

Apesar das recomendações do documento, ainda é pouco significativa a sua aplicação prática ou completa⁷¹ pela maior parte dos países membros da UNESCO, embora estudos comparativos recentes indiquem um pequeno crescimento de entornos registrados na lista de bens inscritos a partir de 2005 (STANEVA, 2006). As razões são muitas, mas em especial são causadas pela inexistência de um instrumento jurídico nacional de delimitação do entorno ou pela dificuldade prática de gestão do entorno.

A inexistência desses instrumentos jurídicos acarreta deturpações lastimáveis no entorno de sítios patrimoniais, como foi o caso de Dresden na Alemanha no qual o licenciamento imobiliário causou impacto negativo na integridade dos bens inscritos na lista do patrimônio mundial. São poucos os países que dispõem de legislações culturais que abordam o tema. Países como Japão e Estados Unidos ainda não incluíram esse tema oficialmente em suas agendas. No panorama europeu países como Alemanha, Bélgica e Holanda apresentam um instrumento similar ligado ao desenvolvimento urbano (DRAYE, 2006; WIT, 2006). Este se denomina na Holanda de “preservação por desenvolvimento” (WIT, 2006), no qual

⁷⁰ “Limites devem ser traçados para garantir a completa expressão do valor universal e da integridade e/ou autenticidade do bem” (Art.99).

⁷¹ Os problemas no registro dos entornos são comuns, estão na maioria dos casos relacionados a delimitações erradas das suas fronteiras, a delimitações não compreensíveis e pela ausência de uma delimitação (STANEVA, 2006).

aborda a herança cultural como um ponto de partida para o desenvolvimento de maneira a guiá-lo, sem contê-lo, e o ordena através de zoneamento.

Destacam-se as legislações culturais da Espanha, da França e da Itália que tratam objetivamente as questões de conceituação, delimitação e gestão do entorno deste o século XIX. A influência das novas teorias de preservação e as recomendações presentes em documentos internacionais, como a Carta de Atenas de 1931 e a Carta de Veneza de 1964, são incorporadas às legislações nacionais. A legislação espanhola que regula atualmente a gestão do entorno é a *Ley 16/1985*, na qual o entorno é abordado como um espaço físico que envolve um bem patrimonial, sem ter um valor cultural, mas fazendo parte de uma mesma unidade e sendo declarado no momento de reconhecimento do bem. A função do entorno é a de providenciar um espaço compatível para a conservação, proteção e contemplação do patrimônio cultural. Para isso, são incentivados planos urbanos de remodelação com a premissa de melhorar e não danificar a unidade histórica, embora somente com a autorização da administração pública. Inclusive, é destinada uma verba de 1% dos investimentos públicos em infra-estrutura (VILLANUEVA, 2006) para a preservação do patrimônio espanhol, o que inclui as renovações no entorno de bens protegidos.

A regulação do entorno é estipulada, na legislação espanhola, de acordo com a categoria⁷² de bem patrimonial (Art.9 e Art.22). Destacando-se a categoria de jardins históricos, a proibição no entorno restringe-se à intrusão visual de publicidade, rede elétrica, antenas e fiação aparente e construção que altere o caráter dos imóveis ou perturbe a contemplação (Art.19). Essa disposição da legislação contribui para afirmar o valor coletivo do patrimônio.

Na legislação italiana, a Lei nº1089 de 1939, dispõe que o ordenamento e a extensão da “*zona de respeto*” (o entorno) são realizados de forma independente ao processo de declaração do bem. Segundo o artigo 21, para evitar o perigo à integridade do bem, da negligência da perspectiva e da iluminação, da alteração do

⁷² As categorias são: Monumentos e jardins históricos; Conjuntos, Sítios Históricos e Zonas Arqueológicas; e Bens singulares incluídos nos imóveis de conjuntos (RUIZ, 1997).

ambiente⁷³ ou da decoração, a administração pública (através do Ministro da Educação) pode prescrever a distância, uma medida ou outra “norma direta”, independente do plano diretor do local. A definição e delimitação do entorno, por ser facultativa é muito pouco precisa. O conteúdo apresentado para o seu registro é especificado enquanto um estudo de dispositivos quantitativos⁷⁴ das cargas positivas e negativas impostas aos bens, em normas específicas para cada caso. Assim, a delimitação do entorno, quando aplicado, é um instrumento preventivo. Somado a isso, a legislação italiana assume que o entorno é uma área de “*vincolo indiretto*” do bem patrimonial, isto é, não possui interesse patrimonial ou vínculo direto com o bem patrimonial.

Um aspecto de interesse nesta legislação é a propriedade do entorno de “*vincolo indiretto*” ao bem protegido. Esse atributo do entorno permite que outras zonas de respeito não contíguas ao bem possam ser incluídas enquanto entorno. No entanto, na prática, a percepção usual é que o entorno é uma área nas imediações do bem.

Na legislação francesa, duas leis dispõem sobre a abrangência do entorno através de um critério métrico. Na *Loi n.º.92 du 25/02/1943* a delimitação do entorno é generalizada, sendo prevista a distância de 500 metros de perímetro. Já na *Loi n.º62-824 du 21/07/1962* é permitida uma medida superior, para alguns casos excepcionais. A legislação de 1943 é importante, pois vai tutelar o entorno de forma mais precisa e detalhada que outras leis culturais nacionais anteriores. A opção por um suposto métrico está fundamentada exclusivamente na noção de campo de visibilidade e contribui para uma normatização da delimitação do entorno rápida, por ser um procedimento simples e claro, além de não apresentar empecilhos para ser definida juntamente à “classificação” do bem.

⁷³ O conceito de ambiente nesta legislação de 1939 é influenciado pela teoria da restauração científica de Gustavo Giovannoni. No passado não havia instrumentos para preservar conjuntos urbanos globais, assim, o conceito de “ambiente” se refere ao patrimônio urbano dos centros históricos. Hoje, o objeto da preservação não se restringe à aparência do entorno, mas às condições que contribuem para a conservação do bem patrimonial.

⁷⁴ Isto é, devem consistir em cargas concretamente determinadas em sua essência e medida (RUIZ, 1997).

Cabe ressaltar que embora a lei seja clara quanto à premissa do critério aplicado, a metodologia utilizada demorou algum tempo para ser incorporada de maneira padronizada (RUIZ, 1997). Duas interpretações foram utilizadas e aceitas pela jurisprudência. A primeira considerava que o perímetro supunha um retângulo de 125 metros de cada lado, contabilizando cerca de 1,5 hectares de área de entorno. A segunda, que acabou por se tornar a visão oficial, considera uma área de circunferência com 500 metros de raio, sendo o centro da figura geométrica⁷⁵ o centro do monumento. Os pressupostos métricos da legislação francesa chegaram a influenciar a legislação nacional e estadual de outros países.

Um debate recente das experiências internacionais ocorreu em 2006 na Conferência do Comitê Científico Internacional de questões, administrativas e legais (ICLAFI) com o tema “*The World Heritage Convention and the Buffer Zone in Hiroshima*”, uma iniciativa do comitê do ICOMOS no Japão e do comitê da Ásia e do Pacífico da UNESCO. Ao final da conferência foi publicada as **Recomendações de Hiroshima** (2006), que embora não apresente aspectos inovadores, contribui para salientar e reconhecer a importância legal, socioeconômica, ambiental e política do entorno para a proteção do patrimônio.

O documento final recomendou o aprofundamento dos estudos de aplicação e proteção das “*buffer zones*” pelos seus países membros. O objetivo principal do encontro concentrou-se em aumentar a sensibilidade - de governos, de empreendedores e de associações - sobre a existência e a necessidade de proteger as “*buffer zones*” na região da Ásia e do Pacífico. A abordagem era que os setores econômicos e executivos das cidades deveriam respeitar as pré-existências históricas e seus entornos, de maneira que o desenvolvimento pudesse ser compatível com sua abrangência e assegurasse a integridade visual do patrimônio. Pontuaram as discussões e foram alvo de uma recomendação geral e duas específicas as vizinhanças dos patrimônios mundiais de Dresden (Alemanha) e o sítio da bomba atômica de Hiroshima (Japão) e a cidade histórica de Tomoura (Japão)⁷⁶. Dessa maneira, foram dispostos no documento final da reunião que o

⁷⁵ Até mesmo o centro da circunferência foi alvo de diferentes interpretações, mas o padrão atual aceito é a norma do eixo do monumento.

⁷⁶ Nos casos específicos japoneses foram discutidos propostas e sugeridas alternativas a intervenções urbanísticas na vizinhança dos bens patrimoniais que ofereciam obstrução da

controle do desenvolvimento de projetos nas vizinhanças dos bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial da Unesco deveria abarcar os regulamentos urbanos e ordenamentos dos edifícios no que tange a altura, cor, estética e outros fatores não especificados, relacionados ao conceito de harmonia.

2.3.4 Novas abordagens da ambiência: Memorando de Vienna (UNESCO, 2005) e a Declaração de Xi-an (ICOMOS, 2005)

Tradition and modernism are not mutually exclusive. Since the second half of the 19th century, the concepts of old-city and monument conservation have been continuously broadened. Consequently, one of the core statements of the Memorandum refers to the nature of the “historic urban landscape”, which is not concerned with individual monuments but rather with the overall character of a city. This does not only include built objects, ensembles, gardens and parks, streets and squares, but also “immaterial structures”, such as functions, environmental aspects, economic factors and, last but not least, socio-cultural aspects of the urban tissue – briefly, concepts such as quality of life, which the City of Vienna is particularly and justly proud of⁷⁷ (Michael HÄUPL, International Conference World Heritage and Contemporary Architecture, Conference Report, 2005:6).

Nos últimos anos, a revisão crítica dos conceitos de “contexto de paisagem”, “ambientes”, “entorno”, “conjuntos” e “ambiente histórico” foram realizados através de dois documentos internacionais: o Memorando de Viena e a Declaração de Xi-an.

O **Memorando de Viena** (2005) buscou discutir a coexistência da arquitetura contemporânea com a conservação de paisagens urbanas históricas. O documento, focalizado na qualidade de intervenções arquitetônicas nos locais de herança histórica, foi o resultado das discussões da Conferência Internacional do Patrimônio Mundial organizado pelo Comitê de Patrimônio Mundial (UNESCO), que aconteceram em Viena em 2005.

visibilidade e da integridade espacial do sítio. Os perigos analisados foram o adensamento e verticalização de construções na vizinhança do sítio da bomba atômica em Hiroshima e a construção de uma nova conexão (a *Tomo Bridge*) nas imediações do sítio de Tomonoura.

⁷⁷ “Tradição e modernidade não são mutuamente exclusivas. Desde a segunda metade do século XIX, os conceitos de cidade velha e conservação de monumentos têm continuamente se expandido. Assim, um dos parâmetros básicos do Memorandum refere-se à natureza da “paisagem urbana histórica”, que não trata de monumentos individuais, mas com o caráter comum da cidade. Isso não inclui apenas objetos edificados, entornos, jardins e parques, ruas e praças, mas também “estruturas imateriais”, tais como as funções, o aspecto ambiental, os fatores econômicos e, por último, mas não menos importante, os aspectos socioculturais do tecido urbano – isto é, conceitos de qualidade de vida, a qual a Cidade de Vienna se orgulha em ter” (Michael HÄUPL, International Conference World Heritage and Contemporary Architecture, Conference Report, 2005:6)

Neste documento, o termo “paisagem urbana histórica” é aplicado a uma cidade, mostrando claramente o alargamento do campo da preservação de monumentos e locais depois da Segunda Guerra Mundial. Este inclui, entre outros valores clássicos, a estrutura social, contexto político e desenvolvimento econômico. Isto significa que hoje nós estamos olhando como um todo para uma cidade “*no senso de um Gesamtkunstwerk como nós chamamos isto em alemão - uma obra de arte total*” (WEHDORN, 2005:18).

Na atualidade, as cidades históricas, como Viena, estão enfrentando grandes pressões que são o resultado das novas necessidades e de conciliar a demanda por mobilidade, economia, habitação, serviços e outros desenvolvimentos à adaptação das estruturas históricas do espaço. As cidades ao redor do mundo estão se renovando através de intervenções urbanas e arquitetônicas contemporâneas, buscando enfatizar a sua imagem e se fortalecer enquanto competitivas no cenário mundial. Durante a reunião, foram reivindicadas as mesmas necessidades para as cidades históricas, de maneira que possam oferecer espaço para desenvolvimentos novos, inovações e uma “arquitetura excitante” (HÄUPL, 2005). No entanto, deste direito reivindicado, caminha junto a responsabilidade social da preservação do patrimônio, que deriva da distinção de ser um local de herança mundial.

O documento produzido do encontro faz referência a outras cartas internacionais, especialmente às Recomendações de Nairobi de 1976 que estabelece o termo “paisagem urbana histórica”. O documento interpreta o conceito de “paisagem urbana histórica” enquanto uma paisagem resultante da mudança de valores culturais e sociais no curso de tempo. Então, a autenticidade da “paisagem urbana histórica” está relacionada às suas dimensões de qualidade. As dimensões quantitativas não só são arquitetônicas - como equilíbrio, volume e altura das edificações - mas também as qualidades de ambiente urbano - como linhas de visão, topografia, vegetação, infra-estrutura. As qualidades dos ambientes urbanos contribuem significativamente para a singularidade de muitos locais históricos.

O Memorando recorre à natureza da “paisagem urbana histórica” que não está relacionada aos monumentos individuais, mas principalmente ao caráter global de uma cidade. Isto inclui objetos não só construídos, conjuntos, jardins e parques, ruas

e quadrados, mas também "estruturas imateriais" - como as funções e tradições, os aspectos ambientais, os fatores econômicos e, por último, mas não menos importante, os aspectos socioculturais do tecido urbano. Essa associação de aspectos constitui a denominada "qualidade de vida" (HÄUPL, 2005:6).

A importância desse documento está na ênfase dada ao debate atual da conservação integrada e sustentável de monumentos e sítios históricos, em especial na reflexão do impacto do desenvolvimento contemporâneo nas paisagens urbanas de interesse histórico inscritas na lista do patrimônio mundial. Por fim, o documento considera que as recomendações existentes ainda não chegaram à evolução do conceito da "paisagem urbana histórica", porque este é mais amplo do que os tradicionais termos "centro histórico", "grupos" ou "atmosferas". Assim, para garantir e manter a integridade dessas paisagens históricas, uma atenção especial deveria ser prestada às características físicas, funcionais e visuais de seu entorno.

A **Declaração de Xi-an** (2005) é um documento recente e de grande importância que define as diretrizes da preservação de ambiente histórico, ou entorno (*setting*). A declaração é produto da XV Assembléia Geral do ICOMOS, sobre a temática "Conservação do Entorno Edificado e áreas do patrimônio Cultural" (*"Monuments and Sites in their Setting: Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes"*). A escolha pela temática, justificada pelo vice-presidente do Comitê ICOMOS - Yukio Nishimura - foi em razão de que grande parte das imediações de monumentos e sítios históricos em países em desenvolvimento, como no continente Asiático em particular, tenha apresentado alterações profundas em suas paisagens, que precisam ser discutidas, a fim de compartilhar a natureza do problema e as possíveis soluções por salvaguardar essa herança cultural comum (NISHIMURA, 2005). Embora as mudanças da paisagem urbana nas regiões em desenvolvimento econômico da Ásia sejam irremediáveis, a rapidez e intensidade que ocorrem não devem permitir a perda do reconhecimento local por parte de seus habitantes. Assim, o documento considera que as paisagens culturais, no caso, o entorno dos monumentos e sítios, estão ameaçadas devido ao processo de desenvolvimento e às mudanças aceleradas que causam danos ao significado, à autenticidade, aos valores, à integridade e à diversidade da herança do patrimônio cultural.

O programa do simpósio foi composto por quatro seções: “Definindo o entorno de monumentos e sítios: a significação de qualidades culturais e naturais tangíveis e intangíveis” (seção I), “Vulnerabilidades dentro do entorno de monumentos e sítios: entendendo as ameaças e definindo respostas apropriadas” (seção II), “Evolução paisagens urbanas e paisagens culturais dentro de seus entornos: administrando a mudança dinâmica” (seção III), “Rotas Culturais: os desafios de colocações lineares para monumentos e sítios” (seção IV). Tanto a primeira, como a segunda seção - coordenadas por Tamas Fejerdy (seção I) e Boguslaw Szmygin (seção II) - despertam interesse para o estudo da conceituação de entorno.

Os trabalhos apresentados, em sua grande maioria, nessas duas seções, concentram-se em estudo de casos que utilizam as ferramentas consagradas já identificadas em outros documentos normativos, tais como a Carta de Washington (1986).

Destacam-se entre as comunicações da seção I o artigo de Walker Meredith, intitulado “*Understanding, protecting celebrating the setting of monuments and sites*”, que busca identificar as características do entorno que contribuem para a significação do monumento ou sítio histórico. O mérito deste trabalho está na apresentação didática das características do entorno, entre as quais é incluída a dimensão social do patrimônio, isto é, a rede de relações e tradições estabelecidas e as associações de valor social e afetivo entre os usuários, o monumento e o seu entorno. Outras características, já citadas anteriormente desde a Carta de Atenas (1931) são reafirmadas, tais como os aspectos físicos (edifícios, materiais e escalas), os aspectos históricos (funções e organização espacial), as associações visuais com os monumentos históricos e seu entorno.

Já na seção II, é destacada a contribuição de Logan William no artigo intitulado “*Preservation Knowledge gap: the threat posed by the distinct ways heritage professionals and the public understand conservation of heritage sites and their settings*”. Neste trabalho ele estuda um fato alarmante, que em curto prazo traz reflexos à preservação o entorno de monumentos: em países, mesmo nos desenvolvidos, a distância entre o conhecimento do público sobre a conservação está em razão inversa ao aumento da prática da conservação.

A contribuição dessas comunicações, e das demais, para a consolidação do conceito de entorno é notável pelo fato da temática pela primeira vez não se restringir a um único grupo de discussão, mas de abranger todo um simpósio internacional e resultar em um documento normativo.

O estudo das silhuetas, das linhas de visão e das distâncias adequadas, entre o monumento e suas imediações, são aspectos fundamentais para avaliar a prevenção de invasões visuais de espaço e usos inapropriados em entornos de monumentos históricos (Art.7). Para tais, são recomendados o estabelecimento de indicadores para monitorar os aspectos físicos - como intrusão em visões, silhuetas ou espaços abertos, poluição de ar e poluição acústica - como também os aspectos econômicos, sociais e culturais (Art.11). A declaração está em sintonia com outros documentos normativos internacionais, como a Carta da Paisagem (2000), uma vez que reconhece que o uso de instrumentos normativos e de planejamento efetivo, como também de políticas, estratégias e práticas para a administração sustentável dos ambientes, requer adaptação ao contexto específico do país ou região. Mas para que as transformações possam acontecer, a administração deve definir indicadores quantitativos e qualitativos para avaliar, medir, evitar ou curar a degradação e a perda do material, dimensões econômicas, sociais e culturais.

Assim, a Declaração de Xi-an estabelece um avanço no reconhecimento da importância de debater e estabelecer parâmetros para a conservação dos ambientes de monumentos e dos sítios. O documento esboça uma definição nova de ambiente histórico, não só fundada nos atributos visuais, mas em outras dimensões que contribuem à interpretação e significação cultural da herança. A nova definição supõe uma interação entre a atmosfera natural, as práticas sociais e o passado espiritual. Pois, além dos aspectos físicos e visuais, o ambiente histórico apresenta os hábitos, o conhecimento tradicional, os usos ou atividades, e outros aspectos da herança cultural intangível, que criou e moldou o espaço. O documento reconhece que o entorno pode ser integrante ou contribuir com o significado ou caráter peculiar do monumento (Art.1). Neste ponto a Declaração de Xi-an reforça a idéia de que o ambiente histórico, isto é, o entorno, possui um valor histórico.

Por fim, a Declaração de Xi-an contribui para uma leitura avançada do papel dos ambientes históricos, com seus aspectos tangíveis e intangíveis, e faz referências e conexões novas a outros documentos, em especial os que tratam de autenticidade, identidade cultural, ambiente e desenvolvimento sustentável. Essas temáticas, tão caras a nossa contemporaneidade, quando aplicadas conjuntamente aumentam sua força. Porém, o desenvolvimento econômico atual é um risco à preservação do ambiente histórico, e em curto prazo atingem diretamente a preservação do patrimônio histórico consagrado. Por isso, o público e as autoridades devem estar atentos à importância da influência do ambiente histórico, especialmente da paisagem urbana, e das consequências de sua destruição para a qualidade de vida.

2.4 Instrumentos legislativos brasileiros para o tratamento do entorno do bem protegido

No Brasil, a salvaguarda dos bens culturais ambientais⁷⁸ faz-se com os recursos da legislação ambiental e da legislação cultural. Embora seus objetivos e as diretrizes sejam complementares, isto é, a salvaguarda desses bens, as suas ações e os instrumentos são distintos. O tratamento distinto dos “monumentos vivos” nas legislações pode ser interpretado pelo lento desenvolvimento da sua compreensão enquanto “ecossistema”.

A efetivação da preservação de bens culturais, inclusive dos ambientais, só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e estabelece instrumentos que os reconhece e os delimita oficialmente. Atualmente, as medidas englobam o instituto do tombamento pelo órgão cultural e o plano de manejo pelo órgão ambiental, bem como outras medidas legislativas de proteção do direito urbanístico⁷⁹ pelo poder municipal, ou

⁷⁸ Os sítios históricos e os monumentos naturais, isto é, as áreas de preservação histórica, cultural e paisagística, são chamadas de “bens culturais ambientais” e a área em que se situa pode também ser denominada de “meio ambiente cultural” (MILLET, 1988:18).

⁷⁹ O Direito Urbanístico é o conjunto de normas disciplinadoras do ordenamento urbano (CARDOSO, 2003). A partir da década de 70, em razão da explosão de surgimento e problemas das grandes cidades, o direito urbanístico apresenta-se como o direito da política de desenvolvimento urbano. O direito urbanístico pode ser interpretado de três maneiras: como conjunto das normas que disciplinam

seja, o direito de construir no espaço urbano em benefício da coletividade, evitando abusos e protegendo o meio ambiente urbano.

2.4.1 Tratamento do entorno dos bens de interesse cultural na legislação cultural brasileira

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Constituição Federal, Art. 216, 1988).

Consta da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos termos do artigo 216, o primeiro texto constitucional brasileiro que trata da matéria da preservação de bens culturais nacionais. Neste documento, é reconhecida a obrigação do Poder Público de proteger o nosso patrimônio cultural, e dentre outras formas, por sua inscrição no “livro do tombo”. Este instrumento de tutela - o tombamento - foi estabelecido pelo Decreto-lei nº25, de 30/11/37, a primeira legislação oficial de proteção do patrimônio histórico-artístico brasileiro. No entanto, até a sua incorporação no texto constitucional, desempenhavam esse papel de regulador das ações de preservação do patrimônio, o Decreto-lei 25/1937, a Portaria nº10 de 10 de setembro de 1986 e a Portaria nº11 de 11 de setembro de 1989.

A Portaria nº10/1986 tem especial interesse porque dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados pelas prefeituras municipais na expedição de licenças, para construir em áreas submetidas à proteção especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inclusive em seus respectivos entornos. Já a Portaria nº11 de 11 de setembro de 1989 regulamentou as normas de procedimento para a abertura de processos de tombamento federais, o que contribuiu (IPHAN, 2007) para o estabelecimento dos “Processos de Entorno” (Processo E) para instituir Portarias de Entorno, juntamente aos consagrados “Processos de Tombamento” (Processo T). A distinção desses dois processos tinha

a fixação dos objetivos da política urbana (normas constitucionais); como conjunto de textos normativos em que estão fixados os objetivos da política urbana (planos urbanísticos), e conjunto de normas em que estão previstos e regulados os instrumentos de implementação da política urbana, tal como o “Estatuto da Cidade” (GALIL, 2008).

o intuito de garantir que em todos os processos de tombamento⁸⁰ sua área de entorno seria estudada de maneira a definir as intervenções permitidas e a ocupação do solo (taxa de ocupação e a área do lote, a testada, o gabarito e o afastamento). As Portarias de Entorno, embora reconhecida a importância para a gestão patrimonial, ainda são instrumentos pouco usuais no cotidiano do instituto (IPHAN, 2007).

No Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937, que institucionalizou a proteção do patrimônio nacional e lançou as bases para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, o atual IPHAN) - instituição de proteção do patrimônio cultural subordinada ao Ministério da Educação e Saúde -, a “paisagem” já configurava entre as categorias do patrimônio cultural brasileiro e a “vizinhança” do bem tombado era alvo de cuidados especiais.

Desde os primeiros anos de criação do SPHAN, foram objeto de proteção através de tombamento as paisagens excepcionais dotadas pela natureza ou agenciadas pela indústria humana (Decreto-lei nº25, Art.1, 1937), isto é, as paisagens singulares por seu atributo estético, seja enquanto cenário de um monumento histórico ou enquanto monumento “natural”. Nas décadas de 1960 e 1970 o IPHAN e os demais órgãos de preservação - estaduais e municipais - começam a atribuir valor cultural aos parques urbanos, isto é, ao patrimônio urbano-paisagístico, em especial para combater o processo acelerado de especulação imobiliária do solo urbano nas principais cidades do país.

O Decreto-lei nº25/1937 foi fundamentado nos modernos preceitos da preservação: a “restauração científica”⁸¹. Entre seus artigos, destaca-se a disposição do Artigo 18, que trata de garantir a visibilidade ao bem tombado na sua

⁸⁰ Nestes processos de tombamento, normalmente, só as áreas do bem tombado são delimitadas, sendo o entorno ignorado.

⁸¹ Os preceitos da restauração científica estão expostos na Carta de Atenas de 1931. A influência deste documento é percebida em legislações européias específicas para a tutela de bens de interesse artístico e histórico, tais como: a “*Loi du 31 décembre 1926*” e a “*Loi nº92 du 25 février 1943*” da França, a “*Ley 13 de mayo de 1933*” da Espanha e a “*Legge nº1089, di 1ºgiugno 1939*” da Itália.

vizinhança⁸², pois a perda do visual é considerada uma agressão ao bem e um indicador de crescimento urbano desordenado:

*Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, não se poderá, na **vizinhança** da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a **visibilidade**, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir⁸³ a obra ou retirar o objeto, impondo-o neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (Decreto-Lei nº25, Art.18, 1937, grifo nosso).*

A estreita relação entre o atributo da visibilidade e da vizinhança do bem fica evidente neste dispositivo. O emprego do termo vizinhança não abrange apenas edificações limítrofes ao bem tombado, mas pode ser empregado para o ambiente envoltório construído que guarda certa distância: o “entorno”⁸⁴.

A noção de visibilidade, considerada individual, apresentava-se como chave para a proteção do entorno dos bens tombados. Seria apenas na década de 1980 que a idéia de ambiência fundamenta-se ao lado da visibilidade enquanto atributos a serem observados dentro da malha urbana que envolve o bem protegido. Entretanto, não consta em documentos normativos federais de preservação cultural orientações no sentido de estipular uma metragem⁸⁵ ou alguma referência quanto ao dimensionamento da área do entorno do bem tombado. A ausência de critérios métricos gerou pontos positivos - uma vez que uma normatização mecanizada

⁸² O conceito de vizinhança seguia o conceito de “ambiente” influenciado pelo italiano Gustavo Giovannoni, subordinado às visadas do bem protegido e restrito, então, as vias lindeiras e quarteirões vizinhos.

⁸³ A atribuição de expropriação do Estado frente ao comprometimento do bem protegido por propriedade privada é um ensaio de sua vinculação com o ordenamento urbanístico que no Brasil nunca se concretizou. Essa ligação entre ordenamento urbano e pré-existências históricas pode ser claramente observada na legislação espanhola. Em um primeiro momento permite-se a transferência das propriedades que prejudicam ou que causem risco ao monumento (*Ley de 1933*, Art.34). Em legislação complementar, o “*Reglamento de 1936*”, estabelece a demolição imediata das construções clandestinas (Art.25).

⁸⁴ O vocábulo “entorno” foi cunhado pelos técnicos do IPHAN ao longo da década de 1970 e consolidado no início da década de 1980. O neologismo designava as áreas vizinhas aos bens tombados e o termo “entorno” foi oficialmente empregado pelo Governo Federal na Portaria nº 05 de 24 de junho de 1981, que dispunha do tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Petrópolis (IPHAN, 2007).

⁸⁵ Os critérios métricos aplicados na delimitação do entorno, utilizados por algumas legislações estaduais, têm influência na legislação francesa de 1943 que estabelece 500 (quinhentos) metros de perímetro: “*D’une façon générale, les immeubles nus ou bâtis situés dans le champ de visibilité d’un immeuble classé ou proposé pour le classement. Est considéré, pour l’application de la présente loi, comme étant situé dans le champ de visibilité d’un immeuble classé ou proposé pour le classement, tout autre immeuble, nu ou bâti, visible du premier ou visible en même temps que lui, et situé dans un périmètre n’excédant pas 500m*” (*Loi nº92*, Art.1, 25/02/1943). Em legislação posterior, essa distância para casos excepcionais pode ser aumentada (*Loi nº62-824*, 21/07/1962).

esvazia as peculiaridades espaciais e jurídicas do entorno de determinado bem - e negativos - já que não há rapidez para assegurar o reconhecimento legal do entorno em áreas de interesse e especulação imobiliária. Os pontos negativos são reforçados pela não concomitância entre a inscrição do bem no livro do tombo e a determinação da delimitação e diretrizes de ordenamento do entorno.

O levantamento realizado em legislações estaduais⁸⁶ do país constatou que o tratamento conferido às abrangências do entorno de bens culturais, na maior parte dos casos, segue precisamente o estipulado no artigo 18 do Decreto-lei nº25/37. O texto legal difere muito pouco da redação⁸⁷ e conteúdo da legislação nacional, a exemplo:

No entorno do bem imóvel tombado não é permitida qualquer edificação que venha impedir ou reduzir a visibilidade, colocação de cartazes ou anúncios, bem como, qualquer tipo de placas ou letreiros que venham comprometer a imagem ou a estrutura do bem tombado, sob pena de demolição da obra ou retirada dos materiais afixados, salvo quando houver autorização expressa prévia do órgão responsável pelo Patrimônio Cultural do Estado (Lei estadual nº1294 de 08 de setembro, Estado do Acre, Art.23, 1999).

No entanto no Estado de Tocantins, o estado mais novo do país, a Lei nº 577, de 24 de agosto de 1993, que dispõe sobre a proteção e a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Tocantins, não faz menção à questão da vizinhança. Apenas é citado em um de seus artigos que: “Os danos praticados contra bens tombados são equiparados, para os efeitos legais, aos cometidos contra o patrimônio público estadual” (Lei estadual nº 577, de 24 de agosto, Estado de Tocantins, Art.13, 1993).

Já outras legislações incluem em sua redação a terminologia da ambiência, juntamente ao usual conceito de visibilidade. No caso da Lei nº 47, de 02 de outubro de 1989 do Distrito Federal o olhar está sobre a ambiência do bem tombado, não

⁸⁶ A criação de legislações estaduais para a proteção de bens patrimoniais é consequência direta do documento nacional denominado “Carta de Brasília” de 1970, no qual os governadores assumem o compromisso de implementar a política cultural federal a nível estadual e municipal. Os institutos de proteção patrimonial criados são reproduções em esfera municipal e estadual da política cultural federal. Consta do Decreto-lei nº25/37 que deve ocorrer colaboração entre estados e governo federal na proteção do patrimônio nacional localizado em seu território. No entanto, a novidade que a Carta de Brasília de 1970 traz é o início da descentralização da política de preservação, incentivada, principalmente, pela falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN.

⁸⁷ Algumas legislações estaduais utilizam o termo “vizinhança” e outras “entorno”. No entanto a opção pela utilização de uma ou outra terminologia não segue padrão cronológico ou regional.

sendo citada a área de entorno: “*Não se poderá, nas áreas de tutela, sem prévia autorização do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, edificar ou demolir construções ou modificar a **ambiência** ou os **campos visuais** [...]*” (Art.10, grifo nosso). Esta incorporação do conceito de “ambiência” pode ser influenciada pela **Portaria nº10 de 10 de setembro de 1986**, que dispõe em seu texto o dever do Poder Público de zelar pela integridade dos referidos bens, bem como pela sua **visibilidade** e **ambiência**. Também observa que sejam fixadas normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem os bens culturais tombados.

Já a preocupação com os arredores do monumento patrimonial é exposta no parágrafo único do artigo 7 do Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969 do Governo do Estado da Guanabara (atual Estado do Rio de Janeiro), sendo que essa legislação é abrangente, pois indica alguns atributos destes arredores que podem interferir com a preservação:

*Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se também às licenças referentes a imóveis situados nas **proximidades** do bem tombado, e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que possam repercutir de alguma forma na **segurança**, na **integridade estética**, na **ambiência** ou na **visibilidade** do bem tombado, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente (Lei estadual nº2 de 11 de abril, Estado da Guanabara, Art.7, 1969, grifo nosso).*

Apesar do desenvolvimento da disciplina de preservação e dos princípios do “restauro crítico”, algumas legislações estaduais ainda chegam a considerar que possam existir casos em que os arredores não influenciam a apreciação do bem tombado. Um exemplo dessa abordagem de “monumento isolado” é a lei nº 245, de 1 de julho de 1981 do Estado do Mato Grosso do Sul. No parágrafo único do artigo 15 é estabelecido que: “[...] **havendo necessidade de preservar a área vizinha**, aplicar-se-á a ela o disposto quanto ao bem tombado” (grifo nosso). Esta flexibilidade na legislação, quanto à proibição de destruição, demolição, mutilação ou transformações sem a prévia autorização do órgão estadual de proteção da vizinhança, pode servir negativamente aos interesses econômicos e à especulação imobiliária do solo urbano.

Algumas legislações estaduais salientam a necessidade de delimitar a abrangência da vizinhança do bem tombado ou entorno. No caso da Lei nº 3.392, de 04 de julho de 1995 do Estado do Maranhão, é previsto em seu artigo 8 que: “O **entorno dos bens imóveis tombados, será delimitado de modo a proteger sua visibilidade e sua integração na ambiência**” (Lei nº 3.392, de 04 de julho, Estado do Maranhão, Art.8, 1995, grifo nosso). São feitas outras considerações sobre a influência negativa das intervenções físicas e dos usos no entorno para as edificações e paisagens que os integram (Art.9) e a necessidade de ser submetida à aprovação qualquer intervenção no bem tombado ou seu Entorno (Art.30). Já outras legislações estipulam que a delimitação do entorno deve ser objeto de estudos posteriores. Esse é o caso Lei estadual nº5.775, de 30 de setembro de 1971 do Estado de Minas Gerais. Em seu artigo 4, é disposto que o instrumento do tombamento de um bem imóvel deve incluir a delimitação da área de entorno ou vizinhança, tendo o instituto estadual de proteção o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para delimitar o entorno dos monumentos e encaminhamento para a aprovação do Conselho Curador estadual.

Destacam-se algumas legislações que apresentam previamente grandezas objetivas para a delimitação do perímetro da área de proteção de entorno. No Estado do Pará é estabelecido um perímetro de proteção: “*Não havendo delimitação pelo Órgão ou Agentes de preservação do Patrimônio Cultural será considerada área de entorno, **ambiência** ou vizinhança, e abrangida pelo raio de no mínimo 100m (cem) metros, a partir do eixo de cada fachada externa*” (Lei estadual nº 5.629, Estado do Pará, Art.30, 1990, grifo nosso). Já no Estado de São Paulo a legislação que regula o tema diz que:

*Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendendo um raio de **300 (trezentos) metros**, em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à **visibilidade** ou destaque do referido sítio ou edificação* (Decreto nº13.426, Estado de São Paulo, Art.137, 1979, grifo nosso).

Nestes casos os órgãos competentes apenas estipulam a metragem, mas as diretrizes quanto a sua utilização são analisadas caso a caso. Somente não havendo previsão legal da metragem a ser obedecida (critério objetivo), caberá ao órgão competente de tombamento estipulá-la. Entretanto, em todos os casos deverá

respeitar a legislação federal, no que tange a preservação da visibilidade do bem tombado.

Até o momento, as legislações federais de preservação concentram-se em criar instrumentos de punição, mas não de identificação ou gestão do entorno. Um instrumento legal recente que complementa o Decreto-lei nº25 de 1937 à medida que estabelece a punição para a destruição, inutilização ou deterioração de bens patrimoniais é a Lei n.9.605 de 1998. Nesta, a preservação da substância do bem tombado ainda figura em destaque, mas a edificação do entorno sem permissão também é objeto de punição:

*Alterar o **aspecto ou estrutura de edificação ou local** especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida (Lei nº9.605, Art.63, 1998, grifo nosso).*

*Promover construção em solo não edificável, ou no seu **entorno**, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida (Lei nº9.605, Art.64, 1998, grifo nosso).*

Assim, embora a necessidade de um ordenamento dos arredores do bem tombado seja tratado na maioria destes instrumentos legais, os atributos que constituem o entorno - a ambiência e a visibilidade - não foram objeto de preocupação, se comparado com a proteção dos bens tombados.

O reconhecimento da especialidade da disciplina da preservação de bens patrimoniais foi conseqüência de uma longa luta dos profissionais de arquitetura, porém ainda precisa ser discutida a sua participação na questão da política urbana e de paisagem. Em recente atuação, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) contribuiu para o reconhecimento e atribuições da disciplina com a **Decisão normativa nº80 de 25 de maio de 2007**. Esta dispõe os procedimentos para a fiscalização do exercício e das atividades profissionais referentes a monumentos, sítios de valor cultural, seu entorno e ambiência.

Neste documento é feita uma distinção muito importante entre ambiência e o entorno. A ambiência é definida enquanto “[...] *espaço preparado para criar um meio físico, estético ou psicológico próprio para o exercício de atividades humanas; ambiente*” (Art2). Já o entorno é considerado o “[...] *espaço, área delimitada, de extensão variável, adjacente a uma edificação, um bem tombado ou em processo de tombamento*” (Art.2).

A questão da atribuição de valor das áreas de entorno é importante, pois na prática da gestão, essas áreas não são reconhecidas pela população usuária, já que no Decreto-lei nº25/37 a definição é pouco específica e calcada exclusivamente na observação das visuais e na “limpeza” das informações visuais, sem definir seus atributos. A falta de compatibilização entre os órgãos de licenciamento e a legislação urbana da área (gabarito, textura, ritmos, volumetria e materiais) contribui para o esvaziamento da função do entorno de área de amortecimento e compromete a preservação do bem tombado.

2.4.2 Tratamento do entorno dos bens de interesse cultural na legislação ambiental brasileira

Desde o século XIX, foram criados instrumentos legais de proteção dos recursos naturais brasileiros; no entanto, eram iniciativas pontuais e se restringiam aos seus aspectos minerais, hídricos e biológicos. Somente com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com a criação de órgão federal ambiental - o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) - que a “paisagem” passa a ser vista enquanto conjunto.

Na legislação ambiental o ordenamento do entorno das Unidades de Conservação (UCA's) é assegurado em legislação federal (Decreto nº 99.274, Art. 27, de 06/06/1990), pois é considerado enquanto uma zona de transição entre os espaços urbanizados e os ecossistemas naturais onde o uso e ocupação do solo precisam ser compatíveis com a sua função de amortecimento. Assim, o uso do solo situado nos terrenos no perímetro das áreas declaradas como unidade de conservação deve observar as disposições das normas gerais que regulam a matéria e, em particular, as estabelecidas no seu ato de criação e no Plano de Manejo:

*[...] o entorno de uma unidade de conservação, em que as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de **minimizar os impactos negativos** sobre a Unidade (Snuc Lei nº9.985, Art. 2, 2000, grifo nosso).*

A terminologia dessa zona de transição varia: na Resolução nº13 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) é denominada de “zona-tampão” e na Lei nº 9.985/2000⁸⁸ do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) é denominada de “zona de amortecimento”.

O entorno é reconhecido, no contexto da sustentabilidade dos parques nacionais, por formar uma faixa de proteção para as áreas protegidas. A sua extensão é variável, mas para os Parques Nacionais, de acordo com a Resolução nº13 do Conama de 6 de dezembro de 1990, a previsão é a delimitação de uma área compreendida em um raio de 10 quilômetros a partir dos limites dos parques (BENJAMIN, 2001).

Embora reconhecidas como importantes e sujeita a um “zoneamento obrigatório”, estas “zonas de amortecimento” - que devem proteger a unidade contra os chamados “efeitos de borda”⁸⁹ - não fazem parte da unidade de conservação. As atividades realizadas nestas áreas são definidas pelo órgão responsável por cada unidade, juntamente com os órgãos de licenciamento. No entanto, esta imposição e limitações de usos e ocupações geram inevitáveis conflitos com as comunidades locais.

2.4.3 Outros instrumentos complementares na abordagem do entorno

O texto constitucional de 1988 também trata em seus artigos 182 e 183 da política urbana, mas foi somente com a Lei nº10.257 de 10 de julho de 2001 – um marco regulatório urbanístico (OLIVEIRA; ARAUJO JUNIOR, 2007) - que se estabeleceram normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

⁸⁸ A Lei nº9.985/2000, segue orientação internacional no sentido de promover a interdependência dos espaços protegidos, da economia e da vida da população local.

⁸⁹ O efeito pode ser a redução de umidade associada ao aumento de temperatura e luminosidade, e a conseqüente entrada de espécies invasoras características de áreas degradadas para o interior das áreas mais preservadas da Unidade de Conservação (OLIVEIRA; SANTOS, 2004).

O tradicional zoneamento urbano, que consta da legislação urbanística dos municípios, tem a função de garantir a proteção da população em relação aos usos incômodos através do estabelecimento de zonas com homogêneas especificidades de uso. No entanto, este não é capaz de garantir a proteção da qualidade de vida, já que a gestão da cidade é composta por normas urbanísticas e normas ambientais⁹⁰.

A Lei n.10.257 de 10 de julho de 2001, denominada de *Estatuto da Cidade*, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. O Estatuto da Cidade é um conjunto de normas que segue o Direito Urbanístico. Para alguns juristas o termo mais preciso, empregado a esta lei, deveria ser o de Direito Ambiental Construído⁹¹.(SÉGUIN, 2006), uma vez que seus institutos técnicos, políticos e jurídicos são todos urbanos.

Assim, a contribuição do estatuto está na atribuição do Poder Público na tarefa de impedir o uso nocivo da propriedade urbana⁹² de maneira que a ordenação e o controle do uso do solo devem ter como metas evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes, o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura correspondente, a deterioração das áreas urbanizadas e a poluição e a degradação ambiental, visto que a área urbana adequada para cumprir a função social da cidade será aquela dotada de infra-estrutura, isto é, serviços públicos e serviços ambientais. No direito urbanístico, o tratamento conferido às pré-existências históricas estabelece medidas legislativas de proteção em bens patrimoniais regulando-os dentro de leis específicas de propriedade, de zoneamento, de recuos, de taxa de ocupação, de gabaritos, de uso e de restrições às características formais.

⁹⁰ As normas urbanísticas visam disciplinar o uso e a ocupação do solo e as normas ambientais visam proteger a qualidade de vida e o meio ambiente sadio (OLIVEIRA; ARAUJO JUNIOR, 2007).

⁹¹ Séguin (2006) define o Direito Ambiental Construído como um conjunto de regras, princípios e políticas públicas que busca a harmonização do homem com o Meio Ambiente artificial da área urbana.

⁹² Um instrumento normativo anterior, o Código Civil de 1916, já tratava da tarefa de impedir o uso nocivo da propriedade urbana, nos seus artigos 554 e 555 de sua seção V denominada de “Direitos de vizinhança ou uso nocivo da propriedade”.

Entre os instrumentos de cunho jurídico e político objetos da legislação os quais se relacionam com as áreas envoltórias das pré-existências históricas, destacam-se os estudos prévios de **impacto ambiental** (EIA) e o de **impacto de vizinhança** (EIV), além de outros como: o tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, a instituição de UCA's, o direito de superfície, o direito de preempção, a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso e a transferência do direito de construir.

Os instrumentos de licenciamento ambiental, o EIA e o EIV, são de grande importância, pois têm por finalidade fornecer subsídios técnicos capazes de nortear o desenvolvimento de estudos que diagnostiquem a qualidade ambiental atual da área de implantação do empreendimento e sua área de inserção, isto é, o impacto em seu entorno. O EIA já tinha sido instituído como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente na Lei Federal 6938/81 e da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 225, inciso IV - o qual trata que, para as atividades ou obras de grande porte⁹³ e potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, é exigível o estudo prévio de impacto ambiental. O seu órgão de licenciamento é o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA (Resolução do CONAMA nº 237, Art. 4, 1997).

Assim, a novidade da Lei nº 10.257/2001 é o de instituir o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O EIV é um documento técnico a ser exigido, regulado por lei municipal⁹⁴, para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de forma a avaliar previamente os impactos que determinado empreendimento irá causar no cotidiano à qualidade de vida de determinado "ecossistema urbano"⁹⁵ (OLIVEIRA; ARAUJO JUNIOR, 2007). O emprego deste instrumento restringe-se para a área urbana, isto é, uma área bem limitada definida como "vizinhança" ou "unidade de vizinhança". Este documento, em seu artigo 37, também está vinculado às restrições edilícias impostas pelos imóveis vizinhos de bem tombado, contribuindo para o artigo 18 do Decreto-lei nº25/1937 que impede,

⁹³ O EIA é exigido para empreendimentos urbanísticos com mais de 100ha (SAMPAIO, 2005).

⁹⁴ Cabe ao município, através de elaboração de lei específica, determinar os empreendimentos e atividades institucionais, comerciais e residenciais, sejam públicos ou privados, que dependerão de elaboração de EIV.

⁹⁵ O conceito ecossistêmico pressupõe um equilíbrio entre os processos naturais, inclusive quanto aos fluxos antrópicos.

sem prévia autorização do IPHAN, a construção que obstrua ou reduza a visibilidade do bem protegido. No entanto, os estudos atuais de EIV limitam sua abordagem, das pré-existências históricas, a uma listagem dos bens tombados sem, ao menos, relacioná-los especificamente aos impactos ou contextualizá-los ao seu entorno.

Antes do Estatuto da Cidade, muitos municípios dispunham em suas legislações do EIV (ou Estudo de Viabilidade Urbanística), embora poucos realmente chegassem a empregá-lo à prática de gestão (SÉGUIN, 2006). Na cidade do Rio de Janeiro, através da Lei Orgânica Municipal de 5 de abril de 1990 e na Lei complementar nº16/1992, já era incorporada a necessidade do “Relatório de Impacto de Vizinhança” para os empreendimentos “modificadores do meio ambiente”. No texto da Lei Orgânica, em seus artigos 443 e 444, são listados os aspectos mínimos que deveriam constar do relatório: os aspectos de interferência da obra sobre o meio ambiente natural e construído; os aspectos de interferência da obra sobre a infraestrutura urbana relativa à rede de água e esgoto, gás, telefonia e energia elétrica; os aspectos de interferência da obra sobre o sistema viário; os aspectos de interferência da obra sobre o nível de ruído, de qualidade do ar e qualidade visual; e os aspectos de interferência da obra sobre as características socioculturais da comunidade. Não são definidos pontos cruciais, tais como, a abrangência da vizinhança e os aspectos de interferência da obra sobre o patrimônio cultural.

Embora o conteúdo exigido nos estudos do EIV dependa das exigências municipais, a lei federal estabelece aspectos mínimos a serem abrangidos na avaliação. Nestes estão incluídos a obrigatoriedade do adensamento populacional, da necessidade de equipamentos urbanos e comunitários, do uso e ocupação do solo, da valorização imobiliária, da geração de tráfego e demanda por transporte público, da garantia por ventilação e a iluminação, além da valorização da paisagem urbana e do patrimônio natural e cultural. O EIV pode exigir contrapartidas de interesse social ou, quando possível, propor alternativa para minimizar ou anular as negatividades a fim de que não prejudique a qualidade de vida de seu entorno e que busque conciliar interesses entre o empreendedor e a comunidade (SÉGUIN, 2006).

A falta de articulação entre as esferas de governo faz com que os Municípios, na prática, concedam licença edilícia a partir de avaliações de impacto urbano

superficiais ou, mesmo, sem exigir qualquer documento (SAMPAIO, 2005). Isso poderia ser evitado com a introdução nos Planos Diretores de uma política de paisagem sensível às pré-existências históricas. Aliado a falta de uma política da paisagem está a indefinição da abrangência da área do entorno. Assim, a temática da ambiência e da visibilidade estão presentes nas normas de ordenamento urbano, sem, no entanto, conferir muita atenção às pré-existências de bens patrimoniais, mas de maneira a propor a qualidade de vida dos cidadãos.

2.5 Revisão crítica de metodologias de identificação do entorno

No Brasil não existe uma norma geral seguida ou uma tradição em propostas metodológicas para a delimitação, atuação e regulação do entorno de bens tombados. A normatização de um determinado entorno é tratada através de portaria expedida pelo instituto de preservação cultural à medida que este é acionado, quase sempre em razão de ameaça iminente ao bem.

Esse estudo levantou diferentes propostas metodológicas para a análise, delimitação e ordenamento do entorno de bens de interesse cultural. A escolha se baseou nas metodologias desenvolvidas pela instituição cultural federal, o IPHAN, e pela instituição ambiental, o IBAMA, além da metodologia estrangeira desenvolvida no estudo referencial de José Castillo Ruiz, o qual fundamenta este trabalho.

A identificação da “ambiência” e o emprego da terminologia “legibilidade” têm sido objetos de investigação em trabalhos realizados pelo IPHAN nas últimas duas décadas. A isto, deve-se a sua importância para a fundamentação das intervenções em áreas do patrimônio ambiental urbano – especialmente para os centros históricos – reconhecidos por uma esfera de preservação.

Esta tese não se propõe a estudar essa categoria complexa de objeto patrimonial, que por seus atributos de interesse histórico e estéticos deve ser salvaguardada como conjunto, mas se restringe na análise de entornos de bens tombados que são ausentes de valor patrimonial. Sua importância caracteriza-se unicamente pela interferência direta ou indireta para a ambiência e legibilidade dos

bens tombados. No entanto, alguns exemplos de estudos de centros históricos foram levantados, uma vez que a questão da ambiência e da leitura do bem tombado é tratada. Assim, são incluídos nessa análise crítica os parâmetros desenvolvidos pelo Plano de Preservação dos Sítios Históricos do IPHAN (PPSH) e os atributos de análise sugeridos pela *Operational Guidelines* de 2005 da UNESCO que implementa o patrimônio universal inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.

2.5.1 Metodologia recolhida em pareceres do IPHAN

A pouca atenção conferida na definição e limitação do entorno acompanha os primeiros tombamentos do Instituto⁹⁶, pois prevaleceu a expressão atribuída a Lúcio Costa de que a área de vizinhança seria “*até onde as vistas alcancem*” (ARRELARO, 2008). Na prática, a delimitação simplesmente por campos visuais e gabaritos verificou-se ineficiente, pois o contexto social e espacial contribuem para formar uma identidade arquitetônica e urbanística particular para cada sítio – a ambiência.

Os problemas de delimitação, ordenação e gestão dos entornos de bens protegidos pelo IPHAN (então denominado de SPHAN) já permeavam estudos internos a partir da segunda metade da década de 1970 - com a Portaria nº29 de 1974 - e na década de 1980, tais como o artigo de Carlos Danuzio Lima intitulado “A questão dos bens tombados” (IPHAN, 2007). O trabalho de Danuzio esclarece que a produção de estudos de entornos é uma prática do Instituto implantada a partir da segunda metade de 1970:

A prática de definição do entorno de bens tombados tem suas raízes no mesmo processo histórico indutor da evolução dos conceitos de vizinhança e visibilidade do bem tombado, constituindo-se, em tese, uma etapa avançada no tempo, e do ponto de vista qualitativo, deste processo (DANUZIO, [1980]. apud. IPHAN, 2007).

A iniciativa pioneira para a análise do debate ocorreu na década de 1980, através da organização do primeiro “Seminário sobre entorno dos monumentos” realizado em novembro de 1982 e a publicação, como anexo dos anais em março de

⁹⁶ O trabalho de delimitação do entorno compartilhado de dois bens tombados – Igreja e Convento do Carmo e Pátio de São Pedro - em Recife em 1953, foi pioneiro no que se refere ao desenvolvimento de um estudo preventivo de regulamentação de vizinhança de bens tombados. Este trabalho, que chegou a formular normas urbanísticas e guia de estudos de gabaritos “Sugestões para os gabaritos nas quadras adjacentes aos monumentos tombados, na cidade de Recife” (1953), foi desenvolvido pelo instituto em cooperação com a Prefeitura da cidade de Recife.

1983, do guia normativo “Roteiro para Análise e Atuação nos Entornos de Bens tombados”⁹⁷ (**anexo 01**). Nesse mesmo ano, foi realizado o segundo “Seminário sobre entorno dos monumentos”, mas não teve o alcance esperado. O objetivo dessas reuniões era integrar as ações e métodos das diretorias regionais, de maneira a instrumentar o Instituto, deficiente de infra-estrutura e técnicos.

A importância do primeiro “Seminário sobre entornos” (1982) está no contexto histórico de sua realização, bem como na motivação para a realização do debate. O país vivia a abertura política e era fortalecido o ideal do diálogo democrático entre as instituições e da sociedade civil. Contudo, a mobilidade física e de divulgação do conhecimento eram precárias, sobretudo se analisarmos o tamanho do território brasileiro e a lenta incorporação da mídia eletrônica (internet, computadores e aparelhos de fax). A tarefa do seminário era definir o método ou os métodos para enfrentar o problema das vizinhanças, ou entornos, dos bens tombados, a fim de criar “ambiente digno” e evitar trabalhar posteriormente com base nas expectativas econômicas e sociais criadas com o desenvolvimento das cidades. Assim, era salientado que os melhores resultados na definição dos entornos na história do Instituto foram os estudos prévios.

O documento final produzido defendia que, para a questão da preservação da ambiência do bem tombado, é preciso encontrar um consenso para os critérios técnicos de maneira a agregar mais pessoas às discussões para tornar o processo “mais democrático”. É recomendado que o planejamento geral da cidade preveja possíveis medidas de preservação compatíveis com o desenvolvimento e, para isso, cumpre um papel fundamental as prefeituras municipais. No entanto, é observado que existe uma grande dificuldade para essa implementação, já que o poder municipal, na maioria dos casos, não quer arcar com o ônus político da preservação e ignora em seus planos diretores os bens tombados.

O documento justifica que a competência do IPHAN restringe-se à proteção do bem cultural, pois considera que a legislação federal, Decreto nº 25/1937, só se

⁹⁷ A cópia deste documento consta em anexo deste trabalho e foi gentilmente cedido pela arquiteta Jurema Arnaut em agosto de 2008. O original encontra-se no Arquivo Noronha Santos/COPEDOC do IPHAN na cidade do Rio de Janeiro.

compromete com esse dever. Considera que o planejamento urbano é de competência municipal e, eventualmente, pode o Instituto ter como área de atuação o ordenamento do solo com o objetivo de proteger o bem patrimonial. É, inclusive, pontuada a possibilidade de se acionar o Poder Judiciário, em casos extremos em que existe a possibilidade de destruição do patrimônio.

Esse posicionamento do Instituto é um ponto polêmico, que só se justifica pela realidade institucional - estava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura - e não dispunha de um corpo técnico amplo. O Decreto nº25/1937 aborda o bem e o entorno como uma unidade, logo na prática o IPHAN descumpre sua missão ao realizar o estudo do entorno apenas para alguns casos. Um outro aspecto é a simplificação de que o impacto provocado pelo entorno se resolve com o zoneamento, que é tarefa do município.

É salientado no documento que os estudos conduzidos - os Planos de Trabalho - devem observar a situação específica de cada contexto de entorno. Assim, o guia normativo estabelece uma metodologia que faz uma distinção de cinco situações típicas, ou categorias, a serem abordadas nos estudos da delimitação do entorno:

- 1- Monumento é apenas um documento sem mais nenhuma relação com o ambiente envoltório;
- 2- Monumento com o entorno de arquitetura descaracterizada, mas que ainda mantém volumetria compatível;
- 3- Monumento ambientado;
- 4- Cidade ou núcleo histórico; e
- 5- Edifício isolado na paisagem.

Analisando essas categorias percebe-se que os especialistas fundamentaram sua divisão na ambiência histórica do ambiente envoltório. Os atributos da ambiência selecionados foram os aspectos morfológicos e tipológicos homogenizadores do ambiente, não sendo considerada para esta categorização a percepção do usuário (imaginabilidade). Dessa forma, as categorias do entorno são incompletas, pois o entorno sempre contextualiza o monumento - mesmo que negativamente. A categorização proposta não considera o potencial de crescimento

ou renovação urbana de cada caso. Também não é observada a necessidade do monitoramento do entorno ou critérios para identificar possíveis situações de perigo do bem protegido.

O documento estipula que o Plano de Trabalho, para qualquer uma das categorias de situação típica, inclui a coleta de material iconográfico e material cartográfico (plantas cadastrais, levantamento aerofotogramétrico e mapas), o levantamento da legislação da área (uso do solo e restrições), a identificação dos grupos da sociedade civil que atuam na área, a documentação fotográfica atual - a qual dará origem a uma análise para o estabelecimento de uma poligonal de proteção - bem como as medidas gerais de limitação da volumetria e da ocupação do solo. Somente para as categorias 3 e 4 são incluídas no plano de trabalho a verificação da necessidade de ampliação do tombamento ou a incorporação de outras medidas, como o inventário de imóveis de interesse no entorno através de plantas e fotografias. Também é recomendado, para esses casos, a cooperação técnica entre as esferas de administração pública, com o objetivo de modificar as posturas municipais.

É sugerido no documento que a delimitação do entorno sempre seja acompanhada por estudos técnicos arquitetônico-urbanísticos e, quando possível, de estudos econômicos e sociais focados na definição e na aplicação dos limites da vizinhança estudada. Também são requisitos a legislação municipal e o “potencial de intervenção” do município para cumprir as recomendações, em especial nos aspectos de circulação e publicidade. Dessa maneira, os estudos dão origem a “portarias de controle”⁹⁸ para o estabelecimento de regulamentações mínimas de proteção, independentes do apoio dos órgãos municipais.

A partir da década de 1980, o IPHAN produziu estudos pontuais e pareceres⁹⁹ de bens tombados voltados para medidas reguladoras de delimitação do entorno e da preservação de sua ambiência, mas que na prática não chegaram a ser

⁹⁸ As “portarias de controle” têm o objetivo de formular medidas efetivas que normalizem as intervenções nos entornos, tais como: construções novas, reformas, restaurações, colocação de letreiros e a ordenação do tráfego.

⁹⁹ Os pareceres são documentos normativos internos do IPHAN que tratam do funcionamento de setores diversos, como saúde pública, urbanismo e limites territoriais, transportes, buscando integrar estes serviços com a proteção e preservação do patrimônio feita pelo instituto.

totalmente concluídos através da publicação de portarias ou absorvidos pela legislação urbana dos estados e municípios. Estas iniciativas foram restritas¹⁰⁰; em muitos casos, não refletiam a preocupação com o crescimento vertical das áreas limítrofes e seu impacto ambiental, mas estavam ligadas à visibilidade do conjunto de interesse.

Em ata do segundo “Seminário sobre entornos” (1983), redigida pela arquiteta Ana Carmem Jara Casco, a organização considera que não ocorreu um avanço significativo nos debates do tema, em especial pelas dificuldades de trabalho por parte dos profissionais das diretorias regionais (diversidade das condições locais, distribuição dos monumentos, disponibilização do corpo técnico e infra-estrutura de funcionamento). Também é reconhecido que a participação da comunidade, ponto sugerido no documento anterior, ainda é uma questão obscura e carente de experiência. Destaca-se a inclusão para a discussão da temática a definição dos usos nas imediações do monumento, na medida em que se reconhece que o uso pode comprometer e afetar o monumento.

Entre os estudos de entornos produzidos na década de 1980 pelos técnicos do IPHAN destaca-se a elaboração de portaria para a proteção do Palácio Guanabara e respectivo parque (Rio de Janeiro). O estudo desenvolvido pela técnica da 6ª Diretoria Regional (6ªDR/SPHAN) a arquiteta Ana Carmem Jara Casco e avaliado pela arquiteta Jurema Arnaut, do Setor de preservação de conjuntos urbanos e sítios históricos (DTC/SPHAN), em 1984, apresenta critérios para a proteção da ambientação do monumento histórico (antigo Palácio Isabel e atual sede do governo do Estado), incluindo do seu jardim de interesse histórico.

No estudo apresentado, a abordagem do jardim enquanto bem integrado ao edifício é muito clara, em especial quando é salientada a “extrema importância” que os jardins do Palácio desempenham na manutenção da escala e ambiência da edificação, bem como na apreensão de seu entorno. Logo, o jardim não faz parte do entorno da edificação, mesmo que na prática institucional não receba a mesma atenção que a reconhecida edificação histórica.

¹⁰⁰ Ainda hoje muitos monumentos e sítios históricos não possuem polígonos de entorno delimitado, ou mesmo parâmetros construtivos e urbanísticos definidos para suas áreas de entorno – vizinhança.

A área da vizinhança do bem tombado é definida no documento pela proximidade de suas vias de circulação (trechos ou toda a extensão) com o monumento tombado, pela homogeneidade no tipo de ocupação e uso do solo característico da área e pelas áreas de influência visual do monumento a partir de seus jardins e das suas imediações. A metodologia aplicada segue o “Roteiro para Análise e Atuação nos Entornos de Bens tombados” de 1983.

Destaca-se no parecer da técnica do DTC a pontuação de aspectos de grande relevância não observados pela 6ªDR, e objeto de revisão, referentes ao reconhecimento da situação e potencial de trabalho com a Prefeitura Municipal, bem como com as organizações da população que identifiquem interesse na área. É assim sinalizada a importância de contribuir com normas em defesa dos bens tombados, sejam municipais ou federais, a manutenção ou melhoria do grau da qualidade do ambiente tratado. No parecer é também considerado a importância de ser primeiro demarcada a área tombada para que no momento de definição do entorno seja ratificado seu perímetro, pois “[...] *este procedimento, que deve ser adotado como item prioritário em todos os estudos de entornos, evitará dúvidas quanto ao objeto tombado*” (Jurema Arnaut, parecer de 03 de dezembro de 1984). No entanto, a portaria de proteção do Palácio Guanabara nunca foi implementada¹⁰¹.

A necessária revisão e ampliação na restrição de uso do entorno, de maneira a assegurar a preservação da ambiência, no que tange à substância de um monumento vivo, de bem tombado pela esfera federal ocorreu em um jardim de interesse histórico pela primeira vez em 1994 no tombamento¹⁰² do Parque Zoológico do Museu Paranaense Emílio Goeldi, no Ceará (SOARES; LOBO, 2008). Foi consequência da pressão de movimentos sociais locais que desde 1988 defendiam que os impactos do crescimento vertical da malha urbana no entorno repercutiam na ambiência dentro e fora do parque, de maneira a reduzir o período de insolação e alterar os regimes de vento no recinto. Assim, pela primeira vez no tombamento de um recinto verde o entorno recebeu destaque. Ficou estabelecido

¹⁰¹ Informação confirmada pela arquiteta Jurema Arnaut do DEPAM/IPHAN, em entrevista no dia 27 de agosto de 2008.

¹⁰² Processo 1297-T-89, Livro Histórico nº536 e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico nº101.

que não poderiam ser feitas construções acima de um ângulo de 22º 30' entre o muro e a calçada lateral do Parque (SOARES; LOBO, 2008).

Ao longo da década de 1990 e até recentemente, outros trabalhos¹⁰³ de delimitação de entornos de bens tombados foram desenvolvidos, mas não chegaram à instância do Conselho Consultivo do IPHAN, por razões “*relativas aos trâmites administrativos*” (IPHAN, 2007). Uma das razões é a delimitação do entorno não estar, na prática, incluída na ocasião do reconhecimento do bem tombado. Embora o IPHAN possua uma portaria que regulamenta as normas de procedimento para a abertura de processos de tombamento (Portaria nº11 de 11 de setembro de 1989) o entorno só é objeto de estudos minuciosos em poucos casos. A portaria dispõe em seu artigo 4 dos documentos para a abertura do processo de tombamento, os quais incluem documentação específica sobre o entorno:

*No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, **tanto quanto possível minucioso**, incluído a descrição do(s) objeto(s) de suas área(s), de seu(s) **entorno(s)**, à apreciação do mérito de seu valor cultural, existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objeto da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação acrescidas de documentação fotográfica e plantas (Portaria nº11, Art.4, 11/09/1989, grifo nosso).*

Atualmente, o IPHAN tem restringindo sua atuação na ordenação e na gestão do entorno em três pontos: o controle da publicidade, a regulação do gabarito e a recomendação de materiais. Após um longo período sem novos debates internos na instituição, em abril de 2006 foi organizada uma reunião denominada de “Sítios históricos urbanos: inventários, critérios de intervenção e normas de preservação” que retomou, entre outras, essa questão. Neste momento¹⁰⁴, está em discussão no IPHAN a elaboração de uma nova metodologia para a delimitação e atuação de entornos de bens tombados.

¹⁰³ Cabe incluir a proposta, do final da década de 1980, de um “Livro de registro de áreas de entorno de bens tombados” com o objetivo de registrar os entornos de bens tombados aprovados pelo Conselho Consultivo. No entanto, essa proposta nunca foi implantada.

¹⁰⁴ Foi montado, publicado em Portaria interna em julho de 2008, um grupo de trabalho com representantes de superintendências regionais do IPHAN para estudar a questão. Informação dada pela arquiteta Jurema Arnaut do DEPAM/IPHAN, em entrevista no dia 27 de agosto de 2008.

2.5.2 Metodologia empregada em estudos recentes do IPHAN

Dentro do IPHAN é crescente a compreensão de que para a definição dos limites do entorno é necessário contemplar um maior número de condicionantes que formam o entorno, além da visibilidade. Na atualidade, diversos estudos de revisão da delimitação de polígonos ou perímetros de conjuntos ou sítios urbanos tombados tem sido desenvolvidos pelo Instituto em todo o país.

Estes estudos são consequência do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), promovido pelo Instituto em parceria com a UNESCO a partir de 2006. Esse programa de estudos é voltado para jovens profissionais de diferentes áreas do patrimônio que atuam na prática institucional do IPHAN e tem contribuído para promover o debate sobre a preservação no país. Essa produção de conhecimento é uma retomada de uma iniciativa anterior, a “Academia SPHAN”. O IPHAN (antigo SPHAN) agrupou e desenvolveu estudos e pesquisas de cunho acadêmico, entre 1937 e 1967 (a “fase heróica”), para instrumentar e guiar o instituto na seleção de bens (FONSECA, 2005). Dessa maneira, foi formulado um saber através da prática institucional forjado a partir dos trabalhos de inventários, de levantamento de fontes de informação, de proteção de documentos que preencheram lacunas de conhecimento sobre a história da arte no Brasil.

Os atuais ensaios metodológicos desenvolvidos por alguns desses novos pesquisadores propõem a delimitação do perímetro de entorno dos bens tombados calcada na análise morfológica do espaço. Destaca-se o trabalho¹⁰⁵ do arquiteto Rafeal Arrelaro (2008), bolsista do PEP da superintendência regional do Instituto em Minas Gerais, que propõe uma metodologia baseada em quatro critérios a serem levantados em visitas de campo e documentação em arquivos:

- 1- Importância do monumento e seu entorno na configuração urbana;
- 2- Valor histórico e/ou artístico do bem isoladamente e de seu conjunto;
- 3- Importância como marco histórico da cidade e da memória da população; e
- 4- Importância do traçado urbano como eixo de manifestações culturais.

¹⁰⁵ Monografia de especialização divulgada na forma de artigo intitulado “Paisagem urbana do entorno a bens tombados: estudo de delimitação de perímetros para os bens tombados em Sabará/MG” e publicado nos Anais do evento científico Arquimemória 3 na cidade de Salvador em 2008.

O método proposto sugere que para a análise da importância do monumento sejam relacionados os critérios da “ambiência”, isto é, a contemplação das relações espaciais do bem com seu entorno e a busca de uma relação “harmoniosa” entre eles (ARRELARO, 2008). Relaciona o conceito de “harmonia” com a visibilidade do monumento em seu conjunto e a sua integração com a área envoltória. Assim, acaba por não distinguir a ambiência da visibilidade.

Para a identificação do valor do bem é feita uma análise específica do bem protegido, isto é, um estudo dos critérios oficiais que conferiram reconhecimento ao bem enquanto excepcional. Já para a investigação da importância enquanto marco, é realizada uma “aproximação” entre a visão dos usuários e a delimitação das áreas de entorno. Este estudo é claramente influenciado pelos princípios da percepção ambiental, de maneira a identificar a influência do bem na imagem do ambiente.

Finalmente, o estudo mais interessante proposto é o da investigação do traçado urbano enquanto eixo de manifestações culturais, através do mapeamento de rotas de procissões religiosas, de maneira a relacionar o traçado urbano local às manifestações culturais da cidade. As rotas culturais¹⁰⁶ estão fundamentadas nos movimentos migratórios de grupos humanos, encontros e diálogos e trocas culturais que representam dimensões sociais, simbólicas e filosóficas culturalmente significativas. Esse patrimônio é composto por elementos intangíveis (significação) e tangíveis, que ilustram e contextualizam a sua significação ao longo do espaço e do tempo, isto é, o suporte físico desse patrimônio é o seu entorno construído associado ao propósito da rota (ANDRADE; GHETTI, 2008). O mapeamento desse patrimônio contribui para evitar o seu desaparecimento do espaço urbano, evitando que o indivíduo perca a identificação com o meio onde habita e com a sua própria história.

¹⁰⁶ A categoria de rotas culturais é muito recente. Foi em 2005 que essa categoria de patrimônio cultural foi acrescida na nova versão da “*Operational Guidelines for Implementation of the World Heritage Convention*”, juntamente às rotas naturais migratórias. Comemorando este reconhecimento o Comitê internacional de Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS lança uma proposição de “Carta de Rotas Culturais” ao final da XV Assembléia Geral do ICOMOS em Xi-an (China, 2005).

Embora a princípio, a política de delimitação do entorno seja alvo de estudos teóricos pelo IPHAN, os estudos práticos dos entornos ainda se restringem, quase que exclusivamente, à categoria particular¹⁰⁷ dos sítios urbanos históricos.

A primeira elaboração de um Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH) para áreas de interesse histórico e ambiental tombados ocorre na década de 1970, em sítios históricos de cidades do Nordeste. O PPSH da região metropolitana do Recife (Pernambuco) de 1978 foi a primeira iniciativa destinada a trabalhar uma legislação de preservação cultural fundamentada no conceito de manchas ou conjuntos urbanos (LEAL; FREITAS, 2008).

Na metodologia utilizada pelo PPSH, os sítios históricos deveriam ser seccionados em “zonas”. Essas zonas distinguiam-se entre “zona de preservação rigorosa” (ZR) e “zona de preservação ambiental” (ZPA) com índices urbanísticos e de preservação próprios. O princípio do zoneamento interpreta o ambiente urbano seccionado em “unidades de paisagem”. Essas unidades de paisagem eram determinadas pelos seus aspectos morfológicos, isto é, fisionomias peculiares do tecido urbano que resguardam características específicas e determinam vocações (LEAL; FREITAS, 2008). Para sua determinação, foram estudadas as formas físicas (água, vegetação, solo, rochas), os elementos bióticos (fauna e flora) e os elementos antrópicos (decorrentes da ação humana).

Outras iniciativas de PPSH pontuais se seguiram, sendo que somente em 2004 o IPHAN elaborou o **Plano de Preservação dos Sítios Históricos** (PPSH), a ser aplicado ao nível nacional. Com a Portaria Nº 299 de 03/08/2004, o Instituto regulou não apenas a criação do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH), mas também o Termo Geral de Referência que orienta a sua formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. O programa era formado por um conjunto de inventários de identificação e pesquisa, isto é, levantamentos de informações sobre o sítio histórico urbano. Atualmente este programa está sendo revisado pelo IPHAN, mas ainda é o referencial metodológico para as intervenções em áreas de interesse patrimonial do país.

¹⁰⁷ Os sítios urbanos são bens patrimoniais autônomos que demandam instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa especificidade.

Dentro do PPSH os inventários identificados como de importância para o estudo da temática da “ambiência” e “legibilidade” são: o Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (INCEU) e o Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU).

O **Inventário de Configurações de Espaços Urbanos** (INCEU) é um método de análise da dimensão morfológica dos sítios históricos, que utiliza para o diagnóstico do sítio histórico uma investigação calcada nas dimensões tipológicas, morfológicas e perceptivas do ambiente urbanos. É possível identificar influências diretas¹⁰⁸ das teorias de Kevin Lynch (1999) e Gordon Cullen (1983), no que tange aos estudos da percepção das formas urbanas e da atribuição de significados do espaço. Através de uma pesquisa voltada para a descrição e a preservação da forma do espaço urbano, são produzidos os mapas temáticos de: Visão Serial; Relação entre cheios e vazios; Uso do solo; Linhas de coroamento; Sistema de pontuação; Linha de força; Relevo do Solo; Vegetação; Águas de superfície; Gabarito; Data de construção; Fluxos; Acessos; Manchas de estacionamento; Poluição Visual (sinalização, barracos e mobiliário urbano do entorno); e Unidades morfológicas.

O **Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados** (INBI-SU) estruturado pelo IPHAN é um inventário de identificação, isto é, um instrumento técnico que possibilita a seleção e o registro de novos valores para a preservação e defesa do patrimônio imóvel existente no Brasil. Ele tem sido aplicado nos processos de investigação e monitoramento do Instituto. A dinâmica dos inventários desenvolvidos consiste, basicamente, no levantamento de campo, no qual são realizadas as medições dos imóveis, e no preenchimento de formulários sobre características do lote e da construção nele inserida, do estado de conservação do imóvel e entrevista feita com o usuário sobre aspectos socioeconômicos.

Destaca-se alguns conceitos presentes nos dois formulários (**anexo 02**) de entrevista da comunidade do centro histórico inventariado que indicam como os

¹⁰⁸ A elaboração desta metodologia teve a participação e consultoria da arquiteta Maria Elaine Kohlsdorf, professora da Universidade de Brasília (UnB).

conceitos de paisagem cultural e a vizinhança são interpretados pelo corpo técnico do IPHAN. No que concerne aos problemas de vizinhança, foco específico de nosso interesse, os formulários não exploram a questão de maneira satisfatória. De um universo total de 41 perguntas que constam do formulário de uso residencial (formulário 04) e de 33 que constam do formulário de uso não residencial (formulário 05), a temática é apenas abordada em duas questões, nas de número 30 e 31 e nas de número 26 e 27, respectivamente. Embora os conteúdos das questões estejam bem direcionados quanto às interferências negativas da vizinhança, as impressões que deveriam ser documentadas pela entrevista não se conectam claramente com o imóvel e o conjunto urbano inventariado. Isto é, falta um registro da abrangência (escala do fato) dos problemas identificados. Uma vez que só são identificados os problemas, estes não contribuem para entender a real extensão da degradação e não poderão servir como ponto de partida para investigações da interferência que o entorno exerce no estado de conservação do bem inventariado. Assim, descarta-se uma fonte importante de identificação de riscos (perigo e vulnerabilidade) e possíveis ações de prevenção e proteção do bem patrimonial e da segurança humana, além da contribuição da ambiência para a percepção dos sítios históricos.

Também é um ponto polêmico as questões de número 35 (formulário 04) e de número 31 (formulário 05), pois não deixam claro ao entrevistado o emprego do termo "paisagem natural" para ambientes urbanos. A paisagem urbana é uma paisagem cultural por excelência. Para o público leigo, a "paisagem natural" é compreendida enquanto elemento ou associações de indivíduos vegetais formando composições na paisagem da cidade (desde canteiros a praças ajardinadas). Não é feita uma associação direta com a topografia ou com cursos e quedas de água.

A análise da metodologia proposta indica que os estudos recentes de entorno, em sua maioria, utilizam uma metodologia calcada na análise visual, na percepção ambiental e na morfologia urbana. Assim, como a proposta metodológica de Arrelaro (2008), outros estudos recentes abordam o entorno enquanto desempenhando função secundária e operativa para a preservação dos monumentos. Ao entorno são atribuídas funções de não obstrução, de não competição ou de não agressão de maneira que também podem suscitar valores complementares ao valor do bem tombado (JACÓ; NASCIMENTO; FREITAS, 2008). A abrangência física do entorno

está diretamente ligada ao potencial de integração que tais ambientes podem desempenhar com as paisagens naturais e urbanas de valor patrimonial, inclusive, o agrupamento de mais de uma áreas de amortecimento de bem protegido são objeto de recomendação, mesmo que signifique aumentar sua extensão.

Na prática, o controle da execução de obras em entornos continuam sendo realizados de forma problemática (JACÓ; NASCIMENTO; FREITAS, 2008). Além do fato do Decreto nº25/1937 não ser consistente na precisão desta área de “vizinhança”, no que diz respeito à gestão dos entornos, um dos aspectos mais controversos, a principal questão é a atribuição de valor destas áreas por parte da sociedade. Uma vez que estas áreas não possuem o valor patrimonial do bem protegido, ocorre por parte da população residente e dos setores desenvolvimentistas uma resistência ao controle dos espaços. Também representam dificuldades para a gestão dos entornos, a tendência (vista em outras legislações culturais internacionais) de se estabelecer áreas de entorno com grandes dimensões, sob a justificativa de preservar a paisagem que emoldura os sítios históricos.

2.5.3 Metodologia elaborada pelo Roteiro de Unidades de Conservação do IBAMA

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), enquanto órgão federal, detém a responsabilidade de criar diretrizes que orientem a execução das atividades de preservação e de uso sustentável dos recursos naturais brasileiros. O documento - Roteiro Metodológico de Planejamento - desenvolvido pelo instituto é destinado a fornecer as bases para a elaboração dos planos de manejo¹⁰⁹ para os Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas. Por sua importância, do ordenamento sistematizado e dos princípios de planejamento da paisagem (ROCHA, 2008) e de gerenciamento, constitui uma referência nacional, sendo utilizado não somente por unidades de conservação federais, mas também unidades estaduais e municipais similares.

¹⁰⁹ O plano de manejo tem como objetivo orientar o desenvolvimento de uma unidade de conservação de proteção integral, assegurando a manutenção dos recursos naturais em seu estado original para o correto usufruto das gerações atuais e futuras.

Os princípios que norteiam o documento são a conservação dos recursos naturais e a perspectiva integradora do planejamento da paisagem. Entre os objetivos específicos do documento cabe o destaque de três pontos interessantes: levar a unidade de conservação (UCA) a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento (ZA) e dos corredores ecológicos (CE), visando a proteção da UCA; e promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a UCA (IBAMA, 2002).

De acordo com a Lei n.º 9.985, em seu artigo 27, parágrafo 1º: “*O Plano de Manejo deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos*”. Essa mesma legislação apresenta dois conceitos que contribuem com a temática do entorno: a definição de Zona de Amortecimento enquanto “[...] *o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade*” (Art. 2º - XVIII) e a definição de Corredores Ecológicos como “[...] *porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando Unidades de Conservação, que possibilitem entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais*” (Art. 2º - XIX). Assim, o entorno de uma UCA protegida pode acabar sendo muito extenso, podendo englobar as áreas dos municípios nos quais se insere a UCA e os municípios abrangidos pela ZA e as porções de territórios ocupados pelo CE.

O plano de manejo de uma UCA apresenta três etapas (enquadramento, diagnósticos e proposições) divididos em seis encartes:

- 1- Contextualização internacional, nacional e estadual;
- 2- Análise Regional;
- 3- Unidade de Conservação;
- 4- Planejamento;
- 5- Projetos Específicos; e
- 6- Monitoria/Avaliação.

Em primeiro lugar é realizado um enquadramento da unidade nos cenários internacionais - apenas quando couber¹¹⁰-, federal e estadual, destacando-se a relevância e as oportunidades da UCA nesses escopos. Entre os estudos de identificação e reconhecimento do valor da UCA destacam-se, a importância da UCA para o SNUC e a associação da UCA a situações ambientais do Estado que podem caracterizar oportunidades para compor corredores ecológicos, mosaicos e outras formas de parcerias.

Depois é feito um diagnóstico da situação socioambiental do entorno, a caracterização ambiental e institucional da UCA. Neste são tratados os municípios abrangidos pelos limites da UCA e por aqueles abrangidos pela ZA, com o propósito de identificar as oportunidades e as ameaças que oferecem à Unidade. Também são objeto de estudo a caracterização específica da Unidade de Conservação, com a identificação das características bióticas e abióticas e os fatores antrópicos, culturais e institucionais da UCA, identificando os pontos fortes e fracos inerentes.

Uma vez dispondo-se deste diagnóstico têm-se o conhecimento necessário para a definição e a tomada de decisão para o planejamento da UCA e seu entorno. A partir disso, são feitas proposições, principalmente voltadas para a UCA e sua região, com a finalidade de minimizar ou reverter situações de conflito e otimizar situações favoráveis à UCA, traduzidas em um planejamento detalhado a ser implementado após a conclusão do plano de manejo e um plano de monitoramento que estabelece os mecanismos de controle, eficiência, eficácia e efetividade da implementação da UCA. Assim, o planejamento da paisagem deve ser reavaliado e ajustado periodicamente, considerando as novas condicionantes do meio.

A partir das contribuições de documentos nacionais e internacionais, em especial a **Carta de Bagé de 2007** sobre sustentabilidade da paisagem cultural, o IPHAN está estudando a implementação de uma política de “chancela de qualidade” das paisagens, semelhante ao plano de manejo das UCA’s. Essa tutela é um instrumento, respaldado em legislação, que difere do tombamento. Segundo

¹¹⁰ Utilizado para casos específicos que contemplem os seguintes casos: a) quando localizadas em área de fronteira do Brasil com outros países; b) quando dispuserem de certificação de proteção internacional; e c) quando englobarem recursos e/ou situações objeto de convenções, acordos e programas compartilhados pelo Brasil (IBAMA, 2002).

Delphim (2008) a paisagem cultural deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de proteção cultural e aprovada por conselhos consultivos formados pela sociedade civil e entidades públicas. Dessa maneira é instituída uma gestão compartilhada, preconizada no *Estatuto da Cidade*, mas um órgão de proteção cultural é designado para responder pela coordenação e controle do sistema de qualidade, que deverá ser documentado na forma de manual e implementado considerando as formas de uso e ocupação existentes.

2.5.4 Metodologia desenvolvida por José Castillo Ruiz (Espanha)

A metodologia proposta por Ruiz é produto de sua tese de doutorado intitulada “*El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural: concepto, legislación, y metodologías para su delimitación. Evolución histórica y situación actual*” defendida na Universidade de Granada (Espanha) em 1997. O trabalho, de cunho teórico, propôs um método e o aplicou em estudos de casos locais, isto é, no patrimônio cultural de Granada¹¹¹.

Em seu trabalho defende a ruptura com os conceitos de ambiente e paisagem visualmente aplicados ao conceito de entorno. Para Ruiz (1997) o entorno é o conjunto de elementos relacionados a um bem imóvel de interesse cultural como consequência das necessidades de atuação naquele. Logo, a abrangência do entorno é a extensão do âmbito espacial deste relacionamento ou “vínculo”. Esta propriedade confere aos distintos elementos, ou espaços, que compõem o entorno uma **dimensão** que é essencialmente dinâmica¹¹². Por isso, ao delimitar o entorno é preciso se fundamentar no conhecimento das exigências para a proteção do bem, da integridade material até o papel simbólico e social do bem, em especial para avaliar o seu potencial cultural e sua reutilização, para a sociedade.

O método proposto por Ruiz (1997) reconhece que a tarefa é complexa, em especial, o que tange os aspectos do meio ambiente para a definição da extensão¹¹³

¹¹¹ O patrimônio cultural estudado foi o Monastério de San Jerônimo, o Conjunto Catedralício de Granada, o Conjunto histórico de *La Alhambra* (incluído o espaço natural protegido *La Dehesa del Generalife*).

¹¹² O dinamismo dessa dimensão age causando um determinado efeito, positivos ou negativos, sobre a proteção dos bens patrimoniais.

¹¹³ Ruiz (1997) pondera que os limites de interferência nem sempre são precisos na prática, a exemplo da interferência da atmosfera e do subsolo.

do entorno. A fim de garantir uma dimensão de entorno admissível e justificável para a gestão do patrimônio, o autor propõe a utilização de um critério perceptivo-espacial, denominado de “*cercanía*”, de natureza subjetiva, ao contrário do critério métrico utilizado por outros países. Este critério perceptivo-espacial estaria subordinado às condições tutelares dos mesmos, e isto inclui a delimitação do entorno e a determinação dos instrumentos jurídicos a serem utilizados em sua gestão enquanto uma tarefa conjunta ao reconhecimento do bem.

Segundo o autor, para a delimitação do entorno são estipulados quatro parâmetros conceituais e operativos: a proteção física; a significação e visualização; o uso; e a proteção dos espaços relacionados historicamente. Considera que o tipo de proteção física patrimonial é definido em função das exigências para a salvaguarda de cada categoria¹¹⁴ de patrimônio. Dessa maneira, pelo fato do entorno ter um caráter individual e particular, a delimitação do entorno de um jardim histórico (ou de interesse histórico) requer uma solução diferenciada em relação aos conjuntos históricos ou às zonas arqueológicas. Assim, serão as particularidades das condicionantes materiais, espaciais e significativas de cada bem e as singularidades do meio onde está que determinarão o limite do entorno.

A diretriz mestra da sua proposta é que a ação no entorno deve ser desenvolvida mediante o planejamento urbanístico. Destaca-se que, para Ruiz (1997) a legislação do patrimônio não é descartada do processo, mas deve atuar, sobretudo, como um marco jurídico geral que articula a ação nos espaços. Considera que a estreita colaboração que deve existir entre as instâncias culturais e urbanísticas é fundamental para esse processo de delimitação e gestão. No entanto, observa que somente será conduzida essa colaboração através do desenvolvimento e da evolução da prática urbanística, com sua constante revisão, que permitirá o seu aperfeiçoamento e a adequada integração das exigências de proteção dos bens patrimoniais, da ordenação da cidade e de seu território circundante.

¹¹⁴ Na legislação espanhola, *Ley del Patrimonio Histórico Español* de 1985, em seu artigo 14, são consideradas enquanto categorias de patrimônio cultural: Monumentos, Conjuntos Históricos, Jardins Históricos, Sítios Históricos e Zonas arqueológicas.

Sua meta é desenvolver critérios que permitam delimitar com rapidez o entorno, que incorporem o maior número possível de elementos que podem afetar os bens patrimoniais e que não desvirtuam a sua natureza de vínculo, isto é, que partam dos critérios gerais antes estabelecidos para a delimitação e que funcionem como uma versão reduzida das leis que se aplicam, através da incorporação de “Planos Especiais” posteriormente à redação do plano diretor.

Dessa maneira, Ruiz (1997) formula os critérios que podem delinear de forma geral a abrangência do entorno:

- 1- Critérios visuais, referidos tanto à integração do bem patrimonial com a paisagem, como à conformação de perspectivas estéticas (marcos e silhuetas);
- 2- Condição do espaço circundante ao bem patrimonial;
- 3- Análise geral do desenvolvimento histórico da zona onde se localiza o bem, prestando especial atenção às formas históricas de relação do bem com seu meio natural e construído imediato; e
- 4- Estudo da condição tutelar tanto do bem patrimonial como de seu espaço circundante.

A proteção do entorno, através do planejamento urbanístico, apresenta determinados problemas identificados e analisados pelo autor, tais como: sua extensão excessiva; a atuação dos entornos situados dentro dos conjuntos históricos; a superposição de entornos; e a delimitação e proteção do entorno dos conjuntos históricos.

Cabe destacar que na apresentação de seu método, bem como ao longo de toda a sua tese, o autor concentra suas ponderações principalmente sobre a categoria de Centros Históricos, inclusive em seus estudos de caso¹¹⁵. No entanto, sua consideração sobre a superposição de entornos apresenta aspectos relevantes para o estudo de nossa temática, já que na prática não é possível evitá-la. Segundo

¹¹⁵ No estudo da aplicação de sua metodologia no Centro Histórico de *Alhambra* (reconhecido e protegido em 1870), a conservação dos elementos de natureza física - identificados enquanto compostos por alamedas, bosques e jardins em 1905 – restringe-se à crítica da inclusão de espaços verdes de *Generalife* como jardins históricos em 1979, localizados ao redor das muralhas de *Alhambra*. Sua crítica concentra-se no esvaziamento da importância e na redução do entorno do conjunto de *Alhambra* com a inclusão de uma área circundante de espaços naturais.

Ruiz é possível identificar três tipos de sobreposições as quais podem compartilhar um único entorno.

O primeiro caso é o do entorno do “Conjunto monumental”¹¹⁶ no qual um ambiente com diversos bens patrimoniais apresentam pouca distancia entre eles e formam uma unidade espacial ou arquitetônica. Esses conjuntos monumentais, ou conjuntos urbanísticos¹¹⁷, diferenciam-se da categoria de centros históricos, pois estes últimos apresentam uma unidade urbanística. No entanto, os conjuntos monumentais podem fazer parte do centro histórico, e nesse caso, o entorno deverá ser integrado a sua totalidade.

No Brasil, o instrumento de proteção municipal¹¹⁸ denominado de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural¹¹⁹ (APAC) apresenta similaridades com essa proposta do autor. Nas APAC's, devido às semelhanças morfológicas e tipológicas das edificações, estas assumem um caráter de conjunto monumental, isto é, um conjunto urbanístico. No entanto, os edifícios analisados isoladamente podem ser considerados como relativamente simples. Embora não exista a delimitação do entorno desse “conjunto monumental”, os bens que constituem a APAC não são todos tombados. Assim, a incorporação de um bem neste instrumento, o estabelece como bem cultural passível de preservação. Isso significa que os seus componentes devem manter as características que tenham sido identificadas como de importância para a ambiência e identidade cultural da área, segundo critérios¹²⁰ estabelecidos pelo órgão do patrimônio cultural municipal. As Áreas de Proteção Ambiental serão superpostas às zonas de uso e em caso de quaisquer intervenções urbanísticas

¹¹⁶ Ruiz (1997) propõe a inclusão do Conjunto monumental como categoria do patrimônio cultural.

¹¹⁷ A expressão "conjuntos urbanos" ou conjuntos urbanísticos tem sido utilizada para indicar os grupos de edifícios com características semelhantes, construídos na Europa a partir do Renascimento.

¹¹⁸ As propostas de criação de APAC's devem ser fundamentadas em estudos realizados pelo Departamento-Geral de Patrimônio Cultural, ouvidas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e as comunidades com interesse específico na área (Decreto nº 7.612 de 05 de maio de 1988).

¹¹⁹ Na cidade do Rio de Janeiro, a primeira experiência de reconhecimento da relevância do ambiente urbano, e que deu origem à posterior regulamentação da figura jurídica de área de proteção ambiental da APAC, foi o Plano de Preservação Paisagística e Ambiental para as Áreas Consideradas de Interesse Histórico e Arquitetônico localizadas no Centro da Cidade, o chamado “Corredor Cultural” (Decreto nº 4141 de 14 de julho de 1983).

¹²⁰ Os critérios são: que seja parte integrante de um conjunto de bens de valor cultural na área na qual está inserido; que apresente características morfológicas típicas e recorrentes na área na qual está inserido; que se constitua em testemunho de várias etapas de evolução urbana da área na qual está inserido; e que possua valor afetivo ou se constitua em marco na história da comunidade.

dentro dos limites da APAC, o órgão encarregado de realizá-las deverá consultar previamente ao órgão do patrimônio cultural municipal.

A segunda possibilidade de entornos compartilhados identificados por Ruiz (1997) é o “Grupo monumental”. Estes não formam uma unidade espacial ou arquitetônica como o conjunto urbanístico, mas são parte de um centro histórico e conformam uma área urbana muito significativa. Por fim, ainda são identificados os casos em que os bens protegidos não apresentam unidade espacial ou contextualização evidente, mas somente a proximidade física.

2.5.5 Metodologia desenvolvida para a inscrição de bem na lista do Patrimônio Mundial a partir das normas da Operational Guidelines da UNESCO

Foi somente em 2005 que o entorno sob a denominação de “*buffer zones*” passa a ser objeto de registro na inscrição de bens que se propõem a ser patrimônio universal, a partir da nova versão da *Operational Guidelines* da UNESCO. Destaca-se entre as propostas de métodos de estudo de entorno, ainda muito escassas no maior número de casos propostos, a metodologia criada pelo governo sérvio, em colaboração com especialistas da UNESCO e do Conselho Europeu, para a inscrição dos monumentos e sítios em Kosovo, na Sérvia e Montenegro (STANEVA, 2006).

Frente à tarefa de inscrever seu patrimônio na lista do Patrimônio Mundial, elaboraram critérios mais compreensíveis para a definição do entorno ou “*buffer zones*” para os monumentos e sítios. Os critérios privilegiados a serem observados foram os funcionais, os visuais, os espaciais e os de vulnerabilidade.

A fundamentação destes critérios está em documentos de convenções de especialistas internacionais, mas embora ainda seja pouco específica é uma iniciativa pioneira a nível internacional por propor-se a pensar essas áreas de amortecimento dos bens.

Para os critérios funcionais foram propostos o levantamento da função do sítio, do desenvolvimento do sítio, das conexões com a comunidade local e o estudo das condições de sustentabilidade social e econômica previstas como propícias para a

salvaguarda do patrimônio e desenvolvimento do ambiente. Os critérios visuais foram pautados nas condições de preservação estética dos valores da paisagem cultural e na abordagem do sítio como parte integrante da integridade e da autenticidade do patrimônio. Já os critérios espaciais estipulam uma “ligação orgânica” com o meio ambiente (limites) e seu atributo social. Por fim, os critérios de vulnerabilidade que identificam a pressão desenvolvimentista, a capacidade turística, as intervenções políticas ou de outra natureza sobre a área de amortecimento do patrimônio.

2.5.6 Metodologia sugerida em estudos do Comitê de Paisagens Culturais do IFLA/ICOMOS

A importância conferida à área envoltória dos jardins de interesse histórico foi objeto de estudo de uma comunicação no primeiro simpósio internacional de proteção e restauração de jardins de interesse histórico, organizado em 1971 na cidade de Fontainebleau (França) pelo Comitê de Jardins Históricos do IFLA/ICOMOS (atual Comitê de Paisagens Culturais do IFLA/ICOMOS). A comunicação de Elena Micoulina intitulada de “*Park and garden problems in the USSR*” tratava do conceito e da gestão das “*buffer zones*” de jardins históricos.

O conceito de zonas de amortecimento (“*buffer zones*”), desenvolvido pela arquiteta russa Elena Micoulina (1971), está relacionado à criação de áreas estanques próximas ao jardim e já tinha sido foco de atenção em análises de jardins antigos em trabalhos de arquitetos como Geoffrey Jellicoe (1966), antes da Carta de Florença.

Se, na vida cotidiana, os jardins podem acomodar-se à prática de jogos tranquilos, convém criar, paralelamente aos jardins históricos, terrenos apropriados aos jogos vivos e violentos e aos esportes, de tal maneira que se atenda a essa demanda social sem que ela prejudique a conservação de jardins e dos sítios históricos (Carta de Florença, Art. 20, 1981 apud CURY, 2000:257, grifo nosso).

Os jardins que sobreviveram ao processo de urbanização são geralmente usados inapropriadamente, mesmo com atividades recreacionais. O excesso de novos usos leva a danos irreparáveis ao exemplar. Jardins com interesse histórico voltados para a contemplação devem ser usados apenas para caminhadas e para exposições ligadas à história do jardim.

Para Micoulina (1971:162), as transformações do entorno relacionam-se ao uso do jardim: "*The complete change in surroundings means serious alterations in the way the grounds are used, and in most cases imperils their further preservation*"¹²¹. O excesso de visitantes gera atividades inapropriadas e predatórias, por isso deve ser mantida a zona de amortecimento junto ou próxima ao jardim de interesse histórico, sendo aquela propícia para se desenvolver as atividades não compatíveis ao bem patrimonial.

A localização dessas zonas de amortecimento depende da situação de implantação do jardim histórico. A proposta de Micoulina (1971) observa três possíveis arranjos: (a) a zona pode estar concentrada em um novo parque de múltiplas funções; (b) pode estar em volta do jardim de interesse histórico e divididas em pequenas áreas, as "*chaplet*"; (c) pode estar separada do jardim de interesse histórico por ruas de pedestres, desempenhando cada parte uma atividade diferenciada.

Através do uso de zonas de amortecimento o número de visitantes pode ser filtrado para o jardim de interesse histórico e absorvido pelos demais espaços verdes destinados à recreação. Para Micoulina (1971) a limitação das zonas dependerá da morfologia do campo e da capacidade e destinação do jardim histórico (**Figura 21**).

Atualmente, destaca-se a ausência de uma metodologia ou mesmo a investigação da temática pelo Comitê Internacional do ICOMOS. O estudo analisou a documentação internacional disponível do Comitê de Paisagens Culturais do IFLA/ICOMOS e não identificou tentativas de guiar as ações ou a delimitação do entorno de jardins de interesse histórico. No Registro de Paisagens Culturais¹²² (IFLA/ICOMOS), ficha de dados para a inscrição dos bens de interesse, a questão do relacionamento do bem com o entorno restringe-se a uma caracterização geral do entorno (levantamento das condições geográficas e climáticas e o estado de urbanização do sítio), a uma avaliação superficial do seu estado de conservação. O restante da ficha de registro é dedicado ao bem objeto de reconhecimento. Cabe

¹²¹ "A completa mudança do entorno significa sérias alterações no uso do sítio, e na maioria dos casos, prejudicam adiante a sua preservação" (MICOULINA, 1971: 162).

¹²² ICOMOS. **Worldwide basic inventory**: register card for Cultural Landscapes. Verbania, 2006. Disponível em: http://www.icomos.org/landscapes/inventory_card.htm. Acesso: Dezembro de 2006.

ressaltar que embora a importância conferida ao registro do entorno tenha sido praticamente ignorada, entre as características a serem observadas para a preservação dos jardins e paisagens, o potencial arqueológico é destacado claramente pela primeira vez.

(a)

(b)

(c)

Figura 21 – Categorias de "buffer zones" descritas por Micoulina (1971). Fonte: ANDRADE, 2008.

Capítulo 3 METODOLOGIA PARA A ANÁLISE E ATUAÇÃO NO ENTORNO DE JARDINS DE INTERESSE HISTÓRICO

3.1 Jardins de Interesse Histórico: os casos escolhidos

O jardim é uma composição artística, mas diferente das demais artes que unem o natural com o artificial, quando esquecido (sem manutenção, mas ainda assim preservado) acaba retornando ao seu "*status* natural". Os entornos urbanizados que cercam esses recintos urbanos verdes interferem ecologicamente, visualmente e psicologicamente. O jardim é um ecossistema em equilíbrio no qual intervenções sem critério podem causar impactos imprevisíveis ao conjunto. Assim, os reais perigos que envolvem o jardim de interesse histórico estão relacionados com a urbanização de sua vizinhança.

Para auxiliar na proposição de uma metodologia para a atuação no entorno de jardins de interesse histórico foram selecionados três exemplares de dimensões distintas e localizados na cidade do Rio de Janeiro: a Praça da República (1880), o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (1962-1965), e a Praça Nossa Senhora da Glória (1965). Esses espaços verdes estão localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro e têm semelhanças entre si. A pesquisa identificou que, ao longo da sua existência, os jardins selecionados passaram por diversas reformas que alteraram a sua composição e ambiência, contribuindo para a formação de sua imagem atual.

Além do aspecto da proximidade física entre eles, os jardins escolhidos se assemelham por serem consequência de iniciativas públicas de renovação urbana e por sua importância enquanto espaços verdes que apresentam qualidades e representatividade no quadro da arquitetura paisagística nacional. Tais jardins compreendem composições paisagísticas munidas de significação cultural, sejam classificados como bens integrados a um monumento edificado ou tombados individualmente pelas esferas públicas. Tanto o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes como a Praça da República são reconhecidos como parques urbanos (categoria de Unidade de Conservação), sendo que têm representatividade por apresentarem programas paisagísticos pioneiros que, em seu tempo, repercutiram na produção

regional e nacional. Por suas modestas dimensões e pela restrita variedade de flora, a Praça Nossa Senhora da Glória é considerada enquanto praça ajardinada, mas representa uma das primeiras soluções paisagísticas que uniram a preservação patrimonial e o desenho urbano.

Um fator que motivou a escolha dos exemplares foi a co-gestão, muitas vezes turbulenta e conflituosa, entre o poder municipal e federal ilustradas nas intervenções nesses jardins. As divergências ideológicas dessas duas esferas, cujo posicionamento com a moderna mentalidade de preservação nem sempre era seguido, chegaram a embargar as obras de impacto no jardim e seu entorno (Parque Brigadeiro Eduardo Gomes), a atribuir novo reconhecimento do valor patrimonial de jardim destombado (Praça da República) e a propor intervenções audaciosas para proteger a visibilidade de edificação histórica, possibilitando o surgimento de novo jardim (Praça Nossa Senhora da Glória).

Os exemplares escolhidos também possuem padrões de frequência distintos, sendo que a Praça da República recebe um público diário - composto por moradores e comerciantes da região imediata - e o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes recebe uma intensa quantidade de freqüentadores nos finais de semana - moradores da região imediata ou de bairros próximos. Já o público da Praça Nossa Senhora da Glória, devido à configuração enquanto recinto, pela falta de uma sinalização adequada e pela falta de acessibilidade (portões fechados) acaba por receber grupos restritos e eventuais de freqüentadores que visitam a Igreja do Outeiro da Glória.

O método de investigação do impacto e de suas causas restringiu-se aos levantamentos histórico, morfológico e de percepção sensorial (solo e relevo, ventos e clima, vegetação e fauna, luz, som e água) aliados à identificação de patologias que comprometessem a identidade e integridade do jardim de interesse histórico. Assim, foram produzidas três fichas de inventário de caracterização dos jardins de interesse histórico inspiradas no “*Estudo de evaluación ambiental de los edificios ya contruidos em la parte sur de tres cantos*”, apresentado no trabalho de Ester Huigueiras (2006), e adaptadas da “Ficha bioclimática do espaço público” desenvolvida por Marta Adriana Bustos Romero (2001). Também serviu de

inspiração o modelo de ficha de inventário de bens tombados do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Arquivo INEPAC) e dados das fichas do Inventário Nacional de Bens Imóveis (IPHAN, 2000). A partir do estudo da prática e da comprovação dos problemas para a delimitação e atuação no entorno em jardins de interesse históricos cariocas, pretende-se ponderar sobre a dimensão ambiental do bem e propor a criação de uma nova delimitação baseada em premissas de interesse para a proteção do ambiente do bem cultural.

A medição e a utilização de indicadores quantitativos foram descartadas, pois não existem ainda estudos voltados para a investigação de indicadores de impacto relacionados às pré-existências (ROMERO, 2005), sendo necessário produzi-los. Os dados oficiais disponíveis restringem-se à temperatura e à velocidade dos ventos medidas nas estações da área central.

Grande parte do território da cidade do Rio de Janeiro está em uma zona de conforto térmico - com condições térmicas de clima quente, com alta taxa de umidade do ar e com nível de ventilação de razoável a bom. Para a análise dos sítios em estudo foram adotadas as estações de medição do Flamengo e do Maracanã. Mesmo não possuindo exatamente características idênticas de todos os sítios em estudo, as medições das duas estações, estabelecem um comportamento médio aproximado para a localidade em questão.

A rosa dos ventos, fornecida pela Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Superintendência Regional do Leste, localizada na Estação Aeroporto Santos Dumont, mostra a hierarquia dos ventos: como vento primeiro predominante à direção Sul (frequência média anual de 18,73%, com velocidades entre 5,6 e 6,1 m/s) e segundo predominante à direção Sul-sudoeste (frequência média anual de 13,66%, com velocidades entre 6,6 e 7,1 m/s), e como ventos secundários à direção Norte (frequência média anual de 9,30%, com velocidades entre 11,8 e 12,3 m/s) e a direção Norte-nordeste (frequência média anual de 8,44%, com velocidades entre 1,5 e 2,0 m/s). Devido à presença do Morro de Santa Teresa, o vento dominante Sul sofre um desvio, fazendo com que os ventos secundários passem a ser considerados dominantes na área de estudo.

3.2. Praça da República

Seguindo as premissas sanitistas dos primeiros parques públicos do século XIX, a Praça da República, ou Campo de Santana¹²³, foi criada como um espaço verde para combater o congestionamento e a desordem da cidade. O jardim de interesse histórico tem linguagem eclética e foi projetado por Auguste François Marie Glaziou¹²⁴ no século XIX (1873-1880). Essa função socializante¹²⁵ do espaço, abrigando um ambiente lúdico e sadio, é o fundamento para sua conceituação como patrimônio verde público urbano.

3.2.1 Implantação do jardim e contexto sociocultural

No século XIX o parque foi implantado em um aterro de charco no limite da cidade do Rio de Janeiro, o Campo da Aclamação. Tentativas anteriores de arborização fracassaram, devido ao descaso das autoridades e ao vandalismo. No local, árido, fazia muito calor e a população considerava-o sujo (depósito de lixo) e perigoso (assaltos).

No entanto, o Campo de Santana já havia acolhido um jardim particular anteriormente em seu sítio. Em 1815, a então Praça do Curro foi escolhida pelo Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, como o local adequado para plantar árvores (amoreiras, plantas nativas estrangeiras) visando atingir dois propósitos: a criação do bicho da seda e a criação de um novo recanto público, denominado então Passeio do Campo (TERRA, 2000), com a capacidade de congregiar pessoas. Cerca de um terço do tamanho atual do Campo de Santana foi cercado com gradeamento fixo de madeira para esta finalidade, "[...] dotou-o de várias árvores e outras melhorias, criando a ambiência de um parque público" (TRINDADE, 2000). Em 1821, porém, esse jardim foi destruído por ordem de D. Pedro I, sob a alegação de que o mesmo dificultava as manobras militares que ocorriam lá (**Figuras 22 e 23**).

¹²³ A denominação de Campo de Santana é devido à proximidade do *rossio* com a Igreja consagrada a Santa Ana, ainda no Brasil Colônia.

¹²⁴ Glaziou chegou ao Brasil no século XIX a convite de D. Pedro II para ocupar inicialmente o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins e aqui permaneceu por 39 anos. Enquanto diretor, Glaziou comandava cerca de 200 trabalhadores, inclusive dois feitores franceses, Cassemiro Lamotte e Augusto Mallemont.

¹²⁵ O espaço societal (LÉVY, 1994) tem a acessibilidade livre, enquanto o espaço comunitário tende a ter uma acessibilidade mais controlada.

Figura 22- A abertura do parque do Campo de Santana, gravura, século XIX.
Fonte: FERREZ, 1965:221.

Figura 23 - O antigo jardim particular do Campo de Santana.
A configuração paisagística adotada seguia o modelo clássico (eixos e simetria). Guache,
268x405 mm, Biblioteca da *Hispanic Society of America*, USA. Fonte: FERREZ, 1965:73.

A iniciativa de embelezar o rossio surge em 1870, após a experiência de Glaziou na reforma do Passeio Público. O projeto da criação do parque, seguindo o modelo romântico de jardim inglês, é aprovado em 1872. No projeto ele tira partido de caminhos sinuosos, grutas artificiais e lagos. Também introduz várias espécies de árvores e plantas estrangeiras e nacionais. Para a produção e reposição das plantas do Campo de Santana, Glaziou cria viveiros de plantas na Quinta da Boa Vista que passam a ser utilizadas com o objetivo de fornecerem mudas para a arborização dos parques e passeios da cidade. No novo parque, fechado com gradil, foram introduzidos animais como veados, cotias, pavões e cisnes.

A influência do modelo projetual utilizado por Glaziou é observada em projetos de parques públicos executados e planejados ao longo das duas primeiras décadas do século XX, tanto no Rio de Janeiro como em outros estados. Em 1923 o Prefeito Alaor Prata promoveu um concurso para o embelezamento da cidade, em especial a orla da baía aterrada (6.000 metros quadrados) pelo arrasamento do Morro do Castelo, no trecho do Calabouço à Praia de Botafogo. A proposta vencedora foi dos arquitetos Cortez e Bruhns, que previa a construção de edificações em zonas da área aterrada e um grande parque no Calabouço. A referência dos arquitetos para este novo parque era ainda o parque do Campo de Santana (1873), portanto com dimensões similares e programa de lazer eclético.

Em 1890, o jardim já se configurava como *square*, cercado por uma malha urbana em expansão, e fazia parte da vida cidadina, abrigando inclusive manifestações políticas e operações militares que resultaram na Proclamação da República. Nesta ocasião o nome do parque mudou para Praça da República. A partir do processo de expansão urbana, do final século XIX e intensificada no século XX, a malha viária ao redor do espaço verde foi consolidada por um conjunto de palacetes neoclássicos e sobrados ecléticos.

O Campo de Santana foi alvo de propostas na década de 1930, as quais, caso executadas, contribuiriam para a destruição da ambiência do parque de maneira drástica. Esses projetos, atacados pela elite intelectualizada, consistiam na construção de um novo edifício para o Senado em uma das extremidades do parque (projeto do arquiteto Heitor de Mello de 1918), a criação de um *Luna Park* (gestão

Prado Júnior) e culminando, em 1936, com um projeto apresentado na Câmara de Vereadores para a permissão do tráfego de automóveis no interior do parque com o objetivo de "[...] *facilitar o escoamento de veículos, que em certas horas do dia, congestionam as principais ruas da cidade*" (SANTOS, 1944:161). A respeito da proposta de abertura do parque ao trânsito, o escritor José Marianno Filho em entrevista concedida ao jornal O Globo (20/05/1936) chama a atenção para o perigo de propostas como esta, as quais denomina de "*tentativas contra o parque*" (FILHO, 1936 apud SANTOS, 1944:160). Ele considera que o impacto do trânsito para a sua preservação seria o mesmo que a destruição total do parque.

3.2.2 Reconhecimento

Com base do Decreto nº 25/1937, cuja finalidade era promover a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional, os principais jardins e parques da cidade do Rio de Janeiro foram listados para o tombamento federal em 1938. Esses espaços, além de exclusivamente públicos e de grandes dimensões, eram representantes típicos da mentalidade "educacional" do patrimônio na época. É desta época o tombamento do Campo de Santana (30/06/1938), justificado pelo reconhecido valor da composição paisagística e do valor histórico do sítio.

Em 1944, o parque perdeu parte de sua área original devido ao cancelamento do seu tombamento para dar prolongamento à Avenida do Manguê e à abertura da Avenida Presidente Vargas (**Figuras 24, 25 e 26**). O cancelamento foi despachado pelo Presidente da República em 8 de janeiro de 1943 (exarado no Processo P.R.310 de 1941) e justificado como por "motivos de interesse de ordem pública". O encaminhamento do cancelamento pautava-se no artigo único do decreto-lei nº 3.866 datado de 29 de novembro de 1941, o qual permitia o destombamento:

*O Presidente da República, atendendo a **motivos de interesse público**, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado feito no serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (apud COELHO, 1992:131, grifo nosso).

Com a justificativa dos "motivos de interesse público em questão", não especificados na lei, nada pôde fazer o SPHAN, pois não havia impedimento legal. Porém, em carta¹²⁶ ao prefeito da cidade, datada de 5 de novembro de 1941, o diretor geral do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, faz ponderações a respeito da abertura da avenida neste ponto crítico da cidade velha, e uma última tentativa de salvaguardar os monumentos ameaçados:

*[...] De fato o que a prefeitura tem em vista, com o seu projeto, é a abertura de uma via com a largura de 80 metros, em correspondência com a avenida do mangue e estabelecendo ligação com a planejada avenida Perimetral. Ora, a tudo isso satisfazem plenamente os substitutivos apresentados por esta repartição¹²⁷, com a vantagem de **poupar a totalidade dos monumentos ameaçados de sacrifício**: é a largura adotada e não o rumo do traçado da avenida que contribuirá para facilitar o escoamento do tráfico do centro da cidade.*

*[...] E, afinal, mesmo do ponto de vista político, não poderá convir nem ao Presidente da República nem a você que se venha um dia pretender **terem sido sacrificados monumentos dos mais preciosos da cidade para se fazer uma avenida denominada Presidente Vargas, obra essa cujos efeitos benéficos poderiam ser alcançados sem tamanho sacrifício** (ANDRADE, 1941, grifo nosso).*

Ainda na carta endereçada ao prefeito, merece destaque especial o trecho do parque que seria afetado com o corte. O diretor geral do SPHAN chama a atenção para as características formais da composição de Glaziou e as dificuldades técnicas de reconstituição:

Com relação ao Campo de Santana, cujas árvores a Prefeitura procuraria conservar no maior número possível, a despeito do projeto da Avenida Presidente Vargas alcançar em cheio justamente um dos trechos mais frondosos do parque, - ocorre observar que, no caso, não é propriamente o maior número de árvores a sacrificar que importa, senão a própria mutilação [grifo do autor] do parque, comprometendo irreparavelmente a unidade do seu conjunto monumental. Além disso, é a composição mesma do Campo de Santana, elaborada por Glaziou, que será definitivamente sacrificada pela adoção do projeto da prefeitura, uma vez que tal composição é simétrica e que, na previsão de amputar o parque da área onde está situado um dos lagos tradicionais, já os técnicos da prefeitura anunciam que terão de empreender ali grandes trabalhos de recomposição paisagística (ANDRADE, 1941).

¹²⁶ Carta do diretor geral do SPHAN ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, documento 447-2, datado de 5 de novembro de 1941. Arquivo Central Noronha Santos (IPHAN), pasta inventário do Campo de Santana, caixa 538/P2062.

¹²⁷ Em 1943, o arquiteto Alcides Rocha Miranda foi incumbido pelo SPHAN de apresentar um traçado alternativo ao eixo monumental para a Avenida Presidente Vargas. O projeto foi apresentado ao prefeito Dodsworth, mas não foi aprovado.

Figuras 24 e 25 – Campo de Santana antes e depois da intervenção. Observa-se a perda substancial da massa vegetal no canto inferior (à direita) das fotografias. Fonte: AGCRJ, ca. 1941 e AGCRJ, ca.1944.

Figura 26 – Planta do Campo de Santana nos dois momentos. Fonte: ANDRADE, 2008.

A responsabilidade da recomposição do parque ficou a cargo do arquiteto José da Silva Azevedo Neto. Foram derrubadas 60 árvores quase centenárias e o parque perdeu 1.782 metros quadrados (SANTOS, 1944), além da perda irreparável da composição original.

Não mais protegido por tombamento federal, em 1948 a Câmara do Distrito Federal apresenta o projeto de construção da nova catedral metropolitana no meio do parque. Embora o projeto tenha sido implantado anos mais tarde em outro sítio¹²⁸, o espaço verde desprotegido pelo tombamento era visto como uma área de expansão. Em ata¹²⁹ de 21 de setembro de 1948, o diretor geral do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade responde o pedido do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Jorge de Lima, sobre o parecer a respeito da construção da catedral, no qual também lamenta o cancelamento:

[...] cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex^a. que, no entender dos técnicos desta repartição, o valioso logradouro constituído pelo Campo de Santana seria gravemente prejudicado se fosse feita ali uma construção com as proporções monumentais da catedral projetada.

*Efetivamente, já tendo o parque sofrido dano considerável com a **mutilação do belo trecho que lhe foi subtraído** para a abertura da Av. Presidente Vargas e que tornou necessária a motivação do seu traçado, **a edificação planejada importaria em sacrificar completamente a composição do Campo de Santana** elaborado por Glaziou, **reduzindo o parque antigo a uma área arborizada inexpressiva**. Esse sacrifício quer parecer que seria tanto mais inconveniente para a cidade, quanto esta cada dia se torna mais pobre de vegetação e desprovida de parques (ANDRADE, 1948, grifo nosso).*

O Campo de Santana só voltaria a ser tombado em 1968, pelo então Estado da Guanabara (Decreto "E" 2072, Processo 03/300 166/66, de 26/04/1968). Ao propor o tombamento, o Governo Estadual concedia novamente ao bem a garantia de se tornar invulnerável a quaisquer tentativas que poderiam vir a modificar ou destruir o monumento.

Nunca foi realizada uma Pesquisa Arqueológica no sítio, mas avaliações preliminares, baseadas no levantamento histórico, indicam um potencial de vestígios

¹²⁸ A nova catedral metropolitana, a Catedral de São Sebastião, foi erguida no final da década de 1950 na esplanada liberada pelo arrasamento parcial do Morro de Santo Antônio.

¹²⁹ Ata na íntegra, ofício nº821, datado de 16 de setembro de 1948. Arquivo Central Noronha Santos (IPHAN), pasta inventário do Campo de Santana, caixa 538/P2062.

culturais de sistemas sócio-culturais passados. Devido à ocupação humana anterior à implantação do jardim e à consolidação de uma vizinhança de moradias ao redor do antigo rossio, é possível supor a existência de tralha doméstica, além de testemunhos (tubulações) do Chafariz das Lavadeiras (1828-1873) e dos alicerces do Teatro Provisório (1831-1854). Esses vestígios culturais não incluem a parte da composição original de Glaziou, demolida para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Esta lacuna foi perdida para sempre.

3.2.3 Substância e uso

A composição paisagística tira partido de uma grande superfície relvada (gramíneas, jibóia, singônio) e da distribuição de grupamentos arbóreos heterogêneos de procedência exótica e nativa. Muitos desses exemplares tornaram-se referência básica para diversos projetos paisagísticos do século XIX e do XX. Destacam-se exemplares arbóreos de figueira (*Ficus microcarpa*), figueira dos pagodes, baobás, estercúlia, pau-brasil, assacu, paineira e chichá. Entre as palmeiras destacam-se a palmeira de leque e a palmeira imperial.

Atualmente possui uma área de 155.200m² e é protegido por tombamento estadual, além de ser uma Unidade de Conservação Ambiental (categoria de Parque, Lei 565 13/08/1965). O recinto abriga cutias, patos, pavões, rolinhas, pardais, suiriri, bem-te-vi e beija-flores. Na época de sua inauguração foram introduzidos, juntamente às cutias, um grupo de cisnes negros. Muitos animais domésticos (gatos) são abandonados no espaço. A proliferação desses animais desequilibra a cadeia alimentar do recinto. A manutenção do parque é constante, mas parte de sua superfície gramada foi substituída na década de 1960 por forrações (jibóia e singônio), nas áreas sombreadas pelas copas dos conjuntos arbóreos.

Os ventos encontram uma barreira devido ao caráter de fechamento do espaço (massa vegetal compacta) e da fronteira imediata composta por edificações de 4 pavimentos. À medida que a abrangência do entorno aumenta, o gabarito (21 pavimentos) e a ocupação das edificações também se intensificam. O ruído da avenida sofre pequena perda na reflexão nas superfícies de fronteira, mas é amenizado pelo alto coeficiente de absorção da massa vegetal no interior do recinto.

No interior do parque, atualmente, o uso do lazer contemplativo (passeio e educação patrimonial através de visita guiada) divide espaço com o uso institucional, pois ali se localiza a sede da Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O público visitante tem faixa etária diversificada (crianças, estudantes de ensino médio, adultos e idosos), mas o padrão de frequência é diário, especialmente no horário de almoço. Nos finais de semana a frequência é muito reduzida.

3.2.4 Estudos e delimitação do entorno

O Campo de Santana embora seja tombado pelo estado, não apresenta poligonal de entorno registrado em seus arquivos oficiais. A sua regulação de uso e ocupação é feita pelos instrumentos jurídicos do município, o Corredor Cultural¹³⁰ (Decreto Municipal nº4141 de 14/01/1983). Nesta abordagem, o Campo de Santana não se configura como bem tombado, mas sim como unidade do conjunto urbanístico do Saara¹³¹, composto pelos sobrados característicos que o circundam. No entanto, a ausência da poligonal de entorno de conjuntos urbanísticos - defendida na metodologia de Ruiz (1997) como crucial - gera um isolamento espacial do conjunto urbanístico (**Figuras 27 e 28**).

Devido ao cancelamento de seu tombamento (1943), o jardim de interesse histórico é reconhecido pelo IPHAN (antigo SPHAN) apenas como entorno de bens tombados em sua vizinhança. Embora o Campo de Santana não tenha sido objeto de processos de entornos para instituir Portarias pelo IPHAN, a descaracterização de sua ambiência foi citada diretamente em outros estudos elaborados pelo instituto no final da década de 1980 (IPHAN, 2007). Esse foi o caso do estudo para uma nova edificação para o Tribunal Regional do Trabalho nas imediações do Campo de Santana, nas proximidades do entorno da Casa da Moeda e Casa de Deodoro, o Processo 72-E-89.

¹³⁰ Com o objetivo de preservar e revitalizar áreas no Centro da Cidade levando em consideração os elementos ambientais que representam valores culturais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população foi criado na década de 1980 o “Plano de Preservação Paisagística e Ambiental” para as áreas consideradas de interesse histórico e arquitetônico localizadas no Centro da Cidade, o chamado “Corredor Cultural” (o atual Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC).

¹³¹ O Saara define uma zona comercial do centro da cidade. Foi tradicionalmente ocupado por comerciantes árabes e judeus (imigrantes do século XIX-XX). Atualmente é considerado um *shopping center* à céu aberto e possui uma associação de comerciantes atuante.

Figura 27 – Vista no interior do Parque do Campo de Santana. Obstrução visual do entorno.
Fonte: ANDRADE, 2008.

Figura 28 – Foto aérea das áreas 03 e 04 do Corredor Cultural.
Fonte: RIOARTE, 1995:21.

Esse processo do “Entorno da Casa da Moeda e Casa de Deodoro” é também significativo porque apresenta duas propostas de delimitação do entorno baseadas em premissas distintas desenvolvidas no âmbito do SPHAN. O debate, classificado como uma “absoluta divergência conceitual” (IPHAN, 2007), travado no final da década de 1980, ilustra duas correntes de pensamento, uma proposta pela 6ªDR (Diretoria regional) e outra proposta pela Coordenadoria de Proteção, sobre o entorno: uma buscando adequá-lo a uma realidade presente e outra resgatando o seu papel urbano através da recontextualização histórica (**Figuras 29 e 30**).

A equipe que elaborou a proposta da 6ªDR usou critérios da Carta de Atenas (1933) para propor o ajardinamento da vizinhança imediata da Casa de Deodoro. Assim, buscando isolar e destacar os monumentos do novo prédio que seria construído, defende a manutenção da ambiência atual do espaço, inclusive sua relação com a Avenida Presidente Vargas e edificações de destacado gabarito da avenida, como o prédio do Banco Itaú (21 pavimentos). Já a equipe de técnicos da Coordenadoria de Proteção apresentou uma contraproposta para resgatar uma ambiência passada, rejeitando, assim, a abertura da Avenida Presidente Vargas como fato urbano e buscando recuperar a leitura espacial original da quadra (IPHAN, 2007).

A justificativa da 6ªDR é fundamentada em decisões anteriores do SPHAN (IPHAN, 2007) que validaram a criação de áreas ajardinadas no entorno da Casa de Deodoro (1963) e defenderam a desapropriação desta área para evitar construções de gabarito elevado (1976), bem como no princípio de que a introdução de áreas ajardinadas serviriam como espaço neutro de separação entre duas temporalidades distintas aceitas. Assim, a proposta estaria conservando as peculiaridades de cada temporalidade: do século XIX, ao qual pertence a Casa de Deodoro, e a do século XX, representada pela Avenida Presidente Vargas. Essa mentalidade esconde uma omissão grave, pois assume a disciplina da preservação como atividade “neutra”, isto é, sem juízo de valor.

Embora aceitemos como correta a implantação de áreas ajardinadas no entorno da Casa de Deodoro, entendemos que a edificação do prédio 1733 da Av. Presidente Vargas, rompeu definitivamente com a ambiência original da área, estabelecendo uma relação urbana entre as volumetrias edificadas. Assim a abertura da Av. Presidente

Vargas, concorrendo neste mesmo sentido, estabeleceu nova dimensão, escala urbana e forma de apreensão do conjunto [...] os estudos realizados levaram a uma proposta de integração das novas edificações à linguagem que é peculiar “a Av. Presidente Vargas, adequando-a “a proximidade com os bens tombados [...] Como elemento de integração das novas edificações propostas com as edificações históricas preservadas, utilizamos áreas livres, ajardinadas. Estas áreas verdes, consideradas como de transição e ligação entre o presente e o passado, estabelecem também uma profunda relação com a Praça da República. Resultam ainda na abertura de espaços de lazer e circulação, indispensáveis à harmonização do adensamento vertical proposto e construção ao longo da Av. Presidente Vargas. [...] define os seguintes critérios de ocupação: 1. construção de prédio com gabarito igual ao do número 1733 da Av. Presidente Vargas (21 pavimentos) [...] a lâmina resultante deverá ter como projeção um trapézio com área aproximada de 560,00m² (BARROSO, 1989 apud IPHAN, 2007:45-46).

Ao contrário, para a Coordenadoria de Proteção não fazia sentido considerar a ambiência atual como referencial, pois a abertura da Avenida Presidente Vargas foi uma iniciativa equivocada:

*Como no passado, a proposta da 6ªDR se limita a constatar as intervenções na área estudada **sem nenhuma análise crítica**. Deste modo, a abertura da Av. Presidente Vargas é apresentada como intervenção compatível que apenas modificou as relações urbanas na área, estabelecendo nova dimensão, escala urbana e forma de apreensão do conjunto. Nenhuma palavra sobre o caráter alienado e arbitrário dessa iniciativa, sobre os prejuízos que causou à cidade ou ainda, sobre o sacrifício inútil de alguns dos melhores exemplares da arquitetura religiosa e civil da cidade. É conveniente lembrar que, para a passagem da avenida tão estéril inaugurou-se dispositivo legal para destombamento do **Campo de Santana** (ARNAUT, 1989. apud IPHAN, 2007:47, grifo nosso).*

Tratava-se, portanto, de uma oportunidade de resgatar a ambiência passada. Essa atitude pró-ativa reivindicava o cumprimento da missão da preservação de não somente mantedora de situações anteriores, mas o papel de produtora de novos relacionamentos das pré-existências com o tecido urbano.

*Quando defendemos que os projetos de construção nos entornos das Casas da Moeda e de Deodoro devem ter como premissa o “**resgate do papel urbano**” daqueles bens, pretendemos afirmar seus valores como **elementos referenciados do espaço urbano carioca**, valores que não são identificados na Av. Presidente Vargas e no prédio 1733 da mesma avenida (ARNAUT, 1989. apud IPHAN, 2007:47, grifo nosso).*

Figura 29 – Proposta volumétrica da quadra, segundo estudo da 6ª Diretoria Regional.
Fonte: IPHAN, 2007:46.

Figura 30 – Proposta volumétrica da quadra, segundo estudo da Coordenadoria de Proteção.
Fonte: IPHAN, 2007:46.

Ao final do processo, foi acatada a posição da Coordenadoria de Proteção, sendo justificado pelo parecer do Conselheiro Gilberto Velho: “[...] *Desta forma, a proposta da Coordenadoria foi recuperar a **leitura espacial original da quadra** e com isso **recontextualizar a casa tombada***” (VELHO, 1989. apud IPHAN, 2007: 47, grifo nosso). A edificação nunca chegou a ser realizada, mas indica a não homogeneidade de percepção do papel do entorno e de seus componentes de legibilidade e ambiência do patrimônio, além de indicar visivelmente a deficiência dos estudos contínuos de entornos dentro do instituto.

3.2.5 Impactos observados

O ambiente urbano da área envoltória do Campo de Santana não se enquadra em nenhuma das cinco situações típicas aos entornos de monumentos identificados no documento “Sugestões de roteiro para análise e atuação nos entornos de bens tombados” elaborado pelo IPHAN em 1983. A análise das quadras que constituem a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do Saara, se vistas isoladamente, poderia indicar o caso de um “monumento ambientado” (situação típica 03), mas, já a análise das quadras da Avenida Presidente Vargas indicaria um “monumento sem mais nenhuma relação com o ambiente envoltório” (situação típica 01). Assim, o jardim revela-se como um monumento que convive com duas ambiências, uma original e outra forçada.

A ambiência de características originais é composta por sobrados com morfologia e tipologia semelhantes, datados da virada do século XIX para o XX. Esse ambiente é muito adensado, com alguns terrenos livres (uso como estacionamentos), consequência de demolições ocorridas após a abertura da Av. Presidente Vargas. As propostas de atuação no entorno, considerando esse potencial de renovação urbana da área, devem considerar a utilização de índices urbanísticos de alinhamentos e gabaritos compatíveis com o conjunto urbanístico. Já o índice de área total edificada deve ser definido a partir de estudos de permeabilidade do solo, já que a área é muito alagadiça e sujeita à inundação. Entre as medidas, é crucial incorporar a demolição da torre de treze andares vizinha ao jardim. A edificação está implantada em uma área muito próxima do jardim, interferindo visualmente e fisicamente neste (sombra projetada) e na leitura da quadra. Apesar da sugestão de demolição e da proibição de índices de elevação

superiores ao conjunto urbanístico, os marcos da Av. Presidente Vargas (Terminal e Prédio da Central do Brasil) são reconhecidos como complementares à leitura do ambiente do jardim e por isso devem ser mantidos.

Defende-se que através de instrumentos urbanísticos e paisagísticos poderão ser restabelecidas referências que amenizem a ambiência imposta pela ideologia desenvolvimentista da ligação urbana por vias de trânsito rápido. Estes instrumentos, aliados a uma política de paisagem, poderão contribuir para a reestruturação das áreas verdes nos arredores. As ações podem ser o plantio de árvores em canteiros do Palácio Duque de Caxias e da praça nos arredores da Central, o deslocamento de atividades poluidoras, como o comércio ambulante, ou pela redução de trânsito de veículos no terminal de ônibus da Central através de um planejamento integrado e racional da mobilidade urbana¹³².

No que diz respeito à legibilidade do jardim foi observada a necessidade de implantar um sistema de sinalização indicativa e direcional nas imediações do bem, inclusive na APAC do Saara. O potencial cultural desta área de intenso comércio e turismo poderia incluir o jardim de interesse histórico como itinerário cultural.

O objetivo do instrumento da APAC é a proteção do conjunto urbanístico, mas não inclui uma salvaguarda individualizada do jardim, a qual monitore os impactos do ambiente construído das quadras de entorno. A ação de proteção estadual resume-se na manutenção, sem considerar qualquer aspecto da dimensão ambiental do jardim de interesse histórico. Por essas razões a proposta de tombamento do jardim pelo IPHAN, atualmente em estudo no instituto, é importante.

¹³² Implica na descentralização do Terminal da Central através da redução das linhas de ônibus e o incentivo e expansão aos transportes como o trem, metrô e barcas.

3.2.6 Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico

INVENTÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO JARDIM DE INTERESSE HISTÓRICO	
<p>Denominação: Campo de Santana</p> <p>Localização: Centro, Rio de Janeiro</p> <p>Área: 155.200m²</p> <p>Componentes físicos: Gramados, forrações, árvores, arbustos, passeios pavimentados com asfalto, grupos escultóricos, mobiliário urbano, postes, grutas artificiais, portão e gradil, pontes e edificação (sede da Fundação Parques e Jardins).</p>	
<p>Período: 1873-1880</p> <p>Estado de Conservação: Regular</p> <p>Estado de Preservação: Bom</p> <p>Intervenção de 1944 causou perda da área do parque e alteração de traçado nas imediações com o novo limite da Av. Presidente Vargas.</p> <p>Uso atual: lazer contemplativo</p> <p>Uso original: lazer contemplativo</p>
<p>Proteção: Tombamento estadual (Decreto "E" 2072, Processo 03/300 166/66, de 26/04/1968) e dentro de Área de Proteção do Ambiente Construído (APAC) do município (Decreto Municipal nº4141 de 14/01/1983).</p> <p>Proposta de proteção: O tombamento federal (IPHAN) está em fase de estudo.</p> <p>Poligonal de tombamento delimitada: Limites com vias: Av. Presidente Vargas</p> <p>Poligonal de entorno delimitada: Inexistente</p>	
<p>Crítérios de delimitação: Limites do jardim são os delimitados pelo corte de 1944. Não foi estabelecida poligonal de entorno.</p>	
<p>Sinalização: Sinalização direcional no entorno e sinalização informativa nos portões do jardim. Não foi observada sinalização informativa, indicativa ou direcional de atrações e grupos escultóricos dentro do parque.</p> <p>Acessibilidade: O jardim possui quatro portões localizados em cada um dos lados de seu perímetro. Calçadas ocupadas por pontos de ônibus e ambulantes.</p>	<p>Manifestações culturais: No passado, já foi muito utilizado como palco de festejos como a "Batalha das Rosas" e datas históricas como a Proclamação da República. Atualmente restringe-se a receber visitas guiadas de escolas. Nas datas de celebração são montadas arquibancadas, na calçada do parque, voltadas para a Av. Presidente Vargas.</p> <p>Associações atuantes na área: Inexistente.</p>
<p>Ambiente Urbano: Integração dos edifícios, sobrados com características morfológicas e tipológicas semelhantes, da área envoltória com o jardim. Ambiente adensado, com alguns terrenos (consequência de demolições junto à Av. Presidente Vargas) desocupados.</p> <p>Uso do Solo: Imóveis comerciais e de serviços (Terminal da Central, Corpo de bombeiros, Hospital Souza Aguiar, Rádio MEC, Faculdade de Direito da UFRJ e Biblioteca Estadual), sede de institutos (Edifício Central do Brasil, Arquivo Nacional e Fundação Parques e Jardins) e imóveis de uso misto (cortiços e ocupações irregulares). Nos espaços livres de edificação, os terrenos sem edificação são ocupados por estacionamento e o comércio informal fica concentrado nas calçadas ao redor do Campo de Santana e ao longo da Av. Presidente Vargas.</p>	

Registro Fotográfico:

A

E

B

F

C

G

D

H

Registro das ações de preservação e das intervenções urbanas e arquitetônicas relevantes:

Reforma pelo arquiteto Luiz Rey (1903); cancelamento do tombamento federal (1943); redução e remodelação de parte da área do parque (1944); retirada dos gradis (1944); substituição de superfícies de grama por forração (1960); e recolocação de gradis (1968).

Registro das patologias identificadas:	
<p>VENTO E CLIMA</p> <p>Poluição do ar causada pela via de fluxo intenso e pela concentração de ônibus no Terminal da Central.</p> <p>A arborização frondosa, na maior parte da superfície do jardim, ameniza o clima local e contrasta com o do entorno (conjunto urbanístico do Saara e Av. Presidente Vargas).</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">0</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">1</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">3</div> </div>	<p>SOM</p> <p>Na zona de fronteira o ruído é intenso devido à fonte de poluição constante da Av. Presidente Vargas (pontos de ônibus, sinais de trânsito e Terminal da Central).</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">0</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">1</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">3</div> </div>
<p>LUZ</p> <p>Zonas de sombra observadas ocorrem no gramado devido às copas das árvores. A altimetria da área edificada está consolidada por instrumentos municipais como a APAC do Saara (foto C). No entanto, a faixa voltada para a Av. Presidente Vargas apresenta índices urbanísticos distintos, cuja futura implementação precisa ser acompanhada (foto B e F).</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">0</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">1</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">3</div> </div>	<p>VEGETAÇÃO E FAUNA</p> <p>Desenvolvimento arbóreo satisfatório. Não foram observado raízes podres ou indivíduos vegetais doentes.</p> <p>Abandono de animais domésticos (gatos) são freqüentes. São alimentados com comida (ex: arroz, feijão e frango) trazida por freqüentadores (moradores ou funcionários dos prédios próximos), causando muita sujeira e atraindo vetores (foto H).</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">0</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">1</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">3</div> </div>
<p>RELEVO E SUBSOLO</p> <p>Não foi observada movimentação de solo - causada por trânsito de veículos ou pelo metrô - que ocasionasse rachaduras nas fundações da edificação da Fundação Parques e Jardins localizada no parque (foto A).</p> <p>Não foi observada alteração da fertilidade ou acidez do solo. No entanto, a poluição e contaminação do solo por água que infiltra do entorno devem ser monitoradas.</p> <p>Pavimentação asfáltica apresenta rachaduras (foto D) causadas pela pressão das raízes das árvores.</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">0</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">1</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">3</div> </div>	<p>ÁGUA</p> <p>Área envoltória muito impermeável (edificada e asfaltada) e com acidentes topográficos (declives), causando enchentes freqüentes que atingem os edifícios e o jardim.</p> <p>Os lagos do jardim não estão assoreados (foto G), mas alguns dos passeios (pavimentados com asfalto) estão cobertos por lama e folhas (foto D). A água está empossada no espelho, seco, da gruta artificial fechada para visitação (foto E).</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">0</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">1</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;">3</div> </div>
<p>ESCALA DE VUNERABILIDADE DO RECINTO DO ESPAÇO VERDE:</p> <p>0 – PERIGO IMEDIATO 1 – PERIGO EMINENTE 2 – PERIGO POTENCIAL 3 – MONITORAMENTO</p>	
<p>Observações:</p>	<p>Levantamento: Inês Andrade Data: 2008</p>

3.3 Parque Brigadeiro Eduardo Gomes

O Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, ou Parque do Aterro do Flamengo, é um jardim de interesse histórico de linguagem modernista e foi projetado por Roberto Burle Marx (e equipe), na segunda metade do século XX (1962-1965). Possui uma área de 1.325.590m² e é protegido por tombamento federal e municipal, além de ser uma Unidade de Conservação Ambiental (categoria de Parque, Decreto Municipal 3132 06/06/1981 e 3124 06/06/1981).

3.3.1 Implantação do jardim e contexto sociocultural

As iniciativas de reformas urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro caracterizaram-se no século XX por uma série de aterros nas margens da Baía de Guanabara e pelo desmonte parcial ou total de inúmeros morros, em especial sítios históricos dos primeiros núcleos de ocupações na cidade. O Parque do Aterro do Flamengo, ainda hoje um referencial nacional de parque urbano, surge dentro deste contexto.

Embora a sua criação remonte apenas a 1962, propostas de aterro das margens da baía da Guanabara datam do final do século XIX. Em 1890, o engenheiro Sabino E. Pessoa foi incumbido de projetar um plano de extensão da cidade do Rio de Janeiro, o qual previa o arrasamento do Morro de Santo Antônio e a colocação da terra na orla marítima do trecho Glória-Calabouço. No projeto formar-se-ia um enorme platô com 560 metros de largura onde seria construído um luxuoso bairro residencial. Por razão dos altos custos financeiros envolvidos, a idéia ficou só no papel. A partir de 1893 iniciam-se o aterro da Praia de Botafogo, projetado pelo então diretor de Obras Municipais da Prefeitura, o engenheiro Vieira Souto. O objetivo era sanear e embelezar a enseada de Botafogo. As obras, no entanto, foram paralisadas em 1895, chegando a ser executado um trecho de aterro (470 metros) entre a Rua Farani e o Morro da Viúva.

Em 1923 o Prefeito Alair Prata promoveu um concurso para o embelezamento da cidade, em especial na orla da baía aterrada pelo arrasamento do Morro do Castelo, no trecho do Calabouço à Praia de Botafogo. O projeto propunha neste aterro um grande loteamento destinado a edificações de uso residencial, institucional

e comercial, que avançava inclusive pelos jardins da Glória. Esta proposta não chegou a ser executada. Optou-se por algumas intervenções pontuais como o projeto da Praça Paris (1929).

Em 1937, é criada uma "Comissão do Plano da Cidade" - formada por engenheiros, arquitetos, paisagistas e urbanistas - e um dos primeiros projetos desta comissão foi o do agenciamento da área do aterro da baía. Segundo Texeira (1988), o contorno do aterro, semelhante ao atual, foi definido pelo engenheiro José de Oliveira Reis, em 1938, e já havia a previsão de que a área não seria ocupada por muitas construções e sim por pistas de alta velocidade e por áreas verdes. Com o fim do Estado Novo, em 1945, as obras iniciadas do aterro prosseguiram lentamente. A partir de 1954, a extensão do aterro é ampliada com o desmonte parcial do Morro de Santo Antônio (iniciado em 1951) e as obras ganharam ímpeto. Conforme o aterro ia aumentando, apareciam "pretendentes" interessados no local, e logo disputas políticas eram travadas para a conquista pela melhor parte do novo e valorizado solo.

Em 1954, a tipologia das *parkways* é implantada pela primeira vez por Roberto Burle Marx e sua equipe na remodelação dos jardins da Praia de Botafogo. Foi tão boa a receptividade ao novo modelo (MELLO FILHO, 1954) por parte da população e dos críticos que logo novas inserções na malha urbana carioca foram previstas:

A iniciativa tomada com a construção deste jardim poderá ter um desenvolvimento com o planejamento e execução dentro do mesmo espírito do ajardinamento das áreas verdes a serem ganhas pelo aterro em prosseguimento na **Glória e no Flamengo**. Dessa forma será dotado o Rio de Janeiro de um conjunto paisagístico integrado em sua orla litorânea, cujo sentido unitário servirá para realçar a beleza da cidade e mostrar que nem tudo que é digno de ser aqui visto é tão somente obra da natureza (MELLO FILHO, 1954:124, grifo nosso).

O Rio de Janeiro deixava de ser a capital Federal para se tornar cidade-estado, e não estava nos planos que o aterro recebesse árvores, mas sim dezesseis pistas de alta velocidade que, segundo se declarava, resolveriam o problema do trânsito do centro à zona sul. Segundo Texeira (1988), toda a atual concepção do aterro como um grande parque deve-se à obstinação de Dona Maria Carlota de Macedo Soares (a Dona Lota).

Embora exagerada a atribuição da idealização do parque àquela senhora - mais um mito carioca - sem dúvida Lota foi a principal incentivadora para sua concretização na década de 1960. Era uma mulher culta que freqüentava os círculos da sociedade carioca, e já havia sido colega de Roberto Burle Marx e Mário de Andrade nas aulas de pintura de Candido Portinari, na Universidade do Distrito Federal (RJ) no final da década de 1930. Durante a campanha do então candidato a governador Carlos Lacerda, conseguiu uma promessa pessoal para a conversão de uma praça em playground infantil para o lazer sadio e moderno. Com a vitória de Lacerda, Dona Lota compareceu na festa de comemoração no apartamento do futuro governador, no Flamengo, e ali mesmo cobrou a promessa. Texeira (1988) conta que Lacerda respondeu-lhe que ela escolhesse uma praça que ele lhe daria, e assim Lota o conduz à janela do apartamento e lhe mostra a sua escolha: o aterro em obras.

Em 1961 foi formado o "Grupo de Trabalho para a urbanização do aterrado", sendo presidido por Lota. Fazem parte do grupo os arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira e Hélio Mamede, a engenheira Bertha Leitchic, o botânico Luiz Emigdio de Mello Filho e o paisagista Roberto Burle Marx. Os trabalhos foram iniciados em 1962 e inaugurados em 1965. Ao término de sua implantação, a massa edificada da beira-mar já estava consolidada (**Figuras 31, 32 e 33**).

Segundo o discurso oficial, o intuito de oferecer uma nova área de lazer moderno à população carioca, assim como melhorar o tráfego de automóveis entre o centro e a zona sul da cidade, são o motivo da criação do parque. No entanto, a urbanização do aterro e sua transformação em parque podem ser compreendidas como o embelezamento de um importante cartão de visitas e como a qualificação de um ponto já valorizado da cidade. Localizado junto ao Aeroporto Santos Dumont, ainda funcionava como a principal entrada dos visitantes, e estendendo-se pelos bairros já nobres do Flamengo e da Glória, o parque seria o responsável pela valorização urbana desta parte da zona sul da cidade até a década de 1980. O Parque do Aterro do Flamengo sofreu com o deslocamento dos investimentos da área central da cidade, com a migração dos moradores do bairro.

Figura 31 – Inauguração do Parque do Flamengo em 1964. Fonte: FERREZ, 1965: 256-257.

Figura 32 – Parque do Flamengo atualmente. Fonte: Nelson Kon, 2007.

Figura 33 – A *parkway* do Parque do Flamengo. Fonte: Croqui Fernando Tábor. Escritório Roberto Burle Marx, s/data.

3.3.2 Reconhecimento

Essa conquista do litoral através de aterros foi realizada com resquícios de tralha de obras civis e do desmonte dos morros: Morro do Castelo em 1927 e Morro de Santo Antônio em 1951. A terra desses morros incluía além de solo e material orgânico, o material descartado da ocupação humana desses primeiros núcleos de ocupação da cidade. Embora nunca tenha sido realizada uma pesquisa arqueológica desses vestígios, que incluem datação anterior (podendo datar até do século XVI) e contemporânea ao sítio conquistado no mar, sua contextualização está comprometida pela inexatidão da procedência dos sítios.

O reconhecimento do Parque do Flamengo enquanto patrimônio urbano federal ocorreu um ano antes de sua conclusão, em 1964. O reconhecimento imediato pela esfera federal (Processo 748-T-64, 28/07/1965, Insc. 39, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, f. 10) e alguns anos mais tarde pela esfera municipal (Lei Municipal 2.287 de 04/01/1995, DOM, 06/01/1995) são indicadores de um valor de representatividade e excepcionalidade atribuído pela cultura dominante. Neste contexto, com o tombamento federal, o Parque do Flamengo é reconhecido oficialmente enquanto um conjunto urbano-paisagístico, sendo atribuído ao espaço uma excelência e fragilidade que requer a proteção de sua ambiência. A importância do bem é claramente destacada por uma de suas incentivadoras, Carlota de Macedo Soares:

*Pelo seu tombamento, [...] o Parque do Flamengo ficará protegido da ganância que suscita uma área de inestimável valor financeiro, e da extrema levandade dos poderes públicos quando se tratar da complementação ou permanência de planos. **Uma obra que tem como finalidade a proteção da paisagem e um serviço social para o grande público** obedece a critérios ainda muito pouco compreendidos pelas administrações e pelos particulares (SOARES, 1964 apud. ABAP, 2006:2, grifo nosso)*

3.3.3 Substância e uso

A composição possui um rico e abrangente acervo de estratos arbustivos e arbóreos. O estrato arbóreo está disposto em maciços homogêneos (textura e alturas), que salientam as características morfológicas do grupo. Alguns dos exemplares arbóreos encontrados são: pau-formiga, abricó de macaco, ipê-roxo, ipê-rosa, pata de elefante, baga de praia, guriri, flamboyant, dendê-africano, belaque, figueira-brava, ficus-italiano, figueira religiosa, laurel-da-índia, algodeiro—

da-praia, estrelitzia, palmeira rabo-de-peixe, palmeira triangular, coco-quaresma e palmeira-de-petrópolis. Destaca-se na fauna local pequenos roedores, pássaros e micos.

O Parque do Flamengo não apenas comporta a maior variedade de espécies vegetais em um parque carioca (MELLO FILHO, 1993) e abriga uma variedade de atividades¹³³, mas também se integra ao espaço urbanizado. O rompimento com os exemplares do passado (natureza como cenário) e a independência dos modelos radicalmente modernistas explicitando a busca por uma linguagem artística nacional - livre da subordinação cultural, estética e temática da composição - está embutida no *modernismo* de Burle Marx. A liberdade de uso e do reconhecimento do potencial da flora nativa são fatores fundamentais que influem e impulsionam os projetos desses novos jardins “*modernistas*” de Burle Marx.

A maior parte dos ventos encontra um anteparo na massa vegetal fronteira à orla. A massa edificada é contínua e uniforme em altura (de 8 a 10 pavimentos), mas está afastada pelas inúmeras vias arteriais de circulação (*parkway*), protegendo o local contra o impacto da sombra projetada e ventos. O ruído da fronteira das vias de circulação é amenizado pela topografia (taludes artificiais junto às vias). No entanto, a poluição atmosférica nas margens das pistas de rolamento afeta o desenvolvimento florístico, contribuindo para o aparecimento de doenças e morte de indivíduos vegetais.

O abandono e degradação do parque já tinham sido identificados em 1992, com a realização de um levantamento florístico, uma iniciativa da Associação de Moradores e Amigos do Flamengo (FLAMA), tendo à frente um grupo multidisciplinar de pesquisadores sob coordenação do botânico Luiz Emigydio Mello Filho. O objetivo do trabalho era inventariar qualitativa e quantitativamente a substância vegetal do Parque do Flamengo. Como consequência da falta de manutenção, foi identificado o surgimento espontâneo de outras espécies nesses conjuntos. Essa descaracterização do projeto paisagístico era agravada pela introdução de árvores frutíferas pela população (MELLO FILHO, 1993). Embora seja um problema para a

¹³³ Atividades voltadas para o lazer contemplativo (praia, passeios, repouso) e para o ativo (variedade de quadra de esportes), além de monumentos e museus.

conservação do espaço, esta atitude demonstra que o processo de pertencimento da população com o parque permaneceu a despeito de seu abandono pelo poder público naquele período.

Durante as décadas de 1980 e 1990 um novo modelo de ideologia paisagística para disciplinar a cidade do Rio de Janeiro é introduzido pela Prefeitura. As áreas verdes foram cercadas com grades, retomando a antiga concepção de espaços de convivência fechados, e controladas por presença policial e horários de frequência determinados. Segundo Vera Tângari (1996), esse tratamento dispensado aos espaços verdes fazia parte da chamada "*requalificação urbana*" que tinha como preceito a recuperação de espaços públicos centrais, a restauração do uso por pedestres e a revitalização de sua imagem (desenho urbano, paisagismo, mobiliário).

Diferente de outros jardins e parques do centro da cidade, devido à sua posição estratégica de ligação (pistas de rolamento) e à necessidade de manter uma unidade do conjunto, o Parque do Aterro do Flamengo não foi fechado por muros ou grades. A política pública para a criação de novos parques também seguiram as mesmas diretrizes, chegando a limitar o número de freqüentadores e a cobrar entrada. Assim o Parque do Aterro do Flamengo permaneceu como um espaço democrático, ainda que possuía muitos problemas de segurança; no entanto, o processo de revitalização da área central tem contribuído para a sua apropriação por moradores das regiões próximas (Glória, Flamengo e Centro), bem como por turistas brasileiros e estrangeiros.

Pela proximidade e pelos atrativos que o parque possui - lazer contemplativo, turismo educativo (grupos de turistas e estudantes universitários), atividades esportivas, atividades culturais (shows ao ar livre) e recreativas (praia) - um número expressivo de freqüentadores, sobretudo em dias de sol, dirige-se ao parque semanalmente. Tanto em horários diurnos como noturnos, durante a semana e nos finais de semana, as quadras de esporte localizadas na proximidade dos pontos de ônibus são bastante utilizadas. A mesma dinâmica do espaço não ocorre com os recantos e recintos no interior do parque ou nas proximidades das vias e passarelas. São considerados espaços perigosos, especialmente à noite. Quando a tarde cai, o

parque torna-se a moradia de excluídos do sistema de produção capitalista. São crianças, adultos e idosos desamparados pela comunidade que se apropriam de árvores, bancos, estacionamentos e outros espaços antes ocupados pela população diurna.

O Parque também tem uma vida cultural intensa; em especial o Museu de Arte Moderna, já está consagrado como ponto de eventos de moda, cinema e exposições de arte. Este lazer, no entanto, não está acessível a todos os seus freqüentadores. Outros museus e centros culturais, nas proximidades, como o Museu da República, no bairro do Catete, aproveitam-se também destes fluxos e concentrações do parque. As quadras esportivas, por estarem muito próximas, desempenham o papel de uma “*buffer zone*” para os jardins tombados do Museu da República, seguindo a categoria típica proposta por Micoulina (1971). No entanto, alguns equipamentos culturais são sub-utilizados, como o Museu Militar no Monumento dos Pracinhas, ou se encontram fechados, como o Museu de Carmem Miranda. Mobilizações populares, como passeatas e caminhadas, também ocorrem no parque, seja com o objetivo de reivindicar justiça (“Caminhada pela Paz”) e/ou divulgar medidas de prevenção a doenças (“Corrida Contra o Câncer de Mama”). Sem dúvida, a diversidade de equipamentos do parque contribui para a sua apropriação por parte da população. A atraente associação de indivíduos vegetais (suas forma, texturas, cores e portes) criada por Burle Marx e equipe, é responsável pelo fortalecimento de vínculos afetivos muito fortes da população usuária com o espaço.

3.3.4 Estudos e delimitação do entorno

Nas obras para os Jogos Pan-americanos de 2007, o Parque do Flamengo foi alvo de uma polêmica, a construção de uma área privativa na Marina localizada dentro do parque tombado. A área da Marina da Glória é parte integrante do parque, juntamente aos outros equipamentos urbanos, embora seja um projeto de 1979 (Decreto Federal nº83661 de 1979). A finalidade era que a Marina fosse destinada a incentivar o esporte e indústria náutica do estado. Embora o projeto original¹³⁴ de 1965 não tenha chegado a ser realizado, no processo de tombamento federal é mencionada que a área de abrangência do tombamento inclui o terminal de

¹³⁴ No projeto original do parque, nessa área seriam instalados ripados para plantas ornamentais, aquário, pavilhões de flores e área de pique-nique (OLIVEIRA, BARROSO, 2006).

passageiros do aeroporto Santos Dumont ao norte, o início da praia de Botafogo ao sul, a leste limita-se com a Baía de Guanabara - a 100 metros para dentro das águas da baía - e a oeste com a pista da Praia do Flamengo contígua aos prédios e Avenida Rui Barbosa (**Figura 34**).

Desde 1996 a área da Marina já havia passado, por concessão¹³⁵, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para o controle de uma empresa que a administrava: a Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia S.A. (EBTE). A EBTE iniciou as obras em 1999 sem encaminhar ao IPHAN o projeto para aprovação. Em meio de denúncias de irregularidade, a empresa entrou na justiça para garantir a possibilidade de execução de um “Programa de Revitalização da Marina da Glória”¹³⁶. Com a alegação que a Marina não era objeto de tombamento, buscava-se impedir que o IPHAN eventualmente embargasse as obras no local. A justiça não acatou o pedido, e qualquer intervenção na área deveria passar pelos órgãos de licenciamento ambientais e órgão de patrimônio. O programa proposto indicava um claro interesse de esvaziar a Marina do uso para embarcações marítimas e eventos náuticos, pois incluía o aumento da área de projeção do salão de eventos com ampliação dos banheiros no segundo andar, a construção de quiosques (churrasqueira), pistas de rolamento asfaltadas na área de jardim, e a conversão da sede de eventos em *shopping-center*.

Em 2005 foi desenvolvido um “Plano do Complexo Turístico da Marina da Glória”¹³⁷ que previa a expansão da área de marina para o Pan-americano e a construção de centro de convenções, centro de exposições, clube privado, garagem para 2.000 veículos e uma plataforma de 200m de comprimento sobre o espelho da Baía de Guanabara, com altura de aproximadamente 18 metros, equivalente a um edifício de seis pavimentos (OLIVEIRA; BARROSO, 2006). O Plano foi aprovado pelo órgão de licenciamento ambiental estadual, a FEEMA. Como não foram observados os instrumentos do tombamento estabelecidos no âmbito do IPHAN, o instituto não aprovou sua execução. A crítica fundamental do IPHAN foi à volumetria

¹³⁵ O contrato assinado em 01/10/1996 previa o uso das instalações, exploração dos serviços comerciais, gestão administrativa e revitalização do complexo da Marina da Glória por dez anos.

¹³⁶ Esse projeto foi reprovado pelo Conselho Consultivo do Iphan.

¹³⁷ O plano constava de duas partes, o projeto “Ampliação da Marina da Glória” foi desenvolvido pelos arquitetos Márcio Roberto e Roberto Garcia Rosa e o projeto “Edificação de Complexo Turístico-Comercial” pelo arquiteto Paulo Case.

das duas novas edificações de 18 metros de altura - o centro de convenções e a garagem para barcos - e seus impactos na paisagem. Para os técnicos do IPHAN a visão do Pão de Açúcar ficaria obstruída para os pedestres na Enseada da Glória (**Figuras 35 e 36**). Mas a EBTE e os autores do projeto garantiam que o limite de altura não ultrapassaria o do prédio já existente: *“É uma visão simplista. Como há um desnível no terreno, a referência muda. As novas construções não ultrapassam a já existente. Determinamos a altura em função da paisagem”* (Paulo Casé, 2006 apud. ALVARENGA; BRISOLLA, 2006).

Também foi observada pelo IPHAN a mudança de destinação da área pública, de recreação, para uma área de negócios privados. A EBTE afirmava que todas as intervenções que constavam do plano obedeciam aos limites no contrato de concessão da Marina da Glória feito pela Prefeitura, e que nesta existia uma cláusula que exigia a “revitalização”, a qual ficava subentendida a inclusão das atividades comerciais no local. No entanto, os técnicos do IPHAN afirmavam que o projeto de revitalização da Marina da Glória avançava sobre área tombada. O caráter segregador do projeto era evidente, pois previa ainda a construção de um novo muro de 2m de altura sobre a murada existente que contorna a Marina, cuja finalidade era a proteção dos barcos que ali ficariam estacionados. Segundo o superintendente da 6ªSR do IPHAN, Mauro Pazzini alertou da importância de respeitar os limites das pré-existências nas remodelações previstas no parque:

*O tombamento não congela. Obras podem ser feitas, mas **dentro de limites** que precisam ser respeitados. Queremos preservar a **escala urbanística** do parque, não deixar que ele perca suas características originais* (PAZZINI, 2006 apud. ALVARENGA; BRISOLLA, 2006, grifo nosso).

No entanto, apesar das denúncias na imprensa e da recusa da 6ªSR do IPHAN, as obras avançaram devido à concessão de uma liminar¹³⁸ da justiça concedida para a Prefeitura sob a justificativa de urgência motivada pela proximidade dos Jogos. Por pressão da sociedade civil e do Ministério Público Federal¹³⁹ acionado pelo parecer contrário do IPHAN as obras foram embargadas.

¹³⁸ Essa liminar da 10ª Vara Federal foi obtida pela prefeitura e impedia o IPHAN de embargar a obra.

¹³⁹ Por tratar-se de área de domínio da União foi ratificado que o uso do solo do Parque do Flamengo é regulado pelo IPHAN e que a cessão à Marina se torna nula em caso de utilização diversa da que lhe foi destinada, espaço público para lazer (espaço verde).

Figura 34 – Poligonal de tombamento do Parque do Flamengo. Fonte: OLIVEIRA, 2006.

Figura 35 – Visão da Marina do Parque do Flamengo em três momentos: em sua implantação, atualmente e com a proposta para os jogos do Pan-americano de 2007. Fonte: OLIVEIRA; BARROSO, 2006.

Figura 36 – Vista das obras de “adequação” da Marina da Glória, integrante do Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. Projeto não foi aprovado pelo IPHAN e teve suas obras interrompidas. Fonte: OLIVEIRA; BARROSO, 2006.

Diversas entidades, como a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas¹⁴⁰ (ABAP) e o Instituto de Arquitetos do Brasil¹⁴¹ (IAB), tomaram conhecimento do projeto e realizaram debates¹⁴² que resultaram em pareceres contrários ao empreendimento: “*O que está em jogo é o desvirtuamento de um parque do maior interesse público com prejuízo do domínio cultural coletivo carioca de um de seus bens mais preciosos*” (ABAP, 2006:3) (**Figuras 37 e 38**). Novas críticas foram feitas quanto à insuficiência de dados nos pareceres do plano relativos à desconsideração do incremento do volume de tráfego resultante do empreendimento e aos aspectos urbanísticos (físicos, bióticos e sócio-econômicos) elaborados com base em dados secundários de escala regional para definição dos impactos na área de influência direta da Marina da Glória, isto é, o Parque do Flamengo (IAB,2006). O complexo de negócios e turismo foi estudado e considerado se tratar de um programa de atividades totalmente alheia aos objetivos de uma marina:

Além de apropriar-se de área pública, toda esta intervenção virá danificar irreparavelmente a paisagem, atraindo volume de tráfego e de usuários incompatível com o nível de tranquilidade que se espera em um parque público. E vale a pena ressaltar que não foram cumpridos os procedimentos naturais de aprovação de projetos desta envergadura nos órgãos competentes, de preservação do patrimônio cultural (IPHAN, INEPAC) e dos aspectos ambientais (FEEMA, IBAMA) (ABAP, 2006: 2).

Essa polêmica gerou um importante debate entre a sociedade civil organizada, as instituições privadas e os órgãos públicos de planejamento urbano e de preservação. Foi uma oportunidade de questionar e gerar um juízo quanto aos valores patrimoniais e ao desenvolvimento sustentável, e isso teve repercussões positivas em outros pontos no parque. Um exemplo disso é a punição, em 2007, das alterações realizadas na área livre de edificação, sem prévia autorização do IPHAN, nas imediações do restaurante da rede de churrascarias Porcão Rio's, dentro do Parque do Flamengo. A churrascaria ganhou a concessão de funcionar em 1999 no antigo restaurante Rio's (fechado em 1997) e, desde então, iniciou obras de um novo estacionamento alterando o desenho paisagístico da área imediata. O plano do

¹⁴⁰ Documento foi redigido em 28 de agosto de 2006 pelo presidente da ABAP, Eduardo Barra, e pela coordenadora da ABAP-Rio, Márcia Nogueira Batista.

¹⁴¹ Documento foi redigido em 15 de setembro de 2006 pelo presidente do IAB/RJ, Fernando Alencar Letícia Hazan, durante a 8ª Reunião do Conselho Deliberativo (Resolução Nº 06-8ªRO-06/07).

¹⁴² Foi realizada uma apresentação do projeto pelos arquitetos autores do projeto no auditório do Instituto de Arquitetos do Brasil do Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ), ocorrida em 29 de junho de 2006.

novo estacionamento, incluindo sua exploração comercial, seguia o edital de licitação elaborado pela Prefeitura em 1998, prevendo modificações como a troca do piso da área externa e a “restauração” da vegetação.

Para a intervenção, a churrascaria retirou o calçamento de pedras portuguesas, com desenho original de Burle Marx, e retirou a vegetação ao redor do prédio para dar lugar à superfície asfaltada do novo estacionamento (**Figura 39**). Esta obra chegou a ser embargada pelo IPHAN, mas apesar disso, prosseguiu, violando o Decreto-Lei nº25/1937. O Ministério Público Federal (MPF) pediu a paralisação de toda e qualquer atividade que desfigurasse o parque. Como o pedido foi negado em 1ª instância, o MPF apelou ao Tribunal Regional Federal (TRF).

A Prefeitura e a churrascaria alegaram que não teria havido danos ao patrimônio cultural, pois a intervenção não teria afetado as características principais do parque. Mas o relator do processo, o juiz federal Guilherme Calmon do TRF, baseando-se no artigo 216 da Constituição Federal, afirmou que o tombamento abrange todas as áreas do Parque do Flamengo, incluindo, assim, a área de calçamento em pedras portuguesas e a vegetação. O magistrado acrescentou em seu parecer que: *"A área era de destinação ao uso comum do povo para circulação e lazer, ao passo que sua transformação gerou um aproveitamento de forma empresarial, destinada à exploração de um estacionamento"* (CJF, 2007).

Compreendendo que a substância de um monumento vivo é composta por elementos como plano de pisos e elementos vegetais, a decisão da justiça considerou que houve completa alteração dos elementos arquitetônicos e paisagísticos que anteriormente existiam. Assim, o TRF condenou (Processo 2000.51.01.000571-5) a churrascaria Porcão Rio's e o município do Rio de Janeiro¹⁴³ a recuperar a composição paisagística do Parque do Flamengo alterada para a construção de um estacionamento do restaurante.

¹⁴³ A Prefeitura tinha conhecimento da proposta de intervenção, mas não comunicou ao IPHAN e assinou um termo de permissão para instalação do estacionamento.

Figuras 37 e 38 – A incompatibilidade de percepções. Por um lado é conferida importância à visão do Pão de Açúcar a partir do Parque do Flamengo, estampada em moedas comemorativas do Pan americano, e por outro lado são realizadas obras de obstrução na Marina da Glória. Fonte: Carta Capital, 2007 e OLIVEIRA; BARROSO, 2006.

Figura 39 – Área destinada ao novo estacionamento, retirada das pedras portuguesas. Fonte: Jornal do Brasil, Cidade, 28 de outubro de 1999.

3.3.5 Impactos observados

O conjunto urbano-paisagístico está situado numa das áreas “mais impactantes da cidade” (ABAP, 2006), tanto do ponto de vista da paisagem natural quanto cultural - Pão de Açúcar e dos morros da Urca e Cara de Cão - constituindo uma importante transição entre a Baía de Guanabara e a malha urbana consolidada. Assim, o seu ambiente urbano pode ser separado em dois: o voltado para o mar e o voltado para a cidade.

O ambiente urbano que constitui o entorno edificado do jardim apresenta características morfológicas semelhantes. Devido à lenta implantação do aterro e, posteriormente, a malha viária composta por várias pistas de rolamento, a renovação urbana desses agrupamentos de edificações permaneceu afastada convenientemente do parque. Embora a introdução de novas edificações deva ser sempre objeto de estudos de sombras, o afastamento garante mínimos impactos sobre o desenvolvimento da flora do jardim de interesse histórico.

Já o ambiente urbano vinculado à baía oferece riscos à ambiência e legibilidade do parque. A poluição da Baía de Guanabara contamina a areia da praia e reduz a fertilidade do solo na zona de fronteira, além de produzir um desagradável odor que é conduzido pelos fortes ventos para o interior do recinto. A ocupação da faixa da baía por atracadouros e embarcações também deve ser avaliada para impedir obstruções do parque.

O projeto de sinalização do parque apresenta indicações das atrações e suas direções, mas estão em estado de conservação precário. O mesmo ocorre com o projeto de iluminação pública do parque que apresenta uma grande redução, consequência de uma política municipal de corte de custos (2006), não havendo reposição dos cabos de energia roubados.

Os principais impactos observados são consequência da falta de gestão do poder municipal, por isso é preciso que através da procuradoria do Estado o do IPHAN se assuma uma política de atuação do entorno para evitar a degradação do patrimônio.

3.3.6 Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico

INVENTÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO JARDIM DE INTERESSE HISTÓRICO	
<p>Denominação: Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (Parque do Aterro do Flamengo)</p> <p>Localização: Flamengo, Rio de Janeiro.</p> <p>Área: 1.325.590m²</p> <p>Componentes físicos: Gramados, forrações, árvores, arbustos, passeios pavimentados com asfalto, faixa de areia para banhistas, mobiliário urbano, postes, passarelas e equipamentos esportivos e culturais (Museu de Arte Moderna, de autoria de Affonso Eduardo Reidy; o Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial, de Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto; o Restaurante Rio's, de Marcos Konder Netto; e alguns pavilhões de Affonso Eduardo Reidy).</p>	
<p>Período: 1954-1965</p> <p>Estado de Conservação: Bom.</p> <p>Estado de Preservação: Bom.</p> <p>Intervenções (fechamento da área com tapume, estacas no espelho de água e destruição de área de lazer) na Marina da Glória não foram remediadas.</p> <p>Uso atual: lazer contemplativo e ativo (recreacional, esportiva e cultural).</p> <p>Uso original: lazer contemplativo e ativo.</p>
<p>Proteção: Tombamento municipal (Lei Municipal 2.287 de 04/01/1995, DOM, 06/01/1995) e tombamento federal (Processo 748-T-64, 28/07/1965, Insc. 39, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, f. 10).</p> <p>Proposta de proteção: Não identificada.</p> <p>Poligonal de tombamento delimitada: Estende-se desde o Aeroporto Santos Dumont até o Morro da Viúva e dali até o início da Praia de Botafogo, com aproximadamente 120 hectares. A poligonal avança cerca de 100 metros no espelho de água ao longa de toda a faixa litorânea do parque.</p> <p>Poligonal de entorno delimitada: Inexistente.</p>	
<p>Crítérios de delimitação: A poligonal de tombamento (1965) não exclui a Marina da Glória (1970).</p>	
<p>Sinalização: Sinalização direcional no entorno e sinalização indicativa de atrações dentro do parque. Estado de conservação destas placas é muito ruim (foto E).</p> <p>A divulgação dos eventos (música e moda) utiliza instalações artísticas de grandes dimensões locadas em gramados do parque e na extensão das pistas de rolamento.</p> <p>Acessibilidade: Passarelas e rampas de suave inclinação.</p>	<p>Manifestações culturais: Passeatas e caminhadas ocorrem freqüentemente no parque, seja com o objetivo de reivindicar justiça ("Caminhada pela Paz") e/ou divulgar medidas de prevenção a doenças ("Corrida Contra o Câncer de Mama"). Também são recorrentes, embora de caráter temporário, shows de música nos gramados no setor do Museu de Arte Moderna e de moda na Marina da Glória.</p> <p>Associações atuantes na área: Associação de Moradores do Aterro do Flamengo (FLAMA).</p>
<p>Ambiente Urbano: O conjunto urbano-paisagístico está situado numa das áreas mais impactantes da cidade, tanto do ponto de vista da paisagem natural quanto cultural, constituindo uma importante transição entre a Baía de Guanabara e a malha urbana consolidada.</p> <p>Uso do Solo: Marina de barcos, jardins de interesse histórico, canteiros urbanos, serviços (hotéis e museus), Aeroporto Santos Dumont, e edificações de uso residencial e institucional.</p>	

Registro Fotográfico:

A

E

B

F

C

G

D

H

Registro das ações de preservação e das intervenções urbanas e arquitetônicas relevantes:

Construção de anexos e da Marina da Glória pela Prefeitura (década de 1970); realização de levantamento florístico (1992); destruição de canteiros originais para construção de estacionamento para o Porcão Rio's (1999); e intervenções pontuais pelo "Programa Revitalização da Marina da Glória" (1995-2008) causando corte de árvores, fechamento de área pública e reformas descaracterizadoras na Marina da Glória.

Registro das patologias identificadas:									
<p>VENTO E CLIMA</p> <p>Não foram observados problemas relacionados a temperaturas elevadas. A vegetação ameniza o microclima no jardim. Foram observados fortes odores trazidos pelos ventos da baía.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 25px;">0</td> <td style="width: 25px;">1</td> <td style="width: 25px;">2</td> <td style="width: 25px;">3</td> </tr> </table>	0	1	2	3	<p>SOM</p> <p>Ruído do trânsito de veículos nas zonas de fronteira (foto A) e de rota de aviões do Aeroporto Santos Dumond na faixa da areia da praia (foto B).</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 25px;">0</td> <td style="width: 25px;">1</td> <td style="width: 25px;">2</td> <td style="width: 25px;">3</td> </tr> </table>	0	1	2	3
0	1	2	3						
0	1	2	3						
<p>LUZ</p> <p>Foi observada deficiência na iluminação artificial por postes ao longo de todo o parque. Isso se deve a uma política de contenção de despesas públicas realizada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, iniciada desde 2006. Embora não apresente danos, a manutenção desse serviço precisa ser regularizada para garantir a segurança e o uso do parque por parte dos frequentadores.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 25px;">0</td> <td style="width: 25px;">1</td> <td style="width: 25px;">2</td> <td style="width: 25px;">3</td> </tr> </table>	0	1	2	3	<p>VEGETAÇÃO E FAUNA</p> <p>Na zona de fronteira os indivíduos arbustivos e arbóreos apresentam problemas fitossanitários (pragas) que danificam e impedem seu desenvolvimento.</p> <p>A água dos lagos (no setor do Museu de Arte moderna), embora com baixa circulação, mantém em seus tanques alguns peixes (carpas). Deve ser monitorada para evitar que ocorra a proliferação de vetores (mosquitos).</p> <p>Embora as quadras (foto G) sejam muito utilizadas, foram observadas atividades de lazer ativo nos gramados (foto C), bem como a abertura de trilhas, prejudicando o desenvolvimento dos gramados. Não foi observado número expressivo de animais domésticos abandonados ou de vetores.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 25px;">0</td> <td style="width: 25px;">1</td> <td style="width: 25px;">2</td> <td style="width: 25px;">3</td> </tr> </table>	0	1	2	3
0	1	2	3						
0	1	2	3						
<p>RELEVO E SUBSOLO</p> <p>Presença de poças de água indicando uma redução na capacidade de absorção do terreno do volume de água.</p> <p>Nas zonas de fronteira junto à baía, foram observados indivíduos vegetais doentes ou com desenvolvimento irregular, indicando uma redução da fertilidade do solo.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 25px;">0</td> <td style="width: 25px;">1</td> <td style="width: 25px;">2</td> <td style="width: 25px;">3</td> </tr> </table>	0	1	2	3	<p>ÁGUA</p> <p>Orla marítima muito poluída (coliformes suspensos na água), em especial na região dos eventos náuticos e na praia (foto B). Causas podem ser: despejo de óleo, agravado pela poluição da Baía de Guanabara e pelo depósito de lixo nas areias pelos frequentadores e ambulantes.</p> <p>Desperdício de água pela ruptura e vazamento de canos de água (foto H).</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 25px;">0</td> <td style="width: 25px;">1</td> <td style="width: 25px;">2</td> <td style="width: 25px;">3</td> </tr> </table>	0	1	2	3
0	1	2	3						
0	1	2	3						
<p>ESCALA DE VUNERABILIDADE DO RECINTO DO ESPAÇO VERDE:</p> <p>0 – PERIGO IMEDIATO 1 – PERIGO EMINENTE 2 – PERIGO POTENCIAL 3 – MONITORAMENTO</p>									
<p>Observações:</p>	<p>Levantamento: Inês Andrade Data: 2008</p>								

3.4 Praça Nossa Senhora da Glória

Ainda na área central, destaca-se um jardim de interesse histórico integrado posteriormente ao tombamento federal de um conjunto urbano-paisagístico. A Praça Nossa Senhora da Glória, ou Jardins do Outeiro da Glória, possui extrema beleza e dimensões modestas. A composição paisagística tem linguagem modernista e foi projetada por Lúcio Costa na segunda metade do século XX (1959 -1965).

3.4.1 Implantação do jardim e contexto sociocultural

O jardim foi originado da arborização de um novo logradouro urbano, em consequência da demolição de habitações na encosta de morro. Antes de sua construção, seu entorno já estava consolidado por edificações de uso residencial e administrativo de alturas uniformes, bem como estava “banhado” por uma rede de espaços verdes: o antigo Passeio dos ingleses, a Praça Paris e o Passeio Público (Figuras 40 e 41).

Sua implantação foi possível devido ao esforço do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) - e especialmente do seu diretor Lúcio Costa - a parceria com o Poder Municipal, e a negociação com a Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro da Glória.

A Igreja e o Outeiro de Nossa Senhora da Glória foram tombados em 1938. Mas desde 1936 o sítio foi objeto de preocupação da Prefeitura do então Distrito Federal. O prefeito do DF enviou à Câmara Municipal o Decreto nº 6000, um documento composto por seis artigos que buscavam proteger a área do outeiro (IPHAN, 2007). O decreto já observava a intrusão visual da igreja e seu outeiro, causados pelo gabarito da área, como afirmava em suas considerações iniciais:

*Sucedee, porém, que infelizmente, as edificações altas erigidas nestes últimos tempos em volta da formosa colina principiam a **esconder-lhe os contornos**. Ao mesmo tempo, a paisagem admirável que se descortina da pequena praça [outeiro] que constitui o adro da igreja está igualmente destinada a ficar encoberta, se a adoção de uma **providência urgente** não impedir que as construções em torno ultrapassem de certo nível (Decreto nº 6000. apud. IPHAN, 2007, grifo nosso).*

Figura 40 – Aparência do sítio antes da demolição da encosta para a introdução do Jardim do Outeiro da Glória. Fonte: AGCRJ, ca. 1904.

Figura 41 – Aparência do sítio antes da demolição da encosta para a introdução do Jardim do Outeiro da Glória, ca.1940. Fonte: SUZUKI, 2007.

Na ocasião da restauração da Igreja da Glória (1939-1942), foi desenvolvido um programa de recuperação total do outeiro da igreja - visando recuperar a sua paisagem colonial perdida - pelo Serviço do Patrimônio Histórico (o futuro DPHAN), e por intermédio de Lucio Costa. Na década de 1940, um plano inclinado foi construído para possibilitar o acesso dos fiéis, e outras propostas como a inclusão de rampas e escadarias era objeto de estudos dos técnicos do Patrimônio. Para a realização deste empreendimento era essencial lançar mão da desapropriação de edifícios da encosta do outeiro. O principal defensor das demolições era Lúcio Costa, que considerava este um dos problema paisagísticos mais importantes da cidade: “[...] *se impõe a demolição dos velhos prédios ali existentes, a fim de que a orla valorizada do outeiro [...] se incorpore definitivamente aos jardins*¹⁴⁴” (COSTA, 1943 apud. IPHAN, 2007). A demolição pretendida por Lúcio Costa buscava recompor o ambiente do monumento, isolando-o no meio de uma mancha verde que se estendia do plano inclinado até o largo da Glória, ao meio de seus jardins: “*para servir como fundo de cenário, com sua encantadora igrejinha setecentista, à bela perspectiva de parques [...]*” (COSTA, 1943. apud. IPHAN, 2007). Essa defesa da visibilidade enquanto não restrita à limitação física, mas no que concerne à compreensão do bem tombado em seu sítio, é um aspecto muito importante que enriquece a aplicação desse conceito.

Outras soluções foram propostas anteriormente, sendo objeto de parecer e aprovação do SPHAN. O arquiteto José Souza Reis, na década de 1950, foi designado pelo SPHAN para propor soluções paisagísticas para o acesso à Igreja. Este apresentou dois estudos, sendo que em seu primeiro, por pressão da Irmandade, além de uma sucessão de escadarias, estava projetada uma cripta escavada na rocha, com capacidade para abrigar 3.000 pessoas e receberia os restos mortais da Princesa Izabel e do Conde D’Eu (PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007). Essa proposta satisfiz a Irmandade, mas foi reprovada pelo Departamento técnico da Secretaria de Obras, que optou por outra solução que foi reprovada pelo SPHAN.

¹⁴⁴ O Largo da Glória era cercado por áreas ajardinadas, destacando-se a Praça Paris e o Passeio Público.

A solução encontrada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o então Diretor do SPHAN, foi a solicitação de um novo estudo substituindo a proposta e retirando do programa a construção da cripta. A nova proposta de Reis, apresentada em 1960, utilizava como solução uma escadaria contínua, o que Costa denominaria de partido “fluente” (PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007). Não obstante dessa proposta, o Departamento de Urbanização encomendou ao escritório de Burle Marx uma outra proposta – de partido “fragmentado” (PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007) – para a encosta. Para Peixoto e Castellotti (2007), a contratação do escritório de Burle Marx deve-se à tentativa do Poder Municipal de facilitar a gestão da obra, pois as obras do Parque do Aterro, adjacente à encosta, já haviam sido iniciadas. Apesar das diversas soluções para a encosta, foi somente em 1965 com o projeto de Lúcio Costa, o qual unia, não oficialmente (PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007), as duas principais soluções – partido “fragmentado” e o partido “fluente” - que o acesso ao Outeiro é concretizado.

Embora a solução formal só tenha sido projetada na década de 1960, seu arcabouço foi esboçado no parecer de Lúcio Costa em 1943 (PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007; SUZUKI, 2007). Neste parecer, ele propõe a abertura de uma clareira verde em frente à igreja, pois seria “[...] *o primeiro passo no sentido da desobstrução progressiva daquela orla do outeiro*” (COSTA, 1943 apud. PESSÔA, 1999:48) (**Figura 42**). É possível supor que a introdução da cobertura verde pretendida, com a demolição da “cortina” de prédios de apartamentos está fundamentada nos conceitos defendidos pelo arquiteto italiano Gustavo Giovannoni e nas recomendações presentes na Carta de Atenas (1931): a opção por destacar o monumento através de seu isolamento e conjunto de visadas, e a utilização de jardins como cenários que moldurariam o monumento.

A solução executada de rampas e escadas incorporou como premissa racional e estética os platôs das casas demolidas e reaproveitou parte das pedras de demolição da amurada do cais do Flamengo (SUZUKI, 2007) como dormentes do caminho (**Figura 43**). Cabe incluir suas ponderações, em seu parecer técnico de 1943, sobre o tratamento formal da futura encosta:

Quanto ao tratamento da encosta e das rampas e escadas de acesso ao outeiro na parte a ser inicialmente aberta, deve-se evitar

qualquer propósito de monumentalidade, não só porque um tal tratamento destoaria das proporções e singela aldeã da capela, como porque equivaleria à introdução de um elemento novo e de aparato no aspecto despretensioso e tradicional da encosta arborizada do outeiro, aquilo, afinal, que importa reconstituir, tanto assim que haveria conveniência em se manterem as rampas e escadas parcialmente encobertas pelo arvoredado (COSTA, 1943 apud. PESSÔA, 1999:51).

A demora no processo de desapropriação, demolição e execução dos jardins no entorno do Outeiro acarretou outra disputa judicial: o caso do Edifício Torrosêlo (antigo Edifício Memphos). O IPHAN não foi consultado quanto à construção de uma edificação de 12 pavimentos em área no entorno do outeiro. O processo foi iniciado em 1949 e finalizado somente em 1965, com o parecer favorável¹⁴⁵ da justiça para a demolição dos quatro últimos andares da edificação (IPHAN, 2007).

3.4.2 Reconhecimento

O jardim é protegido enquanto parte integrante do conjunto urbano-paisagístico do outeiro, pelo tombamento federal (Livro do Tombo de Belas Artes e Histórico, Processo 49-T-38). O sítio e o jardim nunca foram objeto de uma pesquisa arqueológica. Essa ausência de estudos pode ser compreendida devido à lenta incorporação da disciplina da arqueologia ao campo da restauração de monumentos históricos e artísticos. Esta especialidade que analisa os vestígios da cultura material de tempos mais recentes - a arqueologia histórica¹⁴⁶ - só foi criada na década de 1970. Assim, a tralha doméstica e os vestígios dos alicerces de antigas habitações desapropriadas da encosta (1940-1950) do jardim foram tratados como objetos de descarte durante a implantação do jardim, sendo inclusive compactados. Apenas na atualidade é que a Arqueologia Histórica é reconhecida como instrumento de estudo válida para a descoberta da vida cotidiana e para a busca da compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade.

¹⁴⁵ Caso o gabarito fosse permitido, esse precedente permitiria que outras edificações na vizinhança fizessem o mesmo.

¹⁴⁶ O conceito de arqueologia histórica apresenta poucas variações, sendo usualmente percebido como um campo de pesquisa de caráter multidisciplinar (antropologia, história, geografia, folclore, entre outros) que abrange um amplo leque de fontes de informação (ORSER, 1992) de arquivos de dados oficiais, de diários, de cartas, de mapas, de plantas, de fotografias, de entrevistas de história oral e de métodos arqueológicos tradicionais para reconstruir a vida.

Figura 42 –Desenhos de Lúcio Costa com simulação da urbanização da encosta obstruindo a Igreja, 1943. Fonte: PESSOA, 1999:48-49.

Figura 43 – Jardins do Outeiro da Glória após inauguração. Fonte: IPHAN, 2007.

3.4.3 Substância e uso

O jardim possui uma área de 2.200m², disposta em platôs e pavimentada por plaqueados de granito e gramados. O sítio configura o jardim como recinto protegido do ruído das vias de circulação nas suas imediações. O espaço é banhado por luminosidade de luz solar em toda a sua extensão. A composição paisagística é estruturada por estrato arbóreo disposto isoladamente e massas arbustivas de médio e pequeno porte.

O jardim possui dois portões, estando os dois fechados a maior parte do ano; assim, a frequência é sazonal e seu uso de lazer contemplativo restringe-se a datas religiosas comemorativas. Atualmente, o recinto verde sofre com a falta de manutenção e com a ocupação de grupos humanos (moradia) e de consumidores de drogas. Essa ocupação traz, além dos danos evidentes como o afastamento do público, problemas futuros como contaminação por vetores (lixo), incêndios (fogueiras) e danos à estrutura da murada.

3.4.4 Estudos e delimitação do entorno

Em 1980 o entorno do Outeiro da Glória volta a ser estudado, revisto e ampliado, na Portaria nº 29 (IPHAN, 2007). O documento incorporou à área de proteção o entorno de outros bens tombados em suas proximidades, definindo gabaritos para proteção da “visibilidade e ambiência”. Essa portaria fixou, assim, o gabarito das construções nas imediações dos monumentos Casa da Rua do Catete nº6, da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, do Passeio Público, da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro, do Aqueduto da Carioca e do Convento e Igreja de Santa Teresa. O jardim do Outeiro da Glória continuou sem ser alvo de estudo específico para o reconhecimento como patrimônio paisagístico e arqueológico, sendo tratado apenas como integrante do conjunto urbano paisagístico do outeiro.

3.4.5 Impactos observados

O entorno da Igreja do outeiro da Glória foi estudado previamente à implantação do jardim, inclusive o limite dos gabaritos (incluídos casas de máquinas, caixas de água e coroamentos) e as demolições no entorno necessárias. Os jardins são fruto dessas intervenções, de mentalidade de liberação da visão do monumento.

Embora o jardim seja posterior à implantação das edificações e das áreas livres de edificação, a malha urbana está em processo de consolidação, com diversos espaços sub-aproveitados e sistema viário incompatível ao fluxo que recebe. Dentro das categorias do IPHAN (1983), o jardim é um “monumento ambientado” (situação típica 03). No entanto, apesar de “ambientado”, apresenta necessidades de redução de impactos do entorno, em especial no que se refere à sua sinalização e a acessibilidade.

O ambiente urbano do jardim é estruturado por duas configurações espaciais distintas. O primeiro é estruturado pela Igreja Nossa Senhora da Glória e edificações de pequeno porte, de uso residencial, e voltadas para largo sem qualquer arborização, localizados em cima do outeiro. O segundo é composto por um conjunto de edificações de médio porte, de uso residencial e comercial, implantadas na encosta e voltadas para a Rua do Catete ou para a Praça Luis de Camões na Rua do Russel. O jardim de interesse histórico interliga os dois espaços.

Na área, destacam-se o número de estabelecimentos voltados para a hotelaria. De certo, a Igreja do Outeiro da Glória é um ponto turístico importante. No entanto, as opções de acesso representam obstáculos à mobilidade, pois a ladeira em paralelepípedos tem inclinação muito acentuada e suas calçadas não chegam a 1,00 metro de largura, a escadaria possui muitos lances e o plano inclinado não é gratuito. Apesar de todo esse potencial, com lances largos, espelhos confortáveis e beleza cênica, o jardim não é usado como passagem.

Embora o jardim seja protegido como integrante do conjunto paisagístico do Outeiro, somente o bem edificado da Igreja é objeto de preocupação, pois o jardim é consequência de intervenção posterior ao seu tombamento. Considera-se que o jardim também deveria ser protegido como obra de valor excepcional, para receber cuidados efetivos.

3.4.6 Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico

INVENTÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO JARDIM DE INTERESSE HISTÓRICO	
<p>Denominação: Praça Nossa Senhora da Glória (Jardins do Outeiro da Glória)</p> <p>Localização: Glória, Rio de Janeiro.</p> <p>Área: 2.200m²</p> <p>Componentes físicos: Gramados, árvores, arbustos, passeios pavimentados com placas de granito, platô de estar, mobiliário urbano, murada e portão.</p>	
<p>Período: 1959 -1965</p> <p>Estado de Conservação: Péssimo.</p> <p>Estado de Preservação: Bom.</p> <p>Uso atual: fechado.</p> <p>Uso original: lazer contemplativo.</p>
<p>Proteção: Foi incorporado à poligonal de tombamento federal (Processo 49-T-38) da Igreja do Outeiro da Glória o conjunto urbano-paisagístico de seu outeiro.</p> <p>Proposta de proteção: Não identificada.</p> <p>Poligonal de tombamento delimitada: Igreja Nossa Senhora da Glória e seu outeiro.</p> <p>Poligonal de entorno delimitada: Portaria nº29/1980 do IPHAN fixou o gabarito das construções nas imediações dos monumentos Casa da Rua do Catete nº6, da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, do Passeio Público, da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro, do Aqueduto da Carioca e do Convento e Igreja de Santa Teresa.</p>	
<p>Crítérios de delimitação: Proteção da Igreja Nossa Senhora da Glória e defesa do aspecto paisagístico da área.</p>	
<p>Sinalização: Inexistência de sinalização indicativa, informativa ou direcional sobre o jardim. A placa informativa que existia foi retirada do local (foto G).</p> <p>Acessibilidade: Os dois portões de entrada do jardim possuem escadas de acesso. Calçadas na base do outeiro são estreitas, enquanto na parte de cima é inexistente, cercada por área para estacionamento de veículos.</p>	<p>Manifestações culturais: O jardim já foi espaço para festejos e cortejos religiosos. Atualmente, a maior parte do tempo está fechado ao público.</p> <p>Associações atuantes na área: Mitra do Rio.</p>
<p>Ambiente Urbano: Igreja Nossa Senhora da Glória e edificações de pequeno porte voltadas para o largo localizado em cima do outeiro. Conjunto de edificações de médio porte implantado na encosta e voltado para a Rua do Catete e à Rua do Russel. O jardim na encosta interliga os dois espaços.</p> <p>Uso do Solo: Edificações de uso residencial, comercial (principalmente pousadas e hotéis) e complexo de edificações de uso religioso (Igreja e sacristia).</p>	

Registro Fotográfico:

A

E

B

F

C

G

D

H

Registro das ações de preservação e das intervenções urbanas e arquitetônicas relevantes:

Restauração dos degraus da escadaria, bancos de pedra, gramados e arborização sob orientação de R. Burle Marx e Lúcio Costa (década de 80); colocação de grades no jardim (1997) e recuperação da escadaria (2001).

Registro das patologias identificadas:										
<p>VENTO E CLIMA</p> <p>Poluição do ar na zona de fronteira do jardim causada pela grande e constante circulação de veículos nas vias na base do outeiro (foto A).</p> <table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>	0	1	2	3	<p>SOM</p> <p>O entroncamento das vias (foto A e D) na base do outeiro gera poluição sonora ao longo de todo o dia.</p> <table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>		0	1	2	3
0	1	2	3							
0	1	2	3							
<p>LUZ</p> <p>O jardim não possui iluminação artificial. A fonte de iluminação noturna é fornecida pela Igreja, pela iluminação urbana das vias e pela Praça Luis de Camões.</p> <p>A ausência de iluminação, agravada pela difícil acessibilidade e desconhecimento da existência do jardim, afastam os frequentadores do local e possibilitam a ocupação irregular no local (moradia e venda de drogas).</p> <table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>	0	1	2	3	<p>VEGETAÇÃO E FAUNA</p> <p>Não foi observada a presença de animais domésticos. A fauna local observada é composta por insetos e pássaros. Estes polinizam o jardim que se encontra fechado e sem manutenção (foto B e F).</p> <p>É necessário monitorar a germinação e renovação natural da nova flora para evitar o desaparecimento das espécies originais.</p> <table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>		0	1	2	3
0	1	2	3							
0	1	2	3							
<p>RELEVO E SUBSOLO</p> <p>Rachaduras na murada parecem ser estáveis, não indicam danos estruturais.</p> <p>A queima de fogueiras (foto H), a pichação e o uso como mictório (foto D) na base da murada podem comprometer sua estrutura.</p> <table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>	0	1	2	3	<p>ÁGUA</p> <p>Na murada do jardim foram identificados a presença de umidade ascendente e o crescimento de vegetação entre fissuras.</p> <table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> </table>		0	1	2	3
0	1	2	3							
0	1	2	3							
<p align="center">ESCALA DE VUNERABILIDADE DO RECINTO DO ESPAÇO VERDE:</p> <p align="center">0 – PERIGO IMEDIATO 1 – PERIGO EMINENTE 2 – PERIGO POTENCIAL 3 – MONITORAMENTO</p>										
<p>Observações:</p> <p>Julga-se pertinente a inscrição do jardim no Livro do Tombo Artístico e no Paisagístico e Arqueológico (IPHAN).</p>	<p>Levantamento: Inês Andrade</p>	<p>Data: 2008</p>								

3.5 Metodologia desenvolvida para a atuação no entorno de jardins de interesse histórico

Ao longo do desenvolvimento da disciplina da preservação de monumentos históricos e artísticos, a área envoltória do bem protegido já desempenhou importância distinta e recebeu diferentes denominações. Do conceito de ambiente (ou arredores), essa área passa a ser denominada de vizinhança, isto é, uma área circunvizinha nas imediações ao bem. Já na segunda metade do século XX, o conceito desenvolve-se para entorno. Este, guiado por atributos como ambiência e visibilidade, restringiu a atuação dos institutos de preservação de bens patrimoniais ao controle da publicidade, à regulação do gabarito e à recomendação de materiais do entorno. No entanto, é a compreensão da dimensão ambiental (ambiência e legibilidade) do jardim, aliada à delimitação física do entorno e do monitoramento das mudanças do entorno, que cumprem papel crucial para a preservação do patrimônio verde público urbano.

Para tanto, é preciso diferenciar conceitualmente a poligonal de tombamento da poligonal de entorno. O entorno cumpre o papel de área de amortecimento, isto é, o de realizar uma transição entre o bem ou os bens tombados e o restante da malha urbana da cidade. Uma vez delimitada a poligonal de tombamento devem ser analisados a sua dimensão ambiental e a delimitação do entorno, isto é, a extensão da porção de território que contribui para a contextualização e condicionantes que interferem na preservação do bem patrimonial.

A metodologia apresentada nesta tese para a atuação no entorno tem como proposição a realização de um dossiê, similar aos estudos conduzidos pelo IPHAN, que busca a identificação, a delimitação do entorno e o estabelecimento de medidas de prevenção e controle das alterações que interferem na dimensão ambiental do bem tombado. A estrutura deste método de avaliação proposto está fundamentada na perspectiva integradora do planejamento da paisagem, na qual o entorno faz parte do ecossistema do bem tombado.

A natureza dos componentes da dimensão ambiental são importantes para a compreensão e identificação das patologias e para subsidiar os prognósticos que

auxiliarão na salvaguarda dos jardins de interesse histórico. Por isso, na área envoltória do jardim, devem ser analisados os componentes do ambiente: as condições sociais, as econômicas e as ambientais.

Assim, o monitoramento, as intervenções e as ações no entorno têm o objetivo de antecipar ou reduzir o impacto negativo da urbanização sobre os jardins de interesse histórico. O princípio da reavaliação e ajuste periódico, presente na metodologia do IBAMA, é incorporado na metodologia proposta como uma medida preventiva muito importante. Por fim, a metodologia destina-se à disciplina da preservação de jardins no contexto urbano, na qual o entorno só importa porque existe um patrimônio que precisa ser salvaguardado.

3.5.1 Proposta metodológica: identificação, delimitação e diretrizes de intervenção

A proposta metodológica pode ser dividida em três etapas normativas: identificação, delimitação e diretrizes de intervenção. Na primeira etapa, devem ser identificadas os dois componentes básicos da dimensão ambiental do jardim protegido, isto é, a ambiência e a legibilidade do bem. Para essa avaliação da dimensão ambiental do bem patrimonial, primeiro deve ser realizada uma coleta de toda a documentação e cartografia disponível do sítio e estipular as propriedades qualitativas da legibilidade e da ambiência do jardim. Neste momento, seguindo as diretrizes do “Roteiro para análise e atuação nos entornos dos bens tombados” de 1983 (IPHAN, 2007), também é proposta uma delimitação preliminar do entorno.

A seguir, para a segunda etapa, deve ser realizado um inventário do meio físico do jardim de interesse histórico, com base em três variáveis: bióticas, paisagísticas e socioeconômicas. As variantes bióticas são o clima, a geologia, a geomorfologia, o solo e subsolo, o ciclo hídrico, a vegetação, a fauna, os recursos paisagísticos e o ruído. As variáveis socioeconômicas são o uso e o aproveitamento do território, bem como do serviço de infra-estrutura, acessibilidade, saneamento, qualidade do ar e sistema viário. Já as variáveis paisagísticas estão ligadas ao aspecto qualitativo do lugar, isto é, ao reconhecimento do valor patrimonial de determinado bem cultural.

A terceira etapa, os critérios para atuar no entorno, deverão ser fundamentados na análise do inventário do jardim – diagnóstico das causas das patologias identificadas - poder-se-á indicar o grau de comprometimento à integridade do jardim (vulnerabilidade), inclusive o perigo imediato, o eminente ou o potencial. De acordo com a intensidade do impacto, também deve ser avaliada a necessidade de atuar - prognósticos - através de instrumentos paisagísticos e urbanísticos, aliados às gestões municipais e aos órgãos ambientais. A atuação preventiva deve ser realizada, mesmo que não seja identificado comprometimento significativo do jardim, através de monitoramento do entorno. As ações definidas nesta etapa não partem de pressupostos apenas de restrições, mas também de disposições destinadas a proteger a situação ambiental adequada e melhorar o ambiente urbano.

3.5.2 Considerações gerais sobre o entorno

Considera-se pertinente a definição de entorno estipulada na **Decisão normativa nº80 de 25 de maio de 2007** pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA): “[...] *espaço, área delimitada, de extensão variável, adjacente a uma edificação, um bem tombado ou em processo de tombamento*” (Art.2). No entanto, essa definição não aborda a função ou os atributos desse espaço.

O debate atual sobre o entorno apresenta duas abordagens das atribuições dessa área. A primeira considera o espaço circundante vinculado ao monumento e que, portanto, necessita ser protegido, mas que não apresenta valores – históricos ou artísticos - suficientes para ser tutelado. A segunda considera que o espaço circundante apresenta valorização, significado e qualidades de forma semelhante ao monumento e, portanto, deve receber a mesma proteção legal.

Esta segunda abordagem tem guiado muitas ações dos institutos de patrimônio no país, inclusive na produção recente. No entanto, considera-se que esta abordagem não é a mais pertinente uma vez que acaba por equivocadamente confundir o entorno com bens integrados e contribuir, por sua vez, para o esvaziamento do valor patrimonial daqueles. Um exemplo da aplicação dessa abordagem são os jardins de residências de valor artístico e histórico. Esses recintos

verdes, adjacentes a um monumento edificado tombado, desempenham um papel importante complementar à edificação - o de bem integrado - mas devido à confusão causada pela aplicação de termos acaba confundindo-se com o papel conferido ao entorno.

Dessa maneira, o jardim fica vulnerável e o verdadeiro entorno, além de não ser corretamente identificado, perde a sua verdadeira função: ser uma área de amortecimento e de monitoramento dos impactos no bem de valor patrimonial. Assim, o entorno deve garantir a proteção física (ambiência) e a significação (legibilidade) do bem tombado.

Assim, assume-se que proteção legal do entorno deve se restringir à abordagem da vinculação indireta (*“vincolo indiretto”*, conceito construído pela legislação italiana), mas que por essa relação justifica-se o caráter preventivo de sua delimitação imediata à inscrição do bem no livro do tombo (municipal, estadual ou federal). O instrumento atual a nível federal para essa proteção, e que se distingue do tombamento, é o “Processo de Entorno” do IPHAN (“Processo E”). Embora o número de processos finalizados ainda seja limitado a casos especiais, é um instrumento que precisa ser freqüentemente e sofrer revisões. A necessidade real das revisões não inviabiliza esse instrumento, ao contrário, deve-se ao reconhecimento de uma natureza mutável do ecossistema urbano, cujas atividades em zonas mais afastadas podem repercutir com impactos negativos no bem tombado. Distinguindo-se do “Processo de Tombamento” (“Processo T”), que deve ser definitivo para não servir a interesses especulativos ou corporativos, o “Processo E” não pode ter como meta barrar o crescimento urbano, mas sim permitir a ordenação urbana de maneira que não comprometa a integridade e a interação do bem com o entorno.

A investigação no entorno de um bem tombado pode apontar para o reconhecimento de atributos patrimoniais em outros bens culturais - bens materiais, como jardins e edificações, ou imateriais, como rotas culturais - que justificam a incorporação no processo de tombamento existente ou a abertura de um novo. No entanto cabe ressaltar que o tratamento reservado aos bens que merecerão estudos aprofundados não deve se estender a todo o entorno.

3.5.3 Considerações específicas sobre jardins de interesse histórico e a sua relação com o entorno

O jardim histórico ou jardim de interesse histórico (denominação proposta) é uma área delimitada resultante de uma organização de elementos naturais feita pelo ser humano, algumas vezes complementada por edificações, e considerada de interesse devido ao seu passado histórico, ou devido a uma atribuição estética, sensorial ou botânica singular.

A Carta de Florença (1981, Art.3) identifica que o jardim de interesse histórico é um "monumento vivo", logo composto de um material perecível e renovável. É notório que, ao se projetar com a vegetação, trabalha-se em *"cumplicidade direta com seres vivos que crescem e se desenvolvem com o correr do tempo, criando e recriando espaços a cada nova estação"* (MACEDO,1982:17). Assim, o jardim está essencialmente mudando harmoniosamente, tanto em relação ao seu tempo quanto ao seu espaço (mudanças no seu entorno). Mesmo os elementos mais constantes, como o seu solo (e subsolo) e hidrografia, também passam por mudanças graduais relacionadas ao ciclo de evolução.

Cada planta é um indivíduo. Na composição dos jardins, se eu conheço o vocabulário, saberei empregá-la de uma maneira melhor. É preciso sempre dar a impressão de que há uma associação de plantas que conseguem se exibir quando estão perfeitamente interligadas.

[...]

O jardim não é uma cópia da natureza, mas uma composição onde a relação de volumes é muito importante. Ele se modifica de acordo com o clima e com a nossa forma de viver (MARX, 1993:10).

Considerando que a aparência do jardim é instável, pois é uma composição de elementos naturais, as intervenções realizadas dentro e fora de seu recinto devem ser criteriosas. Uma vez implantado o jardim, no que diz respeito ao controle da germinação e crescimento das plantas, a influência da intervenção humana é mínima nas causas de origem intrínseca, resumindo-se a serviços de drenagem, de poda, de irrigação, de controle de pragas e de adubação. A evolução das plantas está a cargo, principalmente, das condições ambientais do local (origem extrínseca), estando sujeita a acidentes, doenças, variações climáticas que podem ocasionar danos ou perdas.

Por outro lado, a composição do jardim de interesse histórico não está limitada à sua vegetação. A Carta de Florença (1981, Art.4) define que, fazem parte da composição arquitetônica do jardim histórico, além de suas massas vegetais (suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos e suas alturas respectivas), os diferentes perfis do seu terreno, os elementos construtivos ou decorativos, as águas moventes ou dormentes (subsolo) e o reflexo do céu. Assim, nos espaços verdes os seus elementos configuradores são classificados como planos verticais (tais como: muros, edificações e arvoredos) e planos horizontais (tais como: pisos e terraços).

Inclui-se, entre os atributos desse recinto a serem assegurados, a permanência da fauna local constituída por polinizadores e por animais introduzidos pelo homem (entre outros: gansos, cisnes, peixes e cutias). Serão esses polinizadores – insetos, pássaros e pequenos mamíferos - que promoverão a regeneração vegetal do recinto. No entanto, devido ao acelerado processo de desmatamento e ocupação humana do entorno, o jardim está sujeito a pragas (abelhas africanizadas, baratas e animais domésticos abandonados) que comprometem o equilíbrio interno. Medidas de controle de pragas devem ser realizadas pelos órgãos de defesa civil de maneira a evitar riscos à saúde e à segurança dos usuários e da fauna silvestre nativa.

O programa de uso dos jardins de interesse histórico também qualifica esses espaços, que devem ser estruturados para possibilitar o convívio e promover uma diversidade de novos usos que englobam as tipologias de lazer - ativo, passivo, contemplativo e alternativo. A adaptação de bens de valor patrimonial para o desenvolvimento de novas atividades de lazer requer que a nova destinação não prejudique ou destrua a sua integridade.

A conservação da integridade estética e física do jardim é fundamental para a sua correta leitura histórica, isto é, do reconhecimento do bem como munido de significação cultural. As intrusões visuais no exterior do jardim reduzem a fruição do jardim; no entanto, o comprometimento maior é a vista cênica do interior para o exterior do jardim.

3.5.4 Definição de legibilidade e de ambiência

O objetivo dessa etapa é analisar os atributos do jardim de interesse histórico, que corresponde uma análise geral do desenvolvimento histórico da zona onde se localiza o bem, a sua significação cultural (marco histórico da cidade e da memória da população) e a importância do traçado urbano referido tanto à integração do bem patrimonial com a paisagem, como à conformação de perspectivas estéticas (marcos e silhuetas). Para tal é necessário investigar os componentes básicos da dimensão ambiental do jardim de interesse histórico.

Compreende-se que os componentes básicos da dimensão ambiental do patrimônio são a legibilidade e a ambiência. Para identificá-las é preciso que sejam realizados levantamentos históricos, coleta de material iconográfico e material cartográfico (plantas cadastrais, levantamento aerofotogramétrico e mapas), o levantamento da legislação da área (uso do solo e restrições), a identificação dos grupos da sociedade civil (significação cultural do jardim para os grupos-atores sociais) que atuam na área e o estudo da documentação fotográfica atual. Ainda entre os levantamentos para o estudo dos entornos dos jardins de interesse histórico é defendida a realização de inventários que utilizem como instrumento conceitual a análise visual do ambiente urbano do sítio do bem patrimonial.

O estudo da cognição e da percepção do espaço tem uma longa tradição em psicologia, sendo introduzido nos estudos do ambiente urbano arquitetônico por Kevin Lynch (1999) e por Gordon Cullen (1983) na década de 1960¹⁴⁷. A teoria de Cullen¹⁴⁸ sobre a “arte do relacionamento” do ambiente urbano, defende que cada fragmento no meio construído pode apresentar intrinsecamente características visuais que exercem papel fundamental para a construção da identidade do “local” (ou imagem mental) do sítio urbano. Os elementos que concorrem para a criação de um ambiente vão “[...] desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas

¹⁴⁷ Esses estudos têm um caráter estruturalista e ambientalista e defendem que os atributos ambientais, naturais ou artificiais alteram o processo perceptivo - principalmente o visual - dos seus usuários, possibilitando o reconhecimento de qualidades ambientais e a formação de imagens compartilhadas pela população. Para os autores Vicente Del Rio (2003) e Maria Elaine Kohlsdorf (1985) é possível dividir a categoria da análise da percepção do ambiente urbano em duas escolas: a “pragmática” ou de “análise visual” representada por Gordon Cullen e a de “Percepção do meio ambiente” representada por Kevin Lynch.

¹⁴⁸ A teoria da arte do relacionamento de Cullen já inspirou inúmeros planos de conservação urbana e guias de desenho (DEL RIO, 2003), e é aplicada, atualmente, nos estudos e planos de preservação histórica de conjuntos urbanísticos no país pelo IPHAN.

árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, e entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção ou interesse” (CULLEN, 1983:10). Sem um estudo aprofundado dessas características visuais esse potencial certamente pode ser despercebido e, portanto, destruído por intervenções urbanas. Essa investigação do relacionamento entre os elementos do ambiente contribuirá para a definição da “ambiência atual” e na definição das ações de manutenção ou de intervenção para a construção da “ambiência que se quer perpetuar”.

O conceito de legibilidade, proposto em substituição ao usual conceito de “visibilidade”, abrange o atributo da qualidade visual, isto é, a facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão coerente (LYNCH, 1999). Esse atributo pode ser facilmente interpretado como o conceito de conservação da integridade do bem patrimonial em seu contexto do cenário urbano. A partir de um enquadramento visual favorável (visibilidade) e contextualizado (sinalização e acessibilidade) do bem patrimonial será possível uma leitura espacial do sítio, isto é, uma avaliação do estado de preservação do bem dentro de seu ambiente urbano.

A proposta de substituição do termo está calcada na usual aplicação de “visibilidade”. Esta tende a ser simplificada e não abarcar o seu objetivo último – o acesso ao testemunho do monumento. O conteúdo da “visibilidade” já foi discutido no Decreto nº25/1937, e estava muito vinculado à poluição visual causada por letreiros, *banners*, painéis, luminosos, ou mesmo cores vibrantes incompatíveis com o contexto da vizinhança. No passado, a fim de garantir a integridade do bem patrimonial, os monumentos eram “liberados” na malha urbana por meio de espaços livres. Atualmente, a relação visual entre o bem e o entorno fundamenta-se na identificação de valores significativos do bem para assim definir as exigências de visibilidade e fruição da leitura do bem. Por essa razão, propõem-se alterar a terminologia para assim abarcar não só a questão da intrusão visual, mas também os parâmetros de integridade do bem tombado em seu sítio.

Se consideramos que a legibilidade está relacionada à qualidade visual da leitura das partes formando um padrão coerente, a ambiência a projeção da qualidade do ambiente - morfológica, tipológica e sensorial - do sítio em que está

inserido o bem patrimonial. Esse conceito de ambiência foi lentamente construído ao longo do desenvolvimento da disciplina de preservação. Neste âmbito devem ser observados os impactos no meio físico (dimensão morfológica), os impactos no meio estético (dimensão tipológica) e os impactos no meio psicológico (dimensão sensorial).

3.5.5 Critérios básicos para delimitar o entorno do jardim de interesse histórico: indicadores de impacto

As qualidades e impactos relacionados à dimensão ambiental do espaço verde público têm sido quase sempre relegados ao campo da intuição. Tanto os recursos ambientais como a morfologia do entorno edificado dos espaços públicos não são os mesmos. Cada jardim de interesse histórico apresenta uma gama de patologias distintas que devem ser inventariadas a partir da aplicação de um método de análise buscando identificar as causas e devem ser atenuadas com instrumentos urbanísticos e paisagísticos. Nas zonas urbanas, o entorno imediato construído dos jardins influenciará sensivelmente tanto no desempenho bioclimático como no desenvolvimento da flora e fauna do espaço verde.

A metodologia propõe como ponto de partida teórico a utilização dos convencionais 500 metros como um entorno imediato, não como um espaço de tutela, mas enquanto espaço de estudo. Para a delimitação do entorno é essencial que sejam estudadas as cargas positivas e negativas impostas ao bem tombado, através do inventário das patologias urbanas identificadas nos jardins de interesse histórico. Ressalta-se a importância de demarcar uma poligonal de entorno no momento da inscrição do bem patrimonial no tombamento, para que, a curto prazo, seja ratificado seu perímetro correto baseado nesses estudos propostos pela metodologia. Aliado a isso, deve-se optar por uma revisão desta no momento de uma nova intervenção na área de entorno (princípios da legislação italiana).

Para inventariar as condições do espaço circundante ao bem patrimonial é necessário realizar observações diretas, preferencialmente apoiadas por indicadores de impacto, buscando coletar dados do estado de conservação e preservação do jardim. A existência de impactos negativos é evidenciada pela descaracterização dos traços tipológicos do bem patrimonial, seja na alteração de sua estrutura ou em

seus componentes. Geralmente, os impactos são resultantes da implementação no entorno de empreendimentos que sobrecarregam as condições atuais em 3 variáveis: (1) os bióticos: através do impacto da impermeabilização excessiva do terreno (solo e subsolo), do gabarito elevado (sombra projetada), do aumento da temperatura e umidade (clima), da alteração no lençol freático (água), do aumento da poluição atmosférica (ar), do aumento da poluição sonora (ruído), da redução de iluminação (vegetação) e da migração da fauna local; (2) os paisagísticos: através do impacto na ordenação física, estética e sensorial da paisagem urbana; e (3) os econômicos e sociais: através da sobrecarga ou subutilização dos equipamentos públicos.

Não basta identificar os impactos, mas é importante identificar os agentes causadores de degradação e contaminação. Aliado a isso, deve-se realizar uma avaliação de sua magnitude, pois esta que indicará se o impacto é muito significativo ou se pode ser desprezado por sua pequena importância. O que caracteriza o impacto não é qualquer alteração nas propriedades do ambiente, mas as alterações que provoquem desequilíbrio das relações constitutivas do ambiente e que excedam a capacidade de absorção do ambiente.

Para a análise das **variáveis bióticas**, a paisagem urbana pode ser dividida em seis componentes, são eles: o vento e clima; a vegetação; a água; o relevo e subsolo; o som; e a luz. Entre as patologias relacionadas diretamente ao vento e ao clima, que indicam alteração na estrutura térmica espacial urbana, estão: as alterações de temperatura (ocorrência de “ilha de calor”), a alteração de sentido e intensidade dos ventos e aumento das precipitações locais. Algumas das patologias mais usuais do impacto no relevo e no subsolo dos jardins são: o aumento da acidez do solo alterando sua fertilidade e a mudança na capacidade de drenagem das águas fluviais no terreno. Essas alterações podem ser causadas pelo corte e aterro de terrenos, pelo desmontes de morros, pela poluição e contaminação de solo por resíduos tóxicos, pela redução das áreas permeáveis do entorno imediato e pelo movimento de massa causada por vibrações excessivas ocasionadas por veículos em vias de circulação nas imediações, bem como por rotas de avião e pela carga vertical excessiva exercida pelas fundações de edificações do entorno no sítio do jardim. Entre as patologias relacionadas à água estão o aumento das inundações, o

assoreamento dos lagos e o apodrecimento das raízes dos indivíduos vegetais. Podem ser consequência de obras de infra-estrutura urbana de retificação ou canalização de cursos de água, de construção no subsolo das imediações que rebaixa e polui o lençol freático ou mesmo pela poluição dos cursos de água e dos lençóis freáticos por esgotos e efluentes sem tratamento.

Entre as variáveis bióticas, o estudo de nível de ruído é muito importante, embora sua aplicação não seja usual ou contínua. O ruído é uma constante no recinto urbano público, tanto no emitido por seu interior quando no propagado por seu exterior. Em espaços livres verdes a redução da propagação do ruído de fundo depende da capacidade de absorção sonora dos materiais, da quantidade e disposição da vegetação e da topografia.

A massa vegetal funciona como barreira acústica, diminuindo a sua intensidade, por consequência da absorção do som pelas folhas. O som propagado tem a tendência de "[...] *devolver as ondas sonoras até a terra e na direção de seu fluxo inicial*" (ROMERO, 2001:60). Dessa forma, a capacidade de filtragem da vegetação aumenta quanto maior for o número de folhas de cobertura por unidade de terra, seguindo a ordem de suficiência: árvores, arbustos e grama. A vegetação diminui a intensidade do som quando este se encontra em sua trajetória, mas embora sendo um bom absorvente é um mau isolante. É necessário, assim, uma grande massa de árvores para obter um isolamento. Embora as árvores ao longo das ruas não reduzam o nível de ruído, estas reduzem o tempo de permanência do ruído na rua.

Já os muros e outros materiais (duros e de grande massa) constituem bons isolantes e maus absorventes, sendo considerados boas barreiras acústicas. A permanência de muros de jardins de interesse histórico é justificada (Carta de Florença, 1981, Art. 22) por esses atributos acústicos, bem como por sua eficiência em delimitar visualmente o recinto verde. A configuração do terreno pode influenciar na propagação do ruído: "*Uma fonte de ruído situada em um vale estreito provocará uma perturbação maior do que em um plano*" (ROMERO, 2001:61). O monitoramento do impacto do ruído urbano causado pelo trânsito de veículos, juntamente aos estudos de poluentes suspensos no ar, podem contribuir na

implantação de uma política de mobilidade urbana sustentável, isto é, na reestruturação do sistema viário local.

O estudo de sombras também merece destaque, pois os planos diretores já prevêm sua aplicação em situações similares. A quantidade de luz, a luminância, não é tão importante nos espaços públicos quanto a sua qualidade. Porém quando a luz provém de diferentes partes, o espaço torna-se confuso. A luz desempenha uma importância essencial na formação dos dados sensoriais do recinto urbano (criação de uma atmosfera de lugar): *"a iluminação, seja esta natural ou artificial, possui um papel destacado na materialização do espaço construído, pois está contribuindo à criação de um espaço visual, ela cria as cenas urbanas, destacando ou anulando determinados elementos"* (ROMERO, 1996:178, grifo nosso). A informação visual percebida é tanto da luz como da ausência de luz. A altura e idade das plantas, a época do ano (densidade foliar), o tipo de folhagens das espécies arbóreas, a disposição da cobertura vegetal, bem como a área de abóbada celeste visível são as variáveis que modificam a iluminância sob o recinto urbano (MASCARÓ, 1996; ROMERO, 2001). A sombra tem um papel decisivo na percepção do recinto urbano, que dá ritmo (sombras que diferem de tamanhos), ênfase (sombras destacando elementos) ou contraste (sombras com múltiplas tonalidades).

Na cidade do Rio de Janeiro, o Decreto nº 20.504 de 13 de setembro de 2001 regulamenta a Lei Complementar 47 de 01 de dezembro de 2000 quanto aos critérios de análise e limites máximos permitidos para sombreamento de edificações nas praias municipais. Com o decreto fica condicionada a aprovação de empreendimento à análise de estudo de sombras pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC). Embora esta lei seja restrita às praias, a simulação das áreas de sombreamento é importante para identificar o nível de bloqueio da iluminação solar também do jardim. Neste estudo de sombras, o decreto em seu artigo 3 estabelece que a documentação apresentada deva conter gráfico de projeção da edificação na faixa de areia da praia no equinócio de primavera¹⁴⁹ (23/setembro) e no solstício de verão (22/dezembro) nos horários de 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18 e 19 h. O decreto também observa que não será levado em consideração o sombreamento das

¹⁴⁹ Essa mesma mediação pode ser substituída em outono (21/março) ou no solstício de inverno (22/junho) nos horários de 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16 e 17 horas.

edificações quando estas estiverem incluídas nas áreas de sombra de quaisquer acidentes topográficos ou de edificações regularizadas pelo município. Esse estudo de sombras pode ser usado para identificar as causas de patologias no jardim, mas também para avaliar a introdução de alterações de gabarito da área e seu impacto nos jardins.

O processo de urbanização também causa violações na paisagem – as **variáveis paisagísticas** - de duas categorias: as violações visuais e as funcionais. Nas variantes paisagísticas visuais estão presentes elementos visuais intrusivos no bem patrimonial, como placas comerciais, muros, árvores que prejudicam a sua fruição. Em estágio avançado, o impacto da intrusão visual pode ser percebido na silhueta urbana. Por isso, é necessário conservar as vistas panorâmicas do jardim.

No entanto, nem sempre é fácil prever a intrusão visual, pois, além de restrita a poucos casos, os estudos de eixos visuais estão fundamentados apenas em estudos de gabarito (elevações) e visões seriais. Os estudos de eixos visuais recentes, de conjuntos históricos como Ouro Preto (MG), têm utilizado os recursos de geoprocessamento para a gestão do patrimônio urbanístico e arquitetônico (MOURA, 2002). Esses estudos, que seguem princípios da teoria da percepção e cognição espacial, utilizam recursos topográficos e digitais para gerar um modelo digital de elevação da área de estudo. Partindo da escolha de pontos significativos da configuração urbana e de maior alcance visual, que contextualizam o bem protegido, são traçados eixos, analisados e sintetizados os eixos com valores cênicos. O recurso permite obter informações de duas naturezas: para o planejamento urbano e para a gestão do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico. Assim, os órgãos municipais, juntamente aos órgãos culturais, podem planejar o uso e a ocupação do solo e julgar solicitações de novas construções na área, prevendo de quais pontos da cidade a nova construção será visível. E no caso desta representar um obstáculo visual, a construção deve ser negada por ambos os órgãos.

Ainda influenciando as variáveis paisagísticas, as violações funcionais estão relacionadas à ordenação urbana e à sinalização (programação visual) no entorno do jardim de interesse histórico. A desorientação através de uma ineficiente

sinalização ou pelo pouco conteúdo perceptivo – ligações com o entorno e o jardim obscuras ou desintegradas - pode refletir negativamente para a identidade morfológica e a atribuição de importância para a imagem urbana do jardim protegido.

Devem ser observadas nessas violações as exigências ao jardim derivadas das relações de leitura histórica ou cultural da população usuária, isto é, a qualificação do espaço verde. A aplicação da iluminação também repercute nesta variável, pois pode servir para a valorização e estímulo da percepção do patrimônio por meio de iluminação noturna, priorizando a distinção de formas, cores, volumes e texturas do jardim, ou, em excesso, causar danos ao desenvolvimento da fauna e flora do jardim.

Finalmente, entre as **variáveis socioeconômicas**, são comuns casos onde o entorno apresenta problemas como degradação social e urbana. Alguns dos perigos que comprometem a preservação do jardim relacionam-se ao uso inadequado em edificações no entorno, que podem causar explosões e incêndios (estabelecimentos mecânicos, químicos e industriais) ou contaminadores atmosféricos. A proximidade de vias de fluxo intenso também é comprometedora, já que podem ocorrer choques mecânicos e poluição atmosférica na fronteira do jardim. Também, entre as exigências crescentes do espaço citadino, a área destinada ao estacionamento de veículos é uma questão de difícil solução.

Convém observar que, para o estudo dos componentes do jardim de interesse histórico, o objeto de estudo deve ser separado em quadrantes. A divisão do terreno deve ser feita por quadras, de formas diversas, de acordo com a dimensão do jardim e das suas características visualmente perceptíveis por quem o percorre a pé, isto é, da *genius loci* de cada quadrante. A separação por quadrantes facilitará a realização das medições. Outra precaução, a ser observada, é a proximidade com a “superfície de fronteira” (ROMERO, 2001) do jardim, isto é, o espaço que forma o limite do jardim. Quanto maior for a área do jardim, as medições na superfície de fronteira serão muito distintas das do interior do jardim. Os estudos devem contribuir para a delimitação da poligonal de entorno, o monitoramento dos jardins de interesse histórico e as ações de preservação preventiva, sempre tendo em mente que a delimitação deve ser adequada para cada situação. Convém destacar que embora a

método proposto indique a necessidade de utilizar indicadores de impacto para a medição para as variáveis bióticas, estes indicadores de urbanismo bioclimático nacionais ainda são poucos e não são específicos para aplicar no bem patrimonial.

Na identificação dos agentes causadores de degradação e contaminação no entorno de jardins a proibição generalizada das atividades de um determinado espaço não resolve ou garante a preservação do bem, pois não é possível quantificar rapidamente as interferências da atmosfera e do subsolo. Por esta razão é necessário o monitoramento das alterações sofridas no entorno para buscar se antecipar (medida preventiva) aos conseqüentes danos ao bem (medida curativa).

3.5.6 Instrumentos para a minoração do impacto: intervenções e monitoramento

Uma vez identificada a alta vulnerabilidade do jardim de interesse histórico é preciso buscar soluções adequadas para evitar o aprofundamento de seus impactos. O instrumento legal do “entorno”, como aplicado em legislação cultural, não é suficiente para proteger os referenciais necessários à compreensão do monumento e sítios tombados. É fundamental que esses estudos sejam incorporados aos planos diretores municipais, de maneira a controlar os elementos que podem interromper a perspectiva do bem protegido, a estabelecer uma normatização das condições volumétricas, materiais ou formas dos edifícios novos nas imediações do bem. De acordo com a condição tutelar específica do jardim, devem ser realizados estudos para intervenções urbanísticas ou paisagísticas.

“Gradual deterioration in the gardens and their settings could be avoided if an affective legislation to control urban growth around the gardens were in place”¹⁵⁰
(MUGHAL, 2006:2).

Deve-se respeitar - através de instrumentos reguladores urbanos, como de gabarito, afastamentos e proporção - a ambientação original de cada jardim, sejam eles mais antigos ou exemplares implantados no meio urbano já adensado da metade do século XX. O reconhecimento da relação histórica entre o entorno e o

¹⁵⁰ “A gradual degradação de jardins e seus sítios poderiam ser evitadas se fosse assumida uma legislação efetiva de controle do crescimento urbano” (MUGHAL, 2006:2).

bem é ilustrado pelas medidas que reforçam a continuidade histórica e estilística do bem, através de vinculação, que não impliquem em novas arquiteturas que se relacionem só visualmente, mas de maneira a garantir a liberdade compositiva ampla. Os instrumentos urbanísticos usuais, como o da limitação de gabaritos e o eventual uso do solo, são importantes; no entanto, a atribuição do jardim de interesse histórico como lugar agradável e inconfundível pode ser reforçada através de intervenções paisagísticas.

Cumprindo um papel psicológico e paisagístico, a implantação de novos espaços verdes nas imediações do bem tombado constitui um componente importante na preservação de jardins: absorvendo impactos de variantes bióticas e variantes socioeconômicas. Para a conservação da qualidade ambiental do jardim deve-se lançar mão do auxílio de "zonas de amortecimento" (*"buffer zones"*) ou corredores verdes de preservação no entorno imediato. Essa zona de amortecimento deve, de preferência, ser arborizada, já que a massa arbórea contribui para reduzir os efeitos negativos dos ambientes urbanizados. A cobertura vegetal gera um desvio climático que protege da ação dos ventos, diminui a poluição sonora e atmosférica (neutralizando o excesso de dióxido de carbono e purificando o ar), absorve parte dos raios solares¹⁵¹, criando sombreamento e ambientação à permanência dos pássaros urbanos e absorve poeiras e sólidos em suspensão, melhorando a saúde física e mental da população.

Também devem ser estudadas ações para aumentar a legibilidade do elemento protegido, através do estabelecimento da informação e integração visual do bem na paisagem circundante. No entanto, o objetivo dos eixos visuais no entorno não são de criar novas vistas, mas de manter o respeito à "participação visual" (RUIZ, 1997) do bem protegido no seu entorno, ou seja, em sua paisagem circundante. Para isso é importante escolher os pontos visuais consolidados historicamente, proibir a colocação de qualquer elemento que possa interferir com a visão direta do bem, substituir cabeamento aéreo (postes telefônicos, elétricos ou elementos semelhantes) por subterrâneo, introduzir mobiliário urbano vinculado ao monumento,

¹⁵¹ O uso de vegetação é um recurso eficiente contra o calor pois: "[...] absorve de maneira eficaz a radiação de onda longa sobre suas folhas refrescadas pela evaporação" (MASCARÓ, 1996:60).

desenvolver suporte informativo necessário para a adequada sinalização para a visitação e o conhecimento sobre o bem protegido.

O monitoramento da área de entorno, tendo como meta a manutenção dos atributos do ambiente e de ser referência para a compreensão do bem tombado, pressupõe parâmetros de proteção apropriados ao valor de entorno adequados ao valor patrimonial.

And yet, with a few notable exceptions, the average member of landscape profession today is nowhere to be seen among those wrestling with the environmental impacts of the modern world. This is a lost opportunity of tragic proportions as no one – neither the architect nor the engineer, least of all the planner – is potentially so well equipped to integrate the requirements of man and nature. It is hoped that next generation aspires to such a brief¹⁵² (LINTELL, 2000:13).

Evitar a degradação de jardins é uma tarefa difícil, pois, por sua natureza enquanto monumento vivo, estes possuem um ciclo contínuo de vida e de morte. No entanto, o planejamento e gestão urbana podem amenizar os impactos que desequilibram esse ecossistema. Sejam através de instrumentos urbanísticos, com o prisma do desenvolvimento sustentável, ou de instrumentos paisagísticos, com a condução de uma política de paisagem consciente, a participação dos órgãos ambientais e culturais na construção da regulação do solo urbano deve ser ampliada. Assim, outras instituições de corpo técnico diversificado (topógrafos, geofísicos, arqueólogos, engenheiros de trânsito, biólogos, entre outras especialidades) relacionadas à gestão urbana e ambiental devem contribuir para a construção de indicadores, para a avaliação de variáveis de impacto e para o monitoramento dos jardins de interesse histórico.

¹⁵² “E ainda, com algumas exceções notáveis, um relativo número de profissionais da paisagem hoje não é visto em nenhuma parte entre aqueles que lutaram contra os impactos ambientais do mundo moderno. Esta é uma oportunidade perdida de proporções trágicas, pois ninguém – nem o arquiteto nem o engenheiro, menos ainda o planejador - é potencialmente tão bem preparado para integrar as exigências do homem e da natureza. Espera-se que próxima geração aspire por tal luta” (LINTELL, 2000:13).

CONCLUSÃO

Dentro do universo das paisagens foram escolhidos para servirem como objeto de investigação, reflexão e proposição os jardins e parques implantados no ambiente urbano – representantes do patrimônio verde público urbano. A justificativa é que frente às crescentes necessidades, exigências e requisitos sociais e aos problemas ambientais complexos no âmbito urbano, torna-se importante debater e buscar novas perspectivas para a política da paisagem nas cidades para assegurar seu manejo orientado em direção à conservação, à manutenção e à melhoria da qualidade de vida. Assim, pretendeu-se discutir as transformações nos jardins pelo seu nível de impacto causado pela urbanização.

[...] é dever dos governos assegurar a proteção e a preservação da herança cultural da humanidade, tanto quanto promover o desenvolvimento social e econômico (UNESCO, 1968. apud. CURY, 1995:124)

No passado a noção de Patrimônio Cultural restringia-se somente aos monumentos edificados, mas a partir da segunda metade do século XX começaram a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos). Foi somente a partir da década de 1970 que as questões ambientais passaram a ter relevância e a estar vinculadas ao planejamento urbano. Os estudos de impacto ambiental passaram a ser obrigatórios para empreendimentos de grande porte potencialmente comprometedores para os recursos naturais e atividades humanas.

Também contribuem para a inclusão da preservação do patrimônio cultural no planejamento urbano os documentos normativos internacionais. Já na Carta de Veneza de 1964 a preservação da “ambiência e de sua escala” - o entorno - é indentificada como importante. A preocupação com a manutenção do “entorno visual apropriado” é retomado em outras cartas posteriores, tais como: a Carta de Washington (ICOMOS, 1986), a Carta de Burra (ICOMOS/Austrália, 1980), as

Normas de Quito (Organização dos Estados Americanos/ OEA, 1967), o Manifesto de Amsterdã (Comitê de Ministros do Conselho da Europa, 1975), as Recomendações da XIX Convenção Geral da UNESCO-Nairobi (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ UNESCO, 1976). A tarefa de reformulação dos conceitos de “contexto da paisagem urbana”, “entorno” e “ambiência” caberia a dois documentos recentes: a Declaração de Xi-an (ICOMOS, 2005) e o Memorando de Vienna (UNESCO, 2005).

*O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o **meio característico**, seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de - ou contribui para - seu significado e caráter peculiar (Declaração de Xi´ An, Art.1, 2005, grifo nosso).*

Apesar das conquistas do direito coletivo e do modelo cultural atual valorizar a produção arquitetônica antiga como uma forma de recuperação da identidade cultural, ainda hoje, os setores de produção econômica e de gestão das cidades convivem com as pré-existências até certo ponto. Esse patrimônio não pode atrapalhar o interesse especulativo do mercado e seu direito individual à propriedade, um reflexo do sistema capitalista liberal que vivemos.

A organização do território é um tema essencialmente do século XX. Na Inglaterra o problema da organização do território colocou-se com a industrialização e o acréscimo da população urbana, mas não se realizaram mudanças estruturais. O modelo urbano-industrial na atualidade é o mesmo, o que muda é a gestão desse crescimento da cidade. O conjunto de práticas dos diferentes agentes, governo, setor empresarial tem funcionado predominantemente numa gestão de crises e sem projetos integrados a uma política de paisagem (Convenção Européia da Paisagem, 2000), e tem primado na ausência de uma visão assente no desenvolvimento ecologicamente sustentado, paradigma que exige prospectiva e meios políticos e eco-tecnológicos conseqüentes. Um dos desafios comuns à gestão das cidades (Carta de Washington, 1986; Memorando de Vienna, 2005) é a necessidade de adaptá-las às necessidades contemporâneas, juntamente ao prolongamento da vida útil dos bens culturais e a percepção de seu valor, sem perder a sua autenticidade e significado (PONTUAL, 2002).

Observa-se que, a questão do aquecimento global, e suas repercussões visíveis na transformação do clima e na qualidade de vida do planeta, contribuiu para avanço da consciência ambiental nas últimas três décadas do século XX. Nesta linha, o paisagismo urbano tem que assumir postura ativa e ser encarado de maneira mais abrangente, relacionando e propondo soluções aos problemas ambientais urbanos, como a contaminação do ar, a qualidade da água, o saneamento, as condições de transporte, o ruído, as enchentes, o aquecimento, e a circulação de ar.

É inegável que a categoria de jardim de interesse histórico avançou no que tange ao reconhecimento de seu valor e sua substância, distanciando-se da tradicional separação de “natureza” e “construído”. No entanto, ainda enfrenta desafios, bem como outras paisagens culturais, como a ausência de instrumentos legislativos específicos para sua proteção. Se por um lado, a possibilidade de morar na circunvizinhança de um local apazível, como um parque ou jardim, constitui um desejo comum de moradores de grandes cidades, por outro é um estímulo para que os incorporadores imobiliários implantem a lógica do mercado especulativo no entorno desses espaços verdes através da verticalização e adensamento (**Figura 44**).

Mesmo após o lançamento da Carta de Florença em 1981, os processos de tombamento de jardins e parques correspondem a uma pequena porcentagem dos bens patrimoniais nacionais, sendo que inúmeros jardins de interesse histórico foram comprometidos por intervenções sem critérios. O descaso ou omissão das autoridades também persiste e é responsável pela ausência de muitos exemplares de jardins de interesse histórico nas listas de bens tutelados dos países por seu valor cultural, inclusive na lista do patrimônio universal¹⁵³ da UNESCO. Atualmente o número de exemplares de paisagens culturais concentra-se na Europa e na América do Norte e ainda representa uma pequena porcentagem das inscrições aceitas.

¹⁵³ É somente a partir de 1992 que as paisagens culturais começam a ser inscritas na lista de bens de relevância universal (Recomendações da XVII Convenção Geral da UNESCO-Paris, 1972).

Figura 44 – Parque da Quinta da Boa Vista em São Cristóvão. A foto montagem não corresponde à visada real do empreendimento (afastamento maior), mas indica o apelo à “qualidade de vida” e a significação cultural regional que o parque possui, além de estampar a falta de discernimento que os empreendedores imobiliários possuem dos seus limites na convivência com as pré-existências históricas. Fonte: Propaganda de Empreendimento retirada do Jornal do Brasil.

Considerando a importância da reflexão crítica dos impactos e interferências do ambiente construído sobre o ambiente natural, os aspectos ambientais devem ser considerados na normatização de proteção da paisagem cultural, no caso de nosso estudo, na preservação do patrimônio verde público urbano. As condicionantes naturais assumem um papel não mais de coadjuvante nas reflexões do desenvolvimento sustentável da paisagem urbana, pois estão ligadas à biodiversidade e à diversidade cultural. Leva-se também em consideração que uma série de outras ameaças – abandono, degradação, intenso uso, turismo, fatores econômicos, invasão, poluição – para paisagens de interesse cultural, como o patrimônio verde público urbano, contribuem para a perda de caráter. No entanto, concebe-se que a nossa inabilidade para conter as intervenções de renovação urbana que afetam o patrimônio ambiental urbano ainda constitui a maior das ameaças.

O crescimento urbano e a especulação imobiliária tendem a verticalizar as construções, especialmente ao redor de áreas valorizadas, gerando obstáculos à entrada de iluminação natural e à ventilação, prejudicando a condição dos jardins de interesse histórico ali situados. A sombra projetada de edificações está sempre presente nos recintos urbanos. Esta característica urbana é um fator importante para a debilitação dos espaços verdes. Outro fator característico do crescimento urbano são as obras de infra-estrutura urbana (principalmente com o objetivo de ampliar o sistema de transportes), as quais tendem a sacrificar partes ou mesmo jardins inteiros. Com isso, deturpa-se a composição paisagística, perde-se parte importante da cobertura vegetal deste recinto urbano e se compromete os resquícios arqueológicos do sítio.

É dentro desse contexto que o trabalho ora desenvolvido, preocupado em salvaguardar os valores históricos e artísticos do bem, identificou o estreito vínculo entre a preservação e a “dimensão ambiental” dos bens patrimoniais, desenvolvendo assim um estudo sobre a temática da paisagem cultural e da escala da paisagem que contextualizam os jardins de interesse histórico – o entorno. Assim investigou-se a concepção vigente de entorno e de suas componentes: ambiência e visibilidade.

A pesquisa bibliografia confirma, através de dados coletados de observação direta em jardins de interesse histórico, que nas zonas urbanas o entorno imediato construído influencia tanto no desempenho ambiental como no desenvolvimento da flora e fauna do recinto urbano. O bem cultural sofre diversas mudanças, intrínsecas e extrínsecas, que são intensificadas pelo entorno em que se encontra. Logo, não é mais possível compreender e estipular a área envoltória do bem cultural com base unicamente na visualidade e na harmonia do conjunto.

A paisagem urbana ao ser analisada apenas pela visualidade, reduzida apenas aos seus aspectos estéticos e cenográficos, fica desprovida de significações sociais profundas. Devem ser alvo de investigação não apenas os impactos diretos, relacionados às intrusões visuais, mas também os indiretos relacionados à sinalização e acessibilidade, cujos desdobramentos podem representar risco à preservação da memória. Por isso se propõe a aplicação do termo legibilidade (*"legibility"*), em substituição à visibilidade.

Os aspectos da ambiência e da legibilidade devem ser considerados na aplicação de uma metodologia para atuar na proteção do jardim. A extensão territorial do entorno, que é uma zona de amortecimento e monitoramento, não pode ser estabelecida segundo uns critérios físicos, mas de acordo com a natureza do bem tutelado e os impactos que está sujeito. Grande parte das causas de degradação física é determinada por agentes externos e, assim, deve-se individualizar aqueles elementos do entorno que podem atuar como agentes causadores de patologias, agentes degradantes e agentes contaminadores. É evidente que o desdobramento de um impacto pode, muitas vezes, não deixar clara a causa de dano. Essa é a razão pela qual o monitoramento contínuo do recinto é fundamental para a disciplina de preservação. Assim se reconhece a relação espacial do entorno com o monumento, no entanto, sem conferir valor patrimonial.

A tese sustentou e confirmou a importância de integrar à tarefa de proteger o patrimônio a de reconhecer sua área envoltória, para incluí-las dentro da tarefa do planejamento urbanístico – política urbana e política de paisagem. Reconhece-se que o entorno não é um espaço estático, que se possa definir *a priori*, mas que é definido em função das exigências de preservação do bem patrimonial protegido:

identificação (legibilidade) e integração com o ambiente (ambiência). No entanto, a prática tem demonstrado que sem um referencial claro de delimitação desta área envoltória, devido a conflitos ideológicos e políticos, a ação da preservação facilmente torna-se ineficaz ou omissa.

Assim, admite-se que para a definição da área envoltória de um monumento é possível e bem vinda uma pré-determinação preliminar, que leve em consideração o contexto peculiar do exemplar de espaço verde a ser salvaguardado. Este instrumento da pré-delimitação do entorno, devendo ser instituído na ocasião do tombamento do bem patrimonial, tem a função de impulsionar estudos e monitoramentos contínuos do espaço. Podem ser inscritos em um “Livro de registro de áreas de entorno de bens tombados” (proposta pelo IPHAN em 1988) que, para evitar a “auto-limitação”, devem ser reavaliados de tempos em tempos como ocorre com o Registro de bens culturais de natureza imaterial (Decreto nº3.551 de 04/08/2000, Art.7).

Observa-se que esta proposta só é válida e eficiente se comprometida com a promoção de estudos contínuos e implementada juntamente a uma política urbanística e paisagística guiada pelo desenvolvimento sustentável e a convivência harmoniosa com as pré-existências históricas. E isso significa dispor de instrumentos urbanísticos e paisagísticos. Os preceitos básicos dessa política existem no Estatuto da Cidade (Lei n.10.257 de 10/07/2001), o qual ainda não foi aproveitado seu todo o seu potencial.

Considera-se essencial destacar a ambigüidade da aplicação do termo “qualidade ambiental” empregado pelo planejamento urbano atual, uma vez que o crescimento urbano e a qualidade ambiental não caminham de maneira harmoniosa. Atualmente, a distribuição dos jardins de interesse histórico não potencializa ganho às qualidades paisagísticas, sociais e bióticas aos conjuntos urbanos, pois estão fragmentados no território. A qualificação destes recintos verdes seria possível com a implementação de uma política da paisagem que promova a qualidade ambiental do ambiente urbano com iniciativas de educação ambiental e patrimonial e trate os entornos de jardins de interesse histórico enquanto verdadeiras “zonas de amortecimento” (“*buffer zones*”).

Nessa linha, um outro ponto do questionamento refere-se à responsabilidade social da arquitetura, pois: “*Não obstante, o arquiteto pode (e na verdade deve) desejar; pensar e sonhar a diferença*” (HARVEY, 2000:311). Acreditando que a arquitetura cumpre uma função e responsabilidade social, ao mesmo tempo que é produto e produtor de seu contexto político, econômico e cultural, a tese propõe uma “experiência de pensamento” (HARVEY, 2000), que integre campos construídos como distintos, a preservação do patrimônio natural e a preservação do patrimônio cultural, na busca de soluções aplicáveis não apenas à conservação e gestão dos jardins de interesse histórico, mas a todo o patrimônio verde público urbano. Assim, defende-se que os estudos de salvaguarda do patrimônio considerem os impactos que o espaço verde na atualidade estão sujeitos, para assim definir a área envoltória do monumento vivo ou de qualquer outro bem patrimonial.

A preservação de bens culturais, como paisagens culturais, faz parte de um projeto de desenvolvimento alternativo possível, cuja problemática é social, já que o que se busca é o restabelecimento de uma qualidade de vida e não simplesmente uma contemplação passiva. Para compreender a difícil convivência entre a arquitetura produzida pela construção civil e a preservação de pré-existências é primeiro necessário questionar a política da construção. Embora preocupações com a eficiência energética e com a sustentabilidade ambiental e econômica tenham guiado projetos, grande parte da produção arquitetônica da contemporaneidade ainda restringe-se a preocupações puramente formais que contribuem para o esvaziamento da arquitetura enquanto instrumento ideológico. A ideologia tende a ser vista como uma “*mácula à pureza da arquitetura*” (GHIRARDO, 2006).

A arquitetura é arte e também um serviço, logo é necessário assumir a responsabilidade social que esta duplicidade envolve. Uma vez que a arquitetura assuma esta atribuição ela não permanece sendo tão facilmente passível de ser consumida. É nesse ponto que a responsabilidade social da arquitetura e urbanismo deve ser observada. Pois é preciso ter consciência a que identidade legitimadora servimos, quais são seus propósitos e seus meios.

As melhorias urbanas, compreendidas como qualidade de vida, deveriam ser o foco do propósito de proteger o local histórico. Considerando que a conservação

urbana é uma ação integrada ao desenvolvimento urbano, então deveria ser levada em conta a participação de campos diferentes de profissionais com visão global da cidade, sobre interesses financeiros. A importância de cultura dos monumentos do passado não é uma idéia que só deve ser seguida quando tornasse conveniente ou quando limitasse a teorização. Temos que nos permitir sonhar com um ambiente urbano (social, natural, cultural) com qualidade, que integre os jardins de interesse histórico. Se passos urgentes não forem dados na direção de conservação urbana, em poucas décadas, tesouros do patrimônio culturais estarão perdidos.

A descaracterização dos ambientes urbanos se dá em função de projetos urbanos que têm transfigurado as cidades em nome da eficiência e da racionalidade do espaço. Por trás dessa mentalidade está a lógica capitalista da especulação imobiliária que desloca moradores, rompe sociabilidades e laços de pertencimento. Não é aceitável a utilização do discurso do interesse econômico acima do coletivo, no entanto é preciso reconhecer que o valor econômico (valor de troca) faz parte do reconhecimento do bem cultural. O reconhecimento do patrimônio ambiental urbano é sobretudo o reconhecimento dos valores culturais do presente. A reflexão da salvaguarda do patrimônio verde público urbano é essencial para decidir sobre a cidade que queremos para viver, bem como a sociedade que queremos construir. Dessa maneira a preservação torna-se, antes de tudo, uma atitude política de reapropriação da cidade.

O trabalho também identificou que os estudos de indicadores de sustentabilidade contribuem para avaliar a qualidade ambiental e a capacidade de carga do jardim, logo precisam ser quantitativos e normatizados. Poucos são os estudos de indicadores de urbanismo bioclimático nacionais. Não existem indicadores específicos para aplicar no bem patrimonial. O incentivo e o aprofundamento na produção desses indicadores para a aplicação no monitoramento dos jardins de interesse histórico contribuirão para a implementação de uma política de paisagem contemporânea que respeite e conviva com as pré-existências. Enfim, espera-se que sejam desenvolvidos estudos de “indicadores” de impacto urbano, acompanhados por medições, que apontem para os parâmetros de avaliação do nível de impacto neste patrimônio verde público urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros:

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção Leitura; 51).

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Espanha: Celeste, 2000.

ANDRADE, Inês El-Jaick; GHETTI, Neuvânia Curty. Rotas Culturais: caminhos para a preservação e valorização do patrimônio cultural. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens. **Materialização da paisagem através das manifestações sócio-culturais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 2008. p.412-418 (Coleções Paisagens culturais, v.1).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. **Guia de história da arte**. Lisboa: Estampa, 1992 (Teoria da arte, n.8).

BACHELARD, Gaston. **A chama de uma vela**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BARDET, Gaston. **Urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BENJAMIM, Antônio Herman (Org.). **Direito Ambiental das áreas protegidas**: regime jurídico das unidades de conservação. Unidades de Conservação – Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade. Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, V1).

BERQUE, Augustin. **Les raisons du paysage**: de la chine antique aux environnements se synthèse. Paris, France: Hazan, 1995.

_____. (Org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris, France: Champ Vallon, 1994.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília, D.F: UNESCO, 2003.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. (Coleção Turis).

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia Canclini. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas Híbridas**. São Paulo: EdUsp, 2003, p.283-350.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. Métodos de análise dos bens materiais naturais e culturais visando à conservação. In: ZANHETI, Silvio Mendes (Org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife:

Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial/CECI: Editora Universitária UFPE, 2002. p. 143-147.

CASTELS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (Coleção A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.2).

CESCHI, Carlo. **Teoria e storia del restauro**. Roma: Mario Bulzoni editore, 1972

CHACEL, Fernando. **Paisagismo e ecogênese**: landscaping and ecogenesis. Rio de Janeiro: Frailha, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

_____. **O Urbanismo**: utopias e realidades uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1990.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 2.ed. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

COELHO, Olívio G.P. **Do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.

CORREIA, Miguel Britto. Enquadramento Histórico das normas internacionais. In: LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Britto (Orgs.). **Patrimônio arquitetônico e arqueológico**: cartas, recomendações e convenções internacionais. Lisboa: Comissão Nacional da Unesco Portugal; Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico; Livros Horizonte, 2004. p.13-22.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 2003.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Paisagem. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; DEZZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.88-100.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

ERDER, C. The Venice Charter under review. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The Venice Charter (1964-2004)**: 40th anniversary. France: ICOMOS, 1977. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/venicecharter2004/index.html>>. Acesso: Março de 2006.

FARIELLO, F. **La arquitectura de los jardines**. Madrid, España: Celeste, 2000.

FERREZ, Gilberto. **A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**:1565-1965. Paris, França: R.C. Maya, 1965.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GHIRARDO, Diane. A arquitetura da fraude. In: NESBITT, Kate (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 416-423.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova antologia**. Torino: [s.n.], 1931.

_____. **Questioni di architettura nella storia e nella vita**. Roma: Società Editrice d'arte abstrata, 1925.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

HAROUEL, Jean-Louis. A gênese do urbanismo moderno. In: **História do Urbanismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998, p.114-127.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Espaços da Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HUIGUEIRAS, Ester. **Urbanismo bioclimático**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE (IBAMA). **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. Brasília, DF: IBAMA, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN**: entorno dos bens tombados. Rio de Janeiro: Coordenação Geral de pesquisa, documentação e referência/Biblioteca Noronha Santos (COPEDOC), 2007 (Cadernos de Estudos do PEP, v.6).

_____. **Manual de Inventário Nacional de Bens Imóveis**: Sítios Tombados (INBI-SU). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN; Departamento de Identificação e Documentação, 2000.

_____. **Manual de Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (INCEU)**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN; Departamento de Identificação e Documentação, [2000].

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA (RIOARTE). **Corredor Cultural**: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.

JELLICOE, G.A. **Studies in landscape design**. London, U.K: Oxford University Press, 1966, 3v.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

_____. **Memoriais do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JOHNSON, Mark. Ecology and the urban aesthetic. In: THOMPSON, George F.; STEINER, Frederick R. (Orgs.). **Ecological design and planning**. New York: John Wiley&Sons, 1997. p.167-184.

KLIASS, Rosa Grena. **Qualidade Ambiental Urbana**. São Paulo: Instituto para o Desenho Avançado/IDEA, 1995.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: **O espaço da cidade**: contribuição a análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985, p.15-72.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia e desenho da cidade**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEE, Terence. **Psicologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

LÉVY, Jacques. **L'espace légitime**. Sur la dimension géographique de la fonction politique. Paris: Presses de Sciences Po., 1994.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Murillo. **Nosso Chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: EdUsp, 2003.

MASCARÓ, Lucia Raffo de. **Ambiência urbana**: urban environment. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Sagra: DC Luzzatto, 1996

MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MONTANER, Josep Maria. **Arquitectura y critica**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea**: entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: UNESP, 2004.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no século XX**: necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 (O espírito do tempo, v.2).

_____. **O Método IV**: as idéias. [Mem Martins]: Europa-América, 1991. v4. (Série Biblioteca Universitária).

ODUM, Howard T; et al. **Environmental Systems and Public Policies**. EUA: University of Florida Press, 1988.

OLIVEIRA, Cláudia Alves de.; SANTOS, Celso Junius Ferreira. **Florestas Urbanas**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2004 (Estudos da Cidade, n.137).

OLIVEIRA, Fernando. **Capacidade de Carga em Cidades Históricas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

ORSER, C.E.A., Jr. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: London: Klumer Academic/Plenum Press, 1996 (Contributions to global historical archaeology).

PESSOA, José (Org.). **Lúcio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 1999.

PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PHILIPPOT, Paul. Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines, I. In: PRICE, Nicolas Stanley; TALLEY JR., M. Kirby; VACARRO, Alessandra Melucco (Orgs.). **Historical and Philosophical issues in the Conservation of Cultural Heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p.268-274 (Readings in Conservation).

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EdUFBA, 2002.

RIBON, Michael. **A arte e a natureza**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**: caracteres y origen. 2.ed. Madrid: Visor, 1999.

ROCHA, Yuri Tavares. Paisagens urbanas brasileiras e a teoria geográfica da paisagem. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens de. (Orgs.). **Paisagens Culturais**: contrastes sul-americanos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Escola de Belas Artes, 2008. p.123-141.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília, D.F: Universidade de Brasília (UnB), 2001.

_____. A concepção bioclimática dos espaços públicos In: PINHEIRO MACHADO, Denise; VASCONCELLOS, Eduardo M. (Orgs.) **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1996. p.176-180.

RUSKIN, John. **As pedras de Veneza**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SANDERVILLE Jr, Euler. A paisagem Tropical. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141-159.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SICA, Paolo. **Historia del urbanismo**: el siglo XIX. Madrid: Inst. Est. Administracion Local, 1981 (v.2).

SERRANO, Célia M. Toledo. A vida e os parques: Proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.) **Viagens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003 (Coleção Turismo). p. 103- 123.

SILVA, R. The significance of the Venice International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, with special reference to Eastern Countries. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The Venice Charter (1964-2004)**: 40th anniversary. France: ICOMOS, 1983. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/venicecharter2004/index.html>>. Consulta: Março de 2006.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. (tradução da 4.ed. alemã de 1909). São Paulo: Ática, 1992.

TASSARA, Edat de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira; GUEDES, Maria do Carmo (Org.) **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: EDUC; Editora PUC-SP, 2004.

TERRA, Carlos Gonçalves. **O jardim no Brasil no século XIX**: Glaziou revisado. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2000.

TEXEIRA, Milton. **O Rio de Janeiro e suas praças**. Rio de Janeiro: PCRJ/SMAC/RioTur, 1988. (Coleção Rio mania).

TUAN, Yi-Fu. **Dominance and affection**. New York, U.S.A: Yale University Press: New Haven and London, 1984.

VILHAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

ZYGMUNT, Bauman. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

2. Artigos de revistas

ALVARENGA, Telma; BRISOLLA, Fábio. Turbulências na Marina: Projeto de ampliação gera polêmica no Parque do Flamengo. **Veja-Rio**, Rio de Janeiro, 2006. CIDADE. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejarj/140606/cidade.html>>. Acesso: Agosto de 2008.

ARAÚJO, Anete. Camillo Sitte: um precursor dos estudos de percepção espacial. **Revista Rua**, Salvador, n.1, p.53-62, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS PAISAGISTAS (ABAP). Parecer oficial da ABAP sobre a implantação do complexo turístico da Marina da Glória. Portal Vitruvius - **Minha Cidade**, São

Paulo, nº162, 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc162/mc162.asp>>. Acesso: Agosto de 2008.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF). TRF2 condena o Porcão a recuperar o parque do Flamengo. CJF. **Notícias**. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.direito2.com.br/cjf/2007/fev/6/trf2_condena_o_porcao_a_recuperar_o_parque_do_flamengo.htm> Consulta: Agosto de 2008.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura; OLIVEIRA, Ana Rosa de Oliveira; GIRÃO, Cláudia. Projeto de Revitalização da Marina da Glória: algumas considerações. **Minha Cidade**, São Paulo, n.162, 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc162/opiniaomc162_46.asp>. Acesso: Julho de 2006.

FREY, Jean Pirre. Henri Prost (1874-1959), parcours d'un urbaniste discret (Rabat, Paris, Istanbul). **Urbanisme**, n.336: Utopie(s), p.78-79, mai-juin.2004.

GALIL, Aidê Maria Guarnieri. O direito urbanístico no Brasil: Aspectos estratégicos para a elaboração do Plano Diretor. Artigo. **Centro de Pesquisas estratégicas Paulino Soares de Souza**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2008. Disponível: <www.ufjf.edu.br/defesa> Acesso: Julho de 2008.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). Apreciação oficial do IAB-RJ. **Minha Cidade**, São Paulo, n.162, 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc162/mc162.asp>>. Acesso: Agosto de 2008.

INTERNACIONAL FEDERATION OF LANDSCAPE ARCHITECTS (IFLA). World Level Executive Committee. **The story until now**. 2003. Disponível em: <<http://www.net.ifla>> Acesso: Janeiro de 2003.

INTERNATION COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Historic parks and cultural landscape at risk. Historic parks and cultural landscape at risk**. At Risk. Paris, France, 2003. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/risk>> Acesso: Janeiro de 2003.

JANOVITCH, Paula. Memórias difíceis: espaços de reclusão na cidade. **Minha Cidade**, São Paulo, n.174, 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc174.asp>> Acesso: Janeiro de 2007.

LINTELL, Mark. Landscape architects in the age of environmentalism. **Garden History: the Journal of the Garden History Society**, London, v.28, n.1, p.13, 2000.

MACEDO, Silvio Soares. Paisagem urbana: os espaços livres como elementos de desenho urbano. **Caderno Paisagem Paisagens**, Bauru, São Paulo, n. 1, p. 7-20, 1996.

_____. A vegetação como elemento de projeto. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n.4, p.11-41, 1982.

MARX, Roberto Burle. Aos homens, o paraíso. **Ecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 31, p. 9-12, set/1993. Suplemento.

MELLO FILHO, Luiz Emygídio de; et alli. O inventário florístico do Parque do Flamengo. **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 43, n.1/4, p. 83-102, jan/dez 1993.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano. **Revista do Patrimônio**. Rio de Janeiro, n.26, p.10-15, 1978.

OLIVEIRA, Ana Rosa de; BARROSO, C. M. G. SOS Parque do Flamengo. **Minha Cidade**, São Paulo, n.162, 2006. Disponível: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc162/mc162.asp>>. Acesso: março de 2007.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. Parque do Flamengo: instrumentos de planificação de resistência. **Arquitextos**, São Paulo, n.395, 2006, Texto Especial. Disponível: <<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp395>> Acesso: abril de 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo: FAU-USP, 1994 (série Urbanização e Urbanismo, n.3).

ROCHA, Paulo Mendes da. Uma cidade degenerada. Plural. **Carta Capital**. São Paulo, ano XIII, n.457, p.64-66, 15 de agosto de 2007.

SALES, John. Garden Restauration past and Present. **Garden History**: the Journal of the Garden History Society, London. v.23, n.1/Summer, p.1-9, 1995.

SANDERVILLE Jr, Euler. Paisagem. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 20. p. 47-60, 2005.

SANTOS, Noronha. O parque da Praça da República, Antigo da Aclamação. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde/SPHAN, n. 8, p. 102-172, 1944.

SÉGUIN, Elida. Estatuto de Impacto de Vizinhança. **Direitos Difusos**, ano VII, v.35, p.15-28, jan/fev de 2006.

SIRISRISAK, Tiamsoon; AKAGAWA, Natsuko. Cultural Landscape in the world heritage list: Undersatanding on the gap and categorization. **City & Time**, Olinda, Pernambuco, v.2, n.3, 2007. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso: Maio de 2007.

TÂNGARI, Vera. Da Avenida Central ao Rio Cidade, o Rio de Janeiro constrói e reconstrói a sua imagem. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 9, p. 152-176, 1996.

3. Documentos normativos

BENASSI, Alfredo H.; OPEL, Rubén; ALCONADA, Margarita; SOUZA, María Alice de Lourdes Bueno; TERRA, Carlos Terra; RIVEIRA, José Joel Carrillo. Carta de La Plata. In: **Seminário de Paisajismo Sudamericano**, II, 2006, Cidade de La Plata. **Actas...** Cidade de La Plata, Argentina: Faculdade de Ciências Agrárias e Florestais da Universidad Nacional de la Plata, 2006.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção Européia da Paisagem de 2000. **Diário da República – I** série A. Portugal, n.31, p1017-1028, 14 fev.2005.

INTERNATION COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). Hiroshima Recommendations. In: INTERNATION COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **World Heritage Convention and the Buffer Zone in Hiroshima**. International Scientific Committee on Legal, Administrative and Financial Issues (ICLAFI) Conference, 1, 2006, Hiroshima. **Proceedings...** Hiroshima, Japan: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU); ICOMOS Japan, 2006. Disponível em: <<http://www.law.kyushu-u.ac.jp/programs/english/hiroshima/papers.htm>> Acesso: Julho de 2008.

_____. Declaração de Xí'an: sobre a conservação do entorno edificado e áreas do patrimônio cultural. In: INTERNATION COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments and Sites in their Setting: Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes**. General Assembly, 15, 2005, Xi-an. **Proceedings...** Xi-an, China: ICOMOS, 2006.

_____. **The Florence Chapter**: International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes. Chapter. Paris, France, 2003. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/e_floren.htm> Acesso: Março de 2003.

_____. Carta de Veneza. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000. p.91-95.

_____. Carta de Burra. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000. p.247-252.

_____. Carta de Washington. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000. p.281-287.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Vienna memorandum**: on world heritage and contemporary architecture: managing the historic urban landscape. Centre du patrimoine mondial World Heritage Centre. Paris, 2005. Disponível em <http://www.worldheritage2005.at/ViennaMemorandum_FinalFinalDraft_EN.pdf> Acesso: Maio de 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Recomendações de Nairobi. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000. p.217-234.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Normas de Quito. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000. p.105-122.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000. p.13-19.

4. Trabalhos publicados em eventos

ALMECH, Francisco Iñiguez. Mise en valeur des monuments et des ensembles monumentaux. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 1, 1964, Venice. **Proceedings**... Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

ANDRADE, Inês El-Jaick; COELHO, Carla. Excuses to destroy heritage: urban interventions for the pan american games in Rio de Janeiro (Brazil). In: **Changing Role and Relevance of Urban Conservation Charters**. International Seminar on Urban Conservation, 5, 2007, Recife. **Proceedings**... Recife, Pernambuco: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2007.

AÑON, Carmen Feliú. Authenticity garden and landscape. In: UNESCO. **Nara Conference on Authenticity**: Unesco World Heritage Convention, 1994, Nara, Japan. **Proceedings**... Nara, Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994, p. 265-269.

ARRELARO, Rafael. Paisagem urbana do entorno a bens tombados: estudo de delimitação de perímetros para os bens tombados em Sabará/MG. In: **Arquimemória**: Encontro de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, III, 2008, Salvador. **Anais**... Salvador, Bahia: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia (IAB-BA); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/FAUFBA); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Programa Monumenta do Ministério da Cultura; Governo do Estado da Bahia, 2008. 1 CD-ROM.

BAGATTI-VALSECCHI, Pier-Fausto. Dangers qui menacent l'intégrité des jardins historiques. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **International Symposium on the conservation and restoration of gardens of historical interest**. General Assembly of the International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes, 1, 1971, Fontainebleau. **Proceedings**... Fontainebleau, France: ICOMOS/IFLA/UNESCO, 1971. p. 42-52.

BERRETTINI, Roberto; SILVA, Antônio Nelson Rodrigues da; SILVEIRA, Almanir. Levantamento do nível de ruído nas proximidades da Avenida São Carlos: utilizando um SIG para avaliar níveis de

ruído de tráfego em uma cidade média. In: **Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**, 1998, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, Santa Catarina: COBRAC, 1998.

COHEN, Jean-Louis. L'extension de Paris. In: LECLERC, Bénédicte (Org.). **Jean-Claude Nicolas Forestier 1861-1930: du jardin au paysage urbain**. Actes du Colloque international sur J.C.N. Forestier. Paris: Picard, 1994. p. 149-164.

DRAYE, Anne Mie. Buffer zones in International Conventions: a first approach. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The World Heritage Convention and the Buffer Zone in Hiroshima**. International Scientific Committee on Legal, Administrative and Financial Issues (ICLAFI) Conference, 1, 2006, Hiroshima. **Proceedings...** Hiroshima, Japan: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU); ICOMOS Japan, 2006. Disponível em: <<http://www.law.kyushu-u.ac.jp/programs/english/hiroshima/papers.htm>>. Acesso: Julho de 2008.

GALLO, Haroldo. Contribuição para a compreensão da preservação pontual do bem cultural e sua área envoltória no Brasil. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 5, 1998, Campinas. **Anais...** Campinas, São Paulo: FAU-PUCC, 1998.

GAZZOLA, P., Foreword. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice. **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

GAZZOLA, P.; PANE, R. Proposte per una Carta Internazionale del Restauro. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice. **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

HÄUPL, M. Foreword. Conference Report. In: **World Heritage and Contemporary Architecture**. International Conference, 1, 2005, Vienna. **Proceedings...** Vienna, Austria: UNESCO World Heritage Centre; Department for Urban Development, Traffic, and Transport. Austrian Federal Ministry of Education, Science and Culture, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **International Symposium on the conservation and restoration of gardens of historical interest**. General Assembly of the International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes, 1, 1971, Fontainebleau. **Proceedings...** Fontainebleau, France: ICOMOS/IFLA/UNESCO, 1971.

JACÓ, Alexandre José Martins; NASCIMENTO, José Clewton do; FREITAS, Francisco Alexandre Veras de. Contribuições para discussão acerca das ações de entorno, a partir das experiências nos sítios históricos do Ceará. In: **ArquiMemória: Encontro de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado**, III, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, Bahia: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia (IAB-BA); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/FAUFBA); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Programa Monumenta do Ministério da Cultura; Governo do Estado da Bahia, 2008. 1 CD-ROM.

JOWAY, Hubert F. L'environnement urbain dès ensembles anciens: leur valeur sociale. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice, Italy. **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

LEAL, Thalianne de Andrade; FREITAS, Marcelo de B. A. Pontes. Revisão do polígono de entorno dos monumentos tombados pelo IPHAN nos bairros de Santo Antônio e São José, Recife-PE. In: **ArquiMemória: encontro nacional de arquitetos sobre preservação**, III, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, Bahia: Instituto de Arquitetos do Brasil: Departamento da Bahia, 2008. 1 CD-ROM.

LECLERC, Bénédicte. La mission au maroc. In: LECLERC, Bénédicte (Org.). **Jean-Claude Nicolas Forestier 1861-1930: du jardin au paysage urbain**. Actes du Colloque international sur J.C.N. Forestier. Paris: Picard, 1994. p. 189-205.

LEJEUNE, Jean-Francois. La ville et le paysage: influences et projects américains. In: LECLERC, Bénédicte (Org.). **Jean-Claude Nicolas Forestier 1861-1930: du jardin au paysage urbain**. Actes du Colloque international sur J.C.N. Forestier. Paris: Picard, 1994. p. 173-184.

LEMAIRE, R. Rapport General: Sezione Prima. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice, Italy, **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

MARCONI, P.; D'AMATO, C. Commentary on the ICOMOS Venice Charter. In: **International Network for Traditional Building, Architecture & Urbanism** (INTBAU). The Venice Charter Revisited Conference: Modernism and Conservation in the Postwar World. Introduction, 1, 2006, Venice, **Proceedings...** Venice, Italy: INTBAU, 2006.
Disponível em:<<http://www.intbau.org/venicecharter.htm>>. Acesso: Agosto de 2007.

MARTINY, Victor Gaston. L'intégration de l'architecture contemporaine dans les cadres urbains anciens et mise en valeur des vestiges du passé dans l'aménagement des villes. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice, Italy, **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Cidade, Práticas museológicas e qualificação cultural. In: **Patrimônio ambiental urbano e qualidade de vida**. Congresso Latino-americano sobre a cultura arquitetônica e urbanística, 2, 1992, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Unidade Editorial, 1992.
MEREDITH, Walker. Understanding, protecting celebrating the setting of monuments and sites. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments and Sites in their Setting: Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes**. General Assembly, 15, 2005, Xi-an. **Proceedings...** Xi-an, China: ICOMOS, 2006.

MICOULINA, Elena. Park and garden problems in the USSR. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **International Symposium on the conservation and restoration of gardens of historical interest**. General Assembly, 1, 1971. Fontainebleau, **Proceedings...** Fontainebleau, France: ICOMOS/IFLA/UNESCO, 1971. p. 160-170.

MUGHAL, Mohammad Rafique. Impacto f urbanization on ancient gardenscape of Lahore and the world monumento f Shalamar Garden (Pakistan). In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments and Sites in their Setting: Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes**. General Assembly, 15, 2005, Xi-an. **Proceedings...** Xi-an, China: ICOMOS, 2006.

NISHIMURA, Yukio. Rethinking cultural heritage in its setting in changing townscapes and landscapes. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments and Sites in their Setting: Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes**. General Assembly, 15, 2005, Xi-an. **Proceedings...** Xi-an, China: ICOMOS, 2005.

OJIMA, Ricardo. Desafios para a análise da forma urbana e os riscos ambientais: aspectos metodológicos para análises comparativas. In: **Encontro da ANPPAS**, III, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade/ANPPAS, 2006.

OLIVEIRA, Cláudia Alves de.; ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger de. O Estudo de Impacto de Vizinhança como instrumento de política urbana. In: **Congresso Nacional CONPEDI**, 16, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, Minas Gerais: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito/CONPEDI, 2007.

PAVEL, Jakub. L' Monument et la société moderne. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man**. International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice. **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

PEIXOTO, Gustavo Rocha; CASTELLOTTI, Flávio. Um caminho para a Glória. Lucio Costa: a construção do passado e mais um Milagre. In: **Seminário DOCOMOMO/Brasil: o moderno já passado, o passado moderno**, VII, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Comitê DOCOMOMO Brasil: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 1 CD-ROM.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society**, São Paulo, 2000. **Anais...** São Paulo: Serviço social do comércio (SESC) e Associação mundial de lazer e recreação (WLRA), 2000. p.179-181.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. Frentes do urbano para a construção de indicadores de sustentabilidade intra-urbana. In: Environment challenges of urbanization. **International Congress Environmental planning and management**, 2005, Brasília. **Proceedings...** Brasília, DF: Urbenviron, 2005.

SALES, John. The Conservation of English Landscape Gardens of National Trust. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Historic Gardens and Sites**. General Assembly of the International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes, 10, 1993, Colombo. **Proceedings...**Colombo, Sri Lanka: ICOMOS/IFLA/UNESCO, 1993.p. 145-150.

SOARES, Antônio Carlos Lobo; LOBO, Marco Aurélio Arbage. As ameaças do crescimento urbano de Belém à Conservação do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: **Arquimemória: Encontro de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado**, III, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, Bahia: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia (IAB-BA); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/FAUFBA); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Programa Monumenta do Ministério da Cultura; Governo do Estado da Bahia, 2008. 1 CD-ROM.

SOUZA, Valéria Moraes Baldoino; ROMERO, Marta Adriana Bustos. Construindo um sistema de indicadores de sustentabilidade intra-urbano associados à ventilação nos espaços públicos intra-urbana. In: **Environment challenges of urbanization**. International Congress Environmental planning and management, 2005, Brasília. **Proceedings...** Brasília, DF: Urbenviron, 2005.

STANEVA, Hristina. World Heritage Committee in 2006 and the buffer zone issue. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS).**The World Heritage Convention and the Buffer Zone in Hiroshima**. International Scientific Committee on Legal, Administrative and Financial Issues (ICLAFI) Conference, 1, 2006, Hiroshima. **Proceedings...** Hiroshima, Japan: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU); ICOMOS Japan, 2006. Disponível em: <<http://www.law.kyushu-u.ac.jp/programs/english/hiroshima/papers.htm>>. Consulta: Julho de 2008.

SUZUKI, Marcelo. As rampas de acesso ao Outeiro da Glória. In: **Seminário DOCOMOMO/Brasil: o moderno já passado, o passado moderno**, VII, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Comitê DOCOMOMO Brasil: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 1 CD-ROM.

TEXEIRA, Coelho. Um decálogo, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer. In. **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society**, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Serviço social do comércio (SESC) e Associação mundial de lazer e recreação (WLRA), 2000. p.141-164.

WEHDORN, M. World Heritage and contemporary architecture – The Viennese position. Conference Report. In: **World Heritage and Contemporary Architecture**. International Conference, 1, 2005, Vienna, **Proceedings...** Vienna, Austria: UNESCO World Heritage Centre; Department for Urban Development, Traffic, and Transport. Austrian Federal Ministry of Education, Science and Culture, 2005.

WILLIAM, Logan. Preservation Knowledge gap: the threat posed by the distinct ways heritage professionals and the public understand conservation of heritage sites and their settings. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments and Sites in their**

Setting: Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes. General Assembly, 15, 2005, Xi-an. **Proceedings...** Xi-an, China: ICOMOS, 2006.

WIT, Leonard de. A Dutch approach to buffer zones. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The World Heritage Convention and the Buffer Zone in Hiroshima.** International Scientific Committee on Legal, Administrative and Financial Issues (ICLAFI) Conference, 1, 2006, Hiroshima. **Proceedings...** Hiroshima, Japan: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU); ICOMOS Japan, 2006. Disponível em: <<http://www.law.kyushu-u.ac.jp/programs/english/hiroshima/papers.htm>>. Acesso: Julho de 2008.

WOLFF, Heinz. The contribution of pavement to the historical scene and exigency of its protection. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments of Man.** International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, 1964, Venice. **Proceedings...** Venice, Italy: ICOMOS, 1972.

VILLANUEVA, Luis Anguita. The buffer zone and the preservation of cultural heritage: the spanish case. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **World Heritage Convention and the Buffer Zone in Hiroshima.** International Scientific Committee on Legal, Administrative and Financial Issues (ICLAFI) Conference, 1, 2006, Hiroshima. **Proceedings...** Hiroshima, Japan: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU); ICOMOS Japan, 2006. Disponível em: <<http://www.law.kyushu-u.ac.jp/programs/english/hiroshima/papers.htm>>. Acesso: Julho de 2008.

XIEJUN, Chen. Environmental protection of cultural heritage sites in the progress of building in international metropolis. In: INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Monuments and Sites in their Setting:** Conserving Cultural Heritage in Changing Townscapes and Landscapes. General Assembly, 15, 2005, Xi-an. **Proceedings...** Xi-an, China: ICOMOS, 2006.

5. Trabalhos acadêmicos

DIAS, Robério. **O Patrimônio paisagístico do Sítio Roberto Burle Marx:** uma visão geográfica. 2008. Tese. (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto/MG.** 2002. Tese (Doutorado em geociência) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RUIZ, José Castillo. **El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural.** 1997. Tesi (Doctoral) - Instituto Andaluz del Patrimonio Cultural, Universidad de Granada, Granada.

SAMPAIO, Luciana. **Estudo de Impacto de Vizinhança:** sua pertinência e delimitação de sua abrangência em face de outros estudos ambientais. 2005. Monografia de Especialização (Especialista, Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, Eloisa. **O Paisagismo de Burle Marx e a moderna arquitetura Brasileira.** 2004. Dissertação (Mestre em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TRINDADE, Jeanne Almeida. **Campo de Santana: um patrimônio carioca.** 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O guia normativo “Roteiro para Análise e Atuação nos Entornos de Bens tombados” foi publicado como anexo dos anais do primeiro “Seminário sobre entorno dos monumentos”, realizado em novembro de 1982 pelo SPHAN (atual IPHAN).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DOCUMENTO FINAL

SEMINÁRIO SOBRE
ENTORNO DE MONUMENTOS

Arquivo Central do IPHAN - Acervo Rio
COPEDOC/IPHAN

SUMÁRIO

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - PRINCIPAIS ASPECTOS ABORDADOS:
 - 2.1 - Relacionamento da SPHAN com os poderes Estaduais e Municipais.
 - 2.2 - Relacionamento da SPHAN com as populações usuárias ou interessadas nas ações de preservação.
 - 2.3 - Questões jurídicas.
- 3 - SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ATUAÇÃO NOS ENTORNOS DOS BENS TOMBADOS:
 - 3.1/3.2/3.3/3.4 - cinco situações típicas dos Monumentos identificadas no Seminário.
- 4 - MEDIDAS GERAIS SUGERIDAS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS.

1) INTRODUÇÃO

O "Seminário sobre Entornos" realizado nos dias 9, 10 e 11 de março de 1983, visando o aprofundamento das questões suscitadas pela preservação da am biência do Bem Cultural, teve como principais considerações as seguintes pre missas:

a - O Regimento Interno da SEC que dá ao Conselho Consultivo a incum bência de definir o entorno do bem tombado;

b - O Decreto-Lei nº 25, artigo 18, que dá à SPHAN a tutela sobre as vizinhanças dos Bens Tombados;

c - O problema do entorno, que tem sido a questão de maior impasse en tre a SPHAN e as populações urbanas e comunidades econômicas;

d - A expectativa da SPHAN de definição de método ou métodos para en frentar o problema das vizinhanças / entornos dos Bens Tombados, criando defi nições prévias que garantam àqueles Bens ambiente digno, evitando assim tr a balhar posteriormente com base nas expectativas econômicas e sociais criadas com o desenvolvimento das cidades;

e - A expectativa da população, verificada a partir de man ifestações das entidades de classe e empresários, de definições claras acerca do assunto;

f - O fato de que os locais onde a SPHAN obteve melhores resultados fo ram aqueles onde as áreas de entorno e seus gabaritos foram estudados previ a mente, tais como as á r eas de proteção ao Outeiro da Glória, no Rio de Janeiro, e bairro de São José, no Recife;

g - A constatação de que para a questão da preservação da ambiência do Bem Tombado é preciso encontrar um consenso para os critérios técnicos de a bordagem, agregando mais pessoas nas discussões de maneira a tornar as deci sões mais democráticas;

h - A urgência de se definir programa de trabalho - claro e obj etivo - com metodologia, pessoas e custos definidos para a tarefa.

2) PRINCIPAIS ASPECTOS ABORDADOS

2.1 - Quanto ao relacionamento da SPHAN com os poderes Estaduais e Municipais conclui-se que:

a - o ideal é que o planejamento geral da cidade preveja possíveis medidas de preservação compatíveis com seu desenvolvimento;

b - o ideal é que as Prefeituras assumam a legislação necessária à proteção dos entornos como elemento do planejamento global, visando obter relações coerentes entre as áreas sob tutela da SPHAN e o restante das cidades;

c - existe, por outro lado, uma grande dificuldade de concretização desse ideal na medida que as Prefeituras, não querendo arcar com os ônus políticos da preservação, ignoram a existência de bens tombados, transferindo essa responsabilidade ao Órgão Federal;

d - a questão mais grave se dá na medida em que a mudança de governo municipal implica facilmente em mudança de leis, ou até do empenho em fazer com que sejam aplicadas;

e - na medida em que a SPHAN é responsável, na maioria dos casos, por pequenos trechos da cidade, entornos / vizinhanças de bens tombados, deverá considerar a tentativa de integração da preservação ao planejamento sempre como premissa básica;

f - a experiência tem demonstrado que em muitos casos não é possível a participação ou apoio dos poderes municipais constituídos. Nestes casos a SPHAN deverá assumir a delimitação e normalização das áreas que tenham relação de causalidade com o bem cultural, sendo portanto passível de defesa junto ao poder Judiciário, deixando-se as questões mais amplas do planejamento para quem é de competência;

g - a delimitação dessas áreas terá sempre que ser acompanhada de estudos técnicos, arquitetônico-urbanístico e, sempre que possível, econômico e social, visando definir o que se entende e pretende como vizinhança do monumento e, conseqüentemente, quais os seus limites;

h - estes estudos deverão levar em conta a legislação municipal, sempre que houver;

i - durante o período dos estudos, deverá ser avaliada a necessidade de solicitação à Prefeitura do envio à SPHAN dos projetos ou pedidos de demolição, no interior dos perímetros previamente determinados, para que possam ser controlados e/ou serem negociadas soluções alternativas para os casos mais agressivos ao bem tombado;

j - os estudos de proteção dos entornos deverão ter margem de flexibilidade onde serão estabelecidos parâmetros para negociação com a Prefeitura e/ou Câmara Municipal. Assim, deverão ser sempre encaminhados às Prefeituras e/ou Câmaras, tentando-se incorporá-los à Legislação Municipal, independente do tamanho ou estrutura das Prefeituras;

k - nestes estudos deverão ser estabelecidas as regulamentações mínimas que a SPHAN irá considerar como protecionistas, balisando assim, a margem de negociação referida no item anterior, onde o controle será feito através de Portaria, independentemente do apoio dos Órgãos Municipais;

l - deverá ser considerado o potencial de intervenção do município em modificação do sistema viário, determinação de padrões para letreiros e cartazes, etc.;

m - deverão ser feitos contatos com o CNDU, EBTU, IBDF e BNH, visando sua participação ou apoio nos trabalhos com a SPHAN, através do núcleo de Brasília;

n - tanto a SPHAN quanto outros órgãos federais e estaduais poderão ser solicitados para dar apoio aos Municípios que ainda não contam com estrutura para execução de planos diretores ou leis de uso do solo.

2.2 - Quanto ao relacionamento da SPHAN com as populações usuárias ou interessadas nas ações de preservação conclui-se que:

a - a preocupação com o patrimônio das cidades é atitude recente das comunidades. O modelo hoje adotado pelas populações valoriza a produção arquitetônica antiga como forma de recuperação de sua identidade cultural;

b - amadurecendo nas comunidades das grandes cidades a consciência do direito e dever que têm de defender o patrimônio, há que se pensar de que forma fazer uso de suas reivindicações, como subsídios para a utilização justa dos poderes e competências de que a SPHAN dispõe;

c - deverão ser ouvidas todas as comunidades envolvidas, a partir do pressuposto de que a preservação só será fato permanente através da guarda consciente dos Bens Tombados e de seus entornos pelas populações;

d - deverá se tentar trabalhar junto à população usuária dos conjuntos, dos bens tombados e de seus entornos, visando o conhecimento dessas populações, de suas expectativas e o esclarecimento dos usuários e/ou proprietários quanto às propostas formuladas. Esse contato é fundamental para a formulação de futuros projetos de restauração, revitalização, etc. das referidas áreas;

e - é fundamental que se leve em conta também, na elaboração dos trabalhos, os contatos com as diversas entidades de classe ou organizações da população, visando a troca de informações e apoio, na medida que a preservação do patrimônio das cidades tem caráter social que transcende os interesses res-
tritos das comunidades usuária e proprietária;

f - não sendo possível a participação da população nas decisões para a preservação, a SPHAN não poderá se omitir e deverá fazer uso dos recursos e instrumentos legais que dispõe;

g - formulada a Portaria de controle, haverá sempre a necessidade de tornar públicas suas indicações, evitando-se pareceres restritivos, a posteriori dos empenhos ou expectativas de investimentos dos proprietários que tiverem seus imóveis gravados.

2.3 - Quanto às questões jurídicas, viu-se que:

a - Dos atos normativos.

- A Lei, em sentido amplo é tudo aquilo que obriga o indivíduo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa;

- A Lei, no sentido estrito, é o ato normativo que provém da ação do poder legislativo, que obriga o indivíduo à determinada ação. O comportamento obrigatório pode vir determinado por uma lei direta-

mente, ou indiretamente, através de um ato administrativo. Este último, no entanto, terá sempre a referência e amparo de uma lei; O caso do Decreto-Lei nº 25/37. O Decreto-Lei nº 25, embora seja uma lei, em sentido estrito, não é auto-executável, necessitando de atos executivos que apliquem a lei em cada caso. Estes atos, por estarem aplicando uma lei, têm a mesma força de lei;

- O ato da SPHAN é ato discricionário, pois que, funcionando dentro dos limites da legalidade, vai apreciar a conveniência e a oportunidade do fato (mérito);

- A discricionariedade encontra limites no abuso do poder na arbitrariedade.

b - Das competências:

FEDERAL - SPHAN

ESTADUAL - Área metropolitana e assuntos conexos

MUNICIPAL - Planejamento urbano

- A legislação federal da SPHAN só lhe dá competência para proteger o bem cultural;

- O planejamento urbano é competência municipal. Eventualmente, a SPHAN, ao proteger o bem cultural, poderá ter como área de atuação o ordenamento do solo. Esta ação da SPHAN, no entanto, só será legalmente possível se atuar estritamente, objetivando a proteção do bem cultural;

- Quando o interesse é municipal manda o município. Quando o objeto atinge o interesse municipal e federal prepondera, no caso de incompatibilidade o interesse federal. No caso de concordância prevalece o mais exigente.

c - Das limitações à propriedade:

Desapropriação: tira a propriedade do proprietário.

Ônus Real: tira a exclusividade da propriedade - uso concomitante pelo particular e pelo poder público - cabe indenização (ex: serviço de oleoduto).

Limitação administrativa: Restrição à forma de uso - não impede o uso - não há indenização.

- O tombamento, é uma limitação administrativa.

d - Das vizinhanças/entornos.

- Os tribunais têm o conceito de vizinhança em sentido amplo e os juízes têm aceito que mesmo sem determinar vizinhança ela existe;

- Embora o termo entorno não exista oficialmente é possível ser empregado, uma vez que já foi utilizado pelo Governo Federal no caso de Petrópolis, tendo assim antecedente oficial firmado;

- Uma vez que admitiu-se que o termo existe, na prática deverá ser usado sempre como sinônimo de vizinhança da coisa tombada.

- Quanto à delimitação das vizinhanças/entornos, considerou-se esta medida necessária como forma de definir mais claramente os limites do poder discricionário da SPHAN, dando ciência às populações usuárias da extensão deste poder, assim como criando instrumentos que garantam à SPHAN ser ouvida nos casos circunscritos nestes parâmetros;

- É constitucional a regulamentação da ocupação do solo no interior dos perímetros que delimitam a vizinhança, uma vez que a regulamentação do uso destas áreas tem como objetivo garantir a integridade dos Monumentos Tombados. Os atos administrativos decorrentes destas regulamentações devem ter como base estudos técnicos. Estes estudos vão determinar os limites da ação da SPHAN;

- É necessário estabelecer uma relação de causa e efeito, isto é, uma relação de causalidade entre a atuação da SPHAN e o objetivo - a preservação;

- É importante que haja coerência nas medidas - consistência técnica nos fundamentos. Se não houver coerência ou entendimento técnico nas decisões estaremos agindo com arbítrio;

- Para o mesmo fato, as hipóteses, os argumentos e as justificativas deverão ter coerência e consistência harmônica, a fim de embasar as ações da SPHAN;

- O Patrimônio quando atende isoladamente às consultas vai determinando parâmetros que não deixam de significar a normatização para a área, nestes casos criam-se precedentes a partir destas definições casuísticas;

- A definição de entorno é o próprio uso do artigo 18 do Decreto-Lei nº 25, regulamentando-o e espacializando-o;
- As questões jurídicas podem ser flexíveis e são referências básicas e não restritivas da ação;
- Ao definirmos entorno estaremos também nos auto-limitando. Não teremos mais meios legais para atuar além daquilo que estiver previa-mente delimitado (como por exemplo, um prédio novo, logo após o limite da linha demarcada);
- Entretanto, o fato de se definir hoje uma Portaria de Entorno não determina a inflexibilidade quanto a novos subsídios técnicos futuros. Isto significa que, Portarias posteriores poderão trazer novos critérios, ainda que modificando e revogando as anteriores;
- Os elementos descaracterizadores já existentes, anteriores ou posteriores ao tombamento dos Monumentos estudados, somente deverão ser considerados como elementos que interferem em sua ambiência, não eli-minando a necessidade de delimitação do entorno destes Monumentos com regulamentação, que poderá ser mais ou menos restritiva do que o que já vinha sendo feito;
- O comportamento que a SPHAN já vinha adotando em casos isolados na vizinhança dos Monumentos Tombados poderá ser considerado apenas como parâmetro de atuação, ficando as novas determinações legalmen-te desvinculadas destes precedentes;
- O interior do núcleo ou conjunto tombado deverá, também, ser regula-do por Portaria, bem como os seus entornos, visando medidas efetivas que normalizem as intervenções nestes núcleos, tais como: construções novas, reformas, restaurações, colocação de letreiros e disciplinamen-to do tráfego, etc..

3) SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE E ATUAÇÃO NOS ENTORNOS DOS BENS TOMBAOS

- Baseados no consenso de que entorno é a área envoltória dos monumentos, constituídos por paisagens naturais ou edificadas, exigindo da SPHAN uma atuação que vai além da definição das questões formais e induzindo à busca de uma ação integrada com os órgãos públicos e comunidades envolvidas, buscando compatibilizar a vida e o desenvolvimento dessa área com o fato da preservação.

- Baseados também, em que entorno é a área distinta do conjunto ou bem tombado, exigindo assim normas específicas para guarda das características necessárias à ambiência dos mesmos, foi possível distinguir 5 situações típicas a serem abordadas, quais sejam:

- 1º - o monumento é apenas um documento sem mais nenhuma relação com o ambiente envoltório;
- 2º - o monumento com o entorno de arquitetura descaracterizada mas que ainda mantém volumetria compatível;
- 3º - o monumento ambientado;
- 4º - a cidade ou núcleo histórico;
- 5º - o edifício isolado na paisagem.

- Foi consenso que a forma de condução dos trabalhos para definição das vizinhanças dos monumentos varia conforme o caso e sua situação específica. No entanto, as metodologias já adotadas para o estudo de casos poderão servir para orientar novos trabalhos. Com este objetivo segue sugestão de roteiro baseado nos diversos exemplos apresentados no Seminário.

3.1 - Para todos os casos a etapa inicial é semelhante, tendo como roteiro

a - exame da situação local visando uma primeira delimitação da área a ser tratada como entorno, prevendo-se a possibilidade de modificações posteriores quando de estudos mais detalhados;

b - quando julgado conveniente, solicitação à Prefeitura de envio à SPHAN de projetos ou pedidos de demolição no interior do perímetro considerado;

c - reconhecimento da situação e potencial de trabalho da Prefeitura e Câmara Municipal, assim como das organizações da população e entidades de classe que identifiquem interesses na área;

d - identificação dos Órgãos Estaduais e Federais que poderão participar no desenvolvimento do trabalho;

- e - levantamento da documentação cartográfica da área tratada, tais como: plantas cadastrais, levantamentos aerofotogramétricos e mapas de um modo geral;
- f - levantamento da documentação iconográfica;
- g - levantamento da legislação de uso do solo nos três níveis de competência;
- h - levantamento dos casos já analisados pela SPHAN na vizinhança do monumento;
- i - documentação fotográfica das áreas estudadas;
- j - análise dos dados coletados e estabelecimento de poligonal definitiva de proteção, bem como das medidas gerais de limitação da volumetria ou de ocupação do solo;
- l - encaminhamento à DTC das propostas formuladas;
- m - avaliação pela DTC e encaminhamento ao Conselho Consultivo;
- n - avaliação do Conselho Consultivo e encaminhamento à SEC/SPHAN;
- o - emissão de Portarias pela SEC/SPHAN;
- p - comunicação da DR às autoridades competentes e divulgação à população e proprietários;

3.2 - Para o 3º e 4º casos o estudo de entorno poderá ainda considerar a necessidade de extensão do tombamento e/ou medidas de preservação com utilização de outros recursos, como por exemplo: previsão de projetos de reestruturação urbana, revitalização. Para estes casos foi sugerida a complementação dos estudos da etapa anterior, adotando-se o seguinte roteiro:

- a - levantamento fotográfico e/ou gráfico da arquitetura significativa contida na poligonal do entorno;
- b - identificação dos elementos ou das áreas que merecerão estudos de tombamento;
- c - aprofundamento dos contatos com técnicos da Prefeitura e da Câmara Municipal visando sua participação e/ou modificação de posturas municipais vigentes; estimulando a possibilidade de uma eventual divisão política de tombamento a níveis estadual e municipal, que possam complementar a ação federal;

d - conhecimento das expectativas das comunidades usuárias, organizações da população e entidades de classe que deverão ser consideradas nas propostas apresentadas;

e - análise dos dados e estabelecimento de diretrizes para novas edificações e reformas abrangendo o disciplinamento quanto à volumetria, taxa de ocupação, forma, utilização, etc.;

f - encaminhamento da proposta à DTC;

g - avaliação pela DTC;

h - avaliação pelo Conselho Consultivo e encaminhamento à SEC/SPHAN;

i - emissão de Portaria pela SEC/SPHAN;

j - encaminhamento da proposta pela DR ao Município;

l - aprovação pelo Município de Legislação Urbanística ou envio de Portaria da SPHAN para publicação em Diário Oficial.

3.3 - No caso de cidades ou núcleos históricos o procedimento deverá levar em conta ainda os seguintes itens:

a - delimitação prévia da área tombada;

b - definição de normas e critérios para aprovação de reformas, novas construções e outros projetos no interior dos sítios tombados;

c - definição de zonas de proteção, na periferia das áreas tombadas com base em critérios de crescimento e ocupação do solo compatíveis com a preservação do núcleo.

3.4 - Especialmente para o 5º caso, de monumentos isolados na paisagem, deverão ser previstas escavações arqueológicas e/ou estudos em torno do monumento.

4) MEDIDAS GERAIS SUGERIDAS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS (quadro anexo)

a - deverá ser estabelecido fluxo de informações para que todos tenham conhecimento dos casos tratados em cada Regional;

b - deverão ser feitos contatos com o CNDU, EBTU e IBDF visando sua participação ou seu apoio nos trabalhos, a partir da listagem das áreas a serem estudadas. Esses órgãos poderão também colaborar nos contatos da SPHAN com as Prefeituras;

c - deverá ser considerado como um dos elementos para negociação com as Prefeituras, o convênio firmado entre o BNH e a SPHAN, para conservação de prédios tombados ainda que a níveis municipal e estadual, nos entornos dos bens tombados.

d - o PCH deverá enviar a todas as Diretorias Regionais informações sobre os convênios firmados com o BNH, CNDU, IBDF e EBTU;

e - cada Regional deverá, em 60 dias, propor prazo, equipe e custos necessários para elaboração de entornos que forem considerados prioritários em suas regiões, quando também deverá ser prevista possibilidade de apoio de outros órgãos;

f - considerando os bons resultados obtidos na experiência da 7a. DR da SPHAN (Minas Gerais), que criou comissão de assessoria envolvendo Instituições Estaduais e com representação das Prefeituras Municipais, para análise de projetos e portarias de preservação, decidiu-se pelo registro da experiência neste relatório, para que outras DR's possam aproveitá-la obtendo, se for o caso, maiores informações na 7a. DR.

Assunto	DR	PCH	Assessoria Jurídica	DTC	Prazo
Documento final			x	x	23/3
Inf. Complementares BNH - CNDU - EBTU Convênio com Brancos IBDF -- GEIPOT		x			23/3
Inf. Complementares Portarias			x	x	23/3
Proc. de tombamento Lev. da documentação incompleta(a pedidos)				x	15 dias após pedido
Plano de trabalho com priorização Meios existentes ou a serem solicitados	x				60 dias 16/5
Próxima reunião marcada para 16/5					

O Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) tem sido aplicado nos processos de investigação e monitoramento do IPHAN. Destaca-se no INBI-SU os formulários de entrevista 04 e 05 que indicam como os conceitos de paisagem cultural e de vizinhança são interpretados pelo corpo técnico do IPHAN.

4

QUESTIONÁRIO

UNIDADE RESIDENCIAL

DATA/PREENCHIDO POR

01. Localização Principal	CODIGOS DOS ITENS AO LADO: (itens 03 e 04) 01-MORADOR NÃO AUTORIZOU 02-MORADOR NÃO FOI ENCONTRADO 03-MORADOR MENOR DE 16 ANOS 04-EMPREGADO 05-EM OBRAS 06-RUINA 07-VAGO 08-OUTROS (Item 05) 01- ALUGADO POR TEMPORADA 02-FÉRIAS DA FAMÍLIA 03-FINS DE SEMANA DA FAMÍLIA 04-RESIDÊNCIA PERMANENTE 05-OUTROS (Item 06) 01- EMPREGADO 02-VIZINHO 03-NINGUEM 04-NÃO SOUBE INFORMAR 05-PROPRIETÁRIO 06-OUTROS
02. Complemento	
03. Na impossibilidade de realizar o LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO, Justificar	
04. Na impossibilidade de realizar este QUESTIONÁRIO, Justificar	
05. Qual a forma de ocupação deste domicílio?	
06. Caso não seja ocupado o ano todo, quem cuida?	
(Se for o proprietário, informar com que frequência)	

NOME DO ENTREVISTADO:	SEXO:	IDADE:
1. ☐ responsável pelo domicílio 2. ☐ cônjuge 3. ☐ parente residente maior de 16 anos 4. ☐ morador eventual (passar para o item 37)		

07. RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO / DADOS nome: _____ idade: sexo: _____ instrução: _____ atividade: _____ empregador: _____ local da ativ.: ☐ em casa ☐ no centro histórico ☐ fora do centro hist. meio de locomoção: _____ tempo de locomoção: min. acha local da ativ.: ☐ longe ☐ perto ☐ mais ou menos
08. LOCAL DE NASCIMENTO DO RESPONSÁVEL 01 ☐ zona rural 02 ☐ zona urbana Município/UF: _____
09. LOCAL DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE 01 ☐ não tem cônjuge 02 ☐ zona rural 03 ☐ zona urbana Município/UF: _____
10. O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO: 01 ☐ é proprietário 02 ☐ é inquilino 03 ☐ usa emprestado 04 ☐ outros
11. CASO O RESPONSÁVEL NÃO SEJA O PROPRIETÁRIO Nome do proprietário: _____ Endereço: _____ Município/UF/País: _____
12. SE É INQUILINO, QUAL O VALOR DO ALUGUEL? 01 ☐ não quis declarar 02 ☐ não soube informar R\$: _____ campo reservado: _____ salários mínimos
13. COMO É TRATADO O ALUGUEL? 01 ☐ com o proprietário 02 ☐ com imobiliária 03 ☐ com procurador 04 ☐ outros

14. ALUGA ALGUM COMODO? 01 ☐ sim 02 ☐ não
15. QUANTAS PESSOAS MORAM NESTE DOMICÍLIO? (incluir empregados residentes)
16. ALGUM MORADOR POSSUI AUTOMÓVEL? 01 ☐ sim / há anos / quantos? 02 ☐ não
17. ONDE GUARDA? 01 ☐ no lote 02 ☐ em lote contíguo 03 ☐ em lote próximo 04 ☐ em lote afastado 05 ☐ logradouro em frente 06 ☐ logradouro próximo 07 ☐ logradouro afastado 08 ☐ outros
18. A FAMÍLIA NUCLEAR POSSUI IMÓVEIS NESTE MUNICÍPIO? (quantificar) 01 ☐ não 02 ☐ não quis declarar 03 ☐ não soube informar 04 ☐ terreno 05 ☐ casa 06 ☐ apartamento 07 ☐ loja/sala 08 ☐ prédio 09 ☐ sítio/fazenda 10 ☐ outros
19. A FAMÍLIA NUCLEAR POSSUI IMÓVEIS EM OUTRO MUNICÍPIO? (quantificar) 01 ☐ não 02 ☐ não quis declarar 03 ☐ não soube informar 04 ☐ terreno 05 ☐ casa 06 ☐ apartamento 07 ☐ loja/sala 08 ☐ prédio 09 ☐ sítio/fazenda 10 ☐ outros

5 QUESTIONÁRIO

UNIDADE NÃO RESIDENCIAL

DATA/PREENCHIDO POR

01. Localização Principal 	CODIGOS DOS ITENS AO LADO: (itens 03 e 04) 01-OCUPANTE NÃO AUTORIZOU 02-OCUPANTE NÃO FOI ENCONTRADO 03-OCUPANTE MENOR DE 16 ANOS 04-EM OBRAS 05-RUINA 06-VAGO 07-OUTROS
02. Complemento 	
03. Na impossibilidade de realizar o LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO, justificar 	
04. Na impossibilidade de realizar este QUESTIONÁRIO, justificar 	

NOME DO ENTREVISTADO:	SEXO:	IDADE:
Função no estabelecimento:		

05. O IMÓVEL DO ESTABELECIMENTO É: 01. ☐ próprio 02. ☐ alugado 03. ☐ emprestado 04. ☐ outros:
06. PROPRIETÁRIO / DADOS Nome: _____ Endereço: _____ Município/UF/País: _____
07. CASO O IMÓVEL SEJA ALUGADO, QUAL O VALOR DO ALUGUEL? 01. ☐ não quis declarar 02. ☐ não soube informar R\$: campo reservado: _____ salários mínimos
08. COMO É TRATADO O ALUGUEL? 01. ☐ com o proprietário 02. ☐ com imobiliária 03. ☐ com procurador 04. ☐ outros:
09. O DONO DO ESTABELECIMENTO ALUGA ALGUM CÔMODO? 01. ☐ sim 02. ☐ não
10. QUAL O TIPO DE COMÉRCIO OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTABELECIMENTO?
11. O ESTABELECIMENTO JÁ ESTEVE INSTALADO EM OUTRO LOCAL NESTE MUNICÍPIO? 01. ☐ sim, no centro histórico 02. ☐ sim, fora do centro histórico 03. ☐ não 04. ☐ não soube informar
12. E EM OUTRO MUNICÍPIO? 01. ☐ sim / município: uf 02. ☐ não 03. ☐ não soube informar
13. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ INSTALADO NESTE IMÓVEL? anos e meses
14. POR QUÊ ESTÁ INSTALADO AQUI? 01. ☐ aluguel barato 02. ☐ área de turismo 03. ☐ área central / de comércio 04. ☐ concentração de instituições 05. ☐ carência local deste serviço 06. ☐ adquirido por herança 07. ☐ proximidade da residência 08. ☐ outros:

15. QUAL O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO? : às : entrada : às : almoço : às : saída Se os turnos forem diferentes, descrever: _____
16. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NESTE ESTABELECIMENTO?
17. O ESTABELECIMENTO TEM AUTOMÓVEL? 01. ☐ sim / quantos? 02. ☐ não
18. QUANTOS FUNCIONÁRIOS NECESSITAM DE ESTACIONAMENTO PARA SEUS AUTOMÓVEIS? 01. ☐ ninguém vem trabalhar de automóvel (número de automóveis)
19. SE AFIRMATIVO, ONDE ESTACIONAM? 01. ☐ no lote 02. ☐ em lote contíguo 03. ☐ em lote próximo 04. ☐ em lote afastado 05. ☐ logradouro em frente 06. ☐ logradouro próximo 07. ☐ logradouro afastado 08. ☐ outros:
20. DE ONDE VÊM OS USUÁRIOS E/OU CLIENTES? 01. ☐ do centro histórico 02. ☐ de fora do centro histórico 03. ☐ de outros municípios 04. ☐ de outros estados 05. ☐ de outros países
21. HÁ LOCAL ESPECÍFICO PARA ESTACIONAMENTO DOS USUÁRIOS? 01. ☐ sim 02. ☐ não
22. SE AFIRMATIVO, ONDE? 01. ☐ no lote 02. ☐ em lote contíguo 03. ☐ em lote próximo 04. ☐ em lote afastado 05. ☐ outros:
23. ESTÁ INFORMADO SOBRE A NECESSIDADE DE ALGUMA OBRA NESTE ESTABELECIMENTO? 01. ☐ sim 02. ☐ não

24. SE AFIRMATIVO, QUE OBRA?

campo reservado:

25. POR QUE NÃO É FEITA?

01. ☐ não soube informar
02. ☐ imóvel alugado
03. ☐ falta de recursos
04. ☐ IPHAN não autorizou
05. ☐ acha que IPHAN negaria
06. ☐ Prefeitura não autorizou
07. ☐ acha que Prefeitura negaria
08. ☐ outros |

26. QUAIS DESTES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

01. ☐ poluição (água, ar, solo)
02. ☐ barulho
03. ☐ vibração nas edificações
04. ☐ desmatamento
05. ☐ estacionamento
06. ☐ trânsito
07. ☐ interferência visual na paisagem
08. ☐ nenhum
09. ☐ outros |

especificar os problemas apontados:

27. QUAIS DESTES SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

01. ☐ luz
02. ☐ abastecimento de água
03. ☐ esgoto
04. ☐ limpeza pública
05. ☐ escoamento das águas pluviais
06. ☐ calçamento
07. ☐ iluminação pública
08. ☐ transporte
09. ☐ segurança
10. ☐ lazer
11. ☐ assistência médica
12. ☐ assistência escolar
13. ☐ nenhum
14. ☐ outros |

especificar os problemas apontados:

28. POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (fotos, livros etc.)

29. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (referência a lendas, folclore, fatos memoráveis)

30. O QUE MAIS GOSTA NO CENTRO HISTÓRICO?

31. O QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL?

32. O QUE ACHA DA PRESERVAÇÃO NESTA ÁREA?

O entrevistador recomenda aprofundar entrevista?

01. ☐ sim
02. ☐ não